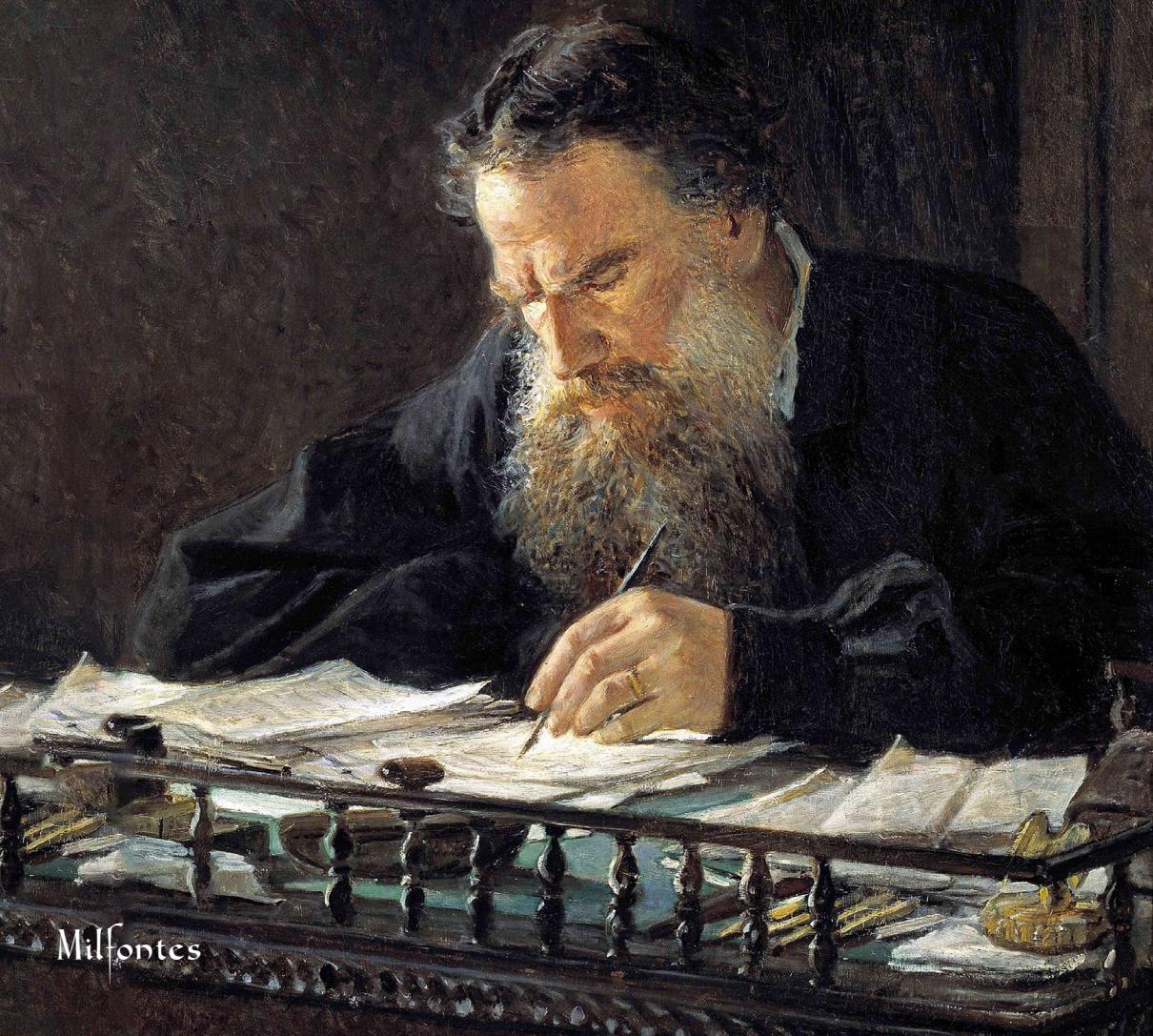


Da Explicação à Narrativa

João Rodolfo Munhoz Ohara
(ORGANIZADOR)

*teoria e filosofia da história
no mundo anglo-saxônico*



Milfontes

Da Explicação à Narrativa



Copyright © 2021, João R. M. Ohara.

Copyright © 2021, Editora Milfontes.

Rua Carijós, 720, Lj. 01, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

Distribuição nacional em: www.amazon.com.br

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU)

Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP)

Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS)

Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG)

Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS)

Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto)

Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP)

Prof. Dr. Hans Urich Gumbrecht (Stanford University)

Prof^a. Dr^a. Helena Miranda Mollo (UFOP)

Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES)

Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES)

Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Karina Anhezini (UNESP - França)

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Nader (UFES)

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP)

Prof^a. Dr^a. Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR)

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (Unicamp)

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Prof^a. Dr^a. Verônica Tozzi (Universidad de Buenos Aires)

JOÃO R. M. OHARA
(Organizador)

Da Explicação à Narrativa

Teoria e filosofia da história no
mundo anglo-saxônico



EDITORA MILFONTES
Vitória, 2021

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa

Imagen da capa:

Autor: *não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*

Semíramis Aguiar de Oliveira Louzada - *aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Anderson Patrick Ferreira Alves

Impressão e Acabamento

Maxi Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O36e OHARA, João Rodolfo Munhoz.

Da explicação a narrativa: teoria e filosofia da história no mundo anglo-saxônico/ João Rodolfo Munhoz Ohara

Vitória: Editora Milfontes, 2021.

233 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-86207-96-5

1. Teoria da História 2. Filosofia da História 3. Anglo-saxônico
I. OHARA, João Rodolfo Munhoz II. Título.

CDD 901

Sumário

“É só teoria”: um prefácio	7
Arthur Lima de Ávila	
Introdução.....	I3
João Rodolfo Munhoz Ohara	
A Ciéncia Universal de Carl Gustav Hempel.....	25
Sérgio Campos Gonçalves	
A Importânciade R. G. Collingwood para a Filosofia Contemporânea da História.....	35
Jonas Ahlskog	
“Não pode haver estórias não contadas”: consciéncia e processualidade na filosofia da história de Louis Mink	59
Marcus Telles	
Uma Aplicação da Filosofia da Arte de Arthur Danto aos Problemas da Demarcação entre a Narrativa Literária e a “Meramente” Histórica.....	97
Verónica Tozzi Thompson	
Hayden White e a Crise do Historicismo.....	127
Herman Paul	

Frank Ankersmit: a transfiguração da narrativa em representação histórica.....	151
<i>Jonathan Menezes</i>	
Escapando dos Limites da História: Keith Jenkins.....	175
<i>Kalle Pihlainen</i>	
A Filosofia Analítica da História de Paul Roth: da crítica à constituição.....	201
<i>Eugen Zelenák</i>	
Sobre os Autores.....	219

“É só teoria”

um prefácio

Arthur Lima de Ávila

What will happen to me has not yet happened. I am a blind spot hurtling with both eyes open into the maw of the future, my password “And then?”. (...). But this, like so much else about me, is only theory.

– J. M. Coetzee, *In the Heart of the Country*, 1982

“Da explicação à narrativa”: poucos títulos sintetizam tão bem os dilemas da teoria da história dos últimos cinquenta ou sessenta anos. Para alguns historiadores, essa seria uma trajetória de decadência, marcando a “lamentável” influência de filósofos e críticos literários nos afazeres da disciplina. Para outros, esse foi um movimento de progresso, pois teria “libertado” a guilda de suas ilusões insustentáveis acerca de sua “cientificidade” e “objetividade”. E, finalmente, para um terceiro grupo, se grupo é, tal momento fora apenas um “desvio teórico” felizmente encerrado com o diligente retorno aos arquivos, às fontes e à “realidade dos fatos”. Seja como for, essas contendas, sobretudo na/da/sobre a tradição anglo-saxônica (e da linguistic turn por ela inspirada), deixaram um legado incontornável no cenário historiográfico contemporâneo. Apesar disso, a discussão em si, para além de suas caricaturas ou espantalhos, não é tão conhecida no Brasil (efeito de nossa exagerada francofilia historiográfica?). Por isso, só por trazê-la aos olhos de uma nova audiência, essa obra já seria necessária – mas as razões

(políticas, teóricas, historiográficas) para sua importância, creio, não param por aí.

Se a segunda metade do século XX, mais ou menos, foi a “Era da Teoria” nas Ciências Humanas, as circunstâncias atuais são substancialmente diferentes. Não são poucos seus obituários que circulam por aí, nos lembra Byung-Chul Han¹; nesses dias marcados por uma obsessão tecnológica (e a panaceia do Big Data), aceleração temporal, financeirização da vida e por ataques à legitimidade, quando não à existência das Humanidades, a teoria parece ter se tornado um luxo supérfluo (“é só teoria!”) – afinal de contas, o que ganharíamos meditando sobre temas tão esotéricos como a “explicação histórica”, “a transfiguração da narrativa em representação”, a “gramática dos eventos”, “tropos” e coisas do tipo? Essa postura anti-teórica é integral à nossa (triste) paisagem intelectual, repleta destas admoestações, e talvez revele uma das origens da falência da imaginação que acomete nossas sociedades: é como se devêssemos parar de especular, parar de pensar, parar de indagar e aceitar a “realidade em si” – o gesto conservador, reacionário mesmo, por excelência. Desta forma, é fundamental insistir na relevância política da reflexão teórica, porque, se ela não promete nada, ao menos nos dá instrumentos para lutar contra tamanha pobreza imaginativa. O percurso da tradição anglo-saxônica, “da explicação à narrativa”, é, aqui, paradigmático desse processo de desnaturalização de determinados sentidos e da abertura, principalmente com os trabalhos pioneiros de Hayden White, Arthur Danto e Louis Mink, de todo um universo de indagações às vezes sequer concebido pelos seus antecessores. As suas investigações sobre o que conferiria à historiografia seu caráter “científico”; sua relação com a arte e as outras ciências; a conversão dos dados empíricos em uma estória; a centralidade do “conteúdo da forma”, da “explicação narrativa” ou da “sintaxe dos acontecimentos” para a labuta historiográfica; e, por fim, as implicações ideológicas de qualquer texto, a despeito de suas pretensões à científicidade, continuam tendo uma indubitável potência política na medida em

¹ HAN, Byung-Chul. *Psychopolitics*. London: Verso, 2017. p. 56-59.

que permitem, retornando a Joan Scott, visualizar os “pontos cegos” (o que é dado) de um sistema, isto é, tudo aquilo que foi reificado e tomado como dado por seus integrantes.² Por isso, é impossível separar a teoria da história desse papel crítico crucial – sem ele, ela não serviria de muita coisa para nosso ofício (e talvez por isso exista, ainda, uma forte resistência a ela nas searas de Clio...).

Um reengajamento com a tradição anglo-saxônica implica, assim, na recuperação de tópicos centrais à teoria da história, especialmente concernentes a seus problemas perenes: a linguagem, a representação, o estatuto de nossas explicações sobre o pretérito, a relação entre “fatos” e “valores” e a dimensão estética-ética da historiografia (por outro lado, preocupações com o tempo e gênero são relativamente raras nessas produções... um sinal de seus tempos e gêneros?). Esses são, insisto, temas de primeira ordem para os historiadores ou historiadoras, não só para os “teóricos/teóricas”: através deles, podemos inquirir sobre o que nem sempre é devidamente inquirido, além de reprimido, por uma concepção de teoria da história que a reduz, para parafrasear Fredric Jameson³, ao “andaime metodológico” de nossas investigações. Se existe, e acredito que exista, um “essencialismo disciplinar” assentado em um “fetichismo metodológico”⁴ que resume a disciplina às suas andanças pelos arquivos, então o resgate das várias ponderações dos “anglo-saxões”, do empirismo lógico de Carl Hempel às incursões de Paul Roth pela questão do status da narrativa histórica, é um salutar contraponto porque não trata a história enquanto um “domínio” (para recordar de um famoso livro brasileiro...) a ser defendido a todo custo, mas um mundo a ser explorado sem medo, nem que seja para voltarmos ao conforto do lar – se nunca saímos dele, por que o valorizariámos?

² SCOTT, Joan W. History-writing as critique. In: MORGAN, Susan; JENKINS, Keith; MUNSLOW, Alun (eds.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007, p. 23.

³ JAMESON, Fredric. *The Political Unconscious*: narrative as a socially symbolic act. London: Routledge, 2002, p. 132.

⁴ KLEINBERG, Ethan; SCOTT, Joan W. & WILDER, Gary. Teses sobre Teoria e História (2018). Disponível em: https://www.academia.edu/36775977/Teses_sobre_Teoria_e_Hist%C3%B3ria_TRADU%C3%87%C3%A3O.

Além disso, esse volume é uma oportunidade para corrigirmos usuais má-compreensões e equívocos relacionados a uma duvidosa leitura, inspirada nos alarmismos de Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Lynn Hunt e, por aqui, Ciro Cardoso (para citarmos só quatro), dessa tradição anglo-saxônica (com todas suas idas e vindas), particularmente dos chamados “narrativistas”. Conhecemos o enredo: durante anos, a historiografia disciplinada fora um empreendimento (mais ou menos) científico, ancorado numa sólida base empírica-conceitual e capaz de nos dizer a verdade sobre os acontecimentos pregressos; essas certezas, entretanto, foram atacadas pelos “relativistas cépticos” com seu “niilismo pós-moderno”, sua redução da “história a um texto”, suas “irresponsabilidades” e, mal dos males, sua permissividade quanto aos “negacionismos fascistas”. Quantos estudantes de história não ouviram essas excomunhões replicadas à exaustão? Ocorre, contudo, que essa descrição é muito mais resultado de uma disposição neurótica-policialesca, segundo Scott, do que de um real confronto com os argumentos levantados por autores como White, Mink, Ankersmit, Roth e Jenkins, com todas suas diferenças.⁵ Lê-los sob esse prisma é simplesmente errado, malgrado a persistência desse erro por essas paragens (sustentada pela autoridade institucional de seus propagadores originais). Esperançosamente, os textos aqui reunidos, tanto através do que fazem quanto com o que dizem (nos termos de Ewa Domanska),⁶ servirão para dirimir tais mal-entendidos, abrir um diálogo franco e honesto com essa tradição e fomentar usos responsáveis dela – o estímulo à crítica, não a aceitação acrítica, portanto.

Mas um prefácio é apenas isso: um prefácio. Não quero guiar a leitora, nem contaminar suas possíveis leituras com as minhas, nascidas de interesses, ansiedades e inquietações que me são próprias. De todo modo, esse (já obrigatório) livro organizado por João Ohara é uma adição preciosa às discussões historiográficas realizadas no Brasil de hoje, pois, no fundo, revela o motivo de tanto desconfor-

⁵ SCOTT, Joan W. Border Patrol. *French Historical Studies*, Durham, v. 21, n. 3, p. 383-397, 1998.

⁶ DOMANSKA, Ewa. Historiographical criticism: a manifesto. In: MORGAN, Susan; JENKINS, Keith; MUNSLAW, Alun. *Manifestos for History...* Op. cit., p. 203.

to com a teoria da história, fora ou dentro da disciplina: ela ousa questionar e fazer “os significados deslizarem”⁷ de lugares dados de antemão (com toda a carga de incertezas que isso acarreta), não sendo, jamais, “só teoria”. Não sei se o futuro da humanidade depende dessa conclusão (acho que não); mas o futuro dos historiadores e historiadoras, diante de toda a miséria imaginativa que nos cerca, certamente depende. Ohara, e os autores e autoras por ele compilados, o sabem. E essa, por si só, é uma contribuição inestimável – é uma maneira, enfim, de fazer história e não “só teoria”.

⁷ BROWN, Wendy. *Politics Out of History*. Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 41.



Introdução

João Rodolfo Munhoz Ohara

Não havia muitos historiadores brasileiros a par das discussões sobre teoria e filosofia da história no mundo anglo-saxônico quando os textos de Hayden White chegaram ao Brasil.¹ Ligada a outras matrizes intelectuais, a historiografia brasileira das décadas de 1970 e 1980 se ocupava de outros debates – como aqueles trazidos pela rápida tradução da coletânea *Faire l’Histoire*,² ou a querela entre E. P. Thompson e Louis Althusser³ – e a tradição anglo-saxônica, em particular aquela da “filosofia analítica/crítica da história”, foi praticamente ignorada, senão desconhecida, pelos historiadores brasileiros do período.⁴ Por isso, não surpreende

¹ Ver: FRANZINI, Fábio. Mr. White chega aos trópicos: notas sobre Meta-História e a recepção de Hayden White no Brasil. In: BENTIVOGLIO, Julio e TOZZI, Verônica (orgs.). *Do Passado Histórico ao Passado Prático: 40 anos de Meta-História*. Serra: Milfontes, 2017, p. 329-343.

² Publicada na França em 1974 sob a direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, a coletânea chegou ao Brasil já em 1976, com tradução de Henrique Mesquita, publicada pela Livraria Francisco Alves Editora. O prazo de 2 anos entre a publicação original e a tradução é bastante curto comparado a outros casos do mesmo período, ainda que um estudo mais aprofundado sobre a política das traduções seja necessário para esclarecer o significado dessas margens. Sobre o mercado editorial e o cânone historiográfico brasileiro, ver: POLTRONIERI, Fernando Fiorotti. “O Negócio da História”: A Companhia das Letras e o Campo Historiográfico Brasileiro (1986-2000). 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2020.

³ Que culminou na publicação de THOMPSON, E. P. *The Poverty of Theory*. London: Merlin Press, 1978. O livro foi traduzido e publicado no Brasil 3 anos depois, em 1981.

⁴ Algumas exceções pontuais, mas notáveis: RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 2^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. K. R. Popper e a epistemologia da história. *Revista de*

que aqui White seja lido de maneira enviesada, através dos comentários de Roger Chartier ou Carlo Ginzburg,⁵ uma vez que Meta-História acabou associado às discussões em torno da ementa “História e Literatura” que então animavam a história cultural. Nesse contexto de leituras atravessadas (por vezes preguiçosas), levou tempo até que tivéssemos trabalhos seriamente engajados com a discussão anglo-saxônica, capazes uma avaliação mais robusta dos seus argumentos e das suas hipóteses.⁶ Apenas para comparação, boa parte da produção de White e diversos dos textos de autores da tradição anglo-saxônica já foram traduzidos para o espanhol graças ao esforço e ao engajamento crítico de Verónica Tozzi Thompson, María Inés La Greca e o grupo de pesquisa Metahistórias.⁷ Mesmo considerando que o mercado editorial em língua espanhola é maior do que o da língua portuguesa, nossa lacuna de traduções (que não se limita aos livros de White) parece dever mais às “afinidades eletivas” da historiografia e da teoria da história no Brasil do que a uma questão estritamente mercadológica.

História, São Paulo, n. 103, p. 547-576, 1975.

⁵ Ver, por exemplo, CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002 – especialmente caps. 3 e 4; GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; e GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 – especialmente o cap. II.

⁶ Entre as teses e dissertações dedicadas ao tema, destaco particularmente TELLES, Marcus Vinícius de Moura. *Simultaneidade e Retrospecção: o debate sobre a narrativa na filosofia da história anglo-saxônica (1942-1973)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013. Também merece menção o trabalho cuidadoso de MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. *Teoria da História: Hayden White e seus críticos*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UnB, Brasília, 2008. Permanece sem tradução o trabalho mais rigoroso e abrangente até o momento sobre a obra de White: PAUL, Herman. *Hayden White: the historical imagination*. Cambridge (UK): Polity Press, 2011.

⁷ Os trabalhos de Tozzi Thompson sobre White e a filosofia da história na sua chave anglo-saxônica são indispensáveis a qualquer um que se proponha a estudar o tema atualmente. Por sua vez, La Greca tem publicado trabalhos importantes conectando os insights do narrativismo de White e a epistemologia feminista, desenvolvendo as discussões em âmbitos que não se restringem à teoria da história em sentido estrito. Ver, por ex., TOZZI, Verónica. *La Historia según la Nueva Filosofía de la Historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009; LA GRECA, María Inés. Entre la ironía y el romance: pasado, presente y futuro de la filosofía de la historia narrativista. *Páginas de Filosofía*, Neuquén, año XIV, n. 17, p. 22-48, 2013.

Como bem notou Franzini,⁸ uma das primeiras ocasiões em que a obra de White foi debatida no Brasil ocorreu graças a um colóquio organizado pelo setor de Literatura Brasileira da UERJ – o Colóquio Narrativa: Ficção e História, de 1987, cujas apresentações e debates foram publicados em um livro no ano seguinte.⁹ É verdade que lá estavam presentes historiadores importantes, como Ricardo Benzaquen de Araújo, Nicolau Sevcenko e Francisco Iglesias, mas ainda levou algum tempo para que as críticas e provocações de White fossem recebidas em eventos da nossa própria disciplina. Em suas intervenções, bem como na de Luiz Costa Lima, esses historiadores demonstraram alguma familiaridade com uma bibliografia atualizada do período (aparecem os nomes de Arthur Danto, William Dray, Louis Mink, Frank Ankersmit e R. G. Collingwood, por exemplo). Os apresentadores e debatedores ainda articularam bem os argumentos desses autores anglo-saxônicos a textos da historiografia e da filosofia continentais, como os de Walter Benjamin, Marc Bloch, Pierre Nora e outros. Essa articulação é interessante porque, apesar de um período de mútuo desconhecimento, autores anglo-saxônicos e continentais compartilham referências comuns, particularmente aquelas do pensamento neo-kantiano do século XIX (especialmente o dos chamados “neo-kantianos de Baden”, com suas reflexões sobre a distinção entre as ciências da natureza e as ciências do espírito) e do positivismo (com sua tese da unidade das ciências). Os primeiros tiveram por “herdeiros” intelectuais principalmente autores ligados à hermenêutica, enquanto os últimos reverberaram mais significativamente no contexto anglo-saxônico (como podemos ver na filosofia analítica e na sociologia norte-americana).

Em 1938, Maurice Mandelbaum publicou seu *The Problem of Historical Knowledge*, e os autores aos quais ele então reagia são conhecidos de muitos de nós, que estamos mais familiarizados com os problemas da teoria e filosofia da história na Europa

⁸ Cf FRANZINI, Fábio. *Mr. White chega aos trópicos...* Op. cit.

⁹ RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). *Narrativa: Ficção & História*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1988.

continental da virada do século XIX para o XX: Benedetto Croce, Wilhelm Dilthey, Karl Mannheim, Georg Simmel, Heinrich Rickert, Max Scheler e Ernst Troeltsch. Outros nomes conhecidos do período, como Ernst Bernheim e Henri Berr, também aparecem pontualmente ao longo da obra. Trata-se de um livro incomum, para dizer o mínimo, no contexto da filosofia inglesa do período. Nele, Mandelbaum se propôs a lidar com o problema do relativismo a que as posições de Croce, Dilthey e Mannheim poderiam nos conduzir,¹⁰ tratando como insuficientes as objeções de Simmel, Rickert, Scheler e Troeltsch. Mas, mais do que o exame minucioso dessa obra, parece-me interessante observar que ela tem por ponto de partida justamente aqueles problemas postos por autores da tal “tradição continental”. Além disso, é a esse livro que Carl Hempel fez referência em seu artigo de 1942, *The Function of General Laws in History*, frequentemente considerado como o ponto de ignição do longo debate sobre a explicação histórica e da própria filosofia analítica da história.¹¹ Ainda que Hempel não tenha se referido nominalmente a Dilthey ou aos neo-kantianos quando contrapôs seu modelo de leis de cobertura à “compreensão empática”,¹² é significativo que possamos retraçar toda a discussão anglo-saxônica sobre explicação e, mais tarde, sobre narrativa à antiga polêmica continental entre idealistas e positivistas – polêmica de que partem também os debates com os quais estamos mais familiarizados, aqueles da França (entre os “metódicos”, os sociólogos durkheimianos e os Annales) e da Alemanha (na crise do historicismo e na consolidação da história como ciência social).

Aliás, também foram posições ligadas a um certo tipo de idealismo que fizeram o contraponto aos defensores do modelo de leis de cobertura de Hempel: William Walsh, William Dray e Louis Mink foram todos profundos condecorados da filosofia

¹⁰ MANDELBAUM, Maurice. *The Problem of Historical Knowledge: an answer to relativism*. New York: Harper Torchbooks, 1967, p. 19. A obra havia sido publicada em 1938 pela Liveright Publishing Corporation.

¹¹ HEMPEL, Carl G. *The Function of General Laws in History. The Journal of Philosophy*, New York, v. 39, n. 2, p. 35-48, 1942.

¹² *Ibidem*, p. 44.

de R. G. Collingwood,¹³ cujo livro *The Idea of History* é um dos clássicos na filosofia anglo-saxônica da história. Essa publicação póstuma, editada em 1946, traz um trabalho interessante sobre o pensamento histórico. Collingwood se perguntava: “o que significa pensar historicamente?”, ou “quais as pressuposições que tornam possível compreender historicamente o passado?”. Com isso, trazia para a filosofia inglesa problemas ao quais os herdeiros de Hume eram tradicionalmente refratários. Graças a isso, ocupa na filosofia anglo-saxônica lugar semelhante ao de Croce na filosofia continental.¹⁴ Collingwood compartilhava com Dilthey e os neokantianos de Baden a rejeição ao reducionismo dos positivistas e ao naturalismo de Mill,¹⁵ mas considerava insuficientes os argumentos dos idealistas alemães em favor da autonomia da ciência histórica. Também não economizou críticas ao empirismo lógico e à então nascente filosofia analítica – vide suas discussões com Gilbert Ryle e A. J. Ayer, por exemplo.¹⁶ Suas reflexões foram fundamentais para que Walsh, Dray e Mink elaborassem seus argumentos contrários ao modelo hempeliano, formando assim mais uma conexão entre as discussões sobre explicação (e compreensão) histórica e os debates continentais do século XIX.

Aliás, Collingwood é um dos autores a quem não se aplica completamente o problema da lacuna de traduções a que me referi antes. *A Ideia de História* foi traduzida em Portugal na década de 1960, assim como a coletânea *Teorias da História*, de Patrick Gardiner, em que Collingwood aparece com um capítulo.¹⁷ Temos evidências de que essas traduções logo circularam no Brasil.¹⁸ Ainda nos anos 60,

¹³ O próprio Collingwood resistia ao rótulo de idealista, mas não entrarei nessa discussão aqui.

¹⁴ COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History*. Oxford: The Clarendon Press, 1946; CROCE, Benedetto. *Theory & History of Historiography*. London: George G. Harrap & Co., 1921.

¹⁵ Sobre os conflitos entre neo-kantianos e o positivismo, ver: BEISER, Frederick C. *After Hegel: German philosophy, 1840-1900*. Princeton: Princeton University Press, 2017, especialmente p. 145-157.

¹⁶ Ver: COLLINGWOOD, R. G. *An Essay on Philosophical Method*. Revised edition. Oxford: Clarendon Press, 2005.

¹⁷ As edições mais antigas que pude localizar foram 1969 e 1964, respectivamente.

¹⁸ Caio César Boschi menciona o volume de Gardiner em sua resenha à coletânea

tivemos também a tradução do livro *Filosofia da História*, de William Dray, pela Zahar. Todos esses volumes tiveram mais de uma edição e são parte dos acervos de diversas bibliotecas de ciências humanas em universidades brasileiras. É razoável supor que tenham sido lidos pelo menos algumas vezes desde então. Apesar disso, essas referências aos poucos cederam lugar a textos de autores franceses.

Em *Teoria da História*, uma coletânea organizada em 1976 por Maria Beatriz Nizza da Silva, só dois autores arrolados não são franceses – Ernest Nagel, filósofo nascido no que hoje é a Eslováquia, mas emigrado para os Estados Unidos ainda criança, e Edward H. Hunt, historiador britânico especializado em história econômica.¹⁹ Nagel foi um nome importante dentro do empirismo lógico, um dos principais autores no debate sobre a explicação científica na filosofia analítica da ciência e orientador de um dos defensores do modelo de leis de cobertura para a explicação histórica. Na introdução ao volume, Nizza da Silva ainda menciona os nomes de Karl Popper e Robert K. Merton, além de associar a ideia de explicação de Nagel àquela de Hempel, citando o famoso artigo de 1942 de que já falamos.²⁰ Apresentado como “epistemólogo”, Nagel aparece no volume justamente com um texto que discute e questiona a divisão estabelecida entre as ciências nomotéticas e as ciências idiográficas por Rickert e outros neo-kantianos, e argumentando a favor da tese da unidade das ciências. Aliás, é interessante a mistura eclética de posições teórico-filosóficas presentes no volume – do empirismo lógico de Nagel ao nominalismo genealógico de Paul Veyne e Foucault, passando pelo estruturalismo de Lévi-Strauss, e por Pierre Chaunu e François Furet. Esse ecletismo pode soar familiar ao leitor brasileiro, particularmente àquele formado sob

Teoria da História de Maria Beatriz Nizza da Silva, e Arno Wehling cita a tradução do livro de Collingwood em dois artigos da década de 1970. Ver: BOSCHI, Caio César. Resenha de *Teoria da História*, de Maria Beatriz Nizza da Silva. *Revista de História*, São Paulo, v. 54, n. 108, p. 589-590, 1976; WEHLING, Arno. Algumas Tendências Metodológicas em História. *Curriculum*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 27-36, 1970; WEHLING, Arno. Em Torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. *Revista de História*, São Paulo, v. 46, n. 93, p. 177-200, 1973.

¹⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Teoria da História*. Trad. de Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

²⁰ *Ibidem*, p. 8-9 e 15-17.

influência do ou no próprio eixo sul-sudeste. Uma história dos cursos de teoria da história nas universidades brasileiras talvez nos permitisse entender melhor esse ecletismo.

Esta coletânea tem um objetivo muito preciso e modesto, que é o de oferecer uma janela, uma pequena amostra dos debates centrais no contexto da filosofia anglo-saxônica da história, dos quais poucos entre nós têm mais do que um conhecimento superficial. É importante destacar: não se trata aqui de dizer que estaria com os anglo-saxônicos a “agenda legítima” da teoria e da filosofia da história, mas tão simplesmente de perceber uma dissonância de agendas, de tentar compreendê-la e de possivelmente ampliar as possibilidades de diálogo e reflexão. Pode-se muito bem argumentar, contra o exemplo que usei nesta introdução, que não é preciso entender os argumentos de Louis Mink ou Arthur Danto para entender adequadamente *Meta-História* ou qualquer outro dos diversos textos de Hayden White. Eu discordo, mas podemos sempre “concordar em discordar”. Além disso, conhecer essa bibliografia não nos obriga necessariamente a aceitar seus argumentos, mas refletir rigorosamente sobre ela certamente enriquecerá nossas próprias posições. Assim, mais do que trazer “novas referências internacionais”, nosso esforço coletivo aqui é o de esclarecer conceitos, avançar discussões e argumentos e fomentar a nossa área de maneira tão ampla quanto possível.

Da Explicação à Narrativa, o título desta coletânea, sintetiza a trajetória que percorreremos ao ler os capítulos seguintes. Organizados de maneira mais ou menos cronológica, cada um nos apresenta um participante importante dessa discussão – começando por Hempel e Collingwood e chegando a nomes mais recentes, como os de Paul Roth e Frank Ankersmit. Os capítulos não são necessariamente “resumos biográficos” ou “sinopses intelectuais”, como costuma ser o caso nesse tipo de coletânea; são textos de autores contemporâneos que se engajam seriamente com as questões postas por cada um desses personagens, combinando uma visão retrospectiva sobre a história da filosofia anglo-saxônica da história a uma visão prospectiva a respeito de problemas e debates

ainda vivos na nossa especialidade. Assim, passamos do cenário intelectual dos anos de 1950 e 1960, em que a explicação histórica ocupava o centro das discussões, para o contexto dos anos de 1970 e 1980, quando a narrativa toma a posição de destaque.

De maneira bastante geral, esse narrativismo em ascensão no último quarto do século XX é consoante a um deslocamento dos interesses de historiadores em outros contextos historiográficos rumo à literatura e à história cultural. Não surpreende, portanto, que a ênfase nos aspectos narrativos do conhecimento histórico tenha sido tão rapidamente associada às reflexões de historiadores como Roger Chartier, Carlo Ginzburg ou Robert Darnton. Em contraste, a epistemologia da explicação histórica parecia muito distante daquilo que os historiadores “efetivamente faziam”, ou pelo menos era isso que os próprios historiadores pareciam pensar.²¹ No entanto, essa “reaproximação” entre a filosofia da história e os historiadores da cultura através da “narrativa” produziu ruídos importantes, cujos efeitos foram sentidos em diversos contextos.

Enquanto organizador, gostaria de apresentar a coletânea segundo uma grade bastante específica. Por outro lado, sei bem que cabem diversos agrupamentos e articulações possíveis. Os dois primeiros capítulos, sobre Hempel e Collingwood, compõem aquilo que considero ser o primeiro bloco do volume. Isso porque o artigo de Hempel publicado em 1942 e o livro de Collingwood publicado em 1946 são peças fundamentais para entendermos os desenvolvimentos posteriores do debate. Entre a década de 1940 e a de 1970, o problema da explicação histórica ocupou papel central na filosofia anglo-saxônica da história, e tanto os textos de Hempel quanto os de Collingwood se tornaram referenciais para dois modelos distintos de respostas à questão “o que significa explicar historicamente?”²² – um ligado à subsunção a leis gerais e ao

²¹ Ver, por exemplo, Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. K. R. Popper e a epistemologia da história... *Op. cit.*, p. 574; Cf. CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia...* *Op. cit.*, p. 237-238.

²² O sumário de uma outra coletânea, *The Philosophy of History*, publicada por Patrick Gardiner em 1974, é particularmente interessante do ponto de vista do debate. Ver: GARDINER, Patrick (ed.). *The Philosophy of History*. Oxford: Oxford University Press, 1974. Diferentemente da coletânea anterior, *Theories of History*, a de 1974 nunca foi traduzida para o português.

unitarismo metodológico, o outro ligado à explicação intencional de ações através do conceito de *re-enactment* e a uma concepção de ciência histórica enquanto distinta das ciências naturais.

Em seguida, vejo um segundo bloco unindo os quatro capítulos seguintes – sobre Louis Mink, Arthur Danto, Hayden White e Frank Ankersmit. Nele, somos apresentados a quatro personagens importantes na trajetória em si “da explicação à narrativa”. Os dois primeiros, Mink e Danto, participaram ativamente do debate sobre o problema da explicação histórica, desenvolvendo pontos importantes que tornaram possível o deslocamento posterior para a narrativa. Já White e Ankersmit fazem parte do narrativismo propriamente dito – momento em que o problema da explicação histórica dá lugar à ênfase no modelo narrativo da nossa imaginação histórica e nos esquemas linguísticos que usamos para representar o passado. Deixamos o terreno da epistemologia em sentido estrito, com sua forte ligação à filosofia da ciência, e passamos à proximidade com a filosofia da linguagem, com a teoria literária e com a linguística.

Finalmente, com os dois capítulos finais, dedicados a Keith Jenkins e Paul Roth, chegamos ao que considero como o bloco de “repercussões” da reorientação dos debates. Keith Jenkins é um autor da tradição anglo-saxônica que ficou razoavelmente conhecido no Brasil através da tradução do seu *A História Repensada* e de suas posições controversas sobre a disciplina.²³ Seus textos não são menos polêmicos no cenário anglo-saxônico, onde é frequentemente associado a um tipo radical de “pós-modernismo” – posição sobre a qual permaneceu convicto a ponto de abandonar completamente a disciplina. Por sua vez, Paul Roth se dedicou à difícil tarefa de pensar a filosofia da história do ponto de vista da filosofia analítica após o narrativismo. Em consonância com a epistemologia na tradição analítica, Roth se interessa pelo funcionamento da forma narrativa enquanto explicação, ou seja, pela estrutura lógica subjacente à

²³ JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Trad. de Mário Vilela. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

forma narrativa enquanto uma forma de explicação.²⁴ Em ambos os casos, veremos que o narrativismo teve impacto profundo naquilo que se entendia por “filosofia da história” no mundo anglo-saxônico – seja apontando para outras ordens de problemas, como as implicações éticas do enredamento histórico, seja redirecionando as preocupações epistemológicas em torno das operações cognitivas que nos permitem conhecer a história.

O rol de nomes a serem abordados poderia ser ainda muito maior – desde os já mencionados Mandelbaum, Walsh, Dray e Gallie até autores mais jovens, como Jouni-Matti Kuukkanen, incluindo alguns dos convidados que atuam aqui como expositores, como Verónica Tozzi ou Kalle Pihlainen. O ambiente de debates da dita tradição anglo-saxônica tem se tornado cada vez menos exclusivamente anglo-saxônico, e as preocupações veiculadas nos periódicos e eventos da área cada vez mais expressam uma saudável pluralidade de abordagens e recortes temáticos, bem como de gênero e origens geográficas. Tanto os autores aqui apresentados quanto os autores que os apresentam podem enriquecer nossa reflexão crítica em torno de problemas teórico-filosóficos importantes: os fundamentos epistemológicos do conhecimento histórico, nossas operações intelectuais que nos permitem pensar o passado, a potência e os limites da forma narrativa para o pensamento e a transmissão do conhecimento histórico etc. Este volume foi pensado como parte de um esforço de ampliação do diálogo internacional que certamente não se esgota aqui – não pode se limitar à filosofia anglo-saxônica, nem à tradução unilateral de textos estrangeiros para o português. Considero particularmente salutar e feliz a inserção de colegas da América Latina, como Tozzi, La Greca e María Inés Mudrovic, mas também dos brasileiros, Matheus Pereira, Thiago Nicodemo, Hélio Rebello Cardoso Jr., Arthur Assis e Walderez Ramalho (para ficar em alguns poucos exemplos), nas páginas dos periódicos internacionais de língua inglesa. Na nossa revista *História da Historiografia*, a frequência de textos em língua inglesa e espanhola escritos por autores brasileiros

²⁴ ROTH, Paul. *The Philosophical Structure of Historical Explanation*. Evanston: Northwestern University Press, 2020.

João Ohara (Org.)

e estrangeiros vem crescendo – e, junto dela, também cresce o alcance internacional da revista. Nessa lenta construção de pontes rumo a uma aproximação mais igualitária, em que sejamos tratados como plenos participantes do debate, espero que este volume possa dar uma modesta contribuição.



A Ciência Universal de Carl Gustav Hempel

Sérgio Campos Gonçalves

Nascido em 1905 na Alemanha, mais precisamente em Oranienburg, Carl Gustav Hempel construiu sua formação acadêmica estudando matemática, física e filosofia nas universidades de Göttingen, Heidelberg, Berlim e Viena. Sua trajetória acadêmica na Alemanha, no entanto, foi interrompida pela escalada do nazismo ao poder.¹ Hempel elaborou sua tese de doutorado estudando filosofia na Universidade de Berlin sob orientação de Hans Reichenbach, um dos representantes do Círculo de Viena e um dos fundadores em Berlin do movimento filosófico que ficou conhecido como positivismo ou empirismo lógico.² Reichenbach

¹ Sobre sua vida e obra, ver: CARL G. Hempel. *Princeton University*, Department of Philosophy, [s. d.]. Disponível em: <https://philosophy.princeton.edu/about/past-faculty/carl-g-hempel>. Acesso em: 07 fev. 2020; *Idem. University Times*, v. 30, n. 7, [s. p.], 1997. Disponível em: <https://www.utimes.pitt.edu/archives/?p=3294>. Acesso em: 07 fev. 2020; DEWULF, Fons. Revisiting Hempel's 1942 Contribution to the Philosophy of History. *Journal of the History of Ideas*, Philadelphia, v. 79, n. 3, p. 385-406, 2018; FETZER, James. Carl Hempel. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Palo Alto: Stanford University Press, 2012. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/hempel/>. Acesso em: 07 fev. 2020. A obra de Hempel está disponível abertamente desde 2013 graças à Universidade de Pittsburgh: <https://digital.library.pitt.edu/islandora/object/pitt%3AUS-PPiU-aspi199901/viewer>.

² Nossa escopo não permite buscar atentar aos pormenores que diferenciam as estirpes herdadas, de um lado, por David Hume, e a de Ernst Mach, de outro, entre empirismo lógico e positivismo lógico. Cf. MARQUEZ, Rodrigo de Oliveira. Carl Hempel e David Hume: a fundamentação epistemológica do “Covering Law Model” na historiografia. *Revista de Teoria da História*, v. 6, n. 11, 2014.

fora prontamente demitido de sua cadeira na Universidade de Berlim em 1933, imediatamente depois de Hitler ter se tornado Chanceler e, nesse contexto, Hempel se instalou com sua esposa, Eva Ahrends, em Bruxelas, na Bélgica, com apoio de seu amigo e colaborador Paul Oppenheim. Na ausência do orientador e diante da dificuldade de compor uma banca examinadora com avaliadores competentes em tempos tão turbulentos, a solenidade da defesa contou com Wolfgang Köhler e Nicolai Hartmann servindo nominalmente para que Hempel pudesse conquistar seu título acadêmico de doutor em 1934, apenas uma semana antes de Hitler assumir o poder, proclamando-se Führer-Reichskanzeler. Assim, Hempel, como tantos outros intelectuais europeus, saiu da Alemanha e emigrou para os Estados Unidos, onde construiu uma carreira de sucesso: lecionou para o Departamento de Filosofia da Universidade de Princeton entre 1955 e 1973, e trabalhou na Universidade de Pittsburgh de 1976 até sua aposentadoria em 1985. Hempel faleceu em 1997, na cidade de Princeton, em New Jersey, Estados Unidos, aos 92 anos.

Último sobrevivente do positivismo lógico do Círculo de Viena, Hempel desembarcou em uma América do Norte que, nos anos 1930 e 1940, olhava com reservas e suspeitas para os membros e descendentes de seu movimento filosófico. Em solo estrangeiro formado por religiosos nacionalistas, imigrantes como Hempel eram vistos com desconfiança por declararem o discurso ético e religioso “cognitivamente sem sentido”. Com isso, desconfiavam que tipo de pessoa seriam tais intelectuais-imigrantes e que tipo de influência poderiam exercer sobre os estudantes nas universidades estadunidenses. Esse cenário desfavorável, por conseguinte, retardou consideravelmente sua progressão de carreira em posições do quadro de professores da universidade. Em agosto de 1937, Hempel se instalou com sua esposa para trabalhar na Universidade de Chicago, onde sobreviveu com a *fellowship* de pesquisa de patrocínio da Fundação Rockefeller obtida originalmente pelo Prof. Rudolf Carnap e por ele agraciada para Hempel e seu amigo e colaborador Olaf Helmer. Entre 1939 e 1940, Hempel lecionou no *City College*

em cursos de verão e noturnos antes de ser indicado para a posição de Instrutor, e depois de Professor Assistente, no *Queens College*, em Nova York, onde trabalhou até 1948. Este foi um ano determinante na trajetória de Hempel – foi quando conseguiu emprego no Departamento de Filosofia da Universidade de Yale. Entretanto, além de marcar uma virada profissional importante, tratou-se de uma época determinante também por registrar momentos conturbados na vida pessoal de Hempel: sua esposa morreu durante o parto de seu único filho, Peter Andrew. Dois anos depois, Hempel se casou novamente, com Diane Perlow.

Em sua longa vida, ocupou várias posições de distinção, editorias, *fellowships*, e foi agraciado com várias premiações acadêmicas e títulos honoríficos. Foi eleito para a Academia Americana de Artes e Ciências, para a Sociedade Filosófica Americana e foi Presidente da Divisão Ocidental de Filosofia Americana. Como correspondente, também foi eleito para a Academia Britânica e para a Academia Nacional de Lincei, da Itália. Em 1955, Hempel saiu de Yale e aceitou a cadeira de *Stuart Professor of Philosophy* na Universidade de Princeton, onde ficou até se aposentar compulsoriamente por idade, aos 68 anos, em 1973. Entretanto, assinou em 1977 para lecionar filosofia na Universidade de Pittsburgh até 1985. Depois, voltou para Princeton por mais uma década.

Apesar de Hempel frequentemente ter escolhido lecionar cursos introdutórios para calouros, como *Introdução à Lógica* e *Introdução à Filosofia da Ciência*, sua contribuição mais longeva em Princeton foi na posição de *Director of Graduate Studies*, a qual ocupou por décadas. À frente da Pós-Graduação em Filosofia, Hempel gradualmente o transformou no Programa em primeiro lugar no ranking do *Carter Report*,³ uma avaliação acerca da qualidade na educação de nível superior, e desde então figura entre os programas de pós-graduação de grande qualidade e prestígio. Não surpreende, portanto, que Hempel tenha lecionado ao lado

³ Cf. MAGOUN, H. W. The Carter Report on Quality in Graduate Education. *The Journal of Higher Education*, v. 37, n. 9, p. 481-492, 1966.

de Charles Gillispie e Thomas Kuhn como *lecturer* no Programa de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Princeton.

Hempel foi uma figura central no desenvolvimento do empirismo lógico, o movimento intelectual iniciado nos anos 1920 em Viena e que ficou marcado, sobretudo, pela perspectiva de que o conhecimento científico é o único tipo de conhecimento factual e que, sendo assim, todas as doutrinas metafísicas tradicionais são sem sentido e, portanto, devem ser abandonadas.⁴ Tratava-se, acima de tudo, de buscar um critério de científicidade, de validar o conhecimento científico por meio das concepções produzidas pela filosofia da ciência no século XIX, de aproximar seus fundamentos do factual e de distanciá-los da metafísica, afastando-os de Hegel, negando o racionalismo em favor de uma ontologia idealista, e de Kant, afirmindo que a verdade lógica dos enunciados não é sintética, mas analítica, pois depende de seu conteúdo factual, que é *a posteriori* e não *a priori*.⁵ Tratava-se, portanto, de uma busca por um critério de científicidade, empreitada à qual Hempel ofereceu contribuições determinantes. A raiz de sua preocupação era examinar a natureza da ciência teórica e, graças a isso, acabou por avançar inclusive na compreensão de conceitos das ciências sociológicas.

Os primeiros passos nessa direção foram dados por estudos publicados a partir dos anos 1940. Em 1945 publicou que toda a matemática, com exceção da geometria, poderia ser reduzida à lógica e a seus fundamentos, como se a matemática fosse um exemplo

4 Hempel sempre preferiu descrever-se e seus colegas do Círculo de Viena e do Grupo de Berlin como filósofos “lógico-empiristas”, ao invés do termo “positivismo lógico”, por sua ligação com Auguste Comte, a qual evocaria uma espécie de “metafísica materialista”, sem assumir que não se é possível conhecer tudo - isto é: as hipóteses metafísicas são incapazes de confirmação ou não por meio de evidências, que seriam o único meio de se produzir conhecimento cientificamente válido. Cf. FETZER, James. *Carl Hempel... Op. cit.* KITCHER, Philip S. *Philosophy of science. Encyclopædia Britannica.* 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/philosophy-of-science>. Acesso em: 07 fev. 2020.

5 Cf. AYER, A. J. *Language, Truth and Logic.* London: Penguin Books, 1990 [1936]; BENOIST, Jocelyn. Schlick et la métaphysique. *Les Études Philosophiques*, Marseille, v. 58, n. 3, p. 301-316, 2001; CARNAP, Rudolf. Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem. Trad. de Antonio Ianni Segatto. *Cadernos de Filosofia Alemã*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 95-115, 2016; OLIVEIRA, A. C. de. A crítica de Carnap aos enunciados da Metafísica. *Revista Urutáguia*, Maringá, n. 18, p. 29-36, 2009; STEINLE, William. A Superação da Metafísica pela Análise da Lógica da Linguagem de Rudolf Carnap. *Cognitio*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 293-309, 2013.

de um conhecimento “apriorístico”, pois, dizia Hempel, todos os conceitos matemáticos poderiam ter seus significados definidos com base em conceitos da lógica e todos os teoremas matemáticos poderiam ser deduzidos de verdades lógicas, ou seja, todos os termos matemáticos seriam redutíveis a termos lógicos e todos os axiomas matemáticos seriam derivados de axiomas da lógica.⁶

Contudo, Hempel ganhou destaque no mapa da filosofia analítica preocupada com os fundamentos do conhecimento notadamente a partir da publicação, em 1948, de obra conjunta com Paul Oppenheim, na qual buscou elaborar uma teoria logicamente precisa conhecida como “Teoria da Explicação” Dedutiva-Nomológica, ou também como “lei geral” ou “método da lei de cobertura” (*Covering Law*), a qual comprehende que as leis e teorias científicas são uma sistematização de enunciados empíricos que, de outro modo, estariam dispersos, e que tal método nada mais é do que uma expressão em linguagem natural da formalização da explicação científica.⁷ Nessa concepção, as teorias explicativas que funcionam empírica e factualmente constituem leis e, por sua vez, o conhecimento seria considerado científico quando fosse capaz de explicar um fenômeno pela subsunção a leis ou a uma teoria. Nessa esteira, a confirmação da validade científica de uma conclusão poderia se dar, inclusive, quantitativamente, buscando graus de confirmação de uma hipótese a partir de um acúmulo serializado de evidências afirmativas. Daí em diante, em sua trajetória intelectual, Hempel sustentou que a “explicação” é um método de definição que lida com palavras e frases vagas e ambíguas e as sujeitam a um processo de esclarecimento e desambiguação. Mais precisamente, dizia Hempel, que às “explicações” é exigido satisfazer um critério

⁶ HEMPEL, Carl Gustav. *Studies in the Logic of Confirmation* (I). *Mind*, Oxford, v. 54, n. 213, p. 1-26, 1945; *Ibidem. Studies in the Logic of Confirmation* (II). *Mind*, Oxford, v. 54, n. 214, p. 97-121, 1945; *Idem. Geometry and Empirical Science. American Mathematical Monthly*, Washington, v. 52, n. 1, p. 7-17, 1945; *Idem. On the Nature of Mathematical Truth. American Mathematical Monthly*, Washington, v. 52, n. 10, p. 543-556, 1945.

⁷ Cf. HEMPEL, Carl Gustav; OPPENHEIM, Paul. *Studies in the Logic of Explanation. Philosophy of Science*, Chicago, v. 15, n. 2, p. 135-175, 1948. AGUIAR, Túlio Roberto Xavier de. As simetrias do modelo hemipeliano de explicação. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 46, n. 111, p. 138-152, 2005; ANTIQUEIRA 2013; COSTA, Carlos. Sobre a Explicação na História. *Revista Universitas*, Salvador, n. 29, p. 109-134, 1982.

de determinância sintática, de relevância semântica e de benefício pragmático.⁸

Hempel examinou a lógica interna do conhecimento para verificar a adequação de diversas frentes do saber em relação aos critérios de científicidade estabelecidos desde o século XIX. Diante disso, confrontou modelos de científicidade com explicações funcionais e históricas nas ciências naturais e humanas, bem como a própria ciência histórica, e tais reflexões e tensões influenciaram a forma pela qual Hempel subsequentemente passou a trabalhar sobre a explicação científica. Não abandonou, no entanto, a busca por uma lei geral. Pelo contrário, adaptou suas considerações iniciais para incluir nelas que hipóteses gerais requerem condições de equivalência sob as quais observações empíricas são realizadas para que seus relatos sejam quantitativamente serializados para confirmar conclusões.

Hempel defendia que a investigação científica se ramifica em dois grupos: as ciências empíricas e as não-empíricas. “As primeiras procuram descobrir, descrever, explicar e predizer as ocorrências no mundo em que vivemos, suas asserções devem ser, portanto, confrontadas com os fatos de nossa experiência e só são aceitáveis se amparadas por uma evidência empírica”. Em sua concepção, as evidências se manteriam por diversos modos: “por experimentação, por observação sistemática, por entrevistas ou levantamentos, por exames psicológicos ou clínicos, por estudos de relíquias arqueológicas, documentos, inscrições, moedas etc.”. Com isso, as ciências ditas empíricas dependeriam de evidência empírica, e isso as diferenciaria de disciplinas não-empíricas, como a lógica e a matemática, cujas proposições são comprovadas sem referência essencial ao empírico.⁹

⁸ HEMPEL, Carl Gustav. Deductive-Nomological vs. Statistical Explanation. In: FEIGL, Herbert; MAXWELL, Gordin (eds.). *Scientific Explanation, Space & Time*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 98-169, 1962; Idem. *Explanation in Science and in History*. In: COLODNEY, Robert (ed.). *Frontiers of Science and Philosophy*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1962, p. 9-33.

⁹ Idem. *Philosophy of Natural Science*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966, p. 1. Cf. Idem. *Fundamentals of Concept Formation in Empirical Science*. Chicago: University of Chicago Press, 1952.

Assim, em sua concepção, a razão científica admite graus de significância dentro de sistemas teóricos que são variáveis conforme o tipo de explicação científica e sua capacidade de poder de sistematização. Haveria, desse modo, graus diferentes de possibilidade de confirmação empírica entre a ciência natural e a ciência histórica, conforme duas de suas principais obras e de maior impacto, *Fundamentals of Concept Formation in Empirical Science* (1952) e *Philosophy of Natural Science* (1966). No que tange, por exemplo, à explicação na história, a tese central da “lei geral” estipula que, no mínimo, alguma lei sempre está implícita em toda explicação histórica, de modo que, quando a requerida lei é afirmada explicitamente, a explicação histórica é sancionada como uma explicação completamente científica. Isto é, sua teoria geral do conhecimento científico sustentava que toda explicação científica requer uma classificação sob leis gerais.¹⁰

Entretanto, ao notar que a explicação histórica era frequentemente entendida como uma exceção ao modelo da ciência, Hempel concentrou esforços para mostrar que o modelo das leis gerais das explicações científicas seria compatível até com o caso especial da história, sob o argumento de que as explicações históricas válidas, em grande medida, invocam leis gerais tanto quanto as outras explicações científicas. Sua concepção se baseava na presunção de que haveria uma unidade da ciência e no postulado de que há uma lógica similar que regula todas as áreas do conhecimento científico, cujo modelo é a explicação das ciências naturais.¹¹

Mais precisamente, na catalogação de Hempel, a ciência empírica se ramificaria em Ciências Naturais e Ciências Sociais. De acordo com Hempel, o critério para tal divisão “é muito menos claro que aquele que distingue a pesquisa empírica da não-empírica, e não há acordo geral sobre onde precisamente a linha que os separa deve ser traçada”. Ainda nas suas palavras, normalmente, “as ciências naturais são compreendidas incluindo física, química, biologia” e

¹⁰ Cf. FETZER, James. Carl Hempel. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*... Op. cit.

¹¹ Cf. HEMPEL, Carl Gustav. Explanation in Science and in History. In: COLODNEY, Robert Garland (ed.). *Frontiers of Science and Philosophy*... Op. cit.

suas áreas afins, enquanto que “as ciências sociais são tidas como compreendendo a sociologia, a ciência política, a antropologia, a economia, a historiografia, e suas disciplinas correlatas”. Não haveria, desse modo, uma divisão de “significância sistemática”; a diferença repousaria sobretudo em uma questão de domínio do empírico, mais que de matéria, objetivo, métodos e pressuposições.¹²

O argumento de Hempel é de que “na história, como em qualquer outro lugar na ciência empírica, a explicação de um fenômeno consiste em subsumi-la sob leis empíricas gerais”; e, assim, o critério de validade não dependeria de a “explicação ter apelo em nossa imaginação, de ser apresentada por meio de analogias sugestivas, ou de ser, ao contrário, feita para aparentar-se plausível”. Tudo isso também poderia ocorrer em pseudoexplicações. A sua validade dependeria exclusivamente do fato de a explicação repousar sobre suposições empiricamente bem confirmadas no que diz respeito às condições iniciais do fenômeno e às leis gerais. Para Hempel, as explicações efetivamente oferecidas na história consistiriam em duas possibilidades: ou em subsumir o fenômeno em questão sob uma explicação científica ou esquema explicativo, ou em uma tentativa de subsumi-los sob alguma ideia geral que aparece como constante em testes empíricos.¹³

Hempel observa, ainda, que:

[...] pode ser útil mencionar aqui que aquelas hipóteses universais às quais os historiadores explicitamente ou tacitamente se referem ao oferecer explicações, previsões, interpretações, julgamentos de relevância etc., são obtidas de vários campos da pesquisa científica, na medida em que elas não são generalizações pré-científicas da experiência cotidiana. Muitas das hipóteses universais que dão base a explicações históricas, por exemplo, poderiam comumente ser classificadas como psicológicas, econômicas, sociológicas, e parcialmente talvez como leis históricas; além disso, a pesquisa histórica frequentemente tem lançado mão de leis gerais estabelecidas na física, na química e na biologia.¹⁴

¹² HEMPEL, Carl Gustav. *Philosophy of Natural Science...* Op cit., p. 1-2.

¹³ *Idem*. The function of general laws in history. *The Journal of Philosophy*, New York, v. 39, n. 2, p. 45, 1942.

¹⁴ *Ibidem*, p. 47.

A reflexão de Hempel sobre a natureza do conhecimento histórico enquanto conhecimento científico e, portanto, enquadrada por seu modelo de “leis gerais” provocou diálogos e debates sobre a história como um saber adequado ou inadequado ao modelo de ciência herdado do século XIX e que Hempel buscava generalizar. As discussões sobre a compreensão de Hempel, sua reflexão sobre a fundamentação do conhecimento científico e a posição das ciências humanas e, sobretudo, da história, geraram reações na filosofia analítica que antecederam o que entre os historiadores ficariam conhecidas como as “teses narrativistas”, que examinaram o pertencimento da história ao modelo das ciências naturais, conforme estruturado desde o século XIX, a partir da “provocação” intelectual de Hempel.¹⁵

Desse modo, defende Hempel, seria fútil e inútil tentar demarcar as divisões em relação aos diversos ramos da pesquisa científica, pois a necessidade de que a pesquisa histórica use hipóteses universais, proveniente de outras áreas, seria apenas um dos aspectos do que poderia ser denominado “unidade metodológica da ciência empírica”.¹⁶ Em outro texto, publicado vinte anos depois, Hempel reitera que haveria uma natureza comum da faculdade do entendimento, e que ela seria basicamente a mesma em todas as áreas da pesquisa científica.¹⁷ Assim, haveria um solo comum sobre o qual repousariam todas as explicações científicas, ainda que em

¹⁵ Isto foi examinado preliminarmente em GONÇALVES, Sérgio Campos. As Teses Narrativistas na Filosofia Analítica Anglo-American: antecedentes de uma outra teoria da história. *Stanford Digital Repository*. Stanford Libraries, 2013, antes de ser aprimorado e finalmente publicado no Brasil em GONÇALVES, Sérgio Campos. As teses narrativistas na linhagem anglo-americana da teoria da história. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 64-87, 2018. Cf. BERLIN, Isaiah. History and Theory: the concept of scientific history. *History and Theory*, Middletown, v. 1, n. 1, p. 1-31, 1960; MARQUEZ, Rodrigo de Oliveira. Carl Hempel e David Hume... *Op. cit.*; WUNDERLICH, Michel Patric. *Carl Hempel e a questão da explicação histórica: modernidade, filosofia científica e o 'covering-law model debate'*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Ver também: Cf. COSTA, Carlos. Sobre a Explicação na História... *Op. cit.* e TELLES, Marcus Vinícius de Moura. *Simultaneidade e retrospecção: o debate sobre a narrativa na filosofia da história anglo-saxônica (1942-1973)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

¹⁶ HEMPEL, Carl G. The Function of General Laws in History... *Op. cit.*, p. 48.

¹⁷ *Idem*. Explanation in science and in history... *Op. cit.*, p. 123-124.

graus variados de significância teórica e poder de sistematização, pois seria possível produzir conclusões cientificamente válidas a partir da serialização de observações dos fenômenos a serem explicados, mesmo que os fenômenos, como é o caso das ciências humanas, sejam impossíveis de repetição idêntica. No melhor estilo de sua obra, para Hempel, o denominador da ciência, quer seja para as naturais ou para as humanas, seria a lógica.

A Importância de R. G. Collingwood para a Filosofia Contemporânea da História

Jonas Ahlskog

No mundo de língua inglesa, R. G. Collingwood (1889-1943) é definitivamente um dos mais influentes e conhecidos filósofos da história do século XX. Seu impacto no campo é incomparável entre os filósofos anglófonos em virtude do fato de que sua obra foi e continua a ser lida com grande interesse por pesquisadores de uma grande variedade de assuntos nas humanidades e ciências sociais. No interior da tradição da filosofia analítica, junto de Georg Henrik von Wright, G. E. M. Anscombe e Charles Taylor, Collingwood é frequentemente citado como um dos principais proponentes do antipositivismo nos debates metodológicos sobre explicação e compreensão da ação humana. A inclusão de sua publicação póstuma, *A Ideia de História* (1946), na lista dos cem livros mais influentes após a Segunda Guerra Mundial no *The Times Literary Supplement* é certamente um testemunho do seu vasto impacto intelectual. À luz do amplo impacto de suas obras, é um pouco irônico que Collingwood não seja mais uma influência significativa no campo ao qual seus trabalhos mais famosos contribuem: a filosofia e a teoria da história.¹

¹ Uma expressão clara desse fato é que Collingwood não é sequer mencionado na exposição de Chris Lorenz sobre as principais tendências e tópicos da filosofia e da teoria da história após 1945. Ver LORENZ, Chris. History and Theory. In: SCHNEIDER, Axel

O principal objetivo deste capítulo é mostrar que os escritos de Collingwood ainda têm o poder de revitalizar a filosofia contemporânea da história.² Conforme argumentarei, a filosofia de Collingwood pode oferecer uma cura contra as problemáticas tendências formalistas que têm assombrado a filosofia da história há muitas décadas. Identificarei as tendências formalistas no interior tanto da filosofia da história “narrativista” quanto da “empirista”.³ Por formalismo, refiro-me a uma abordagem da história que foca somente na forma literária das obras historiográficas ou, alternativamente, nas formas de raciocínio científico a partir de evidências empíricas na pesquisa histórica. Em contraste, uma abordagem não-formalista da história foca não somente nas formas de escrita e raciocínio, mas também em questões a respeito da natureza das nossas relações com os objetos de conhecimento e compreensão históricos.⁴ A filosofia de Collingwood se opõe

e WOOLF, Daniel (eds.). *The Oxford History of Historical Writing: Historical Writing Since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 13-35. Também deveria ser óbvio para qualquer um que tenha acompanhado os debates contemporâneos nos principais periódicos do campo que a escolha (talvez não intencional) de Lorenz de deixar Collingwood de fora é bem fundamentada.

² Neste capítulo, para efeitos de concisão, usarei apenas o termo “filosofia”, mas meu uso será similar ao uso amplo e inclusivo da noção de “teoria” entre muitos teóricos da história. Para uma discussão dessa terminologia, ver: PAUL, Herman. *Key Issues in Historical Theory*. London: Routledge, 2015, p. 12-14.

³ O rótulo “filosofia narrativista da história” é controverso. Deveria ele incluir os primeiros narrativistas, como Arthur Danto, W. B. Gallie, Louis Mink e Morton White? Ou só deveria ser usado para se referir à virada rumo à linguagem e à narrativa inspirada pelas teorias de Hayden White? No que se segue, uso o termo apenas no segundo sentido, ou seja, como a tradição da teoria da história mais ou menos inspirada pelo livro seminal de Hayden White, *Meta-História*. O motivo é que foi com *Meta-História* que o foco se deslocou da análise das “sentenças narrativas” para as características narrativas de obras históricas inteiras. A esse respeito, uso o termo “filosofia narrativista da história” da mesma maneira que Jouni-Matti Kuukkanen. Ver: KUUKKANEN, Jouni-Matti. *Postnarrativist Philosophy of Historiography*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015, p. 16-29. Para uma descrição incisiva das características construtivistas da filosofia narrativista de Hayden White, ver: PIHLAINEN, Kalle. Rereading Narrative Constructivism. *Rethinking History*, Abingdon, v. 17, n. 4, p. 509-527, 2013. O termo filosofia “empirista” da história é de minha própria invenção. Neste contexto, usarei o termo para designar a ideia de que as formas científicas de raciocínio dos historiadores a partir de evidências empíricas devem ser o foco da filosofia da história. Aviezer Tucker argumentou recentemente em favor dessa perspectiva “empirista”. Cf. TUCKER, Aviezer. *Our Knowledge of the Past: a philosophy of historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 6.

⁴ O problema do formalismo tem sido uma preocupação central da filosofia contemporânea da história. Ver, por exemplo, *Idem*, *Our Knowledge of the Past... Op. cit.*; ANKERSMIT, Frank. *Sublime Historical Experience*. Stanford: Stanford University Press,

diretamente ao formalismo. Como na sua célebre observação em *A Ideia de História*: “a filosofia não pode separar o estudo do ‘conhecer’ do estudo d’o que se conhece”.⁵ Concluindo, afirmarei que as principais ideias de Collingwood oferecem maneiras profícuas de pensar a respeito das maneiras em que a compreensão e o conhecimento históricos se relacionam a questões existenciais sobre autoconhecimento.

Tendências Formalistas na Filosofia “Narrativista” da História

É fato que Collingwood não é mais um ponto central de referência na filosofia contemporânea da história. No entanto, pode-se argumentar que isso não seria uma expressão de “descaso”, mas simplesmente o resultado de uma mudança interna à disciplina em si. O principal objetivo de Collingwood era distinguir os princípios da história daqueles das ciências naturais, e essa não é mais uma preocupação central para a filosofia contemporânea da história. Apesar disso, a filosofia de Collingwood teve um papel importante nos debates seminais sobre explicação científica e compreensão histórica durante a “fase analítica” da filosofia da história, de 1950 até mais ou menos 1970. Nesses debates, os argumentos de Collingwood pela autonomia da história serviram de proteção contra as tentativas de reduzir a compreensão histórica às formas nomológicas de explicação nas ciências naturais. De qualquer modo, esses debates minguaram abruptamente já nos anos de 1970 e, naquele momento, a filosofia da história tomou uma direção nitidamente nova. Essa nova direção foi uma “virada linguística”, na qual os usos da linguagem por parte dos historiadores foram colocados no centro das atenções. Os principais conceitos para essa nova filosofia da história não eram mais explicação e compreensão, mas estrutura narrativa e representação linguística. Nessa interpretação,

2005; DAY, Mark. Our Relations with the Past. *Philosophia*, Basel, v. 38, n. 4, p. 417-427, 2008; e RUNIA, Eelco. *Moved by the Past: discontinuity and historical mutation*. New York: Columbia University Press, 2014.

⁵ Ver: COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1993 [1946], p. 3.

Collingwood não foi “abandonado”, mas simplesmente suplantado por um novo paradigma.

O marco dessa nova agenda narrativa na filosofia da história é, sem dúvida, o influente livro de Hayden White, *Meta-História* (1973).⁶ De acordo com White, os historiadores são comparáveis aos romancistas uma vez que eles têm a liberdade de escolher entre diferentes maneiras de narrar os eventos do passado. Além disso, White afirmou, fundamentalmente, que a narrativa do historiador não está limitada pelos fatos do passado e que as escolhas narrativas feitas pelos historiadores não são baseadas em fundamentos epistemológicos, mas sim estéticos e políticos. Por trás dessas suposições estava uma ideia que se tornaria fundamental para toda a filosofia narrativista da história subsequente: a ideia de que, para entender a história, deve-se analisar textos históricos inteiros, geralmente monografias, enquanto unidades literárias autônomas baseadas em discursos contemporâneos e convenções de gênero. Durante a fase analítica, o foco havia sido a lógica e o valor de verdade das declarações históricas individuais – para a filosofia narrativista da história, o principal objeto de análise se tornou o texto histórico como um todo. Baseados nos influentes escritos de Frank Ankersmit, passou-se a considerar que, embora declarações históricas individuais sejam falsificáveis, textos históricos inteiros não o são e, portanto, devem ser avaliados de maneira análoga à “realidade” de um romance ou uma pintura.⁷ Autoproclamados como uma “nova filosofia da história”, os teóricos narrativistas se empenharam provocativamente em revelar “a história como a literatura da ilusão realista”.⁸

Sem dúvida, enfatizar os aspectos literários da história é útil contra ideias objetivistas a respeito do descobrimento do passado nu, “wie es eigentlich gewesen”. No entanto, existe sempre o risco de

⁶ WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in the nineteenth-century Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

⁷ Cf. KELLNER, Hans. Introduction: Describing Redescriptions. In: ANKERSMIT, Frank e KELLNER, Hans (eds.). *A New Philosophy of History*. London: Reaktion Books, 1995, p. 8.

⁸ *Ibidem*, p. 1.

que o foco na narrativa acabará se tornando uma teoria filosófica formalista geral. Argumentei em outro texto que o próprio Hayden White não cedeu a esse risco, mas é óbvio que outros filósofos narrativistas da história o fizeram. Um exemplo importante é Ankersmit, que imaginou que, na verdade, o advento do narrativismo dissolveria a própria ideia de uma filosofia da história. Isso porque analisar a história enquanto uma forma de literatura é essencialmente se dedicar a uma investigação literária ou histórica, mais do que filosófica. Na prática, essa virada inspirou um vasto e, de várias maneiras, bem-sucedido programa de pesquisas em que ferramentas e conceitos emprestados da teoria literária foram aplicados à escrita da história. Ankersmit afirmou que a mudança provocada por essa reorientação envolvia uma “redefinição” da própria disciplina da filosofia da história.⁹ De acordo com ele, o que aconteceu foi que a filosofia da história perdeu o “caráter abstrato e apriorístico que costumava compartilhar com a filosofia” e “se tornou gradualmente uma nova e muito sofisticada historiografia (ou seja, uma história da escrita da história).”¹⁰ Nessa linha de pensamento, todas as questões filosóficas sobre a história poderiam ser reduzidas a questões a respeito da forma narrativa da escrita histórica.

Filosofia da História Além da Teoria Literária

O narrativismo, entendido como a aplicação da teoria literária a obras historiográficas, deu uma contribuição duradoura à nossa compreensão da estrutura literária das obras historiográficas. No entanto, seria um erro afirmar que a teoria literária é capaz, de alguma forma, de desafiar a própria ideia de uma filosofia da história, pelo menos no sentido em que Collingwood a concebia. Isso porque o advento do narrativismo não foi realmente uma “redefinição” da filosofia da história, como Ankersmit gostaria, mas a invenção de uma nova disciplina. Investigar as estruturas retóricas da escrita da história é, de fato, um empreendimento importante

⁹ ANKERSMIT, Frank. Bibliographical Essay. In: ANKERSMIT e KELLNER. *A New Philosophy of History...* Op. cit., p. 281.

¹⁰ *Ibidem.*

por si só, mas, independentemente do que tal investigação mostre, ainda será possível fazer filosofia sobre a história. Dedicar-se a um exame dos modos de representação usados na escrita da história é uma coisa, e examinar filosoficamente os conceitos sem os quais não seríamos sequer capazes de articular uma ideia do histórico é outra, bem diferente. Além disso, devemos admitir, os historiadores não escrevem só para convencer seus leitores; eles também querem compreender e explicar o passado.

Fazer filosofia sobre a história é examinar o significado de conceitos tais como “compreensão” e “explicação” na prática da pesquisa histórica. Esses conceitos têm, de fato, um significado para nós (caso contrário, jamais poderíamos concordar ou discordar sobre o correto entendimento da compreensão ou da explicação histórica¹¹) e isso implica na possibilidade de examinarmos esses conceitos filosoficamente – independentemente do que qualquer tipo de análise das estruturas retóricas da escrita da história possa mostrar. Aliás, a afirmação de que a história poderia ser reduzida a uma forma de literatura também está fundamentada em certas ideias filosóficas. Naturalmente, nenhuma discussão filosófica sincera sobre a história pode começar de uma posição em que essas ideias já sejam aceitas. Antes, uma discussão filosófica questionará também as pressuposições nas quais as posições narrativistas se baseiam. Logo, a filosofia da história é indiferente à suposta “redefinição” da disciplina pela teoria narrativa ou literária.

O ponto acima talvez possa ficar mais claro com um exemplo. O clássico de E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*,¹² é sem dúvida bastante adequado para uma análise narrativa, mas também pode ser tratado filosoficamente. Neste caso, faríamos perguntas como: que tipo de imagem de compreensão histórica está expressa no livro? Em outras palavras, o que Thompson entende por “compreensão histórica”? E, uma vez que a “compreensão

¹¹ Pode-se argumentar que tais discordâncias não são somente o choque de diferentes opiniões pessoais. Cf. MCCULLAGH, C. Beehan. What do Historians Argue About? *History and Theory*, Middletown, v. 43, n. 1, p. 18-38, 2004.

¹² THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin, 1982.

histórica” não se define simplesmente pelo que quer que Thompson pense que ela significa, segue que seríamos capazes de nos dedicar a uma crítica filosófica de Thompson. Talvez alguém possa dizer que, nesse caso, meu argumento pressupõe que a forma de um texto histórico não determina completamente o que se possa entender por “compreensão histórica”.¹³ Mas, ao contrário, se ela de fato o determinasse, então jamais seríamos capazes de falar de “compreensão histórica” como qualquer coisa além da soma de todas as diferentes formas de escrita da história. Dizer isso seria uma tolice, uma vez que somos obviamente capazes de distinguir entre o sucesso e o fracasso da compreensão histórica tal qual ela se manifesta em diferentes textos de história. O próprio conceito de história Whig demonstra esse fato. Nosso conceito de compreensão histórica certamente é moldado por textos de história efetivamente escritos, mas não segue desse fato que todos os livros de história sejam igualmente bons exemplos de compreensão histórica.¹⁴

Estreitamente ligado a esses problemas está o prolífico interesse da filosofia narrativista da história em questões sobre a linguagem. Se os modos de representação do historiador se tornam o principal objeto de preocupação da teoria, então não é surpreendente que questões sobre a natureza da linguagem também venham à tona. A esse respeito, duas das principais figuras nessa tradição, White e Ankersmit, argumentaram que narrativas são construtos meramente linguísticos sem quaisquer relações referenciais controláveis com “o real”.¹⁵ O pano de fundo filosófico dessa ideia é uma forma de estruturalismo em que a linguagem é tratada como um sistema autorreferente, tomada em conjunto com a suposição de que a linguagem em si mesma “limita as maneiras pelas quais podemos conhecer e representar

¹³ Cf. WHITE, Hayden. *The Content of the Form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

¹⁴ Dray tem uma crítica pertinente a White em relação à ideia de que a forma determina o conteúdo na escrita da história. Ver: DRAY, W. H. *On History and Philosophers of History*. Leiden: Brill, 1989, p. 156-157.

¹⁵ Cf. LORENZ, Chris. *History and Theory... Op. cit.*, p. 26; e PARTNER, Nancy. Foundations: Theoretical Frameworks for Knowledge of the Past. In: PARTNER, Nancy e FOOT, Sarah (eds.). *The Sage Handbook of Historical Theory*. London: SAGE Publications, 2013, p. 2.

o mundo, e nos oferece como natural o que na verdade é convencional".¹⁶ Nessa linha de raciocínio, todas as questões na filosofia da história seriam subsumidas sob o problema geral da relação entre a linguagem e a realidade. Consequentemente, seria possível reduzir a filosofia da história às questões a respeito da natureza da linguagem, e a principal controvérsia seria simplesmente qual tipo de filosofia da linguagem se prefere para explicar a história.¹⁷

Esse raciocínio lida com algo que W. H. Dray chamaria de um contraste vazio.¹⁸ Para que uma redução seja realizada de maneira significativa, precisamos ter em mente um contraste com algo a que tal redução não se aplica. Se a filosofia da história pudesse de fato ser reduzida a questões gerais sobre a linguagem a partir do simples fato de que os historiadores precisam usar a linguagem, então essa redução certamente precisaria se aplicar a todo ramo da filosofia que use a linguagem *tout court*. Todos os temas particulares da filosofia – da ética à matemática – seriam igualmente redutíveis se os filósofos precisassem resolver os problemas sobre a linguagem e a realidade antes que pudessem lidar com outros assuntos. Portanto, a única coisa que uma “redução” baseada no uso da linguagem nos dirá é que, nesse aspecto, a filosofia da história é semelhante a todos os outros ramos da filosofia. Em segundo lugar, a ideia reducionista deve pressupor que exista algo como uma relação geral entre a linguagem e a realidade que os filósofos possam examinar de maneira abstrata. No entanto, se, como creio, a única maneira significativa de entender questões

¹⁶ KELLNER, Hans. *Introduction: Describing Redescriptions...* *Op. cit.*, p. 14.

¹⁷ Por exemplo, na perspectiva de Ankersmit, nós estamos presos em um “cárcere da linguagem” e a história é essencialmente um “experimento sem fim sobre como relacionar a linguagem ao mundo”. Ver ANKERSMIT, Frank. *Sublime Historical Experience...* *Op. cit.*, p. 4 e 137. Para uma tentativa de reduzir tal filosofia da história à filosofia analítica da linguagem, ver ROTH, Paul A. Whistling History: Ankersmit’s Neo-Tractarian Theory of Historical Representation. *Rethinking History*, Abingdon, v. 17, n. 4, p. 548-569, 2013. Para uma avaliação do debate acerca desses assuntos, ver KUUKKANEN, Jouni-Matti. The Current State of Play in the Theory and Philosophy of History: The Roth-Ankersmit Controversy and Beyond. *Rethinking History*, Abingdon, v. 18, n. 4, p. 613-619, 2014.

¹⁸ Cf. DRAY, W. H. *Philosophy of History*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1964, p. 29. Dray usa esse conceito em um contexto diferente para mostrar que a seletividade em si não é um problema para a afirmação da objetividade em história.

sobre o “real” e o “irreal” em relação à linguagem é tratar desta nos contextos particulares de seus vários usos, então o problema inteiro desmorona.¹⁹ A esse respeito, a compreensão do papel da linguagem na história está inseparavelmente conectada à compreensão da ideia de história enquanto um tipo particular de investigação. Dessa forma, só é possível examinar filosoficamente os usos da linguagem pelos historiadores através da compreensão da prática da pesquisa histórica. Em outras palavras, em história, as questões sobre a linguagem é que são parasitárias das questões sobre a prática, e não o contrário.

A filosofia narrativista da história se torna formalista quando a “narrativa” é compreendida como uma entidade empírica a ser investigada por hipóteses e teorias literárias. Esse formalismo se expressa no fato de que importantes teorias narrativistas sobre a história envolvem a formulação de uma hipótese, ou várias delas, a respeito dos mecanismos de representação na escrita da história.²⁰ Nesse sentido, a teoria narrativista da história realmente não tem mais um caráter filosófico, constituindo, como Ankersmit sugeriu, uma investigação empírica (histórica) sobre as formas linguísticas gerais das obras historiográficas. Investigar tais problemas é uma empreitada valiosa em si, mas ela não tem qualquer ligação com o conceito de filosofia da história de Collingwood. Como ele escreve, “[a] filosofia da história [...] consiste em pensamentos que emergem de maneira universal e necessária nas mentes de todos que pensam sobre a história”.²¹ Logo, investigações filosóficas nunca são hipotéticas, mas, sim, buscam esclarecer conceitos que já fazem parte de nossa compreensão. Falando com Ludwig Wittgenstein,

¹⁹ Cf. WINCH, Peter. Understanding a Primitive Society. In: *Idem. Ethics and Action*. London: Routledge, 1972, p. 12-13.

²⁰ Essa tendência já é evidente em *Meta-História*, de White, que analisa certas obras históricas para estabelecer sua hipótese dos tropos, desenvolvida teoricamente no começo do livro. No entanto, há uma ambiguidade aqui, uma vez que White também afirma que a linguagem como tal é inherentemente mitológica, o que não pode ser uma afirmação empírica. Cf. WHITE, Hayden. The Abiding Relevance of Croce's Idea of History. *Journal of Modern History*, Chicago, v. 35, n. 2, p. 109-124, 1963. Ver também VANN, Richard T. *Turning Linguistic: History and Theory and History and Theory, 1960-1975*. In: ANKERSMIT e KELLNER, Hans. *Introduction...* Op. cit., p. 62.

²¹ COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History...* Op. cit., p. 337.

o objetivo da filosofia é criar instâncias de *übersichtliche Darstellung* [visão sinóptica] em que as conexões entre os conceitos internos às nossas próprias compreensões se tornam evidentes.²²

É fato que Collingwood escreveu muito pouco sobre esse conceito empírico de narrativa, e que ele tinha quase nada a dizer sobre os tropos literários e os modos de enredamento usados pelos historiadores profissionais. Acredito que esse não seja um elemento acidental, mas uma escolha motivada pela ideia collingwoodiana de um objeto filosófico. Se “narrativa” significa simplesmente uma ferramenta empírica, linguística, para produzir conexões temporais entre eventos, então se trata certamente de uma ferramenta que pode ser usada independentemente de o assunto ser a história, os movimentos planetários ou a nidificação de aves não-migratórias. Além disso, o uso da narrativa como uma ferramenta linguística não é um elemento necessário na pesquisa histórica, uma vez que os historiadores podem usar outras formas de explicação, formas não-diacrônicas, em seus escritos.²³ Nem toda história é escrita na forma de uma narrativa, então a filosofia da história também não deveria se concentrar no conceito empírico de narrativa. Consequentemente, interpretada a narrativa enquanto um conceito empírico, a “desatenção” de Collingwood às questões sobre ela é inteiramente justificada, uma vez que tal problema seria principalmente uma questão metodológica contingente e não uma questão filosófica (transcendental) sobre o que é a história, de maneira universal e necessária.

No entanto, a “narrativa” também pode ser usada como uma noção filosófica interna aos próprios “princípios de história” que Collingwood buscava investigar. Nesse caso, a noção de narrativa designa nossa habilidade de tornar inteligível o comportamento humano. Nesse uso filosófico, “narrativa” não denota meramente uma ferramenta linguística, mas o processo geral de produção de

²² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 1953, § 122.

²³ Isso tem sido enfatizado recentemente por Cf. KUUKKANEN, Jouni-Matti. *Postnarrativist Philosophy of Historiography... Op. cit.*

sentido, relevante para todo tipo de pesquisa histórica.²⁴ Por exemplo, o conceito denotaria os processos pelos quais compreendemos uma ação enquanto uma resposta inteligível a uma ação anterior, ou os princípios subjacentes ao fato de que podemos entender um evento à luz de desenvolvimentos anteriores. No entanto, se a “narrativa” for usada para denotar essa habilidade genérica de compreender coerência e continuidade, então deveria ser evidente que Collingwood é, na verdade, o filósofo “narrativista” da história *par excellence* – questões sobre tais formas básicas de entendimento são, de fato, aquilo que seus conceitos fundamentais abordam de maneira central, da reencenação à imaginação histórica.²⁵ Assim, nessa leitura, Collingwood certamente não teria sido “suplantado” pelo narrativismo uma vez que ele seria uma das figuras fundadoras dessa tradição de pensamento.

Tendências Formalistas na Filosofia “Empirista” da História

A filosofia da história é uma filosofia de quê? Na tradição anglófona do século XX, essa questão foi respondida diferenciando entre filosofia substantiva e filosofia crítica da história. Na filosofia substantiva da história, tendo como exemplos típicos os sistemas de Hegel e Marx, o objeto seria a totalidade do curso dos eventos passados e o objetivo, revelar o suposto propósito ou sentido nos eventos históricos, vendo-os como parte de algum plano ou padrão geral. Em contraste, a filosofia crítica da história não estaria preocupada em traçar o curso da história como um todo, mas com elucidar os conceitos e a lógica da pesquisa histórica. Seu objeto seria a história enquanto uma forma de conhecimento e pensamento e, consequentemente, a filosofia crítica da história não faria afirmações sobre o sentido ou o propósito dos eventos históricos em si. A filosofia crítica da história se ocupava principalmente de questões como as seguintes: como a história se relaciona com outras

²⁴ Cf. COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History...* Op. cit., p. 349-352.

²⁵ Argumentei em outro texto que, a esse respeito, existe uma conexão profunda e pouco explorada entre a filosofia de Collingwood e a teoria da história de Hayden White.

formas de conhecimento? A história é uma ciência? Que tipo de objetividade é possível, se é que é possível, para os historiadores? Como os historiadores explicam ou compreendem? Existem quaisquer leis que os historiadores formulam ou usam em suas explicações?²⁶

A distinção entre filosofia substantiva e filosofia crítica da história foi parte integral do programa analítico para a filosofia da história a partir dos anos de 1950. Um expoente ilustre desse programa, W.H. Walsh, afirmou que, enquanto a filosofia substantiva da história incluía suposições sobre a natureza fundamental do ser e era, portanto, parte da metafísica, a filosofia crítica da história era um ramo da epistemologia, uma vez que lidava apenas com questões sobre a natureza do conhecimento histórico.²⁷ No entanto, Walsh não considerava a distinção substantiva/crítica como uma delimitação neutra de dois objetos filosóficos diferentes. A filosofia substantiva da história era definida como *especulação metafísica* sobre o enredo ou o designio dos eventos passados e, por isso, algo de que qualquer filósofo que se preze ficaria afastado. Em contraste, a filosofia crítica da história era incluída entre as ocupações filosoficamente viáveis enquanto um ramo da epistemologia. De acordo com Walsh, o objeto da filosofia crítica da história deveria ser delimitado de acordo com uma distinção supostamente paralela no interior da filosofia das ciências naturais. Walsh escreve:

Para ver a relevância dessa distinção [entre substantiva e crítica] para nossos propósitos presentes, temos apenas de nos voltar por um momento para o caso paralelo das ciências naturais. Aqui há, de fato, dois termos para as investigações correspondentes àquelas que estamos distinguindo, embora eles nem sempre sejam usados com estrita precisão. Eles são a filosofia da natureza e a filosofia da ciência. A primeira se interessa pelo estudo do curso efetivo dos eventos naturais, visando construir uma cosmologia ou descrição

²⁶ Essa lista de questões paradigmáticas também é usada por Rex Martin que, por sua vez, as busca em Walsh, Gardiner e Dray. Ver: MARTIN, Rex. *Historical Explanation: re-enactment and practical inference*. Ithaca: Cornell University Press, 1977, p. 14. Ver também: WALSH, W. H. *An Introduction to Philosophy of History*. London: Hutchinson University Library, 1958, p. 17-26; GARDINER, Patrick. *The Nature of Historical Explanation*. London: Oxford University Press, 1952, p. x-xi; DRAY, W. H. *Philosophy of History...* Op. cit., p. 2-3.

²⁷ WALSH, W. H. *An Introduction to Philosophy of History...* Op. cit., p. 13-28.

da natureza como um todo. A segunda tem como seu trabalho a reflexão sobre todo o processo do pensamento científico, o exame dos conceitos básicos usados pelos cientistas e coisas desse tipo. [...] a primeira é uma disciplina especulativa, a segunda, crítica. [Um] filósofo que rejeite a possibilidade da primeira não está, dessa forma, comprometido a rejeitar a segunda.²⁸

60 anos se passaram desde a influente *Introdução* de Walsh, mas suas ideias ainda estão bastante vivas na filosofia da história. Um dos exemplos mais óbvios é a tendência empirista de pensamento representada proeminentemente pelas muitas contribuições de Aviezer Tucker ao tema. Aliás, Tucker abordou em várias ocasiões os mesmos problemas que preocupavam Walsh em 1958; a saber, a questão de delimitar o objeto de uma filosofia crítica da história. Como Walsh, Tucker se preocupa com a ambiguidade do termo “história” e apresenta, então, uma nova terminologia padronizada para a disciplina.²⁹ Para essa nova terminologia, Tucker faz uso do mesmo paralelo com as ciências naturais. Tucker escreve:

A distinção entre história e historiografia tem paralelo com aquela entre natureza e ciência. A filosofia da ciência estuda a ciência e suas relações com as evidências. Ela não pode só estudar diretamente a natureza, ou seria uma ciência. De maneira similar, a historiografia científica estuda a história através de seus vestígios evidenciais. A filosofia pode estudar a epistemologia de nosso conhecimento da história, as relações entre a historiografia e as evidências. Esse subcampo da epistemologia é, portanto, a filosofia da historiografia. A filosofia da historiografia não tem nada a dizer sobre a história diretamente, ou ela seria historiografia.³⁰

Assim, Tucker conclui que o nome para o estudo filosófico da interação do historiador com as evidências deveria ser filosofia da historiografia (significando a escrita da história). De acordo com essa reforma, o nome para o estudo filosófico dos padrões ou desígnios gerais da história (aqui significando o curso dos eventos passados) deveria ser filosofia da história, e não haveria necessidade de chamar essa disciplina de “substantiva”, uma vez que não haveria outro tipo

²⁸ WALSH, W. H. *An Introduction to Philosophy of History...* Op. cit., p. 14-15.

²⁹ Cf. TUCKER, Aviezer. *Our Knowledge of the Past...* Op. cit., p. 1-2; e *Idem. Introduction. In: Idem (ed.). A Companion to Philosophy of History and Historiography.* Oxford: Wiley-Blackwell, 2011, p. 1-4.

³⁰ *Idem. Our Knowledge of the Past...* Op. cit., p. 2.

de filosofia da história.³¹ Dessa forma, a terminologia padronizada de Tucker repara exatamente aquilo que Walsh disse que faltava à disciplina: dois termos diferentes (história e historiografia) para fazer, no interior da filosofia da história, a distinção paralela àquela entre ciência e natureza na filosofia das ciências naturais. De acordo com Tucker, a tarefa da filosofia da historiografia, que examina a história enquanto uma ciência inferencial, é estudar a relação justificacional entre “o material evidencial e o produto historiográfico”.³² Um argumento central para Tucker é o de que a lógica de um cálculo probabilístico bayesiano é a melhor explicação para as práticas inferenciais dos historiadores.³³

Claramente, o programa analítico, na forma expressa por Walsh e Tucker, depende da suposição de que exista uma separação clara e não-problemática a ser feita entre a filosofia substantiva e a filosofia crítica da história. Para ambos os autores, essa separação se baseia, em última instância, na distinção básica entre dois sentidos diferentes do termo “história”: (i) a totalidade dos acontecimentos passados e (ii) nossos relatos dos acontecimentos passados. Além disso, tanto Walsh quanto Tucker veem paralelos entre esses dois sentidos de história e a distinção entre natureza e ciência. Como consequência, talvez intencionalmente, a própria ideia de uma filosofia da história que lide com problemas metafísicos substantivos, sobre como os objetos do conhecimento histórico nos são acessíveis, passa a fazer o papel de um irmão arcaico das especulações alquímicas da filosofia da natureza. Em contraste, concede-se à filosofia crítica da história um lugar entre os grandes enquanto o equivalente histórico da epistemologia das

³¹ Terminologicamente, trocar “história” por “historiografia” é bastante insatisfatório. A razão de termos uma terminologia padronizada deve ser que os termos do padrão devem ser compreendidos inequivocamente sem descrições adicionais. Esse não é o caso com “historiografia”. Tucker quer que “historiografia” signifique “escrita da história” e não “história da escrita da história”, mas este também é um dos usos comuns e, em certas partes do mundo, o principal deles. Considerando minha citação de Ankersmit algumas páginas atrás, pode-se concluir que mesmo filósofos da história famosos usam “historiografia” regularmente para se referir à “história da escrita da história” e não simplesmente “escrita da história”. Logo, a terminologia de Tucker é tão ambígua quanto aquela que deseja substituir.

³² TUCKER, Aviezer. *Our Knowledge of the Past...* Op. cit., p. 9.

³³ *Ibidem*, p. 120.

ciências naturais. Nessas premissas, a filosofia da história seria redutível a questões sobre as formas (científicas) de raciocínio a partir de evidências empíricas tais quais usadas pelos historiadores profissionais.

A distinção entre filosofia substantiva e filosofia crítica da história é, de fato, útil enquanto uma ferramenta heurística para separar entre formas diferentes de investigação. Por exemplo, a distinção pode nos ajudar a identificar mais claramente as diferenças gerais entre, digamos, as filosofias da história de Karl Marx e W. H. Dray. No entanto, afirmar que há uma distinção absoluta a ser feita entre a filosofia substantiva e a filosofia crítica da história inspirará, como já inspirou, o formalismo. Se o nosso objeto de investigação deve ser estritamente o “como o conhecimento histórico é adquirido”, então tenderemos a focar nossa atenção em questões a respeito de quais são os elementos característicos desse tipo de conhecimento. Pense, por exemplo, no principal catalisador do estilo analítico de filosofia da história, o artigo “*A Função das Leis Gerais em História*”, de Hempel (1942). Nesse artigo, Hempel desafiou vigorosamente a ideia de que a explicação histórica, e o pensamento histórico como tal, seria distinto, de qualquer forma, lógica ou conceitualmente, do modelo explicativo da ciência, baseado em leis. A principal questão a ser discutida se tornou saber se a explicação e o conhecimento históricos teriam uma forma lógica própria.

Como argumentei anteriormente, existe um risco de que essa tendência formalista tenha continuado na reformulação da filosofia da história na virada dos anos de 1970 rumo a questões sobre narrativa e representação. O pilar central da assim chamada filosofia narrativista da história é a ideia de que, para entender a história, deve-se analisar a forma dos textos históricos, tipicamente monografias, como um todo, e tratar os textos históricos enquanto unidades literárias autônomas baseadas em discursos contemporâneos e convenções de gênero. De diversas maneiras, o narrativismo mantém o foco na forma, mas o desloca das sentenças explicativas singulares para a monografia histórica enquanto uma forma holística de explicação em si mesma. Argumentei que, se a

“narrativa” é tratada meramente como um conceito empírico, então será impossível evitar tratar a “narrativa” como uma mera questão a respeito da estrutura literária das obras históricas. No entanto, um dos estilos formalistas mais recentes é a filosofia da historiografia de Tucker, que interpreta a história essencialmente como uma forma científica e probabilística de raciocínio a partir de evidências.³⁴ Dentro dos limites dessa descrição breve e rudimentar, pode-se concluir que há tendências formalistas nas principais trajetórias de pensamento tanto da filosofia “narrativista” quanto da filosofia “empirista” da história.

Resolvendo os Problemas do Formalismo

Um problema central das descrições formalistas é que elas tendem sistematicamente a interpretar mal o papel da epistemologia na filosofia da história. Por causa do foco na forma historiográfica, é fácil interpretar a epistemologia enquanto uma investigação evidente e separada a respeito de saber se, como e até que ponto os relatos históricos correspondem ao passado tal qual ele “realmente aconteceu”. Em consequência, (1) o formalismo da filosofia analítica resultou em debates sobre o status do conhecimento que a explicação histórica oferece, (2) o formalismo narrativista inspirou debates aparentemente infinitos sobre a verdade histórica em relação aos esquemas literários e conceituais dos historiadores e (3) o formalismo de Tucker cria debates sobre o conhecimento histórico ser meramente um tipo de cálculo probabilístico. Questões a respeito da justificação da crença são importantes na pesquisa histórica, é claro, mas o ponto crucial é compreender as maneiras em que os problemas epistemológicos estão interligados a aspectos metafísicos e éticos da prática da história. O formalismo, ao contrário, tende a interpretar o papel da epistemologia como o de questionar se a história, como um todo, cumpre os padrões (externos) do conhecimento científico.

³⁴ É algo irônico que o objetivo explícito de Tucker seja se afastar do formalismo na filosofia da história. Ainda assim, a própria interpretação de Tucker, do raciocínio histórico enquanto uma forma de cálculo probabilístico, certamente corre o risco de lançar mais um outro tipo diferente de formalismo. TUCKER, Aviezer. *Our Knowledge of the Past...* Op. cit., p. 5-8; 185-186.

Essa tendência é mais evidente nas recentes descrições empiristas. Tucker argumentou de maneira decisiva, por exemplo, que haveria um domínio epistemológico científico separável e autossuficiente para a prática histórica. Para Tucker, trata-se essencialmente de um domínio em que (idealmente) o historiador age de acordo com as regras de um cálculo probabilístico bayesiano para oferecer a melhor explicação para as evidências históricas. O resultado dessa ideia é que a prática histórica consistiria, de um lado, de uma parte puramente científica, lidando com as inferências a partir de evidências, e esse seria o objeto da filosofia da historiografia, entendida como um subcampo da epistemologia. De outro lado, haveria na história também um lado interpretativo mais ou menos arbitrário que poderia ser, talvez, o objeto variável da teoria cultural e de valores.³⁵ Deveria ser óbvio que essa dicotomia não é muito interessante. Afinal, inferência e interpretação são apenas dois lados de uma mesma moeda na prática efetiva da pesquisa histórica.

Para evitar o formalismo, precisamos retornar ao que Collingwood considerava ser o núcleo de todo estudo filosófico da história, ou seja, a um exame minucioso dos fundamentos metafísicos da própria ideia de conhecimento e pensamento históricos. Um tal reexame deve envolver a demonstração das maneiras em que a dimensão epistêmica da história está fundamentalmente entrelaçada a questões sobre o sentido e a compreensão. Nesse esforço, acredito que é fundamental argumentar que não existe uma separação absoluta entre filosofia crítica e filosofia substantiva da história. A viabilidade de uma separação absoluta depende de como se compreendem os termos “substantiva” e “crítica”. Se consideramos que uma filosofia “substantiva” deve necessariamente incluir especulações sobre o enredo geral dos eventos históricos, então certamente é verdade que podemos fazer filosofia a respeito de questões sobre fatos ou objetividade em história sem levar em conta qualquer teoria substantiva particular, como as de Hegel ou Spengler. No entanto, também podemos entender o termo

³⁵ TUCKER, Aviezer. *Our Knowledge of the Past...* Op. cit., p. 10-14.

“substantiva” no sentido de ideias gerais a respeito da realidade histórica e dos seres humanos, ou seja, enquanto ideias sobre o objeto do pensamento histórico. Neste caso, argumento que não é possível fazer uma separação absoluta entre filosofia substantiva e filosofia crítica da história sem distorcer os problemas filosóficos em questão.

Será que é realmente possível pensar sobre os conceitos-chave da filosofia crítica da história, tais como compreensão, explicação, fato, objetividade e assim por diante, sem ter também certas ideias sobre a natureza do objeto a que se referem esses conceitos? Uma separação absoluta implicaria que, digamos, questões sobre a determinação de fatos históricos seriam inteiramente independentes de como imaginamos ser a realidade histórica. Não acredito que tal separação seria possível. Em contraste, eu seguiria a afirmação central de Collingwood de que:

Seria enganador chamar de filosofia da história simplesmente a ciência do método histórico, a metodologia da história. Trata-se ao mesmo tempo de uma metodologia do pensamento histórico e uma metafísica da realidade histórica.³⁶

A implicação mais importante disso é que qualquer filosofia da história que deseje ultrapassar o formalismo deve lidar com nossas relações com o objeto da história. Isso convida, acredito, a um engajamento filosófico com questões fundamentais a respeito de como compreender nossas relações com o passado em história.

Como Fica o Passado na História

A filosofia da história de Collingwood é essencialmente relacional. De acordo com Collingwood, a história envolve tanto um tipo especial de conhecimento quanto um tipo especial de objeto, e o objetivo principal de uma filosofia da história é compreender as maneiras pelas quais nosso conhecimento e o seu objeto são mutualmente entrelaçados.³⁷ Portanto, afirmar que haveria uma filosofia crítica da história que lida somente com os

³⁶ COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History...* Op. cit., p. 435.

³⁷ Ver, por exemplo, *Ibidem*, p. 428-430.

processos científicos de aquisição de conhecimento, e nunca com o objeto de conhecimento em si, como afirmam Walsh e Tucker, seria, para Collingwood, deixar de lado desde o início a questão mais central a respeito da natureza do conhecimento histórico. Collingwood também estava certamente muito interessado em descrever o processo de raciocínio a partir de evidências em história, mas sua afirmação central é a de que o raciocínio histórico só pode ser compreendido adequadamente ao abordarmos a natureza dos objetos de que trata a história.

Nas descrições empiristas que discuti, a relação entre sujeito e objeto em história é tratada como análoga à relação entre sujeito e objeto nas ciências naturais. Como escreveu Tucker, a filosofia da ciência não tem nada a dizer sobre a natureza em si, ou não seria filosofia, mas ciência. Igualmente, a filosofia da historiografia não tem nada a dizer sobre objetos históricos, ou seria historiografia, e não filosofia. A imagem proposta é uma em que o raciocínio científico é interpretado como um tipo de máquina: inserem-se evidências de um lado, entregam-se resultados historiográficos/científicos de outro. Com essa imagem, a questão importante seria explicar o funcionamento dessa máquina científica – todas as questões sobre a natureza da evidência e os resultados das investigações seriam assuntos empíricos meramente contingentes a serem resolvidos de maneira pontual. Em outras palavras, o importante seria desvendar a natureza do raciocínio científico a partir de evidências; o que quer que os historiadores ou cientistas digam e acreditem a respeito da realidade histórica ou da natureza seria apenas o produto empírico de suas investigações.

O paralelo empirista entre as ciências naturais e a história é profundamente enganador. Se for aceito, jamais poderemos dar conta das condições mais básicas do conhecimento e da compreensão na pesquisa histórica. Consequentemente, é bastante revelador que, quando Collingwood examinou as condições de possibilidade do conhecimento histórico, seu objetivo principal fosse mostrar as maneiras em que os objetos da compreensão e do conhecimento

históricos *diferem* dos objetos das ciências naturais. Collingwood escreveu:

A natureza consiste em coisas distribuídas no espaço, cuja inteligibilidade consiste meramente na maneira em que elas estão distribuídas ou nas relações regulares e determinadas entre elas. A história consiste dos pensamentos e das ações de mentes, que não são apenas inteligíveis, mas inteligentes, inteligíveis a si mesmas, não apenas a algo que não si mesmas [...] porque elas contêm em si ambos os lados da relação de conhecimento, elas são o sujeito e o objeto.³⁸

Nessa passagem, Collingwood distingue entre os elementos constitutivos de dois tipos diferentes de objetos de compreensão: (i) fenômenos explicáveis de uma perspectiva exterior e (ii) fenômenos que já são formas de inteligência e incorporam uma compreensão de si mesmos como parte de sua própria identidade. Estes fenômenos incluem não apenas os domínios restritos da ação humana individual, mas também fenômenos sociais coletivos em geral. Diferentemente dos movimentos planetários ou dos átomos da física nuclear, as práticas e instituições humanas, tais como a família, a propriedade, a ciência, a arte, a filosofia etc., vêm ao mundo com uma concepção de si mesmas como parte de sua própria constituição.

Por exemplo, as práticas e instituições do “comércio”, do “dinheiro” ou da “família” são o que são em virtude dos conceitos e das formas de pensamento compartilhados pelos participantes. A prática do “comércio” envolve a compreensão das relações específicas entre comprador e vendedor, o uso do dinheiro envolve ideias sobre a relação entre preço e valor, e o sentido da noção de uma “família” não é separável de ideias particulares e históricas sobre as relações de responsabilidade entre pais e filhos. A natureza compartilhada das ideias e conceitos relevantes contidos em instituições e práticas humanas é ela mesma constituída pelo acordo nas respostas e nas reações da interação entre os agentes envolvidos. Assim, as práticas e as instituições humanas contêm uma compreensão interna sem a qual elas não seriam o tipo de fenômeno humano que são. Essa compreensão interna frequentemente não é explícita

³⁸ COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History...* Op. cit., p. 112. Nessa citação, Collingwood faz alusão e concorda com Schiller.

aos participantes em si mesmos e os historiadores podem ir além dela nas interpretações reflexivas dos fenômenos em questão, mas qualquer estudo que abandone completamente a compreensão interna do participante abandonaria ao mesmo tempo o fenômeno e se transformaria em um estudo de outra coisa.³⁹ Na linguagem de Collingwood, isso quer dizer que a “mente” é um elemento irredutível em todas as partes do objeto da história, das ações às instituições e práticas culturais.

Uma declaração mais breve e controversa do que vimos é formulada na famosa/infame afirmação de Collingwood de que “[t]oda história é história do pensamento”.⁴⁰ A afirmação de Collingwood foi frequentemente mal interpretada como se impusesse uma limitação arrogante ao objeto da história – afirmado que toda história versaria sobre a ação racional – ou como uma asserção estrita a respeito do papel da autocompreensão do agente histórico para a explicação da ação intencional. Acredito que o ponto de Collingwood seja muito mais abrangente. Fundamentalmente, a afirmação de Collingwood é a de que a compreensão histórica deve envolver uma compreensão dos conceitos e das maneiras de pensar dos agentes históricos em si mesmos. Essa dependência segue do fato de que seus pensamentos, e as relações internas entre eles, são parte integral da experiência vivida que investigamos. Em outras palavras, a compreensão histórica deve pressupor uma compreensão da subjetividade da realidade da existência passada. Naturalmente, ela será baseada nas nossas próprias ideias de como um ser humano pode ser. Além disso, nossas ideias sobre as possibilidades da existência humana são “metafísicas” no sentido de que elas precisam ser pressupostas para que o material empírico seja sequer capaz de nos dizer qualquer coisa.

³⁹ A discussão mais bem conhecida e incisiva sobre essas questões pode ser encontrada na obra de Peter Winch, que é, a esse respeito, uma continuação direta da filosofia da história de Collingwood. Ver especialmente WINCH, Peter. *The Idea of a Social Science and its Relation to Philosophy*. London: Routledge & Kegan Paul, 1990 [1958].

⁴⁰ COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History...* Op. cit., p. 317.

Um resultado disso deveria ser a percepção de que as inferências evidenciais em história dependem da compreensão histórica e da imaginação. Isso está em conflito direto com a visão empirista, que assume que o ato da inferência evidencial é separável de questões de interpretação. Aqui, é pertinente examinar rapidamente o conceito de evidência histórica. A lógica de uma relação evidencial implica que um fenômeno (presente) seja uma indicação (ou suposta indicação) de outro fenômeno não-presente. Isso significa que chamar algo de “evidência” na pesquisa histórica já é relacionar o fenômeno a uma realidade passada. No entanto, em história, para sermos capazes de inferir eventos passados a partir de evidências presentes devemos pressupor que somos capazes, até certo ponto, de reconstruir em nossa imaginação um mundo passado que produziu a evidência em questão. Por exemplo, dizer que uma pilha de tijolos é evidência de uma fortificação romana só é possível na medida em que sejamos capazes de reconstruir um passado em que coisas como “uma fortificação romana” tenham acontecido. Assim, em história, inferência e compreensão histórica são internamente relacionados, e a probabilidade da evidência em si mesma é uma função da nossa compreensão da forma de vida que produziu tal evidência. Isso implica que a interpretação historiográfica está presente na própria identificação dos vestígios do passado *enquanto* evidências históricas.

Como indica esse breve exemplo, a filosofia da história não está preocupada só com a forma da explicação, da inferência ou da narração do historiador, e deve envolver também questões sobre a acessibilidade de ações e eventos históricos enquanto objetos de compreensão. Para Collingwood, a questão mais importante não é saber se os produtos da investigação histórica devem ser rotulados de “ciência” ou “arte”, mas como sequer é possível entender eventos e ações do passado. Essa questão, que está no núcleo da sua filosofia relacional da história, deve envolver um estudo das interconexões entre sujeito e objeto na pesquisa histórica. Como escreveu Collingwood: “O abismo do tempo entre o historiador e seu objeto deve ser transposto [...] das duas pontas. O objeto precisa ser de

tal tipo que se possa reviver na mente do historiador – a mente do historiador precisa ser tal que ofereça abrigo a esse reavivamento”.⁴¹

Sem o reavivamento das maneiras passadas de pensar e agir, nossa historiografia jamais poderá ser mais do que projeções arbitrárias em uma tela branca de um passado desconhecido. Um dos temas principais em toda a obra de Collingwood foi mostrar que tal reavivamento é possível e que ele desafia nossas próprias maneiras de pensar e agir. A filosofia da história tem o potencial de desvendar a subjetividade histórica de nossa autocompreensão, afirmou. Com seus argumentos abrangentes em prol da possibilidade da reencenação, Collingwood quis mostrar que o pensamento humano *pode* ir além dos limites de seu próprio contexto histórico. Assim, a filosofia da história nos permite compreender as maneiras em que o pensamento humano é livre e está sujeito, ao mesmo tempo, ao enquadramento histórico de nossa condição humana comum. Como resultado, a perspectiva de Collingwood ainda pode revitalizar a filosofia contemporânea da história estimulando estudos das maneiras em que o conhecimento e a compreensão histórica desafiam nossa autocompreensão.

Conclusão

Este capítulo lidou com uma dupla tarefa. De um lado, ofereci uma descrição rudimentar do problema do formalismo na filosofia contemporânea da história, tanto em sua forma “narrativista” quanto em sua forma “empirista”. De outro, argumentei que a filosofia da história de Collingwood foi injustamente negligenciada e que suas principais ideias oferecem *insights* frutíferos para superar as tendências formalistas da filosofia contemporânea da história. Em um nível geral, argumentei que as ideias de Collingwood não foram suplantadas por um paradigma narrativista, mas sim que toda compreensão adequada do papel da narrativa em história deve partir de um exame dos conceitos collingwoodianos de imaginação histórica e reencenação. Afirmei que as suas ideias oferecem *insights* rumo ao desenvolvimento de uma noção filosófica de

⁴¹ COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History...* Op. cit., p. 304.

narrativa; tal noção evitaria o formalismo latente na compreensão de narrativa enquanto um mero conceito empírico denotando a estrutura literária da escrita histórica. Em relação ao formalismo de tendências “empiristas” recentes, argumentei que a filosofia de Collingwood oferece uma maneira de compreender como a história não envolve somente um tipo especial de conhecimento, mas também a compreensão de um tipo especial de objeto. Esse insight collingwoodiano poderia servir de cura contra as descrições empiristas que interpretam a história meramente como uma forma de raciocínio científico a partir de evidências empíricas.

A ideia de conhecimento e compreensão histórica de Collingwood é essencialmente relacional. Para compreender a história, não devemos focar somente nos processos de aquisição de conhecimento do sujeito, nem na natureza e no caráter dos objetos de investigação, mas sim em ambos nas suas interrelações mútuas. Isso implica em que a filosofia da história deve lidar principalmente com problemas a respeito de como a própria possibilidade de dar sentido aos vestígios do passado está ligada às nossas noções fundamentais do que é e de como pode ser o ser humano. A filosofia da história não é, portanto, uma atividade insular; ela nos coloca, como enfatizou Collingwood, “cara a cara com problemas de todos os departamentos da filosofia”.⁴² Assim, a filosofia da história não é somente um sub-ramo da epistemologia, como argumentou Tucker, nem é simplesmente a teoria da literatura realista, como sugeriram alguns narrativistas. A história constitui um objeto filosófico em si mesmo no que se refere a conceitos e suposições *a priori* usados para dar sentido ao agenciamento humano no tempo e as implicações desses para nossa autocompreensão. A vasta obra de Collingwood não é a última palavra em uma tal filosofia da história, mas deveria certamente ser a primeira.

⁴² COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History...* Op. cit., p. 348.

“Não pode haver estórias não contadas”: consciência e processualidade na filosofia da história de Louis Mink

Marcus Telles

Introdução

Louis Otto Mink, Jr. (1921-1983) é um filósofo da história frequentemente citado ao lado de outros nomes do “narrativismo”, mas relativamente pouco estudado e conhecido em comparação com figuras como Hayden White, Paul Ricoeur e Frank Ankersmit. Ao mesmo tempo, é amplamente respeitado por estes autores,¹ e não à toa: se temos bons motivos para endossar Paul Roth em seu chamado por um retorno à filosofia analítica da história,² é

¹ Ankersmit chega a avaliar que o *insight* apresentado por Mink em 1978 no ensaio “Narrative Form as a Cognitive Instrument”, que detectava a manutenção de pressupostos envolvidos na ideia de “História Universal” no pensamento sobre a história da segunda metade do século XX, como o mais importante do campo no século XX. Ricoeur, por sua vez, já escreveu que “ninguém foi mais longe que Mink em reconhecer o caráter sintético da atividade narrativa”. RICCEUR, Paul. *Time and Narrative*, v. 1. Chicago: University of Chicago Press, 1984, p. 155. White era amigo de Mink e estudou cuidadosamente o artigo “History and Fiction as Modes of Comprehension”, de 1970, durante a preparação de *Metahistory*, publicado em 1973. “The Structure of Historical Narrative”, artigo de 1972 que é precursor da influente introdução de *Metahistory*, é estruturado em diálogo com o texto de Mink. A evolução do pensamento destes dois autores ao longo dos anos 1970, até pelo menos 1981, é nitidamente marcada pela interação entre eles. Esta interação é bem documentada em GOLOB, Eugene, FAY, Brian & VANN, Richard. Editor’s Introduction. In: MINK, Louis. *Historical Understanding. Ithaca*: Cornell University Press, 1987, p. 1-34. Há um debate entre ambos no v. 7, n. 1 e 4 da *Critical Inquiry* em 1980 e 1981.

² Ver as contribuições em BRZECHCZYN, Krzysztof (Org.). *Towards a Revival of Analytical Philosophy of History: Around Paul A. Roth’s Vision of Historical Sciences*.

porque há, de fato, *insights* muitos promissores em textos como os de Louis Mink, Arthur Danto e W. H. Walsh que nunca chegaram a ser totalmente explorados. Aqui, argumento mesmo que Mink leva as implicações do pensamento narrativista a consequências muito mais radicais do que pensadores subsequentes ousaram fazer e, neste movimento, abre espaço também para questões de caráter prático altamente relevantes.

Um dos motivos para que seu pensamento seja comparativamente pouco conhecido é o fato de que Mink dedicou boa parte de sua energia à atividade docente e à sua função de editor associado da renomada revista *History and Theory*. Após defender sua tese de doutorado, *Knowledge of the Past: A Critique of Epistemological Theories with Respect to Their Consequences for Knowledge of the Past*, em Yale, no ano de 1952, Mink passou a lecionar na Wesleyan University, onde permaneceu até sua morte em 1983.³ Os relatos de seus alunos indicam que Mink era um professor apaixonado e intenso, sendo descrito como “a alma da faculdade” na ocasião da sua morte.⁴ A atuação na *History and Theory* iniciou em 1965, e, como Samuel James relata, contribuiu para que Mink se mantivesse constantemente a par do campo da filosofia da história e para que mantivesse vivo o fluxo de novas ideias.

Embora, sem dúvidas, o pensamento de Mink não seja de modo algum repetitivo no período entre a defesa de sua tese e sua morte, a questão das peculiaridades envolvidas no “conhecimento do passado” – em relação a formas de conhecimento em que a temporalidade não ocupa lugar tão central – perpassa toda a sua trajetória, de maneiras cada vez mais refinadas. Na sua tese, ele insistia na importância de, conforme frase de Samuel Alexander, “levar o tempo a sério”. Para ele, isto significa sobretudo reconhecer

Leiden: Brill, 2017.

³ Uma discussão detalhada e extremamente bem documentada da trajetória intelectual de Mink encontra-se em JAMES, Samuel, Louis Mink, ‘Postmodernism’ and the Vocation of Historiography. *Modern Intellectual History*, v. 7, 2010, p. 151-84.

⁴ MARX, Anthony W. 2009 Convocation. Amherst College. Disponível em: <https://www.amherst.edu/aboutamherst/news/specialevents/convocation/2009>. Acesso em 14 set. 2020.

a assimetria entre o passado, que é em alguns sentidos fechado, e o futuro, que é em muitos sentidos aberto. Em suas incursões mais específicas nos debates da filosofia da história, sobretudo na segunda metade da década de 1960, Mink avaliou ser isto o que o *covering law model* não fazia adequadamente, que muitos outros pensadores não faziam tão completamente quando poderiam, mas que Arthur Danto havia feito com sucesso quase total. No diálogo com Danto, as antigas preocupações intelectuais de Mink ganhariam ainda mais ímpeto. O mesmo ocorreria com sua reconstrução sistemática da filosofia de R. G. Collingwood, *Mind, History, and Dialectic*, publicada em 1969: tratava-se de reconhecer em e com este filósofo a processualidade dialética da história, que preserva com modificações aquilo que aconteceu no passado.

Na culminação de suas reflexões, mesmo a afirmação de que o passado é fechado acabou por ser complexificada (não abandonada). Como isto se deu é parte do que discutiremos aqui, e envolve o reconhecimento de que – como indica sua afirmação de que “não pode haver estórias não contadas” – a história e a historiografia emergem na interface entre a perspectiva e aquilo que é perspectivado. À medida que este tópico remete ao papel da consciência – em relação com a realidade, e não em termos transcendentalistas ou dicotômicos –, e havendo a já citada importância da temporalidade, a filosofia de Mink também é favoravelmente lida à luz dos temas que ele viu como centrais ao pensamento de Collingwood: “mente, história e dialética”.⁵

Em busca de uma filosofia da história que leve o tempo a sério

A partir da década de 1940, o incipiente campo anglo-saxônico da filosofia “crítica” ou “analítica” da história se dividiu em dois campos principais. Um, dominado pelos proponentes das *covering laws* como modelo de explicação, ganhou corpo lentamente

⁵ Ou, como o título do presente trabalho indica, com uma adaptação mais precisa para o caso de Mink: “consciência e processualidade”.

a partir da publicação de “A Função das Leis Gerais em História”, de Carl Hempel, em 1942. Grosso modo, Hempel propunha um modelo unitário do que é uma “explicação”: em qualquer área de conhecimento, desta perspectiva, explicar um evento é subsumi-lo a uma lei geral. A discussão sobre a história proposta por Hempel se dava na busca por um caso limite dessa tese. Ou seja, para ele, *até mesmo a história explica* de acordo com este modelo – embora não pareça, e embora não seja plenamente bem-sucedida na empreitada, já que pode oferecer apenas “esboços de explicação”. O segundo campo se formou sobretudo em oposição a este primeiro, por um grupo de pensadores que, pelos motivos mais diversos, defendiam modelos pluralistas de explicação.⁶ Uma obra em específico se tornou particularmente importante para este grupo, embora de maneira menos central que a de Hempel para o seu: *The Idea of History*, livro póstumo de R. G. Collingwood publicado em 1946, que reúne textos escritos originalmente em circunstâncias variadas e sem qualquer relação com o debate sobre “explicação histórica”. W. H. Dray, especialmente, dialogou intensamente com a obra de Collingwood, enquanto outros, como H. W. Walsh, W. B. Gallie e Arthur Danto, seguiram caminhos mais diversos. Todos, porém, concordavam que a explicação de ações e processos humanos não é adequadamente esclarecida por meio do monismo dos hempelianos. É neste contexto que, na década de 1960, Mink adentra o debate.

A distinção entre ações e processos, feita no parágrafo anterior, não é irrelevante. Na formulação mais tardia de Ankersmit, um dos pontos centrais da filosofia narrativista em geral e de Mink em particular veio a ser precisamente a distância entre as ações e suas consequências, reunidas em uma totalidade holística por meio do gesto estético da representação.⁷ Quando

⁶ HEMPEL, Carl. A Função das Leis Gerais em História. In: GARDINER, Patrick (Org.). *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. Vários outros textos relevantes do debate também estão incluídos neste volume. Dentre eles, “Explicação Histórica”, de Morton White. Publicado em 1943, este texto também contribuiu para a consolidação da perspectiva hempeliana neste debate.

⁷ Ver sobretudo ANKERSMIT, Frank. The Dilemma of Contemporary Anglo-Saxon Philosophy of History. In: *Idem. History and Tropology*. Berkeley: University of California Press, 1994, p. 44-74. A primeira contribuição de Ankersmit ao debate é o livro *Narrative Logic*, publicado em 1983 (The Hague: Martinus Nijhoff). Mas foi depois,

Mink se junta à conversa, sua defesa de um modelo pluralista de conhecimento passa por afirmar que a narrativa faz coisas que a teoria – concebida com a forma típica de explicação científica – não faz (e vice-versa). Portanto, a narrativa é necessária, já que nem tudo pode ser explicado teoricamente. Para além de fazer entender a perspectiva dos agentes, a narrativa permite conectar suas ações com eventos ocorridos posteriormente, às vezes muito posteriormente, e vê-las como parte de processos cuja ocorrência não poderia ser inteiramente prevista (exceto em termos muito amplos) ou determinada no passado. Dessa forma, pelo menos duas formas de defender a importância das explicações narrativas – ambas corretas em seus próprios termos – surgem na filosofia da história entre Hempel e Mink: (a) narrativas são necessárias para entender ações humanas; pois, se é verdade que teorias podem esclarecer alguns aspectos de ações, a descrição da sequência de eventos em sua concretude esclarece muitos outros; (b) narrativas são necessárias para entender, de maneira retroativa e assimétrica, processos que são mais amplos do que a perspectiva dos agentes. Mink tratou sobretudo do segundo destes tópicos.

Em 1962, Arthur Danto publicou na *History and Theory* o artigo “Narrative Sentences”, inserido três anos depois no livro *Analytical Philosophy of History*.⁸ O artigo e o livro apresentam uma tese dupla sobre a relação entre temporalidade e linguagem. A primeira parte da tese aponta para o fato de que a linguagem ordinária – tal como ela é usada na historiografia – é perpassada por descrições que conectam eventos ocorridos em momentos diferentes. O termo “Primeira Guerra Mundial”, por exemplo, faz ver o conflito ocorrido entre 1914 e 1918 em conjunto com aquele ocorrido entre 1939 e 1945, e a frase “o assassinato de Francisco Ferdinando por Gavrilo Princip deu início à Primeira Guerra Mundial” adiciona também,

ao longo da segunda metade da mesma década, com publicações na *History and Theory*, que ele se tornou reconhecido como uma das vozes mais ativas do debate narrativista. Ver: MENEZES, Jonathan. *Frank Ankersmit: A metamorfose do historicismo*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2018.

⁸ DANTO, Arthur. *Narration and Knowledge*, including the integral text of *Analytical Philosophy of History*. New York: Columbia University Press, 2007.

à ação de Princip, várias de suas consequências não-intencionais e outros eventos posteriores.

Danto percebeu também que não há uma forma padrão de produzir estas descrições. A apresentação linguística de algumas dentre as muitas conexões possíveis entre todos os eventos sempre requer a escolha de como operar. Em *Analytical*, Danto aplicou o *insight* até mesmo à discussão sobre as *covering laws*, apresentando uma solução altamente criativa para o debate. Como se ele dissesse: sim, você precisa descrever um evento de um modo tal que ele possa ser subsumido a uma generalização, mas a escolha de o que explicar e como explicar depende da *mudança* que se decidiu explicar. Estava insinuado aqui – em alto grau de sofisticação – o que Mink e White diriam depois: é a narrativa como um todo que governa a (re)descrição dos eventos. A parte faz sentido à luz do todo em que está inserida. Isto não significa que “a narrativa” é um ponto fixo que aprioristicamente impõe um significado aos eventos, mas que, no processo de sua produção, a historiadora harmoniza (ou tensiona), à medida em que avança, a relação entre partes e todo, constituindo-os mutuamente. A presença de elementos conativos também aparece aqui.⁹ A seleção, figuração e organização dos eventos sempre depende de escolhas, já que não há protocolos nem algoritmos neutros capazes de governá-las. Tais escolhas são feitas por sujeitos em situação¹⁰ e, da perspectiva de autores como Mink (via Collingwood) e White, a racionalidade empregada nelas não é concebida como sendo desconectada de suas emoções e desejos.¹¹

Como desdobramento desta linha de raciocínio iniciada por Danto e avançada por Mink e White, podemos afirmar que

⁹ Como White afirmaria em 1978, “as implicações morais das ciências humanas jamais serão percebidas enquanto não se restabelecer na teoria a faculdade da vontade.” WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. Trad. Alípio Correia Franca Neto. São Paulo: EdUSP, 1994, p. 37.

¹⁰ Esta não é a única leitura viável da obra de White, mas é a mais defensável teoricamente. Ela se baseia no reconhecimento de suas inclinações existencialistas. Ver PAUL, Herman. *Hayden White: The Historical Imagination*. Cambridge: Polity Press, 2011.

¹¹ A continuidade entre razão e as emoções aparece em *Idem. Trópicos do Discurso...* Op. cit., p. 13-38, e na interpretação que Mink apresentou do pensamento de Collingwood em MINK, Louis. *Mind, History, and Dialectic: The Philosophy of R. G. Collingwood*. Bloomington: Indiana University Press, 1969.

mesmo que escolhamos empregar em nossos textos historiográficos a descrição empregada por uma agente para a sua ação, ela também terá usado uma descrição *feita*, e não meramente encontrada. Assim, tanto as descrições dos agentes quanto as redescrições dos historiadores fazem algo com o mundo (presente e passado, respectivamente). Presumir-se passivo quando não se é seria recair em má-fé, recusando o papel ativo da consciência na produção do evento e presumindo que ele “fala por si só”.¹² Pois, se White certa vez criticou a visão rankeana de que o passado fala por meio do historiador,¹³ também é o caso que o presente das agentes históricos não meramente falava através deles, passivos, objetificados.

Como Mink apontou, a tese de Danto permitia “levar o tempo a sério” de uma maneira que o *covering law model* não o fazia.¹⁴ Neste modelo, não há diferença formal entre explicação e predição: a diferença entre explicar o passado e predizer o futuro é apenas prática. É evidente, como reconheciam seus proponentes, que não conseguimos reunir informações o suficiente, nem conhecemos leis ou generalizações o suficiente, para prever o futuro com a mesma acurácia com que o fazemos em relação ao passado. Mas, da perspectiva do *covering law model*, não há diferença a princípio. Desde seu doutoramento, Mink não concordava com tal perspectiva: para ele, como vimos, era importante reconhecer que o passado é fechado de uma maneira que o futuro não o é. O significado preciso deste “fechamento” – e da correspondente “abertura” – do passado foi alvo de muitas reflexões futuras.

A presença ativa da consciência nos processos humanos – novamente, não no sentido de negar a presença de emoções e

¹² Para uma leitura da tese whiteana como uma rejeição à má-fé historiográfica, ver DORAN, Robert. Editor's Introduction: Choosing the Past: Hayden White and the Philosophy of History. In: Idem (Org.). *Philosophy of History After Hayden White*. London: Bloomsbury, 2013, p. 1-34.

¹³ WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality. In: idem. *The Content of the Form*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

¹⁴ Ver “Philosophical Analysis and Historical Understanding”, de 1968, em que Mink resenha *Analytical Philosophy of History*, de Danto; *Philosophy and the Historical Understanding*, de W. B. Gallie; e *Foundations of Historical Knowledge*, de Morton White. MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 118-146.

do inconsciente, mas no de reconhecer a presença incontornável dos elementos de escolha, volição, etc. –, tanto na história-escrita quanto na história-processo, é o principal motivo pelo qual os eventos futuros – e, por tabela, *no mínimo* a descrição de eventos passados – têm mais abertura do que os hempelianos reconhecem. No primeiro capítulo de *Analytical*, Danto busca demonstrar, contra as “filosofias especulativas da história” – de acordo com como eram comumente interpretadas àquela altura, presumidoras de conhecer o telos do processo histórico – que o futuro é sempre aberto. Dentre outros motivos, isto se dá porque, a partir do momento em que um agente individual ou coletivo toma conhecimento de uma predição sobre seu comportamento, ele tem a possibilidade de modificá-lo de uma maneira que, digamos, uma bola de bilhar não tem.

Dentre os tantos exemplos de grande riqueza imaginativa fornecidos por Danto em *Analytical*, um aparece nessa discussão:

Imagine que a pessoa sabe da predição de que irá mover seu pé esquerdo em t-1 e o seu pé-direito em t-2 [“t” referindo-se a momentos no tempo]. Ela tenta falsificar isto: tenta apenas ficar parada em t-1, ou mover o seu pé direito, mas apesar de todos os seus esforços, a predição se confirma! Os pés caem nas pegadas pré-determinadas: como se a pessoa tivesse perdido o controle dos próprios membros, eles agora se movem por conta própria. Ou imagine tentar não gritar, mas descobrir que, apesar disto, surge um berro rasgando os próprios lábios. Pense em todo um campo de batalha de homens passando por esta estranha alienação. [...]¹⁵

Além da imprevisibilidade do futuro, que Danto considera uma consequência inescapável da capacidade humana de falsear teorias sobre suas próprias ações, o argumento envolve uma discussão da linguagem histórica. As “descrições de evento”, nota ele, muito comumente têm caráter temporal, constituindo “sentenças narrativas”, cujo exemplo paradigmático veio a ser a frase “A Guerra dos Trinta Anos começou em 1618”. Isto é, ninguém em 1618 poderia dizer tal frase, que reúne retroativamente o início e o fim do evento, e, dada a abertura incessante do futuro, poderá ser formulada no futuro de modo a articular esta guerra com algum

¹⁵ DANTO, Arthur. *Narration and Knowledge...* Op. cit., p. 179.

outro processo que sequer conhecemos.¹⁶ Outro experimento mental brilhantemente apresentado no livro é o de um Cronista Ideal, capaz de registrar com perfeição tudo que ocorre, tão logo ocorre. Como o modelo das sentenças narrativas deixa claro, um Cronista Ideal atuando em 1618 não faria o trabalho que uma historiadora pode fazer posteriormente, o de produzir um conceito à luz de conhecimentos ainda não disponíveis em 1618.

Esta tese tem consequências para o problema do fechamento do passado e abertura do futuro que interessava a Mink. Como o futuro sempre é aberto, de modo que novas conexões imprevisíveis sempre serão possíveis, há um sentido em que o *passado também é aberto*. A esta altura do debate, isto parece se situar sobretudo no campo dos significados: ainda que haja algo “fechado” no passado que o diferencia no futuro, o que o passado significa é sempre aberto. E descrever um evento é sempre atribuir significados. Não haver “descrição padrão” significa que não há uma descrição neutra a partir da qual se possa produzir variações significativas, como se a estética na historiografia fosse uma produção de meros enfeites para a descoberta científica e objetiva dos fatos. Registremos isto, mas adiantemos que, mais adiante, Mink complexificará mais ainda a questão ao problematizar a noção de “mesmo evento”, que até aqui não fora reconhecida como problemática.

Danto não explorou explicitamente, embora o tenha feito implicitamente, as implicações da temporalidade para a entidade holística que é a narrativa ou representação. Mas Mink o faz, explorando e refinando a formulação de Danto sobre a relação temporal entre eventos históricos à luz de seu conceito de “modos de compreensão”, situando o tipo histórico de compreensão sob o nome de “configuracional”. As próximas seções buscam discuti-los.

¹⁶ Danto relata também a brincadeira imaginativa de “um amigo de Spinoza louvando-o como o maior moralista pré-kantiano dos Países Baixos. Ninguém no século XVII teria como saber algo sobre a contribuição de Kant para a filosofia moral no século XVIII!”. *Idem*. Hayden White and Me: Two Systems of Philosophy of History. In: DORAN, Robert (Org.). *Philosophy of History After Hayden White*. London: Bloomsbury, 2013, pp. 113.

Os “modos de compreensão” e a recusa dos “imperialismos”

Em “History and Fiction as Modes of Comprehension”, publicado na *New Literary History* em 1970, Mink traz a público um conceito que já desenvolvera há mais de dez anos, o de “modos de compreensão”. Sua observação inicial diz respeito ao fato de que, embora tenhamos experiências em série em um fluxo de transiência, nós reunimos estas experiências em uma totalidade mais ampla. Em certo sentido, isso já equivale a afirmar que usualmente experienciamos o mundo já “compreendendo-o”, isto é, articulando elementos experienciados pelos sentidos com experiências, pensamentos e expectativas que não estão “presentes” a eles.¹⁷ Isto ocorre em vários níveis, mesmo em nossas atividades mais básicas:

No nível mais básico, compreensão é o ato de manter em mente, reunidos, os dados da sensação, memória e imaginação, e resulta na percepção e no reconhecimento de objetos. Em um nível intermediário, ela é o ato de manter em mente de um conjunto de objetos, e resulta em classificação e em generalização. No nível mais elevado, ela é a tentativa de ordenar conjuntamente nosso conhecimento em um único sistema – de compreender o mundo como uma totalidade.¹⁸

Este gesto pode ser feito, para Mink, em três modos, “diferentes e mutuamente exclusivos”: teórico, categorial e configuracional. O modo teórico, ou hipotético-dedutivo, “se refere às coisas como membros de uma classe ou como instâncias de uma fórmula.”¹⁹ O modo categorial trata diferentes objetos como “exemplos de uma mesma categoria”, e aparece com frequência na filosofia. E o modo configuracional, típico da história e da literatura, permite ver uma variedade de coisas como parte de uma mesma rede de relacionamentos.

Ao distinguir estes modos, o intuito de Mink não era diferente daquele apresentado em *Metahistory* por Hayden

¹⁷ Isto não significa que seja *inevitável* experienciar o mundo dessa forma, menos ainda que seja desejável lidar com as “compreensões” produzidas pela mente nos termos ingênuos do realismo ontológico, como se elas se formassem sem a participação do observador. Em tradições contemplativas diversas, o cultivo da atenção permite reconhecer tais compreensões como compreensões e não como realidades prontas meramente copiadas pela mente.

¹⁸ MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 50.

¹⁹ *Ibidem*, p. 51.

White em 1973: da mesma forma que a grade tropológica, a conceitualização de Mink

forneceria uma maneira de entender e explicar *racionalmente* as disputas das escolas e as incompreensões que abundam em controvérsias intelectuais. Pode-se ver, à sua luz, que as assim chamadas “disciplinas” são, na verdade, arenas em que cada modo briga por dominação, cada um com seu próprio modo de entendimento, identificação de problemas, e linguagem privilegiada.²⁰

Da mesma forma que *Metahistory* distingue diferentes formas de “realismo” e nega a qualquer um de seus defensores a autoridade de classificar outras variantes como irrealistas, “History and Fiction...” também rejeita “imperialismos” desse tipo. “A tendência irresistível de qualquer método geral é imperialista”, dizia Mink. Eles “inescapavelmente prescrevem seus próprios assuntos e rejeitam como irrelevantes e irreais o que quer que não possa ser trazido sob sua hegemonia”. Porém, apesar da linguagem um tanto determinista – “inescapavelmente” –, descrever os diferentes “modos de compreensão” e de “tropologização” poderia, para seus autores, permitir escapar dessa tendência imperialista (senão, para que filosofar?) e estimular uma postura pluralista acerca das formas pelas quais é possível conhecer legitimamente o mundo, e, inseparavelmente, de formas pelas quais se pode agir no mundo.

Para Mink:

Se é verdade que os três modos são incompatíveis como fins únicos, nós devemos abandonar a esperança de atingir um resultado eclético ou panperspectivístico, mas nós podemos esperar por um aumento na caridade intelectual, e ser gratos por uma defesa racional contra o imperialismo de metodologias.²¹

Assim, a legitimidade do conhecimento histórico fica por tabela garantida: não há qualquer fundamento para a deslegitimização dos modos de compreensão que não o teórico. Vejamos em mais detalhes as reflexões de Mink acerca desta forma de “compreensão configuracional” que é a historiografia.

²⁰ MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 54.

²¹ *Ibidem*, loc. cit.

As assimetrias da “compreensão configuracional”

O tema da retrospecção do conhecimento histórico é, como vimos, central para a análise de Mink. Em 1968, em “Philosophical Analysis and Historical Understanding”, após resenhar os livros *Foundations of Historical Knowledge*, de Morton White, e *Philosophy and the Historical Understanding*, de W. B. Gallie, Mink os descrevia em termos que, como também já vimos, remetem a uma de suas mais recorrentes preocupações intelectuais: a diferença categórica entre passado e futuro. Para ele, estes dois autores compartilhavam uma ontologia do tempo que negava tal diferença, presumindo que “o passado consiste de futuros passados e o futuro de passados futuros.”²² No caso de Morton White, do campo hempeliano, já vimos o motivo: por projetar sobre o futuro a determinação do passado. Vejamos brevemente o caso de Gallie. Ele propôs o conceito de *followability*, segundo o qual o interesse da historiografia consiste em seguir a estória rumo à sua conclusão. No processo de leitura, a abertura gradualmente vai se estreitando rumo ao desfecho conclusivo, expressada em seu livro por meio da analogia de uma partida de críquete. Porém, Mink observa, o que Gallie faz é fornecer uma “fenomenologia da leitura” – e uma leitura ingênu – do texto histórico. Não pode ser na descoberta do desfecho da história que está o interesse em segui-la porque, para a historiadora e para a leitora bem-informada, ele já é conhecido.²³ Assim, para Mink, Gallie projetava sobre o passado a abertura do futuro, sem notar o caráter fechado dos eventos que aparecem na narrativa, inclusive aqueles próximos de seu final. Como Mink já argumentara em “The Autonomy of Historical Understanding”, de 1966, as conclusões de um texto de história sequer podem ser identificadas com o rumo tomado pela narrativa: elas são “ingredientes”, consistindo não em uma fórmula ou um resumo ao final do texto – e também não no seu desfecho simplesmente –, mas no ordenamento das evidências no texto como um todo.

No mesmo texto, Mink também resenha *Analytical Philosophy of History*. Ele reconhece que, em Danto, o problema encontrado

²² MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 137.

²³ *Ibidem*, p. 132-7.

em M. White e em Gallie não se repete, já que Danto comprehende o caráter retrospectivo da historiografia. Notando que ele observa a retrospecção sobretudo no nível das descrições de evento, Mink busca catalogar os tipos de descrição presentes na historiografia. São eles:

- 1 - Descrições contemporâneas de eventos, feitas pelos observadores.
- 2 - Descrições contemporâneas *possíveis*, mas que não chegaram a ser realizadas.
- 3 - As “sentenças narrativas” de Danto: descrições possíveis apenas após o evento, porque o conectam a eventos posteriores.
- 4 - “Descrições possíveis apenas após o evento, por dependerem de técnicas de aquisição de conhecimento desenvolvidas posteriormente.” Por exemplo, quando se diz que “Ricardo II morreu de embolia coronária.”
- 5 - “Descrições possíveis apenas após o evento, porque dependem de modos *conceituais* posteriores de interpretação e análise”.²⁴

Assim, da perspectiva do agente, não apenas era impossível conectar sua experiência presente com eventos ainda imprevisíveis (tipo 3), mas também acessar modos de conceitualizá-la que só surgiriam no futuro (tipo 5). O que está em jogo, aqui, é a assimetria entre passado e futuro, que faz com que, retrospectivamente, sujeitos em t-2 possam conectar eventos e perspectivas com aquelas ocorridas em t-1, sem que a recíproca seja verdadeira. Mink avalia que Danto leva em conta as assimetrias da linguagem (tipo 3), mas não tanto as conceituais (tipo 5), “muito mais interessantes e complicadas”.²⁵ Nesse sentido, ele adiciona ainda mais historicidade às reflexões de Danto.

Porque uma narrativa histórica engloba todos estes tipos de descrição, em “History and Fiction as Modes of Comprehension”, de 1970, Mink afirma que “as ações e eventos de uma estória compreendidas como um todo são *conectadas por uma rede de descrições sobrepostas*. E a sobreposição de descrições pode não ser parte da estória em si (como uma coisa após a outra) mas apenas da sua compreensão como um todo”.²⁶ E o diálogo criativo com Danto

²⁴ MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 139-140. Este trecho é uma paráfrase resumida, não uma citação.

²⁵ *Ibidem*, p. 140.

²⁶ *Ibidem*, p. 58.

culmina em uma retomada da discussão da obra de Gallie iniciada na resenha de 1968, que agora ganha a forma de contraposição criativa:

...na compreensão configuracional de uma estória que alguém seguiu, o fim é conectado com a promessa do começo bem como o começo com a promessa do fim, e a necessidade da referência retroativa cancela, por assim dizer, a contingência das referências para frente. Compreender a sucessão temporal significa pensar nela nas duas direções de uma só vez, e então o tempo não é mais o rio que nos carrega, mas o rio em visão aérea, jusante e montante vistas em uma única olhada.²⁷

Mas o texto de 1968 não era o único sendo retomado aqui. É digno de nota que, embora seus textos sobre narrativa façam pouca referência a Collingwood, Mink havia publicado *Mind, History, and Dialectic* apenas um ano antes de “History and Fiction...”. Um dos aspectos que ele identificara como centrais ao pensamento de Collingwood, a dialética, certamente tem vez na discussão da relação entre passado, presente e futuro que “Philosophical Analysis...” e “History and Fiction...” apresentam. Um ponto relevante para a nossa discussão é que conceitos posteriores podem se relacionar dialeticamente com os anteriores, subsumindo-os: de uma posição mais elevada – no sentido de inclusiva – é possível dar conta do que foi subsumido, mas aquilo que foi subsumido não poderia antecipar a forma seguinte de conceitualização (antecipá-la seria torná-la presente e, portanto, já equivaleria a produzir a mudança conceitual em questão; antes da mudança acontecer, por definição, tal coisa ainda não foi feita). Ou, lembrando a maneira pela qual White considera encontrar o padrão tropológico em Piaget,²⁸ a pessoa na adolescência conserva e modifica algo da infância, e a na fase adulta o faz com algo de ambos, mas a recíproca não é verdadeira.

Toda metáfora tem suas limitações, e a do rio visto de cima, embora bastante rica, também as tem: dentre outras coisas, ela pode remeter a uma forma pouco dialética de conceber a história. Dizer que os eventos t-1 e t-2 são vistos de cima pode presumir um lugar

²⁷ MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 57.

²⁸ WHITE, Hayden. Introdução. In: Trópicos do Discurso. São Paulo: EdUSP, 1994.

que transcende a história, mas o argumento dialético que aparece na obra de Mink – vista como uma totalidade – não presume tal coisa. Se $t-2$ e $t-1$ são dois eventos históricos conectados, então a historiadora está em $t-3$ adotando uma perspectiva que inclui os outros dois eventos. Precisaríamos de uma estranha imagem de um rio que corre para cima para dar conta dessa relação – sem presumir “progressos” inexoráveis em que toda visão posterior é mais rica que a anterior (nem afirmar que nenhuma o é), mas indicando a possibilidade das pessoas do futuro saberem sobre o passado coisas que as pessoas no passado não sabiam sobre seus futuros, e formularem conceitos capazes de englobar estas informações e perspectivas de maneira que seus antecessores não poderiam fazer. No mínimo, teríamos que observar que a perspectiva que vê o rio de cima é a partir de uma montanha, não a de um pássaro voando ou um fantasma ou o “ponto de vista de Deus”. É, em suma, um ponto de vista *situado*. O que não significa, por outro lado, que estejamos todos igualmente nos afogando no rio, pois o questionamento dos próprios pressupostos por meio da reflexão histórica, se não nos faz pairar sobre nossos diversos contextos – as interrelações entre seres, estruturas, instituições, tradições etc. –, ao menos os modifica e permite que ampliemos nossa capacidade de perspectivação.

Como a própria produção de uma perspectiva sobre um evento passado já é também um evento, é comum que, em processos históricos, $t-2$ inclua e modifique $t-1$. Então, onde começa um e termina o outro? Quando o adolescente começa, a criança morre ou se transforma? Há barreiras claras, fora dos conceitos “adolescência” e “criança”? Ora, sabemos bem que tais conceitos são históricos. O adolescente que surge da transformação da criança não existe independentemente dela: não é uma coisa B separada da coisa A que chega de longe e a transforma. Mesmo a ação historiográfica que produz $t-1$ é a subsunção de múltiplos eventos: hoje, em 2021, uma multiplicidade de descrições de eventos ocorridos entre 1789 e 1799, junto com outros antes e depois, pode ser descrita como “Revolução Francesa”, e o que outrora era descrito em $t-1$, $t-2$, $t-3$... agora é descrito em $t-1$.

Assim, a importante formulação de Mink sobre a assimetria temporal dá a entender um tipo não-dialético de descontinuidade que não é compatível com suas reflexões tomadas em conjunto, para além dos artigos reunidos postumamente em *Historical Understanding*, de 1987. O encerramento de “History and Fiction...” é igualmente rico em frases marcantes, mas que, com o intuito de ressaltar a assimetria entre a narrativa posterior e a experiência anterior, acaba obscurecendo (a) o que pode haver de continuidade-com-mudança em alguns processos e (b) o fato de que a experiência (tipicamente histórica) já é também narrativizada:²⁹

Estórias não são vividas, mas contadas. A vida não tem inícios, meios ou fins; há encontros, mas o inicio de um caso pertence à estória que nós nos contamos depois, e há separações, mas apenas na estória há separações finais. Há esperanças, planos, batalhas e ideias, mas apenas em estórias retrospectivas há esperanças não cumpridas, planos abortados, batalhas decisivas e ideias seminais.

A frase “Estórias não são vividas, mas contadas” atraiu um considerável número de objeções e de endossos: muito da recepção de Mink subordina outros elementos ao tipo de perspectiva representado por esta frase, com seus méritos e problemas. Uma abordagem continuista da relação entre viver e narrar aparece em David Carr, crítico de Mink; uma abordagem descontinuista, simpática a Mink, encontra-se em Ankersmit. Levando em conta que a história (processo e escrita) envolve ambos os elementos, algum grau de harmonia pode ser produzido entre ambas as posições.

Continuidade e/ou descontinuidade entre passado e presente

Tal como foi formulada, a frase em questão mistura o valioso *insight* sobre a assimetria histórica com uma confusão desnecessária sobre a relação entre “viver” e “narrar”. Carr publicaria uma crítica a visões como essa em 1986, no livro *Time, Narrative, and History*.³⁰ O

²⁹ Mink observa explicitamente que a historiografia conceitualiza eventos que já foram conceitualizados, e precisa entender ambos. Portanto, certamente concordaria com estas afirmações, e talvez até mesmo com parte das objeções de Carr que discutiremos na próxima sessão.

³⁰ CARR, David. *Time, Narrative, and History*. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

argumento de Carr aponta para uma continuidade entre “viver” e “narrar”, tanto no nível individual quanto na constituição narrativa de sujeitos coletivos. “A forma narrativa,” diz ele, “é prática antes de ser cognitiva ou estética”, sendo a maneira pela qual as ações humanas se estruturam. Ao agir, uma pessoa estabelece relação entre o passado e o futuro por meio do que Husserl chamava de retenção e protensão, e faz com que eles se interpenetrem em sua consciência da mesma forma que as notas de uma melodia. Mink certamente abriu espaço a este tipo de crítica. Mas é digno de nota que esta formulação de Carr se articula perfeitamente bem com a afirmação de Mink de que, mesmo na percepção, imaginação e memória, produzimos “compreensão”. Isto significa que, mesmo nos referentes das descrições de “tipo 1” – as experiências dos agentes em seus presentes –, os eventos não são como vários tijolos que se reúnem para produzir um muro, mas como notas que só fazem sentido na totalidade de sua relação, por haver interpenetração.

Carr também trata da narrativização necessária para a construção de sujeitos coletivos. Nesse caso, como a abrangência temporal da narrativa é muito mais ampla, frequentemente operamos em um nível transgeracional. Aqui, mais nitidamente do que em ações pontuais, manifesta-se a assimetria apontada por Mink. Mas, por poder ser de natureza dialética – não é necessário que uma visão posterior englobe a antecedente, mas é possível que ela o faça –, temos continuidade-na-mudança, em níveis que variam dependendo do caso particular em questão, mais do que mera continuidade ou mera descontinuidade. Ankersmit também defendeu uma visão do tipo descontinuista, avaliando que a distância entre o passado e o presente é fundadora da historiografia e, em textos sobre “experiência histórica”, tentando conceitualizar circunstâncias em que esta distância radical teria sido temporariamente superada.³¹ Ankersmit rejeita a tese de

³¹ Em *Sublime Historical Experience*, livro de 2005, Ankersmit estava confiante de que uma “fusão” breve entre presente e passado poderia acontecer na consciência do experienciador. Em *Meaning, Truth, and Reference in Historical Experience*, de 2012, e em artigos mais recentes, ele se retratou desta visão, e passou a tratar todas as formas de “experiência histórica” como *experiências da distância* entre passado e presente. Seus textos sobre representação histórica dão, igualmente, ênfase na distância entre passado

Carr segundo a qual um “Nós” se estabelece na relação retroativa entre presente e passado, afirmando que o passado se manifesta na historiografia muito mais comumente na forma de “Eles”.³²

A meu ver, porque a constituição de sujeitos coletivos é retroativa e performativa, a balança pode pender tanto para Nós quanto para Eles: o que sujeitos individuais e coletivos decidem ser, ainda que a decisão não seja tomada em um vácuo nem livre de negociações, é parte do que define qual termo descreve mais aptamente a relação com sujeitos do passado. Além disso, porque o contato com culturas do passado pode transformar culturas do presente, entender Eles também é uma forma de, ao nos transformarmos, poder descrevê-los como Nós (não por domesticarmos os pensamentos de outros, embora isto aconteça e aconteça muito, mas por nos transformarmos, embora não seja tão comum termos esta disposição). Em suma, quem somos em t-2 é maleável de um jeito que os agentes de t-1 não são mais e conectarmos a t-1 modifica quem somos agora. Modifica, por tabela, o que t-1 significa para nós e, em um sentido difícil de especificar, modifica t-1 (em algum sentido difícil de especificar, também não o modifica). Isto fica particularmente claro no “figuralismo” que encontramos na obra de Hayden White. Em 1967, em uma comunicação intitulada *What is a Historical System?*, ele afirmava que “sistemas históricos” se diferenciam de “sistemas naturais” pelo fato de que sua relação com o passado se dá pela escolha retroativa de ancestrais por parte dos agentes, que constituem a si mesmos nesse processo.³³ Com apoio em Auerbach, posteriormente, ele caracterizou esta relação como a que é estabelecida entre figuras e cumprimentos.³⁴ Para falarmos na linguagem de Danto, um evento em t-1 não determina como será seu cumprimento t-2, mas é a decisão dos agentes em t-2 de se conectar

e presente.

³² ANKERSMIT, Frank. *Meaning, Truth, and Reference in Historical Representation*. Ithaca: Cornell University Press, 2012.

³³ WHITE, Hayden. *What Is a Historical System?* In: idem. *The Fiction of Narrative*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010, p. 126–35. O texto foi publicado apenas em 1972.

³⁴ Idem. Auerbach's Literary History. In: Idem. *Figural Realism*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

com os acontecimentos em $t-1$ que os reativa, com modificação, no presente. O Renascimento, exemplifica White, só surge no discurso historiográfico após Michelet e Burckhardt produzirem, no século XIX, o cumprimento de figuras estabelecidas nos períodos medieval e moderno, que cumpriam figuras produzidas na antiguidade.³⁵ Ao mesmo tempo, a conexão não é aleatória, mas sim estabelecida nos moldes de uma “causalidade figural”. Pode-se dizer, eu sugeriria, que a conexão não é *causada* pelo evento anterior, mas é feita *na dependência* de tal evento.³⁶

Em relação às teses de Carr e Mink, considero possível interpretá-las de modo que elas se enriqueçam mutuamente. Carr certamente tem razão ao apontar que ações se estruturam narrativamente e, dessa forma, não há “vida” humana que já não envolva, dentre outras operações, articulações e rearticulações de narrativas em que passado, presente e o futuro almejado se interpenetram na experiência. Ao mesmo tempo, Mink nos lembra que a narrativa histórica organiza retroativamente experiências que não tinham *aquela* estrutura narrativa (mas não quer dizer que não possam ter sido narrativizadas enquanto ocorriam), e que nenhuma das estruturas dos três modos de compreensão existem sem a consciência que se relaciona com o mundo em seus termos.

A preocupação central de Mink é enfatizar a diferença entre a abertura do futuro e o fechamento do passado. A de Carr é mostrar que as ações, que lidam com aspectos do passado e as relacionam com um futuro intencionado, também se estruturam narrativamente. Como o futuro da ação pode ser reconhecido como dotado da contingência que Mink e Danto enfatizam, não há incompatibilidade entre estas teses. Ainda assim, Mink é um

³⁵ Ver a interação entre Danto e White a este respeito nos capítulos 5 e 11 de DORAN, Robert (Org.). *Philosophy of History After Hayden White*. London & New York: Bloomsbury, 2013, p. 212-3. Todo o volume é rico em reflexões sobre o figuralismo whiteano.

³⁶ Formulo a relação retroativa nestes termos inspirado em MACY, Joanna. *Mutual Causality in Buddhism and General Systems Theory*. Albany: SUNY Press, 1991. O tipo de relação estabelecida retroativamente entre passado e presente e entre as partes e o todo de uma representação histórica parecem ser, efetivamente, exemplos de “causalidade mútua”, com novos componentes surgindo na dependência de outros, mas nenhum sendo um fundamento ou ponto fixo a partir da qual se possa deduzir os demais – nenhum protocolo indiscutível a partir do qual se possa produzir “descrições padrão”.

bom antídoto para a tendência de Carr de focar na continuidade entre presente e passado, já que o argumento de Carr mostra a semelhança *formal* entre narrativas do presente e do passado,³⁷ mas evidentemente não nega a existência de mudanças conceituais nem, a princípio, suas consequências filosóficas.

Mink lembra também que, já no momento da ação, a vida não possuía aquela estrutura independente de uma consciência humana que se relacionou com o mundo daquela forma. Podemos dizer, nos termos de White, que ela foi “feita” e não “encontrada”; mas apontaríamos ainda, recorrendo a um autor como o pragmatista John Dewey, que a produção de sentido é feita *na relação* entre o sujeito e seu ambiente. Fosse a narrativização uma mera imposição arbitrária de sentido e/ou significado (*meaning*), ela não poderia produzir ações bem-sucedidas, pois não permitiria ao agente estabelecer relações com as figuras disponíveis em seus contextos materiais e intersubjetivos, espaciais e temporais.³⁸ Sua função de orientação seria impossibilitada e o agente não teria como receber do ambiente *feedbacks* de suas ações. Fosse a narrativização apenas uma cópia de como as coisas realmente são, o sentido existiria pronto e a agente estaria desprovida da responsabilidade ética de decidir o que fazer na situação em que ela se encontra. Nessa dinâmica entre receptividade e criatividade é que agentes humanos se relacionam com o ambiente. Esta afirmação se harmoniza bem com a teoria da representação de Ankersmit, que afirma haver *relação* entre a representação e o representado. As formulações de White – aquelas sobre tropologia e não sobre figuralismo –, e mais ainda a de autores pós-modernistas como Keith Jenkins e Alun Munslow, subestimam este aspecto, porque pensam o ato de narrativa como uma projeção unilateral de sentido sobre um

³⁷ Publicada entre 1983 e 1985, portanto concluída um ano antes do livro de Carr, a trilogia *Tempo e Narrativa*, de Paul Ricoeur, também prioriza o elemento da continuidade sobre o da descontinuidade.

³⁸ Dewey é um dos interlocutores de Ankersmit em *Sublime Historical Experience*, um dos livros em que este autor busca superar os problemas causados pela separação radical que muitas vezes se presume haver entre sujeito e mundo. Considero construtivo reconhecer os elementos comuns às discussões sobre representação e sobre o polifônico termo “experiência”.

mundo inerte.³⁹ A projeção é, de fato, unilateral, mas o sujeito que a faz está no mundo e recebe *feedback* do mundo: o passado pode não responder, mas a capacidade de se conectar com os processos depende da capacidade de trazê-los à consciência; sem isto, não há como lidar com eles de maneiras propositivas, e, portanto, o bloqueio de *feedbacks* – a tentativa de produzir sistemas fechados – enfraquece o próprio sistema; além disso, narramos para outros seres, e eles também respondem àquilo que falamos. O mundo contemporâneo, e mais ainda o pandêmico, é rico de exemplos sobre as consequências negativas da tentativa de produzir sistemas fechados e da rejeição dos *feedbacks* dos demais grupos humanos e não-humanos e do mundo natural.

O fato de que a narrativa é produzida no mundo da vida por sujeitos em relação com o ambiente tem implicações para outra questão sobre a relação entre tempo e narrativa levantada por Mink. Por enfatizar a simultaneidade produzida retroativamente sobre eventos que ocorreram em momentos diversos, ele equipara o gesto de ver o rio de cima com produzir um “cancelamento” do tempo, afirmando que “o tempo não é da essência das narrativas”. O holismo de Ankersmit procede da mesma maneira, isolando as representações de toda a teia de interconexões em que elas se inserem.⁴⁰ Elas, porém, são sustentadas materialmente por livros (ou outros suportes), compreendidas por mentes incorporadas, situadas em ambientes físicos, comunicadas em contextos específicos, como parte de interações intersubjetivas. Mink e Ankersmit não estão errados no que dizem, mas é importante destacarmos que eles estão

39 Parte do que facilita que se chegue a tal conclusão é a ideia de que, ainda que o mundo não seja inerte, o *passado* já passou e, portanto, é inerte. Mas, além de sua “presença” ser concebível em termos de espectralidade, trauma e outras formas mais, e também de *habitus*, lembremos que (a) outros grupos sociais têm tal passado presente-com-modificação na forma de retenção de suas narrativizações sobre o mundo, e (b) as consequências de ações e processos passados seguem operativas no presente e não os trazer à consciência implica em se impossibilitar de transformá-los (ou impossibilitar outras pessoas de transformá-los!). Assim, mesmo que o passado não responda, *nós respondemos* aos sofrimentos físicos e psicológicos e podemos nos sentir impelidos por eles a direcionar nossa atenção ao passado.

40 Embora reconheça que o significado de uma representação é estabelecido na relação com a totalidade de representações produzidas sobre um mesmo assunto.

teorizando sobre *um momento em um movimento* – do todo às partes do texto e de volta, do sujeito ao mundo natural e intersubjetivo e de volta etc. Segundo Dewey, o movimento de produção de sentido é resultado da percepção de um desajuste do sujeito em relação ao ambiente, seguido de um movimento rumo ao futuro em que um novo equilíbrio é alcançado – o que, em um mundo impermanente, é apenas temporário. O processo histórico, como vimos com Danto, segue se modificando, e o significado de uma unidade-de-múltiplos-eventos se modifica na dependência não só da totalidade de outras representações, como Ankersmit corretamente observa, mas também de todo o processo histórico no qual ela está inserida. A historiadora (em sentido amplo, não necessariamente profissional) sempre se verá com novas demandas de orientação e, assim, o significado das “mesmas” representações sobre o passado (e/ou dos eventos a que elas se referem ou têm relação de *aboutness*) será outro, já que a totalidade de relações em que elas são trazidas à mente também será outra.

Cavando ainda mais fundo: os resquícios da crença em História Universal

“Narrative Form as a Cognitive Instrument”, de 1978, é a culminação das décadas de reflexão avançadas por Mink. Ele morreria poucos anos depois, em janeiro de 1983. E, a meu ver, é um dos textos que mais leva a sério as consequências radicais do abandono do realismo, sem cair no extremo oposto de posturas solipsistas, idealistas ou mesmo transcendentalistas. Neste texto, Mink identifica no senso comum – incluindo a historiografia e filósofos da história, mas sem dizê-lo especificamente – algo que, dizia ele, “se eu estou certo, é pressuposto implicitamente de maneira tão abrangente quanto é explicitamente rejeitado”⁴¹: a ideia de que o passado é “uma estória não contada” (“*an untold story*”). Este pressuposto seria herdado da ideia de História Universal. Mink identificava quatro pressupostos principais desta ideia:

⁴¹ MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 188.

- 1 - O conjunto de eventos humanos, inclusive os do futuro, pertence a uma única história.
- 2 - Há um único sujeito ou tema central no desenrolar do enredo da história, mesmo que não se pressuponha leis.
- 3 - Eventos são ininteligíveis se vistos apenas em relação às suas circunstâncias imediatas.
- 4 - A variedade de manifestações culturais e políticas são “as permutações de um conjunto único e imutável de capacidades e possibilidades humanas...”⁴²

Em 1978, dizia Mink, não mais se acreditava que uma única história pudesse englobar todo o conjunto de eventos humanos. Em vez dessa crença, dizia ele, “acreditamos que há muitas estórias, não apenas diferentes estórias sobre eventos diferentes, mas até mesmo diferentes estórias sobre os mesmos eventos.” Porém, ele notava ainda, o pressuposto havia sido abandonado apenas pela metade: apesar de reconhecer a possibilidade de multiplicar histórias, “nós presumimos que tudo que aconteceu pertence a um reino único e determinado de realidade imutável [*unchanging actuality*]”. Em outros termos, não abandonamos a *história* universal, mas apenas a *historiografia* universal.⁴³ Podemos apontar como uma expressão deste pressuposto a imagem da montanha utilizada por E. H. (não David) Carr: embora possa ser vista de muitas perspectivas, ela ainda assim existe realmente como a realidade objetiva observada de múltiplos ângulos.⁴⁴ Será o referente do discurso historiográfico tão definido e estável quanto a entidade física que apreendemos visualmente e conceitualizamos como “montanha”? Perguntar isso, tenhamos a precaução de observar novamente, não é negar a realidade daquilo a que o discurso historiográfico se refere ou de que fala sobre, mas buscar entender sua natureza. É também dizer que a metáfora ocular talvez seja útil para entender parte da operação historiográfica, mas não sua totalidade.

Notemos que, no que viria a ser a culminação de sua trajetória intelectual, o próprio Mink põe em questão o que seria,

⁴² MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 189-191. Este trecho também é uma sinopse e não uma citação literal.

⁴³ *Ibidem*, p. 194.

⁴⁴ CARR, E.H. *What is History?* London: Penguin, 1961.

exatamente, a “determinação” do passado sobre a qual ele tanto falou em sua trajetória. Seu tom no texto é o de cuidado para não filosofar como quem pretende privar o senso comum da distinção entre história e ficção, deixando entrever quase um temor em fazê-lo, mas sobretudo estimulando o reconhecimento de que o problema (agora reconhecido como um problema) é mais complexo do que parecia até então. Para ele, esta complexidade se permite ver principalmente quando investigamos a “forma narrativa como instrumento cognitivo”: aqui, a dissonância entre novas ideias e velhos pressupostos se mostra nitidamente.⁴⁵

Mink identifica três questões em que esta tensão se manifesta. A primeira é sobre a possibilidade de combinar duas narrativas em uma única mais complexa: de acordo com os nossos pressupostos, isto deveria ser possível; porém, não é o que ocorre. Se uma narrativa que culmina na Revolução Francesa é combinada com outra em que este evento é o início da contemporaneidade, os significados deste evento e de ambas as narrativas se modificam. Adicionar um quinto volume às quatro “Eras” de Hobsbawm também modificaria o significado de cada um dos volumes anteriores. Mink não está negando que crônicas se agregam (embora a noção não seja desprovida de complicações, quando analisada em detalhe). Mas “uma narrativa deve ter uma unidade própria”, e a agregação, ao produzir outra unidade que não essa, modifica a ordenação narrativa – não a cronológica – dos eventos: “... na narrativa anterior de tal agregado, o fim não é mais um fim e, portanto, o começo não é mais *aquele* começo, nem o meio é aquele meio.”⁴⁶

A segunda questão é: a forma narrativa representa algo verdadeiro ou falso, para além das frases singulares que o fazem? Como Mink descrevia, o senso comum presumia e presume que sim. O que isto provavelmente significa, especulo eu, é que o senso comum sequer diferencia o modelo das narrativas do modelo das crônicas, atribuindo àquela as características destas. Assim, o sentido de uma certa narrativa parece ter sido “encontrado” como

45 MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 195.

46 *Ibidem*, p. 197.

natural consequência do fato de se reunir e conectar verdades sobre um processo.

Notemos que isto ocorre em dois níveis de generalidade. Primeiramente, em representações que discutem aspectos específicos ou gerais de “substâncias narrativas” como Revolução Francesa, o golpe de 1964, ou mesmo os pensamentos e ações de um Menocchio ou um São Luís. Mas estas narrativas inevitavelmente têm como plano de fundo uma imagem de como as coisas são. Afinal, como White apontou de maneira tão perspicaz em *Metahistory*, toda história pressupõe uma filosofia da história. Isto remete tanto a uma visão mais ampla da direção do processo histórico como um todo quanto aos referenciais (filosóficos, conativos etc.) que, em contato com as evidências históricas, produzem tal visão. A importância prática da desnaturalização de tais referenciais não poderia ser mais enfatizada: a naturalização bloqueia a formulação de vias de ação, criando a ideia de que certos eventos ou “o mundo” estão sendo apresentados “como são”. Em que sentido as narrativas e metanarrativas os apresentam como são? Se são responsáveis cognitivamente, o fazem porque de fato apresentam aspectos do mundo. Em que sentido são enganosas? Quando negam a *presença da observadora no ato da observação* e, assim, obscurece implícita ou explicitamente a possibilidade do estabelecimento de outras relações com o mundo. Quando outras coisas podem ser vistas, outras ações são possíveis, e, assim, outros mundos são possíveis.

Mencionemos um exemplo. Em muitos pontos chave da cultura “moderna” (capitalista, eurocêntrica etc.) não se reconhece uma forma de narrativizar o mundo como uma perspectiva, mas como a perspectiva: os referenciais do *desenvolvimento econômico* e do *progresso tecnológico*, por exemplo, são preocupantemente naturalizados, e eles produzem um realinhamento de toda a história da humanidade em seus próprios termos de uma maneira não muito diferente de como Mink descreveu a História Universal. Quanto mais eles se mostraram incapazes de produzir um futuro desejável, nas décadas desde o fim da Guerra Fria, mais parece ter havido a

tendência – por parte ao menos alguns grupos dominantes, mas não sem um grande acolhimento no senso comum – de que tais futuros não poderiam ser imaginados, planejados,⁴⁷ produzidos. É evidentemente salutar reconhecer as limitações da capacidade de planejamento e controle humanos (quando desmedida, tal expectativa pode ser, ela própria, uma manifestação de uma forma científica, transcendentalista de pensar),⁴⁸ mas a negação da agência humana na produção de futuros é tanto desprovida de evidências quanto, frequentemente, a naturalização do que são referenciais construídos. Ao naturalizá-los, certos referenciais como o individualismo (e não é ele uma parte que nos torna impotentes para produzir transformações que, coletivamente, seriam um tanto mais viáveis? Pensemos nos sindicatos, por exemplo), a crença de que só é real o que é quantificável (como já disse Ailton Krenak, podemos olhar para uma montanha ou um rio e ver “recursos” com o potencial futuro de gerar lucros), a nação como o sujeito de continuidade-na-mudança nas narrativas históricas, a divisão arbitrária entre o humanos e a assim-chamada “natureza”⁴⁹ etc., passam a ser tomados como “a realidade”.⁵⁰

47 Para a formulação neoliberal desta perspectiva, o mercado seria sempre um processador de informações mais eficiente que seres humanos. Ver: MIROWSKI, Philip. Hell Is Truth Seen Too Late. *boundary 2*, Durham, v. 46, n. 1, 2019, p. 1-53.

48 BATESON, Gregory. A Cibernética do “self”: uma teoria do alcoolismo. Trad. de Letícia Cesarino. *Ilha - Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 258-290, 2019.

49 A relação natureza-cultura pressuposta na modernidade parece compatível com a imagem da pessoa olhando para a montanha: presumimos produzir variações sobre uma entidade estática. A historiografia não tem a “natureza” como objeto, mas, por herdar pressupostos epistemológicos oriundos das ciências naturais modernas, trata seu objeto dentro dos mesmos pressupostos. Ver: LATOUR, Bruno. *Face a Gaia*. Rio de Janeiro: Atelier, 2020.

50 Lembremos ainda que, em livro de 2009, Mark Fisher descreveu brilhantemente a atmosfera (agora em crise) do “capitalismo realista”, a sensação pervasiva de que o mundo não poderia ser de outra forma. Se pensarmos com Danto sobre este diagnóstico, podemos dizer que a falta de um horizonte de futuro bloqueia também as possibilidades de redescrição do passado, e vice-versa. Mas White mostrou bem que a naturalização de uma forma de “realismo” como a única capaz de “representar realisticamente a realidade” é um gesto autoritário, e não um diagnóstico neutro. Rejeitar a existência de uma única forma de “realismo” é também rejeitar a História Universal, e se isto é filosoficamente justificado até mesmo no caso de utopias que almejam a liberação humana, é também existencialmente necessário diante de um modo de produção que inviabiliza a coexistência entre seres humanos e entre humanos e não-humanos. Ver: FISHER, Mark. *Realismo*

Para reverter estes enganos, independente do que o senso comum pressuponha sobre verdades narrativas de modo geral, é necessário de alguma forma reconhecer o problema da “verdade narrativa” operando *ali*, na circunstância concreta. Reconhecê-lo significa dizer: é necessário ver que o passado e o mundo surgem para a consciência tal como surgem na dependência dos recursos prefigurativos que são levados a ele no momento em que, como White descreveu em *Metahistory*, ele é povoados por um conjunto de figuras que permitem apresentá-los discursivamente. Desnaturalizar as narrativas sobre progresso, desenvolvimento, “natureza”, “emprego”, “povos primitivos” e tantas outras é necessário para que consigamos ao menos *imaginar a possibilidade* de viver de outras formas. A narrativa que visa produzir uma “Grande Virada”,⁵¹ por exemplo, rejeita vários dos pressupostos presentes nessa forma de pensar em prol de outras, mais condizentes com a interdependência entre toda a vida, e só é possível porque não há uma História Universal dada, para além da capacidade humana de produzir sentido para o mundo e em relação com o mundo.

No final das contas, a recusa ao imperialismo de uma forma de produzir compreensão configuracional não é tão distante, estruturalmente, da recusa dos imperialismos dos diversos modos de compreensão, e esta, por sua vez, não é tão distante assim da recusa de imperialismos geopolíticos e colonialismos diversos: estes também pressupõem, injustificadamente, a superioridade de um modo de conhecer o mundo sobre todos os demais.

A terceira tensão entre crenças e pressupostos discutida por Mink em “Narrative Form...” é a mais sensível e, também, a mais reveladora do quanto difícil é abrir mão dos pressupostos realistas acerca da forma narrativa. É a que mais nos convida a deixar a discussão de lado, pela dificuldade envolvida em como seguir o debate a partir daí: a dificuldade de compreender o que pode significar falar em “mesmo evento”. Como podemos questionar que a história seja análoga às montanhas que olhamos de vários ângulos,

Capitalista. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

⁵¹ Cf. MACY, Joanna. *Esperança Ativa*. Rio de Janeiro: Bambual, 2020.

ou vários tijolos que juntamos para fazer um muro, mas sem cair em um mero irrealismo irresponsável ou um “*anything goes*” pós-modernista?

O que é um “mesmo evento”?

A distinção feita por Mink entre o movimento para frente da narrativa e o gesto retrospectivo da compreensão viria a se consolidar na tradição narrativista, com contornos levemente diferentes, na distinção entre os eventos e a totalidade holística de sua combinação em forma narrativa. A partir de 1983, com várias formulações, Ankersmit frequentemente distinguiu os níveis da descrição de eventos e da representação na historiografia, afirmando que a primeira é uma operação epistemológica e a segunda, estética. White, de maneira parecida, falava em *Metahistory* da existência de uma crônica de eventos como o nível mais simples com base no qual a narrativa histórica era produzida.⁵² Sobretudo no clima um tanto agressivo dos debates sobre o “pós-modernismo” em fins do século XX, eles muitas vezes enfatizaram que as descrições de evento eram referenciais – especulo que com o intuito de tentar deixar claro que não estavam simplesmente rejeitando a pretensão da historiografia de dizer verdades baseadas em pesquisa –, e reservaram para o nível da narrativa ou representação o caráter estético sobre o qual discorriam em suas reflexões.⁵³ Mas neste texto de 1978, Mink nos dá subsídios para pensarmos na dificuldade de presumir uma distinção rígida entre a parte e o todo – que se constituem mutuamente –, entre a operação epistemológica das descrições e a estética da representação, ao mesmo tempo em que cuida de não jogar fora a

⁵² Para uma crítica ao “campo histórico” pressuposto em *Metahistory* e para uma caracterização de White e Ankersmit como “positivistas invertidos”, ver, respectivamente: LaCAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History*. Ithaca: Cornell University Press, 1983; LORENZ, Chris. Can Histories Be True? Narrativism, Positivism, and the “Metaphorical Turn”. *History and Theory*, Middletown, v. 37, 1998, p. 309-329. White falava também no nível da estória e dos modos de enredamento, argumentação e implicação ideológica, além dos tropos subjacentes a todo o processo de escrita da história.

⁵³ Estamos falando de trajetórias muito longas, e algumas vezes o tratamento da relação entre descrição e representação foi especialmente produtivo: em 2012, por exemplo, creio que Ankersmit deu uma contribuição considerável ao afirmar que as descrições são formas cristalizadas de representação.

justificada pretensão da historiografia de narrar verdadeiramente o passado.

Tanto na época de “Narrative Form...” quanto agora, é como se ainda presumíssemos a viabilidade de um Cronista Ideal de Danto (exceto, é claro, por motivos práticos), que *descreveria* todos os eventos na medida em que eles acontecem, mas continuaria não suprindo nenhuma das finalidades pelas quais *redescrivemos* os eventos em forma narrativa. Mas, aqui, Mink observa que o simples fato de conseguirmos conceber o experimento mostra que pressupomos ainda que o passado seja uma “estória não contada”. De fato, ao ler isto, podemos nos perguntar: como seria um registro pontual da Cronista Ideal? Se há múltiplos critérios pelos quais mesmo uma descrição atomística poderia ser efetivada – e já vimos que essa concepção é problemática para a historiografia, pois a interpenetração entre passado e futuro no presente é necessária para descrever (a) ações e (b) processos, inclusive os de durações longas, que perpassam indivíduos e gerações – não há como *primeiro* encontrar uma descrição padrão e *depois* proceder com a redescrição estética, mas apenas como tomar, provisória e arbitrariamente, uma descrição como padrão, à custa de outras igualmente legítimas. Como poderia proceder a Cronista, senão descrevendo eventos à luz de totalidades narrativas implícitas, mutáveis – e, também, de pressupostos, emoções, desejos igualmente mutáveis – ocupando “lugares sociais” e dialogando com leitoras também situadas, e não falando “de lugar nenhum”? Se há várias “filosofias da história” possíveis, ela teria que fazer um registro (a partir de uma filosofia da história fixa) ou muitos registros de todas as possibilidades de registro de cada evento (uma a partir de cada filosofia da história imaginável), incluindo cada delimitação de início e fim dentre todas as possíveis? Ou seja: se uma descrição é produzida pela relação entre sujeitos conscientes no presente e processos históricos no passado, além de registrar todos os eventos, teríamos que registrar todas as possibilidades de conexão entre os eventos, incluindo todas as variações no polo subjetivo (diferentes desejos, experiências de temporalidade, estilos retóricos) que produzem

diferentes formas de descrever tais eventos e a conexão entre eles. O resultado mais pareceria uma versão historiográfica da Biblioteca de Babel de Borges: não tão grande a ponto de incluir todas as combinações textuais possíveis, inteligíveis ou não, nem de incluir todas as descrições de eventos (as sentenças narrativas e os outros quatro tipos de descrição catalogados por Mink), mas apenas as verdadeiras, mas, ainda assim, incomensuravelmente maior do que o já exaustivo registro do Cronista Ideal que concebemos de uma perspectiva realista.⁵⁴

Autores como Ankersmit e White não assumem uma posição unívoca assumida acerca da natureza precisa dos “eventos sob descrição”: há sobretudo a tendência de sequer discuti-la, embora o próprio Danto tenha introduzido a questão ao tratar precisamente de descrições (e não da organização textual de descrições na forma de representações, como especialmente Ankersmit o fez).⁵⁵ Neste texto de 1978, Mink não se contentava em deixar a questão intocada e apontava que a noção de “mesmo evento” é um tanto mais complexa do que havia sido percebido até então. Perto do fim do texto, ele observa que, embora houvesse falado, até aquele ponto, em “eventos” e na distinção entre crônica e narrativa como se tais noções não fossem problemáticas, “dificilmente há um conceito menos claro do que aquele de ‘evento’.”⁵⁶

Uma questão que ele coloca é sobre a possibilidade de subdividir “eventos” em eventos menores e deles serem partes de eventos maiores: há algum limite inferior ou superior de divisão, ou elas podem ser feitas indefinidamente? Mink adiciona ainda outra questão, inseparável desta:

Além disso, é claro que nós não podemos nos referir a eventos enquanto tais, mas apenas a eventos *sob uma descrição*; então pode

⁵⁴ Uma exploração mais detalhada dos experimentos mentais do Cronista Ideal e da Biblioteca de Babel certamente poderia revelar insights e tensões adicionais entre nossos pressupostos e crenças.

⁵⁵ Em correspondência com Ankersmit, segundo relato deste em *Meaning, Truth, and Reference...*, Danto afirma explicitamente que considera que todo uso da linguagem tem o caráter de representação. (Notemos ainda que não se trata de um uso “representacionalista” do termo.)

⁵⁶ MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 199.

haver mais do que uma descrição do mesmo evento, todas elas verdadeiras, mas se referindo a diferentes aspectos do evento ou descrevendo-o em diferentes níveis de generalidade. Mas o que poderia significar “mesmo evento”? Sob qual descrição nós nos referimos ao evento que deveria ser a base para diferentes descrições?⁵⁷

Refletindo sobre estes tópicos, Mink observa: “Mas, na verdade, nós não temos ideia se há eventos mínimos ou máximos e não conhecemos descrições padrão ou proeminentes de nenhum evento.”⁵⁸ Ele diferencia a situação da história daquela das ciências naturais: nestas, a função de uma teoria e do desenvolvimento das linguagens especializadas é precisamente “estabelecer o que conta como um evento-unidade e fornecer descrições padrão de eventos.”⁵⁹ Se tal coisa acontecesse na historiografia, porém, ela perderia sua razão de ser, já que narrativizar eventos é produzir *redescrições*, o que seria inviável se houvesse o acordo ou a imposição de descrições padrão.⁶⁰ E é precisamente aqui que ele localiza a origem da tensão:

... há algo incompatível entre o nosso conceito de “evento” e o nosso conceito de “narrativa” ... [O] conceito de evento é primariamente conectado à estrutura conceitual da ciência (e àquela parte do senso comum que adotou a linguagem e os métodos da ciência); mas naquela estrutura conceitual, ele está purgado de todas as conexões narrativas e se refere a algo que pode ser identificado e descrito sem qualquer referência necessária à sua localização em algum processo de desenvolvimento – um processo que apenas a forma narrativa pode representar.⁶¹

Dessa forma, “a descrição dos eventos é uma função de estruturas narrativas particulares”, e, se aceitamos isto, precisamos aceitar que, “na verdade, não pode haver estórias não contadas, assim como não pode haver conhecimento não conhecido.”⁶² Assim,

57 MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 199-200.

58 *Ibidem*, 200. Ao resenhar o livro de Danto, já em 1968, ele observa que o autor “não elucida o significado de ‘mesmo evento’ sob diferentes descrições.” *Ibidem*, p. 143. O que certamente indica que ele buscava tal elucidação.

59 *Ibidem*, p. 200.

60 *Ibidem*.

61 *Ibidem*, p. 201.

62 *Ibidem*.

há duas questões em jogo aqui: a que trata da possibilidade, ou não, de estabelecer protocolos linguísticos consensuais (ao menos em tempos de “ciência normal”) nas ciências duras e na historiografia; e, segundo, a que se refere à necessidade de redescrever os eventos a cada vez que uma narrativa é produzida, conectando-os a diferentes “processos de desenvolvimento”. O primeiro caso, quando se manifesta na historiografia, naturaliza *formas de produzir descrições de evento*; ao se manifestar na existência social, produzir formas realistas e/ou científicas de pensar, que obscurecem a criatividade humana para produzir conhecimento e viver de outras formas; o segundo naturaliza *descrições específicas de evento*, e é mais difícil de se sustentar na prática porque, como vimos, toda a operação historiográfica demanda redescritões a todo tempo (embora nem todas modifiquem com igual peso o significado que atribuímos a certos eventos). Os dois fatores estão interligados, no mínimo, porque, como vimos com Danto, as novas conexões possíveis entre os eventos seguem se modificando, à medida que o processo histórico se desenvolve, com a observação da história sendo feita por agentes *na história*. Não é tanto que haja sistemas fechados, mesmo nas ciências duras, mas que a processualidade da história faz com que a abertura incondicional dos sistemas históricos se mostre mais radicalmente. É por esse mesmo motivo que busquei afirmar que o “congelamento do tempo” produzido pelas narrativas é provisório. Historiadoras conscientes de tal fato, operando no que White caracterizou como o tropo da “ironia”, no sentido positivo do termo, podem explorar as múltiplas possibilidades de redescrição do passado e da realidade que decorrem disto.

Diante destas incompatibilidades entre o que o senso comum afirma e o que pressupõe, Mink considera ser necessário abrir mão do

resquício da ideia de História Universal que sobrevive como pressuposição, a saber, a ideia de que há uma realidade [*actuality*] histórica determinada, o referente complexo para todas as nossas narrativas d“o que realmente aconteceu”, a estória não contada à qual as histórias narrativas se aproximam. Obviamente, isto não coloca o passado completamente em risco; isto não implica que não há nada determinado sobre o passado, já que declarações

individuais de fato, ao quais tanta pesquisa histórica é dedicada, permanecem sem ser afetadas. Mas isto significa, sim, que o significado [*the significance*] do passado é determinado apenas em virtude da nossa própria imaginação disciplinada.⁶³

Ele ainda se preocupa em especificar que não se trata de deixar “história e ficção colapsarem de volta no mito”, embora sem presumir saber oferecer critérios claros para distingui-las no nível da narrativa:⁶⁴

Assim, a história narrativa e a ficção narrativa são mais aproximadas do que o senso comum aceitaria. Mas a crença do senso comum de que a história é verdadeira em um sentido em que a ficção não é não é, de forma alguma, revogada, ainda que devamos revisar qual é este sentido. Seria desastroso, creio eu, se o senso comum perdesse sua última fortaleza sobre este ponto.⁶⁵

Cabe colocar uma questão: ao reconhecer que eventos são funções de narrativas, mas distinguir “eventos” de “fatos”, não teria Mink apenas dado um passo atrás, varrendo o problema para baixo do tapete ao trocar “evento” por “fato”? Ele não manteria os pressupostos realistas para o “fato” em relação ao “evento”, da mesma forma de White e Ankersmit às vezes fazem com o “evento” em relação à “representação”? Investigando em mais detalhes, não seríamos forçados a dizer que, da mesma forma que não há estórias prontas, nem eventos prontos (mas apenas sob descrição), “não há fatos, apenas fatos sob descrição”? Minha resposta é que isto depende do que atribuimos à noção de “fato”, em comparação com a de evento. O fato poderia ser pensado como a potencialidade de uma parte da totalidade de processos que compõem a realidade de aparecer de uma certa maneira quando a atenção é direcionada a ela. Há – nos fatos, nas descrições de eventos e nas representações – uma dimensão objetiva e outra subjetiva, uma dimensão epistemológica

63 MINK, Louis. *Historical Understanding...* Op. cit., p. 202. Mas notemos: simplesmente por não havendo, por exemplo, inícios e fins *dados* dos eventos, a questão “estética” do significado se mistura com a “epistemológica” da pesquisa e descrição dos eventos mais do que esta última frase pode indicar.

64 E embora Mink não discuta o caso, é evidentemente plausível falar em “verdades” expressadas ou desveladas por narrativas ficcionais também.

65 *Ibidem*, p. 202. O impacto social da destruição de um senso coletivo de realidade é visível nos fascismos do século XX e em muitos governos da extrema-direita do século XXI. Distinguir o pluralismo de *anything goes* não é tarefa fácil, mas é essencial.

e uma dimensão estética, mas elas não se situam uma de cada lado, nitidamente distinguíveis – como uma montanha observada de longe ou o rio visto de cima por alguém seco e em segurança. Por isso que, quando falamos em representação, logo apontamos a existência de descrições verdadeiras; quando olhamos de perto as descrições, logo apontamos a existência de fatos etc.

Subjetividade e objetividade, com o apoio de algumas analogias

Parece ser o caso, então, de que, em vez de constituírem um fosso inseparável entre o sujeito dentro de sua cabeça e o mundo lá fora, o subjetivo se mostra mais nitidamente na relação com a objetividade, e o objetivo se mostra mais completamente na relação com diferentes expressões de subjetividade. Diferentes ênfases de método, preocupações éticas, experimentações estéticas, diferentes desejos e emoções desvelam diferentes aspectos verdadeiros de eventos do passado. Assim, a relação entre consciência e aquilo de que se tem consciência parece se dar menos como aquela entre tijolos “objetivos” que reunimos em uma parede e só depois pintamos com a tinta da subjetividade, e mais como uma argila que assume uma certa forma dependendo de como é moldada na produção de um vaso. Mesmo o tijolo, se insistirmos na analogia, não é um “evento” ou nem mesmo um “fato” já encontrado como tijolo, mas a argila “moldada” como algo relativamente distinto por agentes no passado e/ou narradores posteriores. Enfim: isto é insinuado pela expressão “o conteúdo da forma”, de White (é legítimo falar também na “forma do conteúdo”), e também o é pelo apelo de Ankersmit à filosofia da mente de Aristóteles *em seus textos sobre experiência histórica*, na qual o toque tem precedência em relação à visão.

Assim sendo, a partir desta sessão do texto, afirmo que a “compreensão” de Louis Mink não é meramente um conceito útil para a fase narrativista da filosofia da história anglo-saxônica, mas que atende muito bem às necessidades de discussões sobre experiência que um autor como Ankersmit avançou por volta da virada do

século. E isso porque tanto agentes no passado quanto historiadoras no presente “compreendem” e “compreendem compreensões”.

Em *Sublime Historical Experience*, Ankersmit busca pensar as experiências históricas com base em um modelo do toque, “estético”, dando-o precedênciia assim como o modelo mais distanciado, “epistemológico”, do sujeito que vê o objeto de sua pesquisa como quem vê o rio de cima. Minha afirmação é de que toda a operação historiográfica pode ser pensada assim, sem que isso signifique uma rejeição da operação epistemológica que pode seguir à estética. Isto porque não há separação rígida entre estética e epistemologia, e sim interpenetração dialética. As operações da mente, segundo a interpretação de Collingwood feita por Mink, operam em *níveis de reflexividade*: assim, não se trata de dizer que ou temos epistemologia ou estética, mas que a atividade imaginativa do “segundo nível de consciência”, trabalhando sobre a experiência transiente do “primeiro nível”, possibilita e segue presente na operação epistemológica do “terceiro nível”.⁶⁶ A noção de “prefiguração” em *Metahistory* pode ser pensada em termos semelhantes. Assim, a visão distanciada e epistemológica é possível como *uma forma de proceder* em que o foco se dá naquilo que é comum às múltiplas experiências e que, portanto, pode ser reconhecido como real. Operações “epistemológicas” focam no polo objetivo da relação entre subjetividade e objetividade, e experiências “estéticas” se situam no polo subjetivo da tal relação, mas, embora seja possível imaginar algo sem avançar para investigar a realidade daquilo que se imaginou, não é possível operar epistemologicamente sem a presença da operação imaginativa como condição de possibilidade.

A imagem do rio, de Mink, capta o *distanciamento temporal e conceitual* – e é muito bem sucedida no que se propõe –, mas, como a da montanha de E. H. Carr, não dá conta do fato de que, por envolver processos mentais que transitam “figuralisticamente” – e às vezes traumáticamente – pelo tempo de maneiras que a matéria

⁶⁶ Ou seja, a “escala de formas” de Collingwood reconstruída por Mink fornece nada menos que um quadro de referências comum para as discussões sobre narrativa e representação e aquelas sobre experiência e presença.

por si só não pode fazer, mesmo em operações epistemológicas – quanto mais nos encontros experenciais examinados em *Sublime* –, o objeto da historiografia modifica o historiador: como Ahlskog observa, também ao comentar a filosofia de Collingwood, a necessidade de conhecer o passado a partir de dentro implica que não há conhecimento do passado (o “objeto”) que não modifique quem conhece (“o “sujeito”). Este deve passar da condição de alguém que era ainda incapaz de pensar certos pensamentos para alguém capaz de fazê-lo.⁶⁷ Já não temos, então, uma pessoa observando uma montanha ou um rio de longe, mas alguém sim engajada em uma atividade em que sujeito e objeto são parte de um mesmo processo e se afetam mutuamente: *algo* do passado é aberto e pode ser mudado, embora não tudo; *algo* da historiadora é aberto e pode ser mudado, embora não se trate de um encontro com o passado concebido ingenuamente e que rompa ou desvele todas as suas pressuposições absolutas não reconhecidas. Mas há, efetivamente, um contato entre os dois polos, que não é bem descrito por imagens visuais que remetem à distância: afinal, onde acaba a história da arte e começo a nossa interpretação quadro à nossa frente? Onde acaba a tradição filosófica e começo a experiência da filósofa que narrativiza tal tradição como parte de seu argumento?

A imagem da música, evocada por Carr (na esteira de uma longa tradição fenomenológica), expressa algo que a do vaso de argila não expressa, sobretudo se a pensarmos da perspectiva de alguém que a executa no improviso, com todo o corpo e a atenção. Ela indica muito bem a interpenetração entre as notas, sem deixar de reconhecer o fechamento do passado (as vibrações e a notação no papel não se modificam quando elas são “resolvidas”, embora sua função na música sim), mas tem sobretudo a vantagem de ajudar-nos

⁶⁷ Em sua filosofia da experiência histórica, Ankersmit defende a pertinência da filosofia da mente de Aristóteles em detrimento da dicotomia entre sujeito e objeto que encontramos em Descartes e Kant, defendendo que aquela dá conta de reconhecer o tipo de “toque” que aconteceria entre sujeito e objeto. Posteriormente, como vimos, ele se arrependeu de falar em “contato com o passado”. Mas não há nada de místico na noção, pelo motivo citado por Ahlskog. Ver: AHLSKOG, Jonas. R. G. Collingwood and the Presence of the Past. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 11, 2017, p. 289-305.

a reconhecer que os eventos históricos se cristalizam em unidades relativamente distingíveis. Pois, se os inícios e fins dos eventos não são naturalmente dados, eles não são tão inteiramente fluidos quanto as partes de argila que compõem um vaso. Não entendo muito de olarias – nem de música, e tanto leitores realistas quanto pós-modernistas dirão a essa altura que nem de filosofia da história –, mas sua principal vantagem, no contraste com a dos tijolos que compõem a parede, é apontar que a maleabilidade do passado não significa um *anything goes*. Porém, ela teria que expressar melhor a transformação da própria artesã no momento da produção: digamos, com a temperatura do vaso afetando a temperatura de seu corpo. A música deixa isto mais claro, já que ela pode tocar profundamente nossa sensibilidade, inclusive para além do momento em que é executada; e modificações na sensibilidade são parte importante do que (re)produz transformações sociais.

Seja como for: no interior da representação, objetividade (epistemológica, das partes referenciais) e subjetividade (estética, do todo representativo) são mais parecidas com o barro e a água, que se misturam, e menos com o tijolo e a tinta, que são nitidamente separados: a operação estética que atua na narrativa atua também, simultaneamente, na produção do conhecimento de um dado evento, em sua descrição e em suas redescrições. O todo e a parte da representação se constituem mutuamente. Na relação entre a historiadora no presente, o “sujeito”, e as agentes do passado, (parte de, mas não todo) o “objeto”, por sua vez, a transformação se assemelha às notas de melodia sendo ressignificadas à medida que, retroativamente, são vistas à luz da totalidade da música avançando rumo à sua conclusão. No caso da história-processo, como Danto mostrou, a música nunca termina. Em certo sentido, é verdade que não há contato com o passado, pois ele já passou; em outro sentido, seres humanos são corpo e consciência interpenetrados, e não apenas o corpo manifesta a presença do passado na forma de habitus e eventualmente de traumas somatizados, mas também as tradições e a cultura são parte fundamental do que compõe um ser humano. Nesse sentido, muito mais do que alguém vendo um

rio de cima, fazer história pode envolver a (auto)transformação expressada pelas analogias do toque e da audição.⁶⁸ É a produção da interface em que sujeito em t-3 e objeto de t-1 a t-2 se relacionam e se transformam retroativamente, a partir da atuação de uma consciência viva, incorporada, em t-3.

Diferentemente da montanha, o formato de um vaso não é natural e dado, para além do formato atribuído a ela pela imaginação artística; não é reconhecido de longe, como a historiografia pode não ser, mas produzido com o toque. Ao mesmo tempo, não há um vaso que seja apenas produto da imaginação criativa, independente das possibilidades do material. Temos sempre imaginação e trabalho, inseparavelmente. Reconhecer que o mesmo se dá com as narrativas e metanarrativas com as quais nos relacionamos com o mundo é um pequeno, mas necessário passo para reacender a criatividade diante da frequentemente diagnosticada crise de imaginação da contemporaneidade.

68 Autotransformação é também o que poderíamos chamar de intertransformação, já que indivíduos não existem senão em interdependência.

Uma Aplicação da Filosofia da Arte de Arthur Danto aos Problemas da Demarcação entre a Narrativa Literária e a “Meramente” Histórica^{1*}

Verónica Tozzi Thompson

É por isso que todo discurso sempre se refere tanto ao próprio discurso quanto aos objetos que compõem seu tema.
— Hayden White, *Trópicos do Discurso*, 1978

Ninguém negaria a relevância das contribuições do filósofo americano Arthur Danto à filosofia analítica. Contudo, o alcance e a especificidade verdadeiros de suas contribuições não apenas são pouco apreciados, como também só muito vaga e parcialmente conhecidos. Durante a década de 1960 e até sua morte, Danto escreveu sobre a filosofia da história, a filosofia da ação e a filosofia da arte. É digno de nota que aqueles que leram com especial atenção alguns desses trabalhos ignorem suas outras obras. Não me refiro só ao fato de que poucos daqueles que se aprofundaram em sua filosofia da arte conheçam pouco sua filosofia da ação (claramente a mais árida e esotérica das três), mas até sua aproximação da filosofia da

¹*Publicado originalmente como: TOZZI, Verónica. Una aplicación de la filosofía del arte de Danto a los problemas de la demarcación entre la narrativa literaria y la “meramente” histórica. *Daimon – Revista Internacional de Filosofía*, Murcia, n. 49, p. 119-139, 2010. Tradução publicada com autorização da autora e da revista.

mente, em *Os Problemas Corpo-Corpo*, para completar sua passagem por todos os problemas da filosofia e, finalmente, seus ensaios de sistematização de sua própria filosofia, apresentados em *Conexões ao Mundo*.² Essas observações não são meramente pitorescas ou secundárias – elas têm a ver com o propósito específico que me guia nesta ocasião e, em certo sentido, na minha pesquisa na epistemologia da história e sua persistente preocupação pelo status científico da historiografia em relação à sua estreita conexão com a expressão narrativa, aquela forma linguística supostamente própria à literatura.

A questão específica da conexão entre conhecimento histórico e narrativa é abordada por Danto em seu conhecido (por qualquer filósofo contemporâneo da história), breve, conciso e sempre inspirador capítulo VIII de *Filosofia Analítica da História*, intitulado “Sentenças Narrativas”. Por outro lado, a questão específica da relação entre história e ciência, ou, mais especificamente, de até que ponto a relação entre historiografia e narrativa poderia conspirar contra seu objetivo de abrir as portas da academia de ciências aos historiadores, é tratada por Danto nos ignorados e talvez (para muitos) superados capítulos finais. O livro foi publicado em 1965, poucos anos antes do que se conhece como o giro linguístico na filosofia da história, cuja marca definidora é a valoração privilegiada que a expressão narrativa assume.³ É notável a pouca repercussão do seu capítulo XI, “Explicação Histórica: o Papel das Narrativas” – como muitos outros trabalhos de epistemologia da história produzidos no âmbito da filosofia anglo-saxônica da história, dedicado a considerações sobre a “cientificidade” da historiografia ou sobre o grau de seu subdesenvolvimento em relação à ciência.

² Por exemplo, seus dois livros – *Sartre*, de 1975, e *Nietzsche enquanto um Filósofo*, de 1965.

³ O giro linguístico-narrativista é datado a partir da aparição das obras de White e Mink. Cf. WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in the nineteenth-century Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973; MINK, Louis. *History and Fiction as Modes of Comprehension*. *New Literary History*, Baltimore, v. 1, n. 3, p. 541-558, 1970; *Idem*. *Narrative Form as a Cognitive Instrument*. In: CANARY, Robert H. e KOZICKI, Henry (eds.). *The Writing of History: literary form and historical understanding*. Madison: University of Wisconsin, 1978, p. 128-149. Ver: ANKERSMIT, Frank. *Narrative Logic: a semantic analysis of the historian's language*. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1983.

O capítulo não é só um resumo conciso do estado do debate nos anos de 1960, mas também deixa clara sua proposta pluralista em questões de preferências explicativas (na forma narrativa ou de acordo com a teoria das leis de cobertura). Além disso, estritamente falando, *Filosofia Analítica da História* não oferece um critério de demarcação para a história que a inclua na ciência e a afaste das artes e da literatura.⁴ Contudo, o tema não foi ignorado por Danto. Entretanto, como veremos na quinta parte, contra todas as previsões e suspeitas, encontraremos a resposta à velha questão da distinção entre narrativa histórica e narrativa literária – ou do que fazem os historiadores e o que fazem os romancistas – formulada explicitamente não em sua filosofia da história, mas em sua filosofia da arte. Meu objetivo neste trabalho não é mostrar a correção da filosofia dantiana da arte, nem a sua insustentabilidade.⁵ Especificamente, minha intenção é rastrear, através dos argumentos desse grande filósofo, o preço que devemos pagar se persistirmos na pretensão de alcançar algum critério de demarcação entre diversos âmbitos de representação – neste caso específico, uma distinção filosófica entre representação histórica e representação literária. O preço será a adoção (ainda que com os melhores argumentos, como acredito que o faz o nosso filósofo norte-americano), na filosofia, de uma versão estritamente essencialista do representacionalismo – um preço muito alto para todos aqueles que protagonizaram o chamado giro narrativista na filosofia contemporânea da história.⁶

4 Ao contrário, tratou de demonstrar como a narrativa e a teoria das leis de cobertura podem cumprir de maneira complementar as funções explicativas dos fenômenos humanos. Por outro lado, “[...] a resposta adequada à monótona pergunta ‘A história é uma ciência?’ é ‘Não’” DANTO, Arthur C. *Narration and Knowledge*. New York: Columbia University Press, 1985 [1965], p. 143.

5 Já trabalhei e critiquei essa consideração dantiana em duas oportunidades: TOZZI, Veronica. Tomándose la historia en serio. Danto, esencialismo histórico e indiscernibles. *Revista de Filosofía*, Madrid, v. 32, n. 2, p. 109-126, 2007; e *Idem*. Danto y la definición esencialista del arte. ¿una alternativa pluralista a los “parecidos de familia”? In: QUINTANILLA, Pablo (org.). *Ensayos sobre Metafilosofía*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009, p. 85-99. Na primeira, avaliei essa concepção no âmbito da discussão de sua filosofia da história ligada à sua tese controversa do fim da história da arte. Na segunda, no âmbito da discussão de Danto com a estética wittgensteiniana de Weitz, Kennick e Tilghman. Neste capítulo ignorarei provisoriamente minhas próprias críticas com o objetivo de usar a própria consideração de Danto para outro propósito: a distinção entre história e literatura.

6 A rigor, poucos historiadores buscariam apoio explícito no essencialismo, ainda

Seu representacionalismo sustenta a possibilidade de encontrar um critério claro de distinção entre linguagem e realidade, assim como as características essenciais que nos guiarão na identificação de entidades artísticas. Mas o preço pago não cobre toda a conta, pois, ainda que alcancemos uma demarcação entre a literatura e a história, como veremos mais para o final do trabalho, a distinção essencial formulada não será, ouso arriscar, aquela desejada pela prática historiográfica. Pelo contrário, será de relevância exclusiva para a filosofia da arte, e não para a filosofia da história.

Com o propósito de criar um contexto propício para perceber como a filosofia dantiana da arte contribui à questão da relação entre história e literatura, dedicarei a primeira seção (das cinco que compõem este texto) a uma esquematização analítica de como aconteceu o debate na filosofia da história. Na segunda, faço a reconstrução da teoria essencialista da arte condensada em suas duas condições definidoras – a que distingue as representações artísticas das meras coisas e a que as distingue de todas as outras representações – com o objetivo de expor o enquadramento especificamente dantino em que o problema da distinção entre literatura e história poderia ser considerado de maneira interessante e arriscar que isso seria possível se nos concentrarmos na segunda condição. Por isso mesmo, a terceira seção retorna à distinção entre representação artística e mera representação. Na quarta seção, apresentarei minha própria reconstrução de uma possível filosofia geral de Danto, ou, mais especificamente, daquilo que considero sua concepção representacionalista da filosofia e sua implicação na ligação essencial e originária entre arte e filosofia. A última seção ensaiará a demonstração de como sua filosofia da arte possibilita um critério peculiar de demarcação entre história e literatura, com o qual espero demonstrar a tese provocativa de que essa pergunta é mais relevante para as artes literárias – pela estreita relação entre arte e filosofia – que para a história.

que muitos resistissem a renunciar à diferenciação clara entre sua disciplina e as práticas literárias.

O Contexto do Problema

Quem pergunta pela distinção entre história e literatura manifesta uma certa imprecisão de formulação, pois, como se poderá ver, às vezes ela trata da diferença entre narrativa histórica e narrativa ficcional, ou entre história e ficção, ou entre história e retórica, para dar alguns exemplos. Por outro lado, e dependendo dos interesses que motivam a busca, a pergunta pode ser feita de várias maneiras – mas há duas que acredito serem fundamentais: uma histórica e outra filosófica. Vejamos em detalhe.

A primeira privilegia a história da relação entre as duas disciplinas, com o objetivo de verificar as diversas aproximações e afastamentos entre elas. Incluo na adoção dessa abordagem Hayden White, Lionel Gossman e Reinhart Koselleck, pois se pode observar o interesse comum em problematizar as dificuldades dessa distinção através do percurso histórico dos diversos usos que tiveram palavras como “história”, “literatura” e “ficção”. Em outros termos, os três teóricos da história nunca perderam de vista o fato de que a própria distinção, ou a preocupação pela distinção, não apenas surgiu em um momento determinado como também em resposta a interesses contextuais que dificilmente podem ser reconstruídos por meio de uma argumentação filosófica que lhe fundamente. Como destaca Lionel Gossman, a associação entre história e literatura, ou narrativa histórica e narrativa ficcional, sobreviveu sem problemas desde a antiguidade até o Renascimento. Ela se torna controversa, ou pelo menos enigmática, quando a história deixa de ser um problema da retórica, isso é, quando se afasta da república das letras e se transforma em um problema da epistemologia.⁷ Mas o ponto mais importante a que essa estratégia nos convida pensar é que, ao contrário da possível crença de que o problema se torna exclusivamente epistemológico e interno à história, ou exclusivo dos historiadores preocupados em obter um certificado de admissão à academia das ciências, a questão efetivamente colocada remete a qual

⁷ Ver GOSSMAN, Lionel. History and Literature: reproduction and signification. In: CANARY, Robert H.; KOZICKI, Henry (eds.). *The Writing of History: literary form and historical understanding*. Madison: University of Wisconsin, 1978, p. 4-5.

concepção do literário se promove com essa separação. Em outras palavras, mais do que nos estabilizarmos em supostas oposições entre história e literatura, ou entre narrativa histórica e narrativa ficcional, seja ensaiando algum critério que permita pensar essa distinção, seja em alguma caracterização que reduza uma à outra, Gossman nos incita a pensar nas motivações efetivas que levaram tanto artistas literários quanto historiadores (comprometidos em limpar seu trabalho de traços literários) a reduzirem a literatura a um mero ornamento dos nossos conteúdos.⁸

A segunda, sem subestimar as intuições que uma aproximação histórica pode oferecer, privilegia a possibilidade de estabelecer uma distinção filosófica entre história e literatura. Neste capítulo, vou me concentrar em explorar as possibilidades desse tipo de abordagem e só me referirei à estratégia histórica se ela contribuir para delimitar a natureza da estratégia filosófica. Essa abordagem está estreitamente ligada à preocupação com a científicidade da história. Isso é, só a narrativa histórica mantém uma dimensão epistêmica ou cognitiva incontornável, dimensão de natureza dispensável para a narrativa ficcional ou literária. No entanto, a preocupação vem da associação entre a história e sua forma escrita enquanto narrativa. De onde se poderia supor que, se eliminássemos a forma narrativa, o problema seria resolvido. Pois bem, sem negar a possibilidade e a existência de uma historiografia não-narrativa, a verdade é que grande parte dela é produzida em forma narrativa, de modo que o problema não foi

8 “Para o historiador, em suma, as considerações retóricas, mais que as poéticas, permanecem panorâmicas, e a literatura é ainda um ofício ou uma habilidade em que o agradável pode ser unido ao útil, e o leitor, amigavelmente deleitado e, ainda, instruído. [...] O historiador que concebe a literatura como estilo, ou um meio de adornar frases que seriam, de outra maneira, simples, pode aproximar a história da literatura (na definição de Barthes). Mas estará além das preocupações dos artistas literários contemporâneos” *Idem. The Writing of History... Op. cit.*, p. 39. Em suma, assim como White, Gossman não parte de uma consideração “essencialista”, e, no caso específico de White, a distinção filosófica não é pertinente. Em sentido estrito, os escritos de White e Gossman (e poderíamos incluir também Koselleck) sobre a relação entre história e literatura esclarecem pouco àqueles interessados em distinções analíticas. Ao contrário, seu mérito está em nos oferecer diversos percursos históricos de como foram mudando, em conteúdo, quanto ao seu significado, assim como também sobre as várias relações que mantiveram ambas as áreas culturais, às vezes de maneira proveitosa, às vezes de maneira conflituosa. Obscuridade e conflitualidade que se mantêm ainda hoje em dia.

eliminado e, nesse caso, a identificação e caracterização de sua dimensão cognitiva é “a” questão a ser discutida.

Para podermos ter uma ideia da dimensão do problema, permita-me uma pequena digressão na qual acompanharemos os filósofos narrativistas em sua distinção entre narrativa histórica e crônica.⁹ A mera sucessão cronológica de eventos não constitui um relato ou uma narrativa. Como desenvolveu claramente Arthur Danto, aquilo que é propriamente histórico ou narrativo tem por exigência mínima descrever um evento passado em termos de um outro, posterior. Em outras palavras, o conjunto cronológico ordenado de descrições de eventos sucessivos não é uma condição suficiente (tampouco necessária) para a constituição de uma narrativa histórica. Além disso, a crônica contém ou expressa informações úteis a qualquer disciplina e nem sempre é necessariamente útil à disciplina histórica. Pois bem, mesmo que se suponha que o componente cronológico possui o status de uma informação básica, sem carga narrativa e composta de enunciados de eventos prévios à sua inclusão em um relato histórico, ainda teríamos problemas em designar esse nível como aquele que diferencia narrativa literária e narrativa histórica.

Feito esse esclarecimento, passemos agora a detalhar três desafios que aqueles que insistem na estratégia filosófica precisam enfrentar. Em primeiro lugar, deve-se notar que se trata de uma abordagem de fundo essencialista, pois, a rigor da verdade e como veremos a seguir, trata-se de discriminar um elemento não-comum a dois tipos de discurso que compartilham a adoção de um gênero entre outros: a narração ou relato. A ausência de um critério de distinção ou de uma característica relevante que não seja compartilhada comprometeria a prática (a história científica) para a qual a questão parece ser muito importante. Chamo esse desafio de “medo de contaminação”, na medida em que supõe a preocupação

⁹ Como exemplos da distinção entre história e crônica, ver: WHITE, Hayden. *El Valor de la Narrativa en la Representación de la Realidad*. In: WHITE, Hayden. *El Contenido de la Forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Paidós, 1992, p. 17-39; CARR, David. *Narrative Explanation and its Malcontents*. *History and Theory*, Middletown, v. 47, n. 1, p. 19-30, 2008; e, naturalmente, DANTO, Arthur C. *Narration and Knowledge...* Op. cit., cap. VII.

de encontrar alguma característica própria dos relatos históricos que os mantinha imunes aos componentes literários, ficcionais ou retóricos que penetram (atravessam) as narrativas ficcionais ou literárias. Esse medo inspirou todas aquelas perspectivas epistemológicas da história tolerantes à sua expressão em forma narrativa, mas apenas enquanto um recurso ornamental ou didático e, em última instância, dispensável na busca da preservação da dimensão cognitiva. Esta última, sim, seria essencial à história.

Em segundo lugar, impulsionada por um interesse de demarcação entre a ciência e a não-ciência, essa estratégia constrange a história a se tornar refratária aos recursos que outras áreas da atividade humana lhe poderiam proporcionar. Em sua forma extrema, essa estratégia estimularia a prestar pouca ou nenhuma atenção aos desenvolvimentos teóricos da teoria literária, à história e à sociologia da arte, às ciências da análise do discurso, com seus inúmeros estudos sobre a metáfora, para dar só alguns exemplos – áreas que têm contribuído para esclarecer o status da representação em geral e da representação histórica em particular.¹⁰ Pois bem, dispensar essas contribuições, conferindo-lhes somente um papel secundário, leva a outro desafio, que chamo de “risco de petrificação”.

Será necessário lembrar neste momento da argumentação, ainda que brevemente, dos trabalhos de três dos mais importantes filósofos da história narrativistas contemporâneos para avaliar como lidaram com esses perigos. Refiro-me a Ricoeur, Mink e Carr.¹¹ Os

¹⁰ A esse respeito, pode-se consultar os trabalhos de Ricoeur, White, Veyne, La Capra e Ankersmit, assim como as apropriações de Gombricht, Auerbach e Frye, embora a lista pudesse ser muito mais extensa.

¹¹ Sei que toda seleção é arbitrária e que são inúmeros os autores que trataram desse tema. Mas, por motivos de espaço, nem todos podem ser abordados aqui. Ainda assim, considero que a profundidade das reflexões de Ricoeur, Mink e Carr é mais que representativa da consideração e defesa do status cognitivo da narrativa (*tout court*, quer dizer, antes de sua distinção entre narrativa histórica e narrativa literária). Outro exemplo da defesa da dimensão cognitiva primária da narrativa é a proposta um pouco mais recente de Ankersmit, que aconselha a diferenciar dois níveis em todo trabalho narrativo: a descrição e a representação. Só o primeiro, na medida em que remete ao “registro de fatos específicos”, é passível de avaliação em termos de verdade-falsidade. O segundo, por sua vez, remete à representação em si como a definição de alguma tese acerca de si mesma. Tanto o romance histórico quanto a *narratio* nos mostram a realidade histórica através de um ponto de vista. É nesse segundo nível que a narração histórica e o romance encontram sua maior familiaridade, isso é, na maneira em que a representação surge sobre a descrição.

três compartilham a avaliação positiva da associação entre a pesquisa histórica e a escrita narrativa.¹² Assim, suas respectivas reflexões são notáveis por um profundo conhecimento daquilo que os estudos de teoria literária têm a dizer sobre a narrativa especificamente histórica. Se se pode concordar a respeito de alguma coisa sobre o narrativismo em geral é que ele está muito longe de cair nesse segundo perigo. Apesar disso, considero que todos acreditaram ser inevitável oferecer um critério robusto de distinção entre história e literatura. Ao tentarem propor uma alternativa, pode-se perceber certa disparidade entre a profundidade a que chegam por terem adotado uma abordagem holística do texto narrativo histórico – abordagem que os conduz a estreitar as afinidades entre história e literatura – e as considerações evasivas que permitiriam identificar o suposto componente epistemológico próprio à ou exclusivo da história, e não da literatura.

Aquilo a que, em primeiro lugar, eles nos chamam enfaticamente a atenção é a considerar o discurso narrativo como uma totalidade significativa que não é passível de uma análise lógica de seus componentes frasais. Para dar conta do caráter sintético ou sinóptico da narração, “A Forma Narrativa como um Instrumento Cognitivo”¹³ e *Tempo e Narrativa*¹⁴ apelam para a noção kantiana (também retomada por Collingwood) da faculdade da imaginação. No caso especial de Carr, em *Tempo, Narrativa e*

No entanto, há diferenças entre ambas, embora não porque uma se arroge a posse do conhecimento, deixando à outra a pura invenção. A ideia de Ankersmit é que a história conclui em um ponto de vista cognitivo, enquanto o romance aplica o conhecimento (que o precede) a uma situação imaginária, no sentido de hipotética. Considero que se podem fazer muitas críticas a essa pretensão (ver ANKERSMIT, Frank. *Narrative Logic...* *Op. cit.* e *Idem. Historical Representation*. Palo Alto: Stanford University Press, 2002; e minhas críticas em TOZZI, Veronica. *Ensayos sobre Metafilosofía...* *Op. cit.*); mas, além delas, o que gostaria de ressaltar é que, em todos os casos dos autores mencionados, a distinção entre narrativa histórica e narrativa literária não reside na ausência ou presença de capacidades cognitivas. Para todos esses autores, a narrativa em si é primariamente cognitiva, antes ou independentemente de sua circulação como expressão historiográfica ou literária.

¹² Eles variam em suas respectivas considerações acerca da necessidade ou naturalidade dessa aliança. Mink e Ricœur sustentam que toda história é narrativa, enquanto Carr reconhece a autonomia da história analítica dos Annales.

¹³ Cf MINK, Louis. *Narrative Form as a Cognitive Instrument...* *Op. cit.*

¹⁴ RICŒUR, Paul. *Tiempo y Narración*. Trad. de Agustín Neira. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1995.

História, somos convencidos de que a estrutura narrativa é contínua à estrutura protacional e intencional da experiência humana do tempo e à estrutura meio-fim da ação. Nesse ponto da reflexão, não há diferenças entre a narrativa histórica e a literária ou ficcional. Tudo que é dito vale para qualquer narrativa. Em segundo lugar, também é fundamental levar em conta que, na elucidação específica da natureza da narrativa, os três autores se veem na necessidade de salientar em que consiste sua conexão com o mundo humano. Suas diferenças estarão na natureza dessa conexão, embora, novamente, nenhum deles esteja interessado, nesse ponto da argumentação, nas diferenças entre narrativa histórica e narrativa literária ou ficcional. Mink considera que a configuração ou compreensão narrativa (enquanto instrumento cognitivo) é imposta à experiência humana do tempo, que não tem estrutura. Ricoeur aponta para um referente último comum à narrativa histórica e à narrativa literária: a experiência temporal da existência humana, assim como uma estrutura pré-narrativa (mas que pede por ser narrada) da compreensão prática e pré-teórica da vida. Finalmente, David Carr arrisca sustentar que a vida em si mesma é narrativa, tornando possível uma origem pragmática comum à história e à literatura e outorgando-lhe o papel fundamental na constituição da identidade coletiva e pessoal. Como podemos ver, em nenhum dos três casos o que determina a distinção entre literatura e história é o referente e nem o tipo de discurso. No entanto, os três se veem na necessidade de fazer alguma distinção – mas, segundo minha leitura, ela não é feita com a mesma força e persuasão com que nos convenceram do caráter cognitivo, autônomo e constitutivo da narrativa *per se*. No caso de Carr e Ricoeur, ambos apelam à interação com as evidências (algo que também podemos dizer que o fazem ou podem fazer os romancistas). No caso de Mink, a ideia da história *res gestae* enquanto uma história não contada funciona como uma importante ideia reguladora para os historiadores, mas, mais ainda, ela é importante para nossa vida, na qual aprendemos a distinguir entre história e ficção – por isso, se a distinção desaparecesse, ficção e história colapsariam novamente no mito e seriam indistinguíveis. E, embora o mito

sirva tanto à ficção quanto à história para aqueles que ainda não aprenderam a diferenciá-las, não podemos nos esquecer do que já aprendemos.¹⁵

De qualquer forma, seja pragmaticamente (Carr), existencialmente (Ricœur) ou como princípio regulador (Mink), os três filósofos se veem na necessidade de estabelecer como mais afins, de um lado, história e cognição e, de outro, literatura e ficção. Não é que não reconheçam que há ficção na história ou cognição na literatura, mas, por alguma razão não muito clara, a ficção na história ou a cognição na literatura não pertencem às suas essências. Precisamente, retomando o ponto de partida, creio que, no caso desses três autores, o medo de cair no risco da petrificação tenha funcionado em suas hesitantes elucubrações sobre a diferença entre história e literatura.¹⁶

Em terceiro lugar, a possibilidade de uma resolução exitosa em torno da relação entre história e literatura depende, por sua vez, da disponibilidade de uma definição clara de todas aquelas noções que supostamente contrastam com a história – refiro-me a “literário”, “ficcional”, “poético”. Estritamente, qual é o contrário da história? Qual é, especificamente, o significado ou o limite demarcador de cada um desses termos? O inconveniente se agrava se levamos em conta que, para alguns teóricos literários, como no caso de Northrop Frye, “literatura” é uma noção tão ampla que abrange todo comportamento linguístico, de maneira que, na hora de aplicar a análise literária, não se desprezarão como temas desde os romances, as poesias e dramas até textos sagrados, monografias históricas, textos filosóficos e textos científicos. Dada essa falta de consenso, tanto sobre o termo de oposição quanto ao seu significado,

¹⁵ Ver MINK, Louis. *Historical Understanding*. Ithaca: Cornell University Press, 1987, p. 203.

¹⁶ Não devemos esquecer, ao abordar os trabalhos desses três autores, que o verdadeiro contexto da discussão em que aparecem suas obras é estabelecido pelos ataques à narrativa tanto a partir do reducionismo científico (positivista e dos Annales) quanto do estruturalismo barthesiano. É por isso que abordá-los buscando um critério de demarcação entre história científica e relato literário é totalmente equivocado. Sob o risco de ser repetitiva, meu propósito ao incluí-los aqui foi mostrar que, quando se tratava de elucidar a natureza cognitiva da narrativa, a demarcação com a literatura não era o principal objetivo para os três, devido ao perigo de cair na petrificação.

surge um terceiro desafio: a simples “dissolução do problema”. Daí que, nesse ponto, seria talvez recomendável escutar o conselho de nos limitarmos à estratégia histórica. Como veremos a seguir, esse é precisamente o tipo de perigo que Danto privilegiará em todos os seus trabalhos de filosofia da arte (embora não na sua filosofia da história).¹⁷

Suspeito que as reflexões dantianas em torno da definição de arte e representação possam contornar essas dificuldades, isso é, estabelecer uma distinção filosófica entre narrativa histórica e narrativa “literária”. Por outro lado, como veremos no devido momento, tal solução será imune às críticas lançadas pelo positivismo e pela historiografia francesa dos *Annales* à associação entre história e forma narrativa, de que tal associação seria a responsável pelo subdesenvolvimento científico da disciplina. Pois bem, seu ponto de partida será outro: manter a arte em geral, e a narrativa literária em particular, livres de contaminação, isso é, como sendo mais que “meras representações”. Como anunciei no início, meu objetivo final será avaliar os custos dessa estratégia, mas, antes disso, será necessário explorar com certa atenção as próprias reflexões de Danto sobre a noção de representação artística.

A Pergunta pela Essência da Arte

Através de uma série de escritos atrativos e polêmicos, Arthur Danto se tornou parte do mundo da arte se engajando na velha questão sobre o que é a arte.¹⁸ Como um filósofo bom e sagaz, sua carta de apresentação afirmava ter encontrado a formulação correta da pergunta, que gira em torno do que é uma obra de arte enquanto distinta de uma mera coisa que lhe seja (perceptiva ou

¹⁷ Justamente, em relação a essa noção ampla de literatura, a associação entre literatura e ficção não é nem universalmente aceita, nem facilmente estabelecida. Danto mesmo evitará essa associação, tomando como foco de análise filosófica a noção de “artisticidade”.

¹⁸ Minha descrição não é inocente. Não só pela importância que tem a noção para Danto, que afirma em seu artigo seminal “O Mundo da Arte” que o que permite distinguir a arte do que não é arte e a torna possível é a teoria da arte e a história da arte, as quais, consideradas conjuntamente, constituem o mundo da arte, mas também pelo fato de que ele mesmo se tornou um crítico, assinando desde 1984 uma coluna em *The Nation* e, nesse sentido, sua obra ingressa e se torna parte ativa do mundo da arte.

materialmente) *indiscernível*. Nenhuma experiência sensorial nem nenhum treinamento nas práticas de apreciação estética servirão de guias na identificação da *Fonte* de Duchamp enquanto obra de arte e na rejeição de qualquer urinol de design moderno e sofisticado, publicado em revistas de decoração de interiores, como tal. A resposta à pergunta, então, exigirá uma definição filosófica que aponte para a essência da obra de arte.¹⁹ Danto a encontra, como encontrou a pergunta, na maravilhosa capacidade que ostentam as obras de arte (mas não seus homólogos indiscerníveis) de cumprir duas condições:

- a) ter um tema – ser a respeito de – e
- b) um modo de apresentação – incorporar um sentido.

A primeira condição nos diz que o que diferencia uma obra de arte de uma mera coisa é sua natureza semântica ou representacional. Isso é, as obras de arte são *constituídas* pela interpretação, que transfigura objetos em obras de arte. As coisas produzidas por Duchamp não sofrem nenhuma mudança física quando se tornam obras de arte ou são colocadas no museu. Quando um objeto é uma obra de arte, ele se funde à questão de quando uma interpretação de uma coisa é uma interpretação *artística*. A interpretação transporta a coisa para o reino do significado.²⁰

A segunda condição, incorporar seu sentido ou tema, é o que distingue a representação artística das meras representações, para as quais exibir sua maneira de se apresentar não é essencial. Em suma, a pergunta é a correta porque nos permite encontrar uma definição filosófica, tão geral e abrangente no tempo, que ponha fim às disputas

¹⁹ Em TOZZI, Veronica. *Danto y la definición esencialista del arte...* Op. cit. analisei comparativamente a estética analítica wittgensteiniana e o essencialismo cognitivista dantiano no âmbito da disputa entre ambas as propostas sobre qual das duas era mais pluralista, em consonância com as novas vanguardas artísticas.

²⁰ Alguém poderia querer assimilar essas duas condições à distinção conteúdo-forma, mas creio que isso seria errado e resultaria em um desvio indesejável do que Danto quis assinalar. A primeira condição não remete a ter um conteúdo, mas à natureza representacional; a segunda condição não remete à forma, ao estilo ou ao meio de transmitir um conteúdo, mas ao pedido de atenção à natureza representacional em si – o ser representacional é tematizado na segunda condição.

e abra uma era de pluralismo em que qualquer coisa pode ser uma obra de arte.²¹ Contudo, a sensação de frescor e liberdade não deixou de vir acompanhada de uma sensação do perigo de que qualquer coisa seja arte e qualquer arrivista se pretenda artista. Esse temor frequente e presente em toda corporação tradicional e enrijecida em sua estabilização decorre, creio, não só de um espírito reacionário e conservador, mas de não ter compreendido nem atendido à segunda condição, aquela que sinaliza que nem toda representação é obra de arte.²² As obras de arte (mas não as meras representações) têm um sutil elemento autorreferencial.²³ “A tese é que as obras de arte, em drástico contraste com as meras representações, usam os meios de representação de um modo que não é bem definido, mesmo que se tenha definido exaustivamente aquilo que se representa”.²⁴ No que se segue, e um pouco na contramão da maioria dos críticos e estudiosos de Danto, ao invés de tematizar a diferença entre arte e mera coisa, vou me concentrar na diferença entre as meras representações e a representação artística, pois, como mostrarei, tal diferença tem duas consequências inesperadas e sugestivas:

1. ela nos dá uma resposta à pergunta, tão cara aos historiadores, sobre a diferença entre a narrativa histórico-acadêmica e a narrativa literária,

²¹ Essa questão surge da sua ideia nunca abandonada de caracterizar os problemas filosóficos como o problema dos indiscerníveis: duas coisas aparentemente (materialmente) indistinguíveis podem pertencer, ao menos momentaneamente, a diferentes categorias filosóficas – sonho e vigília, ação moral e conforme à moral, porcelana Ming e uma imitação. Em todos esses casos, a mera experiência não nos dirá nada, a mera semelhança perceptiva será muda – em todos esses casos, é preciso apelar a fatores externos à experiência: contexto, teorias, interpretação. Ver: DANTO, Arthur. *Connections to the World: three basic concepts of philosophy*. Berkeley: The University of California Press, 1997.

²² As más leituras de que foi objeto se devem à confusão do problema da identificação artística como distinto da apreciação. Para Danto, ser uma obra de arte é ser um candidato à interpretação, o que envolve a reconstrução do contexto que torna possível que um objeto abandone o mundo das meras coisas. Se nos concentramos somente na apreciação, corremos o risco (como tem sido o caso da maioria das teorias da arte) de considerar que só aquelas obras que se conformem a certos estilos podem ser obras de arte. Ver: *Idem. La Transfiguración del Lugar Común*, una Filosofía del Arte. Buenos Aires: Paidós, 2004; e, mais especificamente, *Idem. The Philosophical Disenfranchisement of Art*. New York: Columbia University Press, 1986, caps. 2 e 3.

²³ “Suponho que, além de referirem-se a si mesmas, remetem à forma pela qual se referem a si mesmas. [...] São complexas, semanticamente falando, ao incorporar um sutil elemento autorreferencial” *Ibidem*, p. 216, grifo meu.

²⁴ *Idem. La Transfiguración del Lugar Común... Op. cit.*, p. 215.

ou, em resumo, história e literatura, e

2. alerta que tal diferença não reside na verdade das afirmações que as compõem ou na realidade de seus respectivos referentes, ou seja, na avaliação epistêmica de seu conteúdo, mas sim nessa autorreferencialidade.

As Obras de Arte como Apresentação de uma Proposta sobre sua Apresentação

Danto nos oferece uma saída mais sutil ao nosso problema porque sua preocupação é bastante distinta. A formulação adequada da questão sobre a diferença entre história e literatura é assimilável à questão sobre a diferença entre arte e mera coisa, isso é, trata-se também de uma pergunta que se pode formular em termos de indiscerníveis – nesse caso, sobre a diferença entre dois tipos de representação que compartilham o mesmo modo de apresentação, a narrativa, mas só um deles pertence ao mundo literário. Como tentarei mostrar, o que torna a proposta de Danto mais sutil é que tanto a diferença entre arte e mera coisa quanto entre arte e mera representação são questões feitas a partir da arte, e não da ontologia das meras coisas ou das meras representações. Estendendo essas consequências para a distinção entre história e literatura, podemos dizer que só será possível encontrar uma diferença filosoficamente relevante entre a narrativa histórica e a narrativa literária a partir de uma concepção “artística” de literatura. Em outras palavras, a preocupação filosófica residirá não tanto em como evitar a contaminação da história por elementos literários, mas em como evitar a “dissolução” da identidade da representação artística em uma mera representação – ou a “elevação” de toda representação a representação artística. Vejamos o porquê.

Dizer que uma coisa já não é mais uma mera coisa, mas uma obra de arte, implica que ela tenha um tema – e ter um tema implica que a pergunta sobre quando um objeto é uma obra de arte se funde com a pergunta sobre quando uma interpretação de uma coisa é uma interpretação *artística*. A interpretação “constitui” a obra em dois sentidos: *dá-lhe existência* e *seleciona* quais coisas no

mundo pertencem a ela. A interpretação desempenha um papel transfigurador que “não é institucional, mas ontológico”,²⁵ isso é, não se trata da simples declaração arbitrária, sem justificativa, por parte de um mundo da arte formado por críticos, historiadores e artistas; ao contrário, depende da ligação entre a obra e seu contexto histórico, o qual inclui não só a intenção do autor, mas também as teorias da arte do momento em relação com a história da arte e a crítica da arte. A distinção entre obra de arte e mera coisa é análoga, assinala Danto, à distinção entre ações morais e ações conformes à moral, mas imorais. Essa distinção não pode derivar, como pretendia o calvinismo, da mera graça divina – não se pode dizer que duas ações iguais em todos os seus aspectos relevantes diferenciariam seu status moral só pela vontade divina: “Assim como no juízo moral, a designação de algo como arte deve ser justificada através de um discurso de razões...”²⁶ Afinal de contas, denuncia Danto, mesmo os críticos e curadores mais poderosos não são deuses. Existe, portanto, uma classe de objetos cujo traço característico é que são o que são porque são interpretados como o são, são veículos de representação. Contudo, nem todo objeto cuja ontologia provém de seu ser representacional é uma obra de arte – em outras palavras, nem todas as interpretações são interpretações artísticas.²⁷ A segunda condição nos ajuda a compreender a distinção entre representação artística e mera representação. Como um exemplo bastante ilustrativo, Danto apela para três representações intimamente relacionadas:

- o quadro de Cézanne, *Retrato de Madame Cézanne* (1890),
- o diagrama sobre o quadro, de Erle Loran,²⁸

²⁵ Ver: TILGHMAN, Benjamin. *¿Pero, es esto arte? El valor del arte y la tentación de la teoría*. Valencia: Universitat de Valencia, 2005.

²⁶ DANTO, Arthur. *Philosophizing Art: selected essays*. Berkeley: The University of California Press, 2001, p. 7-8.

²⁷ *Idem. The Transfiguration of the Common Place*. Cambridge (US): Harvard University Press, 1981, p. 198. Assim como nem toda representação narrativa, por mais bem escrita que seja, por mais que faça um uso sofisticado dos recursos poéticos, será uma narrativa literária. Creio que Danto quis dizer algo assim.

²⁸ LORAN, Erle. *Cézanne's Compositions: analysis of his forms with diagrams and photographs of his motifs*. Berkeley: The University of California Press, 1946.

- o quadro de Lichtenstein, do diagrama com diferença de escala.²⁹

Para avaliar a consideração de Danto, devemos perguntar em que se diferenciam “filosoficamente” esses três objetos. Não será em sua capacidade semântica, uma vez que os três são representações: eles têm um tema e, como tal, já não são mais meras coisas, mas coisas representacionais. Em suma, a diferença

- não pode ser o ter um conteúdo,
- não pode ser pelo seu caráter ficcional ou não real,
- definitivamente, não pode ser por tudo aquilo que assemelhe a obra de arte à “representação”

Enquanto representações, o diagrama de Lorán e o quadro de Lichtenstein têm um tema, isso é, significam, remetem ou se referem a algo – em ambos os casos, a uma pintura específica: a de Cézanne. Por outro lado, o quadro do diagrama remete à maneira em que Cézanne pintou sua mulher, remete à esposa vista por Cézanne. O quadro de Lichtenstein não é um diagrama, embora use o diagrama para fazer uma apresentação – ele “[...] se vale retoricamente da linguagem diagramática”.³⁰ A avaliação empírica ou convencional sobre o êxito ou o fracasso da representação diagramática está deslocada para o diagrama de Lichtenstein.³¹ Portanto, a chave da pretensão de atribuir à obra de arte um status diferente daquele das meras representações está na intelecção da noção de “modo de apresentação”, isso é, na maneira peculiar em que somente as obras de arte fazem uso dos meios de representação. Será a noção de metáfora, enquanto conceito intensional,³² tal como o de “arte”,

²⁹ A tela, idêntica à de Lorán, mas de maior escala, foi chamada por Lichtenstein de *Retrato de Madame Cézanne* e exibida em 1963.

³⁰ DANTO, Arthur. *The Transfiguration of the Common Place*. Cambridge (US): Harvard University Press, 1981, p. 214.

³¹ *Ibidem*.

³² [N.T.: grafado com “s”, em oposição a “extensional” – ver “Intensão e Extensão” em ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 5^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 577-578; “intension” em AUDI, Robert (ed.). *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. 2^a ed. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1999, p. 439.]

o que nos permitirá capturar a capacidade dos artefatos artísticos não só de nos fazerem ver algo, mas também a maneira em que nos convidam a olhá-los. Assim, o caráter metafórico do quadro de Lichtenstein reside em ser o *Retrato de Madame Cézanne* enquanto um diagrama.³³ Por sua vez, o quadro de Cézanne é sobre sua mulher, mas através da representação do quadro. O que ambas as obras compartilham é sua *intensionalidade*, sua resistência à substituição por expressões equivalentes³⁴ – por tudo isso, termina Danto, pode-se afirmar que

[...] a estrutura da obra de arte é análoga à estrutura das metáforas, de modo que nenhuma paráfrase ou resumo de uma obra de arte é capaz de ativar uma participação mental comparável à que esta desencadeia; nenhuma análise crítica da metáfora interna da obra de arte pode substitui-la, ainda que seja só porque a descrição de uma metáfora carece da energia da metáfora [...]³⁵

A Natureza Filosófica da Arte

A posse de um “modo de apresentação” enquanto aspecto definidor da obra de arte não deve ser tomada como sinalização de uma característica epistêmica, isso é, como uma característica a ser levada em conta quando nos envolvemos com aquelas questões próprias da teoria do conhecimento ou da linguagem em geral, que se concentram, por exemplo, na diversidade, possivelmente conflituosa, dos múltiplos veículos representacionais produzidos pelos seres humanos para dar sentido a uma “mesma” realidade: ciência e religião, por exemplo, ou, no caso dos chamados eventos traumáticos do passado recente, história ou memória. Tampouco o “modo de apresentação” é um convite a abordar o outro problema epistemológico típico sobre como a “realidade” pode ser mostrada

33 DANTO, Arthur. *The Transfiguration of the Common Place...* Op. cit., p. 248.

34 Neste ponto, Danto se refere aos contextos intensionais não gramaticalmente equivocados, nos quais as expressões correferenciais não são intercambiáveis. Por exemplo, a expressão metafórica “Julieta é o sol” não é intercambiável nem pode ser parafraseada pela oração “Julieta é essa massa de gases que é o centro do sistema”. Ver: *Ibidem*, p. 257-258.

35 *Ibidem*, p. 250. “A explicação da peculiaridade lógica dos contextos intensionais está no fato de que as palavras que essas proposições usam não remetem ao mesmo que no discurso habitual não-intensional. Remetem, antes, à forma em que se representam as coisas às quais geralmente essas palavras remetem: incluem entre suas condições de verdade alguma referência a uma representação” *Ibidem*, p. 260.

de várias maneiras através de diversas representações concorrentes – isso é, teorias científicas alternativas ou interpretações históricas alternativas dos mesmos fenômenos. Em vez disso, ao colocar em destaque a tematização de sua própria veiculação, o “modo de apresentação” dá conta daquelas notas que nos assinalam seu status de representação, obrigando-nos a desviar nossa atenção para aqueles indícios que a contrastam com o mundo ordinário das meras coisas.

Esse esclarecimento será inteligível se prestarmos atenção ao quadro geral da filosofia da linguagem de Danto, estabelecida no início do seu não tão conhecido “*Linguagem Histórica e Realidade Histórica*”,³⁶ no qual sustenta a necessidade de distinguir e não esquecer as duas maneiras em que a linguagem se relaciona com a realidade: como parte do mundo – como mais uma coisa e, como tal, sujeita à ordem causal – ou como externa ao mundo – com uma função representacional e, como tal, contribuindo para o mapeamento da realidade. A linguagem tem uma dupla “localização” – dentro e fora do mundo – e uma dupla natureza – causal e representacional. Por linguagem, Danto comprehende qualquer tipo de expressão: teorias científicas, linguagens naturais, obras de arte. A filosofia, por sua vez, seria aquela atividade orientada a analisar o espaço metafórico entre linguagem e realidade ou, mais especificamente, é a disciplina que se ocupa de diferenciar entre representação e realidade sem oferecer, ela mesma, uma representação da realidade.³⁷ Esse ponto é crucial: a filosofia não representa o mundo, mas sim tematiza a representação enquanto diferente daquilo que é representado.

Tendo em mente esse cenário filosófico, seremos capazes de entender o que Danto deseja destacar com a segunda condição

³⁶ Em Cf DANTO, Arthur C. *Narration and Knowledge*, 1985 [1965], p. 306-310. Essas afirmações foram reiteradas em *Idem. The Transfiguration of the Common Place...* Op. cit. / *Ibidem, La Transfiguración del Lugar Común...* Op. cit., e desenvolvidas mais sistematicamente em *Idem. Connections to the World...* Op. cit.

³⁷ Essa indagação filosófica é feita justamente nos termos da questão dos indiscerníveis. Considero a ligação entre esses dois pontos – a concepção da dupla natureza da representação ou da linguagem e a consideração dos problemas filosóficos em termos de indiscerníveis – dois pontos que se apoiam mutuamente na filosofia de Danto e condensam sua defesa do representacionalismo.

definidora da obra de arte: seu modo de apresentação. Em analogia com a filosofia, as obras de arte se diferenciam de todos os outros veículos representacionais porque, em termos de sua essência, não contribuem estritamente para o mapeamento da realidade e não nos oferecem, em termos de sua definição essencial, uma visão da realidade. Isso não quer dizer que não o possam fazer – na medida em que são representações, obviamente podem ajudar a dar sentido, esclarecer, mostrar a realidade –, mas, ainda que o fizessem, ou seja, que ajudassem na compreensão ou intelecção da realidade, não seria por isso que as consideraríamos essencialmente como obras de arte. Em outras palavras, sua participação no clube das obras de arte só seria autorizada enquanto nos chamassem a atenção para aquilo que as diferencia da mera realidade e atraíssem a atenção para sua essência representacional. Finalmente, essa função de contraste que a realidade cumpre na definição da obra de arte tem duas consequências:

- aproxima a arte da filosofia e
- afasta a arte de todos os outros veículos representacionais.

Então vejamos a primeira.

Para dar uma definição filosófica de arte, precisamos também de uma explicação da diferença entre arte e realidade – em suma, deve haver um conceito de realidade.³⁸ O vínculo entre a concepção da arte enquanto essencialmente representacional e seu contraste com a realidade é tão estreito que, conforme assinala Danto, ele adquire relevância ao explicar por que a arte e a filosofia aparecem ao mesmo tempo e no mesmo lugar, isso é, se considerarmos que o problema fundamental que deu origem à filosofia na Grécia antiga é a diferença entre realidade e aparência. Os conceitos de arte e realidade se desenvolvem juntos: “[...] para ter um conceito de realidade, devemos distinguir a realidade de algo (várias formas de não-realidade além da arte) [...] uma cultura sem o conceito de

³⁸ Ver DANTO, Arthur. *The Artworld. The Journal of Philosophy*, New York, v. 61, n. 19, p. 571-584, 1964. [N.T.: tradução brasileira disponível em *Idem. O Mundo da Arte*. Trad. de Rodrigo Duarte. *Artefilosofia*, Ouro Preto, n. 1, p. 13-25, 2006.]

arte também não tem um conceito de realidade”³⁹ Mas, por outro lado, a função de contraste entre realidade e aparência, em sentido estritamente filosófico, não é primária em nenhuma outra entidade representativa.

Isso nos leva à segunda consequência. Seja o que for que consideremos que sejam ou para que servem as representações, poderíamos dizer que geralmente elas são propostas para dar sentido à realidade – entenda-se por isso compreender, explicar, dar uma imagem, legitimar, intervir etc. É justamente por isso, afirmaria Danto, que a autoconsciência representativa *per se* não é prioritária. Especificamente no caso das ciências, dos mapas, das linguagens etc., as reflexões sobre o status da representação em contraste com o real não são seu tema, mas, antes, subsidiárias da teoria geral da representação e da filosofia. Por tudo isso, no suposto caso de que na ciência, na história etc., seu conteúdo seja sua concepção em contraste com a realidade, não seria com base nessas concepções que as caracterizaríamos como representações históricas ou científicas.⁴⁰ Em outras palavras, não é que nas ciências ou na linguagem não importe a distinção entre aparência e realidade, mas só que, quando se aborda essa questão, estamos fazendo filosofia, e não ciência. Ao contrário, no caso da arte, a afirmação de uma distinção entre aparência e realidade ou o enfoque em torno de como ela se diferencia da realidade faz parte da essência de seu *status representacional*.

Poderíamos alertar aqui que, a bem da verdade, em qualquer empreitada cognitiva há pressuposto um conceito de realidade. Por exemplo, se pretendo explicar o passado humano em termos narrativos, suponho que a realidade passada seja narrável; se pretendo explicar os fenômenos naturais em termos causais, suponho que tais fenômenos mantêm relações causais. Contudo, poderíamos objetar (não seria o caso de Danto) que essa pressuposição ontológica não é necessária para legitimar a aplicação de certo

39 DANTO, Arthur. *Connections to the World...* Op. cit., p. 14-16.

40 Repito, são científicas ou históricas por esclarecerem a natureza ou o passado, não a si mesmas; se se esclarecessem a si mesmas enquanto históricas, já não seriam contrastadas com a realidade, mas colocadas na cadeia causal da realidade.

tipo de representações, uma vez que podemos verificá-las em termos de respostas a interesses cognitivos ora transcendentais, ora convencionais, ora contextuais. Isso é, se aceitamos que as linguagens científicas e históricas têm como principal objetivo, em sua função representacional, contribuir para o mapeamento da realidade, então essas linguagens podem ser vistas como sugestões de uma certa maneira de olhar a realidade. Não há nenhuma necessidade de se comprometer com alguma consideração metafísica robusta sobre a realidade em si. Contudo, o ponto é que, além da aceitação ou da recusa da semelhança estrutural entre linguagem e realidade (esse sim um aspecto sustentado por Danto), a representação científica e a representação histórica são contribuições ao mapa.⁴¹ Em outras palavras, essa discussão não é relevante para o problema de Danto porque, no caso da arte, o conceito de realidade funciona como contraste, e em outros veículos de representação da realidade é ela que quer ser mostrada.

Então, vemos aqui em pleno funcionamento esse elemento autorreferencial assinalado no começo do trabalho, isso é, pode qualquer veículo representacional se tornar seu próprio tema, ser autorreferencial? Neste ponto devemos reconhecer que não só é possível que a ciência, a história e a representação política se tornem seu próprio tema, mas também que, na verdade, elas já o fizeram. Mas isso foi efetivado só nos dois sentidos em que as linguagens ou as representações em geral se relacionam com a realidade: no quadro da relação representativa entre linguagem e realidade ou no quadro da relação causal entre linguagem e realidade. Esse é o status das concepções historicistas, sociológicas ou darwinistas de desenvolvimento, produção e mudança científica ou cognitiva, por exemplo. Assim, as representações científicas voltadas sobre si mesmas, como seu próprio tema, contribuem para o mapeamento da realidade. Contudo, o que está proibido às representações históricas e científicas é se posicionarem nesse distanciamento filosófico para se olharem, *qua* representação histórica, *qua* representação

⁴¹ Reitero, as obras de arte podem contribuir para o mapeamento da realidade enquanto representações e como distintas de meras coisas, mas não enquanto representações artísticas.

científica, *qua* representação política, enquanto um contraste com a realidade.⁴²

História e Literatura

Qual é a relevância de todas essas reflexões para nossa pergunta inicial sobre a diferença entre narrativa histórica e narrativa literária? Poderia essa distinção cair nas polarizações tradicionais:

- verdadeiro – fictício
- factual ou real – ficcional
- cognitivo – não-cognitivo?

Danto nos oferece um exemplo sugestivo e preciso. Em *A Transfiguração*,⁴³ convida-nos a pensar por um momento em possíveis variações representativas de *A Sangue Frio*, de Truman Capote:

- **Artigo jornalístico:** os jornalistas usam essa forma porque é assim que são as histórias nos jornais – eles não propõem nada ao usá-la.
- **Narrativa em forma de artigo jornalístico:** um escritor usa a forma “artigo jornalístico”, com local, data, manchete, colunas etc., como forma de apresentação e exclui o artigo jornalístico da categoria na qual sua narrativa em forma de artigo jornalístico se inclui.
- **Romance de não-ficção:** Capote transforma em literatura um acontecimento policial ou fato.

Qual é o elemento compartilhado por esses três artefatos representacionais? Danto destaca dois, especificamente: a técnica do jornalismo investigativo e o conteúdo não-ficcional do seu tema – estritamente, nenhum exibe erros factuais. Além disso, para que a sugestão seja mais contundente, acrescentaríamos que os três casos também compartilham a pretensão de verdade, ou seja, de oferecer uma consideração verídica e sem atenuantes de um acontecimento

⁴² Pode-se encontrar o desenvolvimento explícito dessa aplicação da noção de linguagem como dentro do mundo para o historicismo e o sociologismo em DANTO, Arthur C. *Narration and Knowledge...* Op. cit., p. 298-341.

⁴³ Especificamente no capítulo 6, p. 210 *et seq.*

real – nesse caso, um crime horrível. Obviamente, isso não exclui a possibilidade de que essas três representações escritas com uma suposta intenção realista não possam conter erros factuais. Da mesma forma que qualquer obra de qualquer historiador tem chances de cometer erros factuais. Mas o ponto de Danto é enfatizar que a verdade ou a correção factual do conteúdo ou do tema não são o problema, já que “[...] pode haver verdade histórica na ficção e pode haver falsidade histórica na não-ficção; contudo, em nenhum dos dois casos os textos se convertem no seu contrário – os artigos jornalísticos em narrativas em forma de artigos jornalísticos ou romances não-ficcionais, nem estes em artigos jornalísticos”.⁴⁴

Contudo, por que, apesar disso, os artefatos do escritor de narrativas em forma de artigos jornalísticos e o de Capote são literatura ou obras de arte e o artigo jornalístico não? A resposta é que só os dois primeiros tematizam a forma da escrita, o modo de apresentação – particularmente, *usam certos estilos como propostas de apresentação*:

- Capote oferece uma história não-ficcional, “história” aqui admitindo uma carga conotativa de obra literária
- A narrativa em forma de artigo jornalístico dispensa tudo o que possa ser tradicionalmente chamado de literário e escolhe o formato do artigo jornalístico com lugar, data, cabeçalho, manchete, legendas, colunas.

Enfim, se nos posicionamos por um momento na perspectiva da preocupação da arte contemporânea com sua identidade enquanto distinta das meras coisas, compreenderemos que o fato de que a arte se volta sobre seu próprio tema nos alerta para que sua essência não é só “ser” representacional, mas também “exibir” sua representacionalidade. A introdução de objetos comerciais ao mundo da arte, como na *Pop Art*, que questionam a distinção entre belas artes e arte comercial, ou o caso de objetos industriais, como os do movimento *Fluxus*, que questionam a diferença entre arte e o mundo do trabalho ou da indústria, ou, finalmente, as performances

44 DANTO, Arthur C. *Narration and Knowledge... Op. cit.*, p. 250.

ou as gravações do músico John Cage, que apagam a linha divisória entre o cotidiano e o mundo da exibição artística – tudo isso, segundo Danto, de uma forma ou de outra, talvez inconscientemente, abre inevitavelmente as portas à pergunta filosófica a respeito da diferença entre arte e mera coisa e necessariamente também entre arte e outras representações.⁴⁵ Propostas da mesma natureza se mostram na literatura contemporânea como representações escritas banais e vulgares: um guia telefônico, uma lista de compras, um artigo jornalístico podem ingressar, e de fato têm ingressado, no mundo da arte, no mundo da literatura. Trata-se, repito, da literatura contemporânea, em que a pergunta pela distinção entre história e literatura adquire uma dimensão filosófica. Só a segunda chama a atenção para si mesma⁴⁶ enquanto representação, enquanto uso ou modo de representação, ou, em outras palavras, sua autorreferencialidade a coloca na ontologia da arte e não na das meras representações.⁴⁷

Concluindo, a definição da artisticidade em termos de tema e modo de apresentação, assim como o desdobramento dessas características pelo uso e pela menção dos tropos retóricos envolve que:

⁴⁵ A exposição detalhada da análise desses movimentos, assim como sua disputa com a estética wittgensteiniana, pode ser encontrada no capítulo *The World as a Warehouse: Fluxus and Philosophy*, em DANTO, Arthur. *Unnatural Wonders: essays from the gap between art and life*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2005.

⁴⁶ Novamente, é preciso lembrar aqui que, quando Danto fala de autorreferencialidade, ele não está retomando a discussão da era dos manifestos sobre se a arte deveria ou não intervir politicamente no mundo, ou transmitir uma mensagem sobre o mundo, ou adotar um realismo artístico, ou, em outras palavras, decidir entre o internalismo e o externalismo. Não se trata de uma discussão sobre quais temas são legítimos (é justamente isso que acabou na pós-história da arte). Ver DANTO, Arthur. *Después del Fin del Arte. El Arte Contemporáneo y el Linde de la Historia*. Buenos Aires: Paidós, 2003, especialmente o primeiro capítulo. A autorreferencialidade é a atenção à representação em si, qualquer que seja seu tema ou ausência de tema (como era supostamente o caso do expressionismo abstrato).

⁴⁷ Contudo, assinala Danto, a autorreferencialidade é uma condição necessária, mas não suficiente, da artisticidade essencial – isso é, não basta a autorreferencialidade para que uma representação seja uma obra de arte, mas ela é necessária para que o seja. Por outro lado, diria Danto, ser autorreferencial não é uma condição nem necessária, nem suficiente de uma representação histórica. (O historicismo aplicado às próprias representações históricas não é uma condição necessária para que seja uma representação do passado.)

- 1 A ficção ou a correção factual não fazem a distinção entre literatura e história; concentrar-se nisso seria supor que a distinção entre obras de arte e meras representações remete ao conteúdo, ou, em termos da definição essencial, só à condição a).
- 2 Tampouco a diferença está nos usos diversos que as representações históricas e as representações artísticas ou literárias podem fazer dos recursos para provocar certas atitudes no público – ambas fazem amplo uso retórico dos meios de representação.

A diferença é que na literatura, e não na representação histórica, os recursos são mencionados, e não só usados. A questão não é menor e nem tanto porque queiramos argumentar a favor da científicidade histórica, desligando-a de todo elemento literário ou retórico. Em outras palavras, o estabelecimento das condições a) e b) para a obra de arte nos garante o pluralismo artístico, uma vez que qualquer coisa pode ser uma obra de arte. Mas a distinção entre obras de arte e meras representações, excluindo destas como necessária a condição b), direciona-se não tanto a argumentar contra aqueles que querem identificar ciência com arte, mas sim a enfrentar aqueles que, dessa maneira, levariam à perda da especificidade da arte, já que, então, toda representação, sem exceções, seria agora uma obra de arte por cumprir ambas as condições. No entanto, como anunciei na introdução, a distinção resultante seria mais relevante para a arte que para a história.

Isso é, de fato, o tratamento de Danto sobre a artisticidade do escrito de Capote permite uma abordagem peculiar da natureza da representação histórica: em vez de pensar que a questão tem a ver com a possibilidade de se distinguir da ficção, Danto a caracterizaria em termos da sua não autorreferencialidade ou da irrelevância primária de seu modo de apresentação. Em resumo, a questão que coloco é a seguinte: se aceitamos a caracterização das obras de arte de Danto, enquanto tema e modo de apresentação, bem como o desdobramento dessas características pelo uso e menção dos tropos retóricos, e logo a queremos estender a todas

as outras representações, então não enfrentaremos a questão do pluralismo, em que qualquer coisa pode ser uma obra de arte (algo desejado por Danto e pelo mundo da arte), nem a questão da perda da especificidade das teorias científicas (objetivo de demarcação abandonado pela Nova Filosofia das Ciências), mas sim que toda representação É uma obra de arte por cumprir ambas as condições. Mas o ponto mais importante aqui é o seguinte: a distinção filosófica entre narrativa histórica e narrativa literária que alcançamos será importante só para a literatura, no enquadramento da pergunta pela diferença entre arte e mera coisa, ou entre arte e mera representação. Essa diferença não será relevante para a história, embora muitos historiadores e filósofos da história assim possam desejar ou crer, porque tal diferença não se baseia em suas possibilidades cognitivas – ambos os tipos de representação podem cumprir essa função. Ou seja, não é só o caso trivial de que podemos encontrar orações verdadeiras e falsas tanto nas narrativas ficcionais quanto nas históricas, mas também que podemos reconhecer pretensões de verdade até em obras estritamente literárias. Quem negaria que *Madame Bovary* ou *Mrs. Dalloway* nos oferecem imagens perspicazes, e até mesmo fiéis, de uma época?⁴⁸ Por isso, repito, a única diferença essencial possível é a que remete à artisticidade e não à cognição – e esta última seria a única a interessar os historiadores e filósofos não-historicistas da história.

Retomemos, então, os desafios anunciados no início deste capítulo, que colocavam em risco o êxito das estratégias essencialistas de distinção entre narrativa histórica e narrativa literária e que, segundo prometido, Danto poderia resolver. Uma

⁴⁸ Hayden White o expressa bem em sua afirmação: “Um romance como *Mrs. Dalloway*, de Virginia Woolf, que conta um dia na vida de uma senhora londrina planejando uma recepção para seu marido diplomata à noite, dá um exemplo do que eu tenho em mente aqui. É precisamente a fronteira (permeável) entre realidade e o que nós, seres humanos, capturados nos turbilhões da memória e do desejo, da imaginação consciente e inconsciente ou subconsciente, conhecimento e experiência, e assim por diante, que é o ‘tópico’ do grande livro de Virginia Woolf. Sua Londres, ou melhor, a parte dela que a heroína de Woolf simboliza, é completamente reconhecível enquanto uma imagem realista do que Londres ‘deve ter sido’ por volta de 1920. A esse respeito, o romance de Virginia Woolf constitui um tipo de testemunho, um exemplo de um tipo de ‘literatura testemunhal’ ou testimonio [...]” WHITE, Hayden. Historical Fiction, Fictional History, and Historical Reality. *Rethinking History*, Abingdon, v. 9, n. 2/3, p. 147-157, 2005, p. 148.

vez assumido que a “ficção” ou a “verdade” ou o “factual” não são os traços definidores ou não-compartilhados entre narrativa histórica e narrativa literária, desaparece o “perigo de contaminação”. Isso é, na medida em que ambas podem abrigar a correção ou incorreção factual, o factual e o ficcional, assim como assumir também que a história não-narrativa (analítica) tampouco está isenta da incorreção factual (sem mencionar as analogias entre os termos ficcionais e teóricos), pode-se sustentar, então, que a história narrativa tem todo o direito de ser uma forma legítima (não ornamental nem didática) de expressão do conhecimento histórico, já que o que a diferenciaria da literatura seria que esta última se interessa pelo modo de apresentação – algo de modo algum “privilegiadamente” relevante para a história acadêmica.

Em segundo lugar, sustentar a diferença entre história e literatura em termos de artisticidade ou tematização do modo de apresentação protege a própria história acadêmica do risco de petrificação. Isso porque a historiografia, não mais preocupada com a sua fidelidade a um critério de demarcação científica, não encontrará limitações filosóficas para interagir com movimentos literários que a forneçam novos recursos para representar certos fenômenos que resistem a serem enquadrados, por exemplo, em uma narrativa linear. Encontramos dois exemplos paradigmáticos nos desafios colocados, de um lado, pelas dificuldades de representar os chamados “eventos traumáticos”, como o Holocausto – às vezes mal interpretadas como um debate sobre se o genocídio ocorreu ou não – ou, de outro, aqueles provenientes das novas políticas identitárias (feminismo, *queer*, multiculturalismo), que denunciam que a história acadêmica tradicional não está preparada para incluir em suas grandes narrativas a emergência de sujeitos novos e não necessariamente passíveis de classificação homogênea. Em ambos os casos é notável que se recorra ao “modernismo literário” e às antinarrativas contemporâneas como meios de escrita alternativa para historicizar a emergência desse novo tipo de eventos e movimentos.

Por último, e com relação ao terceiro desafio, o da dissolução do problema, na medida em que o objetivo da história é dar sentido

ou contribuir para o mapeamento da realidade (nesse caso, passada), o uso de recursos ficcionais, retóricos e poéticos para alcançar tal objetivo faz com que não seja relevante se ater a estratégias essencialistas ou de demarcação. Não é aconselhável encontrar um critério de demarcação, como buscava Popper, entre ciência e não-ciência, história científica e literatura, na medida em que estas podem ser bons recursos para alcançar seu objetivo verdadeiro de contribuir para o mapeamento da realidade. Além disso, quando se trata de dar sentido à realidade, história e literatura podem se estimular mutuamente. Ao contrário, considerando o ingresso no mundo da arte e da literatura de obras que usam modos de apresentação tradicionalmente não-literários, como no caso da narrativa escrita em forma de artigo jornalístico, ou, em outras palavras, considerando que a literatura compartilha seus recursos com diversas disciplinas – como a história, a ciência, o jornalismo investigativo etc. –, é sim, essencial chamar a atenção e alertar para os usos de tais elementos enquanto abordagens, quer dizer, é o único caminho para sua preservação enquanto arte e não mera representação. O paradoxal dessa conclusão é que, em sentido estrito, a distinção alcançada não é interessante para a história, mas somente para a arte: é a partir da própria história da arte que se pergunta pela diferença essencial entre representação artística e mera representação.

Em suma, a história não teria que se preocupar nem em ser contaminada pela literatura, nem em ser refratária a novas tendências literárias, nem em ser abduzida pela literatura, na medida em que a literatura encontrou (a partir de Danto) uma maneira de se definir essencialmente sem ser absorvida pelas meras representações (incluída aí a representação histórica). Para concluir, então, o ponto principal de que tratei ao longo deste trabalho é o seguinte: se se quer manter a distinção entre história e literatura, mas evitando a petrificação, a contaminação e a dissolução do problema, isso é, sem adotar a estratégia meramente histórica, devemos arcar com o custo de preservar uma concepção representacionalista-essencialista da linguagem, possibilitando uma noção de filosofia enquanto uma

metarreflexão sobre o espaço entre duas ordens separadas: a linguagem e a realidade. Suposição que, por outro lado, não satisfaria o desejo de historiadores e filósofos da história de oferecer um critério de demarcação entre história e literatura em termos de pretensão de verdade. Além disso, o próprio Danto admite que o critério de demarcação em termos de pretensão de verdade é inalcançável – o projeto de demarcação em termos cognitivos está fadado ao fracasso. Contudo, a filosofia da arte dantiana oferece uma saída de demarcação.

Nesse momento, algum leitor poderia se queixar de que toda a proposta de Danto seria irrelevante se abandonássemos o representacionalismo e o próprio projeto de demarcação. Certamente – esse é o projeto de dissolução de White e, talvez, em consonância com os tempos atuais, essa seja a melhor opção, mas esse é o tema de outro artigo, e, em certo sentido, um caminho externo de crítica a todo o programa dantiano. Neste texto, tentei mostrar apenas o que é que está por trás dessa persistência, na historiografia e na filosofia contemporânea da história, em sustentar algum critério de distinção entre história e literatura. O que pude mostrar, graças à filosofia da arte de Danto, é que essa insistência não é mais do que a persistência na busca de definições essenciais – um preço alto, que poucos filósofos e teóricos da história (incluindo historiadores) estariam dispostos a pagar.

Hayden White e a Crise do Historicismo^{1*} ^{2**}

Herman Paul

Estudar história significa entregar-se ao caos, conservando a crença na ordem e no sentido. É uma tarefa muito séria, rapaz, talvez mesmo trágica.

— Hermann Hesse, *O Jogo das Contas de Vidro*, 1943

Quando José Servo, o determinado herói no célebre romance de Herman Hesse, começa a ter algumas boas conversas com Padre Jacobus, o académico residente beneditino no monastério de Mariafels, ele aprende algumas coisas sobre os estudos

¹*Partes deste ensaio são baseadas na minha tese de doutorado, “Máscaras do Sentido: Humanismo Existencialista na Filosofia da História de Hayden White” (Universidade de Groningen, 2006). Sou grato à generosidade do professor White em encontrar tempo para responder às minhas ideias e intuições sobre seu trabalho, primeiro durante uma visita de uma semana à Universidade de Stanford e depois em conferências em Turku, Budapeste e Groningen. Fingindo não entender por que alguém escreveria uma tese de doutorado sobre Hayden White, ele me ajudou a descobrir “a política do estilo” recusando-se a responder minhas perguntas de qualquer maneira direta, oferecendo, ao invés disso, reflexões mais desafiadoras e mais estimulantes sobre a história, a filosofia da história e o estado do mundo ocidental. Considero o apoio do professor White um privilégio particular e expresso de bom grado nesta ocasião meus agradecimentos por seu interesse nas minhas leituras de sua obra. Duas entrevistas foram publicadas a partir de nossas conversas: PAUL, Herman. Zonder god rest ons niets dan geschiedenis. *De Groene Amsterdammer*, Amsterdam, v. 129, n. 3, p. 22-25, 2005; e *Idem. Een beslissend moment van geschiedenis: Hayden White en de erfenis van het existentialisme*. Groniek, Groningen, v. 38, p. 581-591, 2005.

²**Publicado originalmente como: *Idem. Hayden White and the Crisis of Historicism*. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans (eds.). *Re-Figuring Hayden White*. Stanford: Stanford University Press, 2009, p. 54-73. Traduzido com autorização da editora e do autor.

históricos que não soariam surpreendentes nem significativas a qualquer historiador: sempre historicize, nunca permita quaisquer anacronismos, evite projetar suas próprias opiniões nos pontos de vista dos outros, preste atenção tanto às mudanças quanto às continuidades na história humana. José tem poucas objeções a esse programa historicista quando se trata do tema de sua primeira conversa – as especulações de um teólogo do século XVIII. Entretanto, as coisas ficam mais complicadas quando essa hermenêutica historicista se aplica aos ideais que governam a instituição que delegou Servo a Mariafels. Trata-se da Ordem Castálica: uma comunidade intelectual orgulhosa de sua habilidade de “ordenar” o mundo do pensamento ao justapor, contrastar e combinar ideias de diferentes contextos históricos e geográficos em experimentos mentais conhecidos como o Jogo das Contas de Vidro. “Admito que quem estuda história pode ter crença infantil e comovente no poder organizador do nosso espírito e do método em si,” declara Padre Jacobus, “mas deve além disso respeitar a incompreensível verdade, a realidade e a originalidade do fenômeno.”³

Esse conselho está longe de ser inocente, como José descobre rapidamente. Ao chamar a atenção para a particularidade dos eventos históricos e sua dependência dos contextos, ele coloca um dilema a todos aqueles que, como os jogadores do Jogo das Contas de Vidro, tratam eventos históricos como portadores de sentidos transhistóricos, supratemporais. Ou eles precisam rejeitar a abordagem historicista de um Padre Jacobus (como o faz a Ordem castálica), ou precisam abandonar o jogo e afirmar que não há outra realidade além da história infinitamente variada e complicada das comoções e dos fracassos humanos (como o faz José, quase no fim do romance). Ou talvez possamos atribuir um efeito mais sutil às lições historicistas daquele historiador de cabelos brancos em Mariafels. Sua instrução torna José sensível à mudança histórica de maneira tão tácita e gradual que, depois de um tempo, “[a sensibilidade histórica

³ HESSE, Hermann. *The Glass Bead Game* (Magister Ludi). Trad. Richard e Clara Winston. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1969, p. 168-169. [Ed. brasileira: *Idem. O Jogo das Contas de Vidro*. Trad. Lavinia Abrantes Viotti e Flávio Vieira de Souza. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008, p. 201]

e a percepção de sua própria pessoa] tinham-se tornado maduras nele e emergiram na sua consciência a partir de seus estudos de História”; o historicismo parece emergir naturalmente como mais plausível do que as verdades atemporais dos jogadores.⁴ Uma vez que o personagem principal do romance aprendeu a ver o mundo em termos históricos, não havia como voltar atrás. A exposição ao historicismo tem efeitos irreversíveis. É por isso que o estudo da história não apenas é “muito sério”, como diz Padre Jacobus a seu visitante, mas também potencialmente “trágico”. Ao “entregar[em]-se ao caos”, os historiadores correm o risco de perder “a fé na ordem e no sentido”, pelo menos enquanto estes forem entendidos em termos não-históricos. Eventualmente, na versão de Hesse, um ato de vontade, uma forte determinação pessoal do tipo que José demonstra quando renuncia ao seu cargo castálico e escapa para o mundo “real”, assegura que a “história” e o “sentido” não se excluem mutuamente – que sentidos podem ser encontrados (ou feitos) no interior das particularidades dos contextos históricos em que, fora da província castálica, as pessoas moldam suas vidas.

Existe algum sentido em que as longevas contribuições de Hayden White ao campo da teoria da história compartilham das preocupações que levaram José a deixar a Castália? Existe algum sentido em que White convida seus leitores a “entregar[em]-se ao caos, conserva[ndo] a crença na ordem e no sentido”? Até que ponto o ceticismo epistemológico de White, sua prontidão em desafiar as ortodoxias históricas e sua compreensão “nominalista” da narrativa histórica pressupõem a existência de um sujeito humano que vive pela pura vontade em um mundo “cheio de devir, cheio de história, cheio de tentativas e de um começo eternamente novo”?⁵ Claro, a obra de White geralmente é lida em termos narrativistas. Ela é reconhecida e criticada por colocar abaixo as fronteiras tradicionais entre a escrita histórica e a escrita literária, por analisar os aspectos e limites linguísticos do conhecimento histórico e por desafiar os historiadores a reconhecerem que preferências morais e estéticas

⁴ *Ibidem*, p. 265. [p. 315]

⁵ *Ibidem*, p. 400. [p. 480]

são os únicos fundamentos para favorecer um tipo de representação narrativa em detrimento de outro. A julgar pela inspiração que ela deu a historiadores e teóricos literários nas últimas décadas, essa leitura narrativista não foi improdutiva. Além disso, enquanto proposta interpretativa, ela encontra suporte em muitos dos ensaios de White dos anos de 1970 e 1980 (assim como na introdução e conclusão de *Meta-História*, que são possivelmente as páginas mais citadas que White já escreveu). Mas, por dois motivos, essa leitura é insuficiente para explicar o que está em jogo na teoria da história de White. Primeiro, ela geralmente ignora grande parte da obra de White, em particular os mais de cinquenta títulos (livros, ensaios, introduções, resenhas) publicados antes de *Meta-História*. Em segundo lugar, essa “interpretação padrão” geralmente não explica *por que* White é fascinado por narrativas históricas, por que razões ele insiste na legitimidade de diferentes modos de representação e o que o motiva a provocar controvérsias a respeito de questões de sentido, liberdade e responsabilidade. Talvez essas deficiências estejam relacionadas, na medida em que as indicações mais claras das questões e preocupações que inspiram a filosofia da história de White podem ser encontradas em seus escritos mais antigos.

Seguindo a útil sugestão de que White advoga, em um sentido específico, por um “retorno da imaginação moral” no pensamento histórico,⁶ este capítulo propõe ler White em relação ao pano de fundo do que é conhecido como a “crise do historicismo”. Devido a uma confusão babilônica em torno da palavra historicismo, um duplo esclarecimento é necessário. Primeiro, a “crise do historicismo” designa diversas crises distintas. Elas incluem, mas não se limitam a, (i) a intuição, articulada por filósofos como Wilhelm Dilthey e Martin Heidegger, de que as narrativas lineares do pensamento histórico do século XIX eram inadequadas por causa de sua

6 HARLAN David. The Return of the Moral Imagination. In: *Idem. The Degradation of American History*. Chicago: University of Chicago Press, 1997, p. 105-126; KELLNER, Hans. A Bedrock of Order: Hayden White’s Linguistic Humanism. In: *Idem. Language and Historical Representation: Getting the Story Crooked*. Madison: University of Wisconsin Press, 1989, p. 193-227. Mais recentemente, A. Dirk Moses também enfatizou esse aspecto moral em MOSES, A. Dirk. Hayden White, Traumatic Nationalism, and the Public Role of History. *History and Theory*, Middletown, v. 44, n. 3, p. 311-332, 2005.

dependência de uma posição subjetiva transcendental, cartesiana; (2) o medo de que a “crítica histórica” comprometesse autoridades religiosas tradicionais como a Bíblia, o “Jesus histórico” e as vidas dos santos e, mais importante, (3) a incerteza, conhecidamente expressa por Ernst Troeltsch, mas também por alguns personagens do romance de Hesse, a respeito da possibilidade de sobrevivência de algum absoluto moral ao desafio da contextualização histórica.⁷ No que se segue, “a crise do historicismo” se refere inicialmente a esse terceiro tipo de crise: à ideia perturbadora de que talvez não haja padrões morais que transcendam os limites de nossa condição histórica. Mas logo ficará claro que, na obra de White, a “crise do historicismo” tem seu próprio significado particular.

Em segundo lugar, embora alcance seu clímax nos anos entreguerras, a crise do historicismo no sentido dado por Troeltsch foi (e é) sentida em vários períodos e lugares. Existe um elemento de não-simultaneidade (*Ungleichzeitigkeit*) na crise do historicismo. Pressupondo algum tipo de conflito entre uma crescente consciência histórica e um desejo de ir além do individual e do particular rumo ao absoluto ou universal, a crise do historicismo só ocorre se ambas as condições são satisfeitas. Se simplesmente se abandona a busca por universais ou se nega que a mudança histórica tenha qualquer efeito significativo sobre os valores humanos e a crise está eliminada. Portanto, a “crise do historicismo” pode ser chamada de um problema viajante, ou um desafio que se coloca a diferentes grupos em diferentes períodos e lugares, dependendo de se e quando eles cumprem as condições que os podem fazer se sentirem divididos entre o historicismo e seus rivais.⁸ Por causa disso, não há

⁷ Uma variedade de crises associadas com o historicismo do século XIX são exploradas em OEXLE, Otto Gerhard (ed.). *Krise des Historismus, Krise der Wirklichkeit: Wissenschaft, Kunst und Literatur, 1880-1932*. Göttingen: Vanderhoeck & Ruprecht, 2007. Que o pensamento histórico do século XIX (o “historicismo clássico”, tal como distinto do “historicismo de crise”) sofreu, mais do que causou, uma crise é o argumento do meu ensaio PAUL, Herman J. A Collapse of Trust: Reconceptualizing the Crisis of Historicism. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 2, n. 1, p. 63-82, 2008. O *locus classicus* permanece, é claro, TROELTSCH, Ernst. *Der Historismus und seine Probleme: Das Logische Problem der Geschichtsphilosophie*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1922.

⁸ A alusão é a BAL, Mieke. *Travelling Concepts in the Humanities: A Rough Guide*. Toronto: University of Toronto Press, 2002.

anacronismo em sugerir que a agenda intelectual de White, meio século depois de Troeltsch (e um século inteiro depois de Jacob Burckhardt, o historiador que supostamente serviu como modelo para o Padre Jacobus, de Hesse), foi moldada por preocupações decorrentes da crise do historicismo.

Ora, pode não ser insignificante que, ao longo de toda a sua obra, White aborde a relação entre os estudos históricos e a investigação moral, mas quase nunca dedique mais do que algumas poucas palavras à preocupação de Troeltsch de que uma consciência excessivamente histórica possa ameaçar os valores morais. Da mesma maneira, não se pode deixar de notar que, particularmente em seus trabalhos iniciais, White se inspira muito em sociólogos como Max Weber, mas nunca lê tais pensadores como se estivessem respondendo à crise do historicismo que, possivelmente, fora o contexto no qual seus pensamentos tomaram forma.⁹ Essa “ausência” da crise do historicismo de Troeltsch nos escritos de White indica que o desejo de ir além da contextualidade histórica não aparece no seu pensamento? Será que White imagina um historicismo sem crises, sem implicações perturbadoras na esfera do pensamento moral, sem o risco da perda trágica prevista pelo Padre Jacobus? No que se segue, argumentarei que, depois de uma fase “humanista liberal”, em que o autor evitou a possível ameaça do historicismo incorporando a pluralidade histórica às narrativas do progresso humanista, White parece ter, nos anos de 1970 e 1980, poucos problemas com o “relativismo” moral que Troeltsch temia. Isso porque uma compreensão firmemente voluntarista da moralidade levava White a enfatizar a individualidade e a singularidade de cada situação moral a ponto de negar que as pessoas devessem ansiar ou esperar por uma sabedoria moral que transcendesse os limites de suas situações históricas. Contudo, como poucos apontaram, no começo dos anos de 1970, White encontrou outra “crise” causada pelo pensamento historicista, ou uma profunda preocupação resultante

⁹ DASSEN, Patrick, *De onttovering van de wereld: Max Weber en het problem van de moderniteit in Duitsland, 1890-1920*. Amsterdam: G. A. van Oorschot, 1999. A influência de Weber no “jovem” White é o tema do meu ensaio, PAUL, Herman J. A Weberian Medievalist: Hayden White in the 1950s. *Rethinking History*, Abingdon, v. 12, n. 1, p. 75-102, 2008.

do tipo de conclusões a que Troeltsch *cum suis* hesitaram chegar. Se, de fato, toda investigação moral está presa a um contexto, então isso implica em que o estudo do passado seja moralmente irrelevante? Por que deveríamos estudar o passado se não há educação moral a ser tirada dali? De acordo com minha leitura de *Meta-História*, White sugere um modo monumental de lidar com o passado tal qual exemplificado, no último capítulo d'*O Jogo das Contas de Vidro*, pela autoafirmação heroica de José Servo em face do absurdo da história.

Historicismo Humanista

Entre os escritos em grande medida esquecidos de White pré-*Meta-História* estão três manuais concebidos na tradição hoje quase igualmente esquecida do curso de Civilização Ocidental.¹⁰ Escritos em coautoria com Willson H. Coates, *A Emergência do Humanismo Liberal* (1966) e *A Provação do Humanismo Liberal* (1970) contam uma história gloriosa de crescente liberdade. Eles relatam como, do Renascimento italiano em diante, novas ideias sobre a natureza, o eu, a religião, a política, a liberdade e o bem comum transformaram “a mente europeia” a ponto de que o humanismo liberal moderno poderia ser qualificado como “a filosofia mais quase triunfante” em todo o mundo ocidental, se “as propensões irracionais do homem europeu ocidental” não tivessem interrompido seu avanço no início do século XX. Um terceiro livro, publicado (na série do próprio White, *Principais Tradições da Civilização Mundial*) como *A Tradição Greco-Romana* (1973), cobriu “a ascensão e queda do ideal clássico humanista” na Grécia e em Roma.¹¹ Como os próprios autores admitem, esses livros partem do pressuposto de que “a autonomia de consciência e a liberdade em todos os seus aspectos constituem a mais importante tradição na civilização ocidental”. Profundamente devedores de uma versão dos anos de 1960 da tese da secularização,

¹⁰ ALLARDYCE, Gilbert. The Rise and Fall of the Western Civilization Course. *The American Historical Review*, Chicago, v. 87, p. 695-725, 1982.

¹¹ COATES, Willson H.; WHITE, Hayden V. *The Ordeal of Liberal Humanism: An intellectual History of Western Europe*, vol. 2, Since the French Revolution. New York: McGraw-Hill, 1970, p. 3; 448; WHITE, Hayden V. *The Greco-Roman Tradition*. New York: Harper & Row, 1973, p. ix.

os dois primeiros volumes em particular se leem como uma história *Whig* do humanismo moderno e secular. Os elementos da história que contrariam essa narrativa liberal – o *Sílabo dos Erros* de Pio IX ou a ascensão de Hitler ao poder – são tipicamente apresentados como “desafios” ou “dilemas” que os europeus liberais tiveram de enfrentar. Enredando assim a história europeia moderna como uma batalha entre as forças da luz e da escuridão, os autores não escondem sua atitude crítica em relação às “práticas da magia, do mito e de crenças supersticiosas do tipo mais arcaico” ou às “agonias inigualáveis dos julgamentos das bruxas”. Da mesma maneira, eles falam francamente de “fracasso” e “irrelevância” se fenômenos como o Romantismo em uma sociedade em industrialização e a “ética da ambiguidade” em tempos de decisão política parecem, para eles, anacrônicos.¹² De fato, pelos critérios do Padre Jacobus, esses volumes não podem ser chamados exatamente de historicistas.

Isso não deveria surpreender: em nenhum lugar dos seus primeiros escritos históricos White demonstra uma afinidade particular com a hermenêutica da “alteridade” e da “diferença”. É bem verdade que em seu elogio a Croce, expresso mais eloquente em “A Relevância Duradoura da Ideia de História de Croce” (1963), White endossa completamente a resistência do pensador italiano às tipologias sociológicas e às “leis gerais” em nome da individualidade, particularidade e imprevisibilidade da história. Sua tradução de *Dallo storicismo alla sociologia* (1959), de Carlo Antoni – uma condenação direta dos métodos classificatórios de Dilthey, Troeltsch e Weber – também indica um interesse genuíno no que Russell Jacoby chama de “a especificidade da história”.¹³ Mas, nos escritos históricos do próprio White, tipologias, tipos ideais e esquemas emprestados de Weber, Arnold J. Toynbee e (no final dos anos de 1960) Giambattista Vico sempre servem como meios para ordenar a história e explorar

¹² COATES, Willson H; WHITE, Hayden V. e SCHAPIRO, J. Salwyn (eds.). *The Emergence of Liberal Humanism: An Intellectual History of Western Europe*, vol. 1, From the Italian Renaissance to the French Revolution. New York: McGraw-Hill, 1966, p. v, 69; COATES e WHITE. *The Ordeal of Liberal Humanism...* Op cit., p. 37, 79, 290, 452; WHITE, 1973, p. 6.

¹³ JACOBY, Russell. A New Intellectual History? *The American Historical Review*, Chicago, v. 97, n. 2, p. 405-424, p. 407, 1992.

aquele “país estrangeiro” chamado passado. Ao oferecer uma tipologia tríplice de historicismos, a introdução de White ao livro de Antoni até emprega os mesmíssimos métodos classificatórios contra os quais o autor italiano nos alertava tão ardenteamente.¹⁴ A grande quantidade de críticas que os trabalhos de White sobre a história da igreja medieval receberam durante o fim dos anos de 1950 e começo dos anos de 1960 também podem ser resumidas como a imposição muito rígida de tipos ideais weberianos, o insuficiente respeito à “alteridade” da cristandade romana do século XII e, em geral, por não serem suficientemente historicistas no sentido hermenêutico da palavra.¹⁵

Contudo, ainda que não sejam historicistas em sua hermenêutica, os manuais de White sobre o “humanismo liberal”, assim como seu ensaio sobre Croce, são certamente historicistas em sua *Weltanschauung* ou em seus pressupostos sobre a natureza da realidade histórica. Devedores do que Michel Foucault criticou, em *As Palavras e as Coisas*, como “historicismo humanista”, esses volumes insistem na infinita variedade, multiplicidade e imprevisibilidade da história humana, sem temer, como Troeltsch temia, que os valores morais sofreriam com uma tal consequente contextualização histórica. Os livros o fazem, primeiro, insistindo na primazia dos agentes humanos enquanto atores no drama da história. O humanismo, assim o dizem a seus leitores, é “uma atitude mental que toma o homem como o verdadeiro centro qualitativo do universo e como único agente responsável pela criação da ordem no mundo dos assuntos humanos”. Minimizando contextos sociais, convenções culturais, ações coletivas e consequências não-intencionais da conduta intencional, esse “humanismo” trata o indivíduo humano e, mais especificamente, a vontade humana como o principal ator na história humana. Enquanto essa definição já implica uma rejeição a toda e qualquer religião, White acrescenta, significativamente, que ele considera a “libertação de toda aspiração transcendentalista”

¹⁴ WHITE, Hayden V. Translator's Introduction: On History and Historicisms. In: ANTONI, Carlo. *From History to Sociology: The Transition in German Historical Thinking*. Trad. Hayden V. White. Detroit: Wayne University Press, 1959, p. xix-xxv.

¹⁵ Ver: PAUL, Herman J. A Weberian Medievalist... *Op. cit.*, p. 80.

um importante objetivo do humanismo moderno. Tome sua vida em suas próprias mãos, sem jamais projetar autoridade ou responsabilidade moral em qualquer plano transcendental – essa é a mensagem humanista que os manuais de White transmitem. Em segundo lugar, uma condenação geral de qualquer suposta verdade atemporal “como tanto fundamentalmente a-histórica quanto filosoficamente ingênuas” indica o quanto esse humanismo pretende respeitar a variedade histórica. Em terceiro lugar, tudo isso é embutido em uma narrativa de progresso, que retrata a humanidade como uma personalidade coletiva, crescendo no tempo e mostrando uma notável habilidade de adaptação e transformação. Se, dentro dessa narrativa, as variedades do discurso moral humano podem ser vistas como que correspondendo a fases distintas de um processo de autorrealização humana e se “todas as tentativas de conhecimento são essencialmente esforços de autocompreensão humana”, como coloca *A Emergência do Humanismo Liberal*, então a possível ameaça do historicismo é efetivamente evitada. Então, de fato, White pode ser tão abertamente historicista como o era Herder, porque o “dossel sagrado” de sua crença no progresso dá um sentido geral ao processo histórico da mesma maneira que (como *Meta-História* explica em profundidade) a crença de Herder em uma “força orgânica unificada” na qual participa toda a vida humana o permitia se regozijar em quaisquer variedades históricas que encontrasse.¹⁶

O historicismo alemão do século XIX sentiu as primeiras pontadas de uma crise tão logo deixou esse organicismo herderiano para trás.¹⁷ Isso sugere a questão sobre se White também encara uma crise do historicismo quando (logo depois de *As Palavras e as Coisas*, de Foucault) a linguagem do desenvolvimento progressivo

¹⁶ COATES, WHITE; SCHAPIRO. *The Emergence of Liberal Humanism...* Op. cit., p. 194, 195; WHITE, Hayden V. *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 1973, p. 77 [Ed. Brasileira: WHITE, Hayden V. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. de José Laurônio de Melo. São Paulo: EdUSP, 1992. No caso das passagens de *Meta-História*, optei por traduzi-las por conta própria ao invés de usar a tradução existente para facilitar a integração com o texto.]

¹⁷ PAUL, Herman J. *A Weberian Medievalist...* Op. cit., p. 65.

desaparece de seus escritos. Será que o historicismo humanista de White, cada vez mais separado de sua crença no progresso, continua a enfatizar o desejo pela autodeterminação humana diante da mudança, da diferença ou da dissimilaridade históricas? Ou será que o autor concorda que, sem a crença no progresso, “entregar-se ao caos” pode ameaçar a “fé na ordem e no sentido”? Em minha leitura, *Meta-História* de fato se engaja em um conflito intenso com a “crise do historicismo”, mas em um sentido diferente do termo. Nem medos castálicos, nem preocupações troeltschianas – o que leva White a se voltar contra “a crise do historicismo” são preocupações morais sobre a condição irônica dos estudos históricos.

Uma Crise do Historicismo

Em sua hermenêutica, *Meta-História* é ainda menos historicista do que os manuais mencionados anteriormente. Hipostasiando as “eras” históricas e atribuindo “consistência integral” a como as pessoas entendiam a realidade em épocas tão longas como “o período Medieval”, o livro lida com generalizações amplas, procura por padrões ao invés de particularidades e foca em “características familiares” entre “tipos” de pensamento humano. Além disso, assim como a tese de doutorado de White, de 1955, explica a ascensão e queda dos ideais de liderança papal do século XII com a ajuda de um modelo de larga escala de como instituições sociais evoluem ideal-típicamente, *Meta-História* também identifica a historiografia do Iluminismo e as formas subsequentes que a consciência histórica ocidental tomou entre os dias de Herder e Burckhardt às quatro fases de um modelo cíclico, que, ainda no final dos anos de 1980, White acreditava ter a natureza de uma “lei de ferro”.¹⁸

No entanto, como o ciclo indica, a propagação desses modos históricos de pensamento na Europa ocidental não se identifica com a realização progressiva da racionalidade humana. *Meta-*

¹⁸ WHITE, Hayden V. *Metahistory...* Op. cit., p. 2, 46-47; WHITE, Hayden V. *The Conflict of Papal Leadership Ideals from Gregory VII to St. Bernard of Clairvaux with Special Reference to the Schism of 1130*. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Universidade de Michigan, Michigan, 1955. White usa a metáfora da lei de ferro em uma entrevista com OTTERSPEER, Willem e ZEEMAN, Michaël. De valse veerhalen van de geschiedenis. *NRC Handelsblad*, suplemento cultural “Beeldspraak”, 9 de Junho de 1989, p. 4.

História difere dos manuais humanistas de White ao reconhecer que “racionalidade” e “irracionalidade”, ou sabedoria e tolice, não podem simplesmente ser contrastadas em termos de oposições binárias, como se assume nas narrativas clássicas da “civilização ocidental” sobre o triunfo da razão sobre o mito e a superstição. Depois dos diagnósticos críticos de Max Horkheimer, Theodor Adorno e Michel Foucault em relação à racionalidade iluminista, White identifica a necessidade de uma teoria que tome a “desrazão”, o “mito”, os “sonhos” e a “especulação religiosa” enquanto modos de interrogação humana tão sérios quanto a “razão”, a “história”, a “ciência” e o “liberalismo”. Uma “teoria psicológica” ou uma “teoria adequada da consciência humana” não colocaria a razão “contra a imaginação enquanto o fundamento da verdade contra o fundamento do erro”, mas reconheceria “a continuidade entre razão e fantasia”. “[De maneira quel] o modo de sua relação enquanto partes de um processo mais geral de interrogação humana sobre um mundo incompletamente conhecido pudesse ser procurado e se pudesse perceber o processo no qual a fantasia ou a imaginação contribuíram tanto para a descoberta da verdade quanto a razão em si mesma”.¹⁹ Daí o entusiasmo de White, expresso nos dois primeiros capítulos do livro, com filósofos como Gottfried Wilhelm Leibniz, Giambattista Vico, Johan Gottfried von Herder, Georg Wilhelm Friedrich Hegel ou Friedrich Nietzsche, todos os quais tentaram não contrastar história e mito, ou razão e imaginação, mas sim conceitualizar tais modos de interrogação como “partes” de um “todo”. (Talvez não seja coincidência que um fragmento do primeiro esboço de *Meta-História*, publicado em 1966, foque em Hegel).²⁰ O que White esperava tirar desses pensadores não era uma narrativa alternativa de progresso, ou uma filosofia abrangente da história que proporcionasse sentidos “últimos” às contingências da história – depois de seus manuais humanistas, White não confiava mais em

¹⁹ WHITE, Hayden V. *Metahistory...* Op. cit., p. 51. Algumas páginas depois, White faz uma afirmação similar: “A modalidade de oposição, pela qual as coisas na história são relacionadas em pensamento, não deu lugar a uma modalidade de continuidade e intercâmbio, que, sozinha, poderia produzir uma apreciação adequada da concretude, individualidade e vivacidade dos eventos históricos” (p. 57-58).

²⁰ *Idem*. Hegel: Historicism as Tragic Realism. *Colloquium*, v. 5, n. 2, p. 10-19, 1966.

tais *grand récits* –, mas um modo “meta-histórico” de pensamento que pudesse promover uma interação criativa entre as dimensões racional e imaginativa no pensamento humano.

Seguindo a exposição de White sobre sua “tropologia” na introdução do livro, muitos leitores identificaram as quatro fases no modelo de White com paradigmas “linguísticos” e seu “desenvolvimento de ciclo fechado” com uma elaboração gradual das “possibilidades de prefiguração tropológica [...] contidas na linguagem poética em geral”.²¹ No entanto, dadas as impressionantes diferenças entre a introdução e os capítulos subsequentes de *Meta-História*, pode ser preferível examinar como White realmente *usa* esses tropos ao longo do livro ao invés de repetir suas próprias definições.²² Essa operação rende resultados complexos: uma vez que os tropos (literalmente: “viradas”)²³ são termos relacionais, eles podem ser usados, e de fato o são, para mapear tipos diversos de relações (textos com contextos, passado com presente, pensamento com ação etc.). Nos primeiros dois capítulos do livro, no entanto, os “tropos mestres” de White denotam principalmente padrões de resposta à questão feita há pouco: como relacionar história e mito, razão e imaginação, fato e ficção, realidade e visão.

Começando com historiadores franceses do século XVIII, como Voltaire, e com Hume, White afirma que, “sob os auspícios de um paradigma Metonímico – isso é, no modo de separação ou oposição extrínseca” –, a historiografia iluminista destruiu uma unidade (metafórica) “original” do verdadeiro e do fabuloso, levantando, assim, a questão viquiana de como é possível que o primeiro emerja do segundo. “Os iluministas, por verem a relação da razão com a fantasia mais em termos de uma oposição do que

²¹ WHITE, Hayden V. *Metahistory... Op. cit.*, ix, xii, 38.

²² Ver: ANKERSMIT, F. R. Hayden White's Appeal to the Historians. In: idem. *Historical Representation*. Stanford: Stanford University Press, 2001, p. 253; assim como minha reconstrução “de baixo para cima” da tropologia de White em PAUL, Herman J. Metahistorical Prefigurations: Towards a Reinterpretation of Tropology in Hayden White. *Journal of Interdisciplinary Studies in History and Archaeology*, [s.i.], v. 1, n. 2, p. 1-19, 2004.

²³ [NT: aqui o autor se refere à etimologia da palavra *tropo*, que vem do grego *tropos* (τρόπος) – virada, direção, caminho.]

de uma relação de parte-todo, não foram capazes de formular essa questão de uma maneira historiograficamente proveitosa”.²⁴ Diz que Kant também conceitualizou “o campo histórico metonimicamente, [...] meramente enquanto um conflito, um conflito *insolúvel*, entre princípios *eternamente opostos* de natureza humana: racional de um lado, irracional de outro”.²⁵ Esse modo metonímico funciona bem enquanto seus adeptos estão tão convencidos do poder e da promessa do seu racionalismo que são capazes de rejeitar seus oponentes: desrazão, superstição e mito. “Posta como regra”, no entanto, essa “modalidade de compreensão” metonímica encontra um número suficiente de desafios – a observação de que grande parte da humanidade não satisfaz seus padrões de racionalidade, ou as análises críticas da “dialética” do próprio Iluminismo – para se “degenerar” na ironia, isso é, em uma impotente consciência de sua própria parcialidade, de suas limitações enquanto um meio para entender a plenitude da realidade humana.²⁶

Diferentemente de seus precursores metonímicos, os pensadores irônicos, como Burckhardt e Croce (exemplos de White), perceberam que o mundo não pode ser governado somente pela razão, que a “desmitologização” não resolverá os problemas da sociedade. Mas eles fracassaram em relacionar história e mito, ou razão e imaginação e, consequentemente, isolaram a “investigação racional” daquilo que o romance de Hesse descreve como as flagrantes irracionalidades da vida política.²⁷ Na versão de White, esse “beco sem saída” pode ser evitado “neutralizando” as tensões metonímicas em algum tipo de “unidade maior”, como Herder o fez quando tentou integrar o racional e o fabuloso em uma harmonia sinedótica, argumentando que tanto a história quanto o mito articulam alguma verdade sobre o universo. Por critérios racionais, no entanto, essa tentativa de uma reunião de história e mito tinha ela mesma uma natureza inteiramente mítica, como Kant apontou a Herder, e, portanto, era mais provável que fosse derrotada por

²⁴ WHITE, Hayden V. *Metahistory...* Op. cit., p. 69.

²⁵ *Ibidem*, p. 42, 58 e 62.

²⁶ *Ibidem*, p. 67, 92 e 108.

²⁷ *Ibidem*, p. 234-237; HESSE, Hermann. *The Glass Bead Game...* Op. cit., p. 277.

forças metonímicas e irônicas do que as superasse.²⁸ Daí a esperança algo indefinida de White de que uma derrubada mais radical de barreiras conceituais, associada com o apagamento “metafórico” das distinções entre história e mito feito por Nietzsche, poderia proporcionar os meios para retornar ao modo de pensamento no qual ambas interagem criativamente.²⁹ Em resumo, no entendimento esquemático de White, a “metáfora” denota uma unidade de razão e imaginação, ou história e mito; a “metonímia”, uma oposição binária entre ambas; a “sinédoque”, uma unidade mais elevada entre ambas; e a “ironia”, aquilo que sobra depois que a unidade foi destruída: a incapacidade de relacionar significativamente o racional e o fabuloso.

Ora, quando *Meta-História* se refere à “crise do historicismo”, essa crise é caracterizada como uma “condição da Ironia”, como uma “condição Irônica da mente” e como “o declínio rumo à Ironia que caracterizaria a consciência histórica” do final do século XIX e do século XX.³⁰ Apesar do uso inconsistente da “ironia” por White – John S. Nelson contou nada menos que vinte possíveis significados do termo só em *Meta-História*³¹ –, o autor não deixa dúvidas quanto à sua convicção de que “o verdadeiro conteúdo da ‘crise do historicismo’ era uma consciência das limitações no sentido que acabamos de explicar: uma incapacidade, se não uma falta de vontade, de relacionar os estudos históricos aos modos de pensamento mítico, religioso e outros modos ‘irracionais’. Burckhardt, por exemplo, é associado ao desdém pelos ‘impulsos políticos e religiosos’ e com uma ‘explosão de todas as fórmulas, todos os mitos, em prol da pura ‘contemplação’ e resignação ao mundo das ‘coisas como elas são’’. Croce é culpado por ter deslocado os estudos históricos da ‘plenitude do sol de meio-dia’ para ‘a luz parcial da lua nova’ – isso é, da participação em um esforço

²⁸ WHITE, Hayden V. *Metahistory...* *Op. cit.*, p. 69, 71, 77, 80.

²⁹ *Ibidem*, capítulo 9.

³⁰ *Ibidem*, xii, 40, 41.

³¹ Ver a resenha de Nelson em NELSON, John S. Review of *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe* by Hayden V. White. *History and Theory*, Middletown, v. 14, n. 1, p. 74-91, 1975.

em integrar o conhecimento humano para a esfera monástica da contemplação meramente histórica.³² Mais especificamente, ambos os pensadores são criticados por terem separado a investigação histórica “racional” dos domínios “irracionais” do comprometimento moral e político. Isso é tão insatisfatório quanto perigoso, uma vez que White acredita que todo comprometimento ou envolvimento requer algum tipo de mito, sonho ou visão “irracional” de como a vida deveria ser. De acordo com *Meta-História*, todas as aspirações morais, todos os esforços em fazer a diferença na vida, requerem uma “construção ficcional do mundo”. Todas as visões políticas (“Ativismo”, “Comunismo”, “Transcendentalismo”, “Chauvinismo” e assim por diante) requerem alguma forma de “irracionalismo”³³. Ao invés de se opor ou ignorar, argumenta White, é preciso lidar construtivamente com essas irracionalidades para que elas não sigam seu próprio caminho, assim como os Românticos um dia se opuseram ao Iluminismo e, “no fim das contas, [afundaram] a civilização europeia no abismo do erro totalitário”. Assim, o fracasso irônico na mediação entre história e mito pode não ser sem consequências: ele pode eventualmente “acarretar o fim da própria civilização”³⁴.

Tudo isso parece indicar que a crise do historicismo em White é um problema completamente diferente daquele enfrentado pelos personagens castálicos de Hesse e pela teologia do começo do século XX. Em lugar nenhum *Meta-História* associa a crise do historicismo com a tentativa de Troeltsh de escapar do “relativismo moral” (seu nome sequer aparece no índice). Em lugar nenhum o autor se mostra preocupado com as “crises” que uma crescente consciência da variedade e multiplicidade históricas pode causar no domínio da certeza moral. Ao invés disso, para White, a “crise do historicismo” denota a circunstância infeliz de que, nos anos de 1970 tanto quanto no final do século XIX, “a historiografia acadêmica permanece presa em uma perspectiva Irônica” e não se

³² WHITE, Hayden V. *Metahistory...* Op. cit., p. 41, 230, 233, 385.

³³ *Ibidem*, p. 397, 400, 423. Ver o capítulo 8 de *The Ordeal of Liberal Humanism*, sobre “O Lugar do Irracional na Cultura e na Sociedade”.

³⁴ *Ibidem. Metahistory...* Op. cit., p. 85, 108, 236.

engaja na interação produtiva com a imaginação, o sonho e o mito.³⁵ No entanto, meu argumento é que esses dois elementos em White – a ausência de uma crise troeltschiana e a sua atitude anti-irônica – estão intimamente relacionados. O objetivo de White de resgatar os estudos históricos de sua prisão irônica é motivado pela crença de que os seres humanos precisam ser inspirados a dar o passo que Troeltsch hesitou, e finalmente se recusou, a dar: aceitar a plena responsabilidade pelo sentido de suas vidas e pelos valores morais que querem promover.³⁶

Historiografia Monumental

Muitos leitores de *Meta-História* notaram que White é particularmente fascinado pelo tema da liberdade humana.³⁷ Enquanto a liberdade em *A Emergência e A Provação do Humanismo Liberal* é predominantemente definida em termos negativos – o humanismo liberal libertou *da religião, do mito, da tradição, da superstição e da ignorância* –, a noção de liberdade recebe uma definição mais positiva em *Meta-História*. White não apenas considera os seres humanos livres para pensar, acreditar e agir de quaisquer maneiras que achem apropriadas; eles também teriam direito

³⁵ WHITE, Hayden V. *Metahistory...* Op. cit., p. 433. Ver a epígrafe do livro: “Só se pode estudar aquilo com o que já se sonhou”. Evidências claras do desejo de White de reunir “sonho” e “razão” nos estudos históricos também podem ser encontradas em seu artigo-resenha sobre *Idealism, Politics and History: Sources of Hegelian Thought*, de Armstrong Kelly – WHITE, Hayden. Review of Idealism, Politics and History: Sources of Hegelian Thought by Armstrong Kelly. *History and Theory*, Middletown, v. 9, n. 3, p. 343-363, 1970.

³⁶ Deixo de lado o problema de que *Meta-História*, nas palavras do próprio White, “é ele mesmo feito em um modo Irônico” (WHITE, Hayden V. *Metahistory...* Op. cit., p. xii). Tento entender a “virada da consciência irônica contra a ironia em si mesma” (*Ibidem. Metahistory...* Op. cit., p. xii) em meu texto: PAUL, Herman J. An Ironic Battle Against Irony: epistemological and ideological irony in Hayden White’s philosophy of history. In: KORHONEN, Kuisma (ed.). *Tropes for the Past: Hayden White and the history/literature debate*. Amsterdam; New York: Rodopi, 2006, p. 35-44. Uma versão estendida desse ensaio apareceu em neerlandês como *Idem. Tegen zure regen: Hayden White, anti-ironisme en existentialisch humanisme*. *Tijdschrift voor Geschiedenis*, Amsterdam, n. 120, p. 74-84, 2007.

³⁷ Peter Novick se refere até à “quase-obsessão [de White] com a liberdade de escolha do historiador. Não é exagero chamá-lo do filósofo da liberdade da historiografia”. NOVICK, Peter. *That Noble Dream: The “Objectivity Question” and the American Historical Profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 601. Hans Kellner e Ewa Domanska, entre outros, também chamaram a atenção para a importância da “liberdade” em White.

de “conceituar a história, apreender seus conteúdos e construir relatos narrativos de seus processos em qualquer modalidade de consciência que seja mais consistente com suas próprias aspirações morais e estéticas”.³⁸ (Note que isso não é o mesmo que declarar que as pessoas são livres para dizer o que quiserem sobre o passado: nessa passagem, pelo menos, White afirma simplesmente que os seres humanos têm liberdade para decidir se relacionam história e mito em “modalidades de consciência” metafórica, metonímica, sinedótica ou irônica.) Esses tipos de liberdade são relacionados na medida em que as representações históricas refletem as posições morais e políticas do autor e, vice-versa, na medida em que ideais, sonhos e visões utópicas pressupõem uma certa atitude em relação ao passado.³⁹ É importante notar que White toma essas como sendo liberdades *individuais*. Não é o Estado, a igreja ou a disciplina histórica que diz aos indivíduos como interpretar seu passado, presente e futuro: de acordo com a razão humanista, eles são individualmente responsáveis por como interpretam suas vidas.

Diferentemente do Padre Jacobus, White não vê esse sentido se tornando “sério” ou mesmo “trágico” se confrontado com versões historicistas do passado porque White não acredita que tal sentido transcenda os limites da situação individual. Ele concebe o sentido moral em termos completamente historicistas. Isso não quer dizer que White insista em uma “alteridade radical do passado”. Na verdade, consistente com sua hermenêutica, o tema da alteridade (“eles fazem as coisas diferente por lá”) é quase inexistente no livro de White. Mas, uma vez que o autor considera o sentido moral como criado unicamente por atos de vontade individuais, e uma vez que atribui a indivíduos a liberdade de apreender o “espetáculo da história-em-geral em termos de necessidades e aspirações sentidas que são em última instância pessoais”, ele tem dificuldade em apontar que essas percepções

³⁸ WHITE, Hayden V. *Metahistory...* Op. cit., p. 434.

³⁹ “Ao escolher o passado, escolhemos um presente; e vice-versa. Nós usamos um para justificar o outro”. WHITE, Hayden V. What Is a Historical System? In: BRECK, Allen D. e YOURGRAU, Wolfgang (eds.). *Biology, History, and Natural Philosophy*. New York: Plenum Press, 1972, p. 242.

individuais da realidade não podem ser limitadas, restringidas ou disciplinadas pelo que outros, em suas situações, viram como o sentido, propósito ou modo “correto” de entender a realidade. O capítulo de White sobre Marx pôde afirmar, portanto, que “pode-se tanto adotar a filosofia de Marx como provedora da perspectiva da qual se deseja ver seu próprio lugar no fluxo do devir histórico quanto rejeitá-la com fundamentos igualmente voluntaristas”.⁴⁰ Da mesma forma, apesar dos elogios de White a Tocqueville, é o leitor individual que tem de decidir se aceita ou não a concepção trágica da realidade desse francês. Na verdade, para White, a grandeza de Tocqueville jaz precisamente em forçar “o leitor a decidir por si mesmo ‘o que realmente aconteceu’ nos termos do que deseja que aconteça em seu próprio futuro, pedindo que ele escolha entre uma deriva confortável no fluxo da história e uma luta contra suas correntes”.⁴¹ Assim, a primazia da vontade individual – caracterizada por Hans Kellner como o único “fundacionalismo” que *Meta-História* está preparado para endossar⁴² – leva White a excluir ou negar a possibilidade de critérios supraindividuais para interpretar a realidade ou julgar o bem e o mal. Assim, o mundo castálico de “verdades atemporais” e “universais morais” é totalmente estranho ao livro de White. Ele não teme uma crise do historicismo como temiam Troeltsch ou Padre Jacobus porque seu voluntarismo o impede de supor que haja qualquer valor nos “absolutos morais” ameaçados pelo pensamento historicista.

No entanto, se a tomada de decisão moral é uma atividade do aqui-e-agora, como presume White, então por que os seres humanos deveriam desejar estudar o passado? Se não há sabedoria a ganhar na contemplação dos sucessos e fracassos humanos no passado, qual, então, é a importância moral dos estudos históricos? Além disso, uma coisa é dizer que razão e imaginação precisam trabalhar juntas, mas outra é afirmar que os estudos históricos deveriam facilitar essa

⁴⁰ WHITE, Hayden V. *Metahistory...* Op. cit., p. 283.

⁴¹ *Ibidem*, p. 227.

⁴² KELLNER, Hans. Twenty Years After: A Note on Metahistories and Their Horizons. *Storia della Storiografia*, Roma, n. 24, p. 109-118, 1993, p. 115.

interação. Por que a literatura, a filosofia ou as ciências sociais não poderiam ajudar as pessoas a lidarem com esse desafio? Em suma, se White opta por uma ética “situacional” ou mesmo “presentista”, então por que ele não abandona a história e contribui ainda mais para a marginalização dos estudos históricos descrita em “O Fardo da História”?

Kellner fez a pertinente observação de que o livro de White provavelmente não deveria ser intitulado *Meta-História*, mas *Meta-Histórias*. O livro tem múltiplas dimensões, cada uma com sua própria agenda, horizonte e público-alvo.⁴³ Dito isso, ainda assim pode-se argumentar que a importância moral dos estudos históricos é um dos temas dominantes no estudo de White. “Hoje, a questão para o historiador não é como a história deveria ser estudada, mas se ela deveria ser estudada”, escreveu White em 1965.⁴⁴ Sua *opus magnum* é uma tentativa de responder essa questão, não obstante o fato de que outros propósitos são perseguidos ao longo do caminho. Isso também quer dizer, *pace* alguns críticos do livro de White,⁴⁵ que *Meta-História* não visa principalmente analisar a historiografia profissional ou pedir que os historiadores acadêmicos reforcem seu “comprometimento moral”. Ao invés de tomar a escrita histórica atual como seu quadro de referência, White se pergunta se há algum sentido em que “a vida intelectual e artística de nosso tempo em geral” precise de reflexão histórica.⁴⁶

Meta-História dá uma resposta tríplice. Primeiro, seguindo Kant, White argumenta que todas as posições morais, incluindo aquelas articuladas na “vida intelectual e artística de nosso tempo em geral”, pressupõem uma visão do passado. A maneira pela qual

43 KELLNER, Hans. Twenty Years After... *Op. cit.*, p. 109.

44 WHITE, Hayden V. Review of History by John Higham (in collaboration with Leonard Krieger and Felix Gilbert). *AHA Newsletter*, [s.i.], v. 3, n. 5, p. 5-6, 1965, p. 6.

45 Por exemplo, STÜCKRATH, Jörn. Typologie statt Theorie? Zur Rekonstruktion und Kritik von Hayden Whites Begrifflichkeit in ‘Metahistory’. In: STÜCKRATH, Jörn e ZBINDEN, Jürg (eds.). *Metageschichte*: Hayden White und Paul Ricoeur: Dargestellte Wirklichkeit in der europäischen Kultur im Kontext von Husserl, Weber, Auerbach und Gombrich. Baden-Baden: Nomos, 1997, p. 86-103; KOHLHAMMER, Siegfried. Die Welt im Viererpack: Zu Hayden White. *Merkur*, [s.i.], n. 52, p. 898-907, 1998.

46 Essa expressão, tirada de “O Fardo da História” (p. 48), ocorre frequentemente nos escritos de White dos anos de 1960 e começo dos anos de 1970.

vivo minha vida dependeria não apenas dos meus ideais morais, mas também de como eu posiciono esses ideais vis-à-vis o processo histórico:

Se eu conceber o processo histórico como um espetáculo de degeneração [...] viverei a história de tal maneira que produza um fim degenerado ao processo. E, de maneira parecida, se eu conceber esse espetáculo como “uma sucessão de desgraças”, devo agir de tal maneira que transforme a época em que vivo em uma época estática, na qual nenhum progresso será possível.⁴⁷

Assim, por exemplo, uma oposição metonímica entre razão e imaginação construída pelos iluministas franceses a serviço de um ideal racional de sociedade levou Voltaire a considerar o passado como um período de desrazão, o presente como um conflito e o futuro como um período em que uma maior rationalidade seria realizada. Na filosofia da história de Voltaire, o passado servia como um contraste sombrio ao (que estaria destinado a se tornar um) futuro esplêndido. A compreensão sinedótica de Leibniz sobre a razão e a imaginação, por sua vez, não exigia uma tal oposição. “Quando Leibniz investigou o passado remoto, viu lá em ação precisamente as mesmas forças que via ao seu redor no presente, e nas mesmas proporções”.⁴⁸ Consequentemente, diferente de Voltaire, Leibniz não precisava de uma ruptura com o passado. Para White, esses exemplos indicam que uma visão do passado ajuda a explicar como se pode desenvolver uma visão moral.

Em segundo lugar, no entanto, todas as visões morais, sejam elas progressistas, conservadoras ou reacionárias em natureza, precisam de sonhos e mitos. Como esboçado na seção anterior, White acredita que uma “construção ficcional do mundo” (“Eu tenho um sonho”) é parte de toda aspiração moral, incluindo a busca iluminista por maior rationalidade. Para impedir que tais aspirações descambem na ironia, argumenta White, elas precisam ser articuladas em uma compreensão sinedótica ou metafórica da realidade. Elas precisam, em outras palavras, de uma configuração de “razão” e “desrazão” que não tolere a ideia equívocada de que

⁴⁷ WHITE, Hayden V. *Metahistory...* Op. cit., p. 57.

⁴⁸ *Ibidem.*, p. 62.

os seres humanos finalmente se tornarão mais racionais, nem se entregue à opinião ingênuo de que as irracionalidades de hoje são piores do que as de ontem. Em um modo sinedótico ou metafórico, a história pode ensinar aos indivíduos que razão e desrazão sempre coexistiram – e que os seres humanos devem viver sua vida moral *em meio a essa situação*. “O que Voltaire poderia ter concluído de sua análise da trajetória de Carlos”, acrescenta White, referindo-se à *História de Carlos XII*, de Voltaire, “é que a desrazão é uma parte do mundo e do homem, tão inelutável e irredutível quanto a própria razão, e um poder que não deve ser eventualmente eliminado tanto quanto deve ser domado, sublimado e direcionado para canais criativos e humanamente úteis”.⁴⁹

Isso nos traz à terceira resposta, que é antecipada no ensaio de White sobre Croce de 1963. Falando sobre quais lições podem ser aprendidas do passado, se é que as há, White afirma que “somente a história (e aqui ela supera tanto a filosofia quanto a arte em seus poderes de persuasão moral) nos dá modelos vivos de seres humanos dispostos a agir dentro dos limites [...] dados e nos ensina que, pelo menos potencialmente, nós também possuímos uma coragem similar”.⁵⁰ A história não apenas lembra os indivíduos de que eles vivem em um mundo em que razão e desrazão coexistem, mas também diz a eles que, *em meio a essa realidade que está longe de ser perfeita*, uma vida moral corajosa é possível. É por isso que a *opus magnum* de White tende a favorecer uma historiografia “monumental”, no sentido nietzscheano da palavra.⁵¹ Ela tende a favorecer um modo de história que “diz respeito aos ativos e poderosos, àquele que está envolvido em uma grande luta e que precisa de modelos, professores e confortadores, mas é incapaz de encontrá-los entre seus contemporâneos e no seu presente”.⁵² Obviamente, White não espera que tais “professores”

49 WHITE, Hayden V. *Metahistory...* Op. cit., p. 64.

50 *Idem*. The Abiding Relevance of Croce's Idea of History. *The Journal of Modern History*, Chicago, v. 35, n. 2, p. 109-124, 1963, p. 118.

51 White ocasionalmente recomenda o modo crítico da história de Nietzsche, como observa Moses (em MOSES, A. Dirk. *Hayden White...* Op. cit., p. 313.), mas apenas para criar espaço para a historiografia monumental.

52 NIETZSCHE, Friedrich. On the Utility and Liability of History for Life. In: idem.

exemplifiquem como os outros deveriam viver – uma vez que isso violaria seu voluntarismo individual. Tampouco *Meta-História* apoia uma história monumental que dá aos “atrasados” no palco da história a sensação desconfortável de que tudo o que valia a pena já foi alcançado (“Olha, a grande arte já existe!”). Ao invés disso, White prefere os estudos históricos que, nas palavras de Nietzsche, fazem crer seus leitores “que a grandeza que um dia existiu foi pelo menos *possível* certa vez, e que, portanto, ela provavelmente será possível uma vez mais”.⁵³ É precisamente essa a razão pela qual *Meta-História* lembra seus leitores da “idade de ouro” da história, de figuras como Tocqueville, Marx e Nietzsche, de pensadores visionários que acreditaram que história, razão, mito e imaginação têm de unir forças na realização de ideais morais. Seus exemplos visam mostrar aos leitores de White que é possível romper com a ironia – “temos apenas que rejeitar essa perspectiva Irônica e desejar ver a história de outra perspectiva, uma perspectiva anti-Irônica” – e incutir neles a coragem de tomarem suas vidas em suas próprias mãos, aprenderem novamente a sonhar e desenvolverem uma visão histórica que sustente sua faculdade imaginativa, mais do que a destrua.⁵⁴

Então, a resposta final de White à questão colocada pelo que ele chama de “crise do historicismo” – existe algo moralmente significativo a se esperar do estudo do passado? – é que os estudos

Unfashionable Observations. Trad. Richard T. Gray. Stanford: Stanford University Press, 1995, p. 96. [Edições brasileiras: NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003; NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida. In: *Idem. Escritos Sobre História*. Trad. de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 67-178. Aqui, no entanto, optei por traduzir diretamente a passagem em inglês, conforme citada por Paul – o leitor pode comparar minha tradução com a edição brasileira na p. 18 da edição da Relume Dumará e na p. 82 da edição da PUC-Rio/Loyola.] White lista as reservas de Nietzsche sobre esse tipo de historiografia em WHITE, Hayden V. *Metahistory... Op. cit.*, p. 349-350.

⁵³ NIETZSCHE, Friedrich. *Unfashionable Observations... Op. cit.*, 1995, p. 98, 101. “Ele segue seu caminho com mais coragem”, continua Nietzsche, referindo-se ao leitor (masculino) de tal historiografia monumental, “pois a dúvida que lhe assola nos seus momentos mais fracos – estaria ele aspirando, na verdade, pelo impossível? – agora está banida”. [O leitor pode comparar a minha tradução com as edições brasileiras na p. 20 da edição da Relume Dumará e na p. 85 da edição da PUC-Rio/Loyola.]

⁵⁴ WHITE, Hayden V. *Metahistory... Op. cit.*, p. 434 (grifo meu).

históricos, em um sentido monumental, podem inspirar o leitor a se tornar um ator moral tão corajoso quanto José, no capítulo final de *O Jogo das Contas de Vidro*: um homem que sabe melhor do que a maioria o quão transitórias são nossas condições históricas, o quão cegos estão os humanos por seus instintos, impulsos e desejos pecaminosos – um homem que, apesar disso, afirma essa mistura de “razão” e “desrazão”, confia na solidez do seu julgamento e na força de sua vontade, rompe com a Ordem Castálica e começa uma nova vida, regozijando-se em sua liberdade e ansiando pelo que quer que venha a seguir.⁵⁵

55 HESSE, Hermann. *The Glass Bead Game...* Op. cit., p. 266-267, 406-409.

Frank Ankersmit: a transfiguração da narrativa em representação histórica

Jonathan Menezes

Quando se estuda a fundo a história intelectual do filósofo da história holandês Frank Ankersmit, é possível perceber uma transformação conceitual bastante visível em seus escritos a partir de 1988, e tenho em mente aqui a adoção definitiva do conceito de representação histórica em sua obra. Dada a centralidade deste conceito para a compreensão deste autor, resolvi focar minha atenção neste ensaio sobre seu estágio inicial.¹ Trata-se, portanto, de uma análise dos primeiros textos de Ankersmit sobre a representação histórica, e como estes se apoiam especialmente na filosofia da arte de Arthur Danto para o seu desenvolvimento.

Parto aqui do pressuposto básico de que Ankersmit “transfigurou”² seu apporte narrativista à história em um aporte

¹ Deixarei outros elementos importantes do representacionalismo ankersmiteano propositalmente de fora, por falta de espaço: como a relação entre representação e *experiência*, bem como a relação representação e *política*, com destaque final para a suplementação de sua teoria representacionalista e o debate entre representacionalismo e não-representacionalismo. Sobre esse último tópico, ver: KUUKKANEN, Jouni-Matti. *Postnarrativist Philosophy of Historiography*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

² Aqui faço uso da expressão cara a Arthur Danto em sua análise filosófica da arte, até por sua importância na obra de Ankersmit, como procuro demonstrar ao longo deste tópico. Ver: DANTO, Arthur. *A transfiguração do lugar-comum*. Trad. de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Cosacnafy, 2010.

representacionalista, a começar pela terminologia, isto é: se antes – no início da década de 1980 – ele falava em termos de “substâncias narrativas”, para se referir ao “meio” (linguístico) através do qual o historiador imprime seu ponto de vista sobre o passado, então ele passou a falar em termos de “representação histórica”. Em suas palavras: “As substâncias narrativas são a representação da realidade histórica”,³ tendo em vista que elas resultam de um conjunto de declarações individuais que holisticamente incorporam a representação proposta no trabalho histórico. Não se trata, no entanto, de uma transfiguração meramente estética ou formal, como pode parecer à primeira vista e como boa parte de seus comentadores tende a acreditar.

Por um lado, existem aspectos básicos no representacionalismo ankersmiteano que vêm sendo desenvolvidos desde *Narrative Logic*, quando ele ainda falava em termos narrativistas. O teorema básico daquele livro permanece também sendo a base de sua teoria da representação, a saber: a ideia de que a escrita da história tem dois contextos: (a) o das declarações individuais, que se referem a estados de coisas no passado, e (b) o nível do texto como um todo, no qual o historiador apresenta seu ponto de vista através de uma representação, que “é sobre” esse estado de coisas (já que é composta pela soma de suas declarações individuais), mas é autônoma em relação a ele. Como ele explica em outro lugar, as declarações individuais “definem um estado de coisas específico”, que as antecede e é independente em relação a elas e que faz com que uma declaração seja verdadeira ou falsa. Já na representação histórica, o processo é bem diferente. Embora seja, como já foi dito, composta pelas declarações individuais, nela há uma “organização de conhecimento” que a torna necessariamente autônoma e seletiva, no sentido de que ela é quem determina, primeiro, que conjunto de declarações será usado para representar aquela parte do passado sobre a qual é o texto histórico e, segundo, que tipo de arranjo deve ser feito para que vejamos o passado a partir

³ ANKERSMIT, Frank. Historical Representation. *History and Theory*, Middletown, v. 27, n. 3, p. 205-228, 1988, p. 221.

de “certa perspectiva”; ou seja, ela individualiza um “ponto de vista”: o do historiador.⁴

Por outro lado, também existem mudanças significativas operacionalizadas pelo próprio Ankersmit no sentido de tentar “curar” o narrativismo de suas mazelas teóricas. No artigo “*Historical Representation*”, Ankersmit afirma que o (nascimento do) significado na filosofia narrativista da história está associado a uma prática: a da interpretação. Em seu livro de 1983, Ankersmit havia usado termos como ‘*narratio*’ e ‘*interpretação histórica*’ como se referindo a uma mesma coisa, isto é: ao desenvolvimento de uma “tese sobre o passado” ou a proposta de “certo ponto de vista” a partir do qual esse passado pode ser visto.⁵ E o termo “*interpretação*” teve a prioridade nesta primeira fase, sendo que o termo “*representação*” foi utilizado quase como que seu sinônimo. No escrito de 1988, porém, há uma mudança de perspectiva para a qual a leitura de Danto, como apontarei a seguir, foi fundamental. Para Ankersmit, de modo literal ou figurativo (ele não soube precisar), o narrativismo acabou passando a ideia de que “o passado é um texto”, o que fez com que muitos concluíssem que não existe um “passado lá fora” sobre o qual o texto histórico versa. Em contrapartida, ele afirma que, para serem significativos, textos são sempre sobre algo “fora deles mesmos”; em outras palavras, “na história há frequentemente, embora não sempre, um ‘*dehors texte*’” – afirma ele, em visível rota de colisão com o famoso dito derrideano de que “não há nada fora do texto”.⁶ Daí provém sua ideia, como ele anuncia no mesmo artigo, de suplementar o vocabulário do significado e da interpretação com um “terceiro vocabulário”: o da representação. Sua explicação foi a de que se permanecermos apenas no nível da interpretação, tudo sobre o que podemos falar é de textos, não obtendo a escrita histórica significativa por ele visada. A representação, por sua vez,

⁴ ANKERSMIT, Frank. *Aesthetic Politics: Political Philosophy Beyond Fact and Value*. Stanford: Stanford University Press, 1996, p. 39.

⁵ *Idem. Narrative Logic: The Semantics of Historian’s Language*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1983, p. 12.

⁶ *Idem. Historical Representation...* Op. cit., p. 209. Não discutirei o mérito dessa interpretação da frase de Derrida aqui, já que ela aparecerá em um outro texto meu sobre o “transcendentalismo linguístico”.

é sobre (embora não possa se referir diretamente a) algo fora do texto em si. Em termos por ele utilizados mais tarde, “a linguagem, seja ela falada ou escrita, é o objeto prototípico da interpretação, enquanto o objeto da representação é a realidade”.⁷

Meu ponto aqui é: a decisão de Ankersmit em assumir que o vocabulário da representação tem a prioridade em relação ao da interpretação, primariamente, tem a ver com o fato de que ele viu neste uma maneira mais profunda de fazer justiça àquilo sobre o que a escrita histórica é para ele: mais próxima do domínio da estética que do da epistemologia. Pois, como declarou, “a estética, como a filosofia da representação, precede àquela da interpretação e é uma base para a explicação da mesma”,⁸ uma vez que o texto vem à existência como veículo de uma representação que o historiador produz sobre o passado, e que, posteriormente, se renderá à fase hermenêutica ou de interpretação de seu significado.⁹

Um Representacionalismo à la Danto

Um secundário, mas não menos importante, motivo para essa transfiguração tem a ver com o seu desejo de distinção, especialmente em relação à má reputação ligada ao narrativismo whiteano (como já apontei no tópico anterior), que obviamente não se importou em permanecer somente no nível do texto em si. E essa tem sido uma tarefa contínua do final dos anos 1980 até o presente, que fica bastante clara na avaliação de Ankersmit, em uma entrevista de 2007, expressando uma vez mais seu descontentamento em relação à confusão, segundo ele, provocada pelo narrativismo entre narrativa histórica (*narratio*) e a mera “contação de histórias” (*storytelling*), além de seu efetivo recurso à teoria literária:

Meu primeiro livro foi influenciado pela ideia de que uma abordagem histórica é uma narrativa do passado, uma ideia que também inspirou Hayden White e Louis Mink, dentre outros. Mas

⁷ ANKERSMIT, Frank. *Meaning, Truth and Reference in Historical Representation*. New York: Cornell University Press, 2012, p. 48.

⁸ *Idem. Historical Representation... Op. cit., p. 209. Ibidem, Historical Representation... Op. cit., p. 210.*

⁹ *Ibidem, p. 228.*

eu sempre tive certo problema com pessoas como White e Mink no sentido de que eles disseram: “Bem, se abordagens históricas são narrativas, então você deve fazer uso da teoria literária a fim de investigá-la, uma vez que a teoria literária é a teoria que lida com textos complexos e que pode te dar instrumentos para lidar com a narrativa. Eu sempre senti que, uma vez que a narrativa histórica procura fazer justiça ao passado de um modo que não pode ser atribuído a um romance, o historiador se encontra em uma situação fundamentalmente diferente. Essa é a razão pela qual eu desejei cortar todas relações com a teoria literária e porque eu preferi, sem mudar conceitualmente ou teoricamente, substituir o termo narrativa por *representação*. Representação é um termo neutro. Penso que ele adequadamente descreve o que o historiador faz – ele oferece uma representação do passado no sentido de fazê-lo presente de novo. Por isso precisamos da escrita histórica. Uma representação não é necessariamente uma narrativa; temos os chamados estudos transversais, sendo os exemplos mais famosos *A cultura do Renascimento na Itália*, de Jacob Burckhardt, ou *O outono da Idade Média*, de Huizinga, ou o estudo de Braudel sobre o mundo Mediterrâneo. Eles não contam uma história, eles não nos oferecem uma narrativa com certo começo, meio e fim, mas eles são trabalhos históricos representando o passado. Logo, eu decidi explorar as conotações esteticistas do termo “representação”, de modo que meu empreendimento também assumiu as características de uma exploração da racionalidade da representação estética.”¹⁰

Antes de tudo, preciso salientar que tenho reservas sobre essa mudança de termos “sem mudar conceitualmente ou teoricamente” sobre a qual fala Ankersmit. Pois, como veremos, Ankersmit não apenas agregou leituras antes não presentes em sua abordagem à narrativa, como também incorporou elementos “estranhos”, por assim dizer, àquela primeira abordagem, como é o caso de suas reflexões sobre a noção de *aspectos* e de *referência* em seu último livro em inglês e outros ensaios mais recentes. Como pretendo retornar a esta fase ulterior da representação histórica em Ankersmit em outro texto, por hora gostaria de salientar que, pelas razões apresentadas, a transfiguração da narrativa em representação foi, a um só tempo, política e teórica. *Política*, pois foi, a meu ver, uma reação ao balanço de forças existente entre narrativistas como Mink e White, que optaram por um apporte mais literário ao texto histórico, não

¹⁰ ANKERSMIT, Frank. A Proposal for How to Look at the Past. *Interview* (by Frode Molven), 2007, p. 2. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ankersmit/interview_Frank_Akersmit.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2017.

ligando muito para o passado sobre o qual esse texto deve versar, e os historiadores de ofício, que rejeitam esta abordagem entendendo, como Ankersmit destaca acima, que a função principal desse texto é fazer justiça àquela parte do passado que o historiador decidiu investigar. O que já não deve mais nos surpreender (tomando em consideração minha análise até o último tópico) é que Ankersmit se põe ao lado dos historiadores nesta tensão política, dizendo: primeiro, que o trabalho histórico não consiste necessariamente em produzir uma narrativa; e que, segundo, é melhor então falar em termos de representação histórica, pois é o que basicamente todo historiador faz ao (narrativamente ou não) estudar o passado. Assim, a transfiguração é também teórica, porque Ankersmit incorporou elementos da estética especialmente presentes na filosofia da arte de Arthur Danto, seu principal referencial teórico nesta discussão, comparando a escrita da história à obra de arte e buscando explorar, como ele disse ao final da citação, “a racionalidade da representação estética”, vendo-a como um instrumento cognitivo e não apenas “retórico” (White).

Muitos já associaram o representacionalismo ankersmiteano com o de White,¹¹ e outros (mais apropriadamente, eu diria) com a monadologia de Leibniz.¹² Quase ninguém,¹³ porém, deu atenção à sua relação com Danto, seu mais presente interlocutor do fim dos anos 1980 em diante em assuntos de representação histórica. Ankersmit reconheceu essa presença de Danto em sua obra no prefácio de *Sublime Historical Experience*, enquanto falava sobre os “débitos” daquele livro:

¹¹ Exemplos não faltam. Os mais recentes e contundentes, nesse sentido, podem ser encontrados em ICKE, Peter. *Frank Ankersmit's Lost Historical Cause: A Journey from Language to Experience*. London & New York: Routledge, 2012, pp. 8-90, 60-65; KUUKKANEN, Jouni-Matti. *Postnarrativist Philosophy of Historiography...* Op. cit., p. 21-49.

¹² Ver: ANKERSMIT, Frank; TAMM, Marek. Leibnizian Philosophy of History: A Conversation. *Rethinking History*, Abingdon, v. 20, n. 4, p. 491-511, 2016; FAIRBROTHER, Daniel. Leibniz and the Philosophical Criticism of Historiography. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 11, n. 1, p. 59-82, 2017.

¹³ Com a exceção, talvez, de Chiel van den Akker, que, porém, restringiu a influência de Danto sobre Ankersmit especialmente em sua visão sobre as teorias da imitação e da substituição (como veremos adiante). Ver: AKKER, Chiel van den. Ankersmit on Historical Representation. Resemblance, Substitution and Exemplification. *Rethinking History*, Abingdon, v. 15, n. 3, p. 355-371, 2011.

Meu débito com Arthur Danto é de um tipo diferente: eu cheguei à noção de experiência histórica por meio da de representação (histórica). E há qualquer coisa digna de se conhecer a respeito da representação que não tenha seus antecedentes em sua obra – uma obra que é única em sua combinação de agudeza e elegância?¹⁴

Percebe-se, assim, que, embora a noção ankersmiteana de representação histórica já estivesse embrionariamente presente em *Narrative Logic*, como vimos há pouco, ela só ganhou os requintes e forma que atualmente possui graças à sua transfiguração dantoniana. O restante deste tópico será, portanto, dedicado a falar sobre como Ankersmit lê e se apropria (da teoria representacionalista) de Danto.

Para começar, pode-se dizer que a teoria da representação (histórica e política) de Ankersmit se baseia em uma afirmação central de Danto em seu livro *A transfiguração do lugar-comum* (1981). Logo no primeiro capítulo da obra, Danto procura deixar claro a seus leitores a concepção de representação com a qual ele deseja trabalhar, utilizando, para tanto, um exemplo da obra *O nascimento da tragédia*, de Nietzsche. A origem da tragédia, segundo este filósofo, estaria associada com rituais dionisíacos, isto é, “celebrações orgiásticas, em que os participantes buscavam alcançar, mediante embriaguez e práticas sexuais, um estado de frenesi associado a Dioniso”.¹⁵ No clímax de entorpecimento das faculdades racionais dos participantes, provocado pela ingestão de poções especialmente destinadas para este fim, o próprio Dioniso aparecia e se misturava aos participantes. Danto afirma que entre os participantes havia a crença de que, nestas ocasiões, a presença de Dioniso era uma presença literal. Daí advém o primeiro sentido de representação anunciado por Danto: representação como uma “(re) apresentação”. Com o passar do tempo, porém, ele explica que essa prática foi mudando; a adoração deu lugar à encenação, e o ritual ganhou a forma de teatro trágico, de tal modo que a presença literal foi substituída pela ideia de uma presença simbólica: “Assim como

¹⁴ ANKERSMIT, Frank. *Sublime Historical Experience*. Stanford: Stanford University Press, 2005, p. xvii.

¹⁵ DANTO, Arthur. *A transfiguração do lugar-comum...* Op. cit., p. 56.

antes, no momento culminante do ritual Dioniso aparecia, mas não literalmente e sim por intermédio de alguém que o representava". E este é, de acordo com Danto, o segundo sentido de representação: "algo está no lugar de outra coisa, assim como nossos *representantes* no Congresso são nossos delegados".¹⁶ Como disse anteriormente, essa é uma afirmação que, a meu ver, se tornou capital para o que Ankersmit veio a desenvolver como representação histórica e política. Se por um lado, o interesse de Ankersmit pela história e filosofia política se deve à influência de seu antigo professor, E. H. Kossmann, por outro, minha aposta é de que a transfiguração desse interesse em uma filosofia da representação política pode ser atribuída a um *insight* que ele absorveu desse exemplo (um tanto simples e óbvio) de Danto na citação acima.

Duas teorias da representação: imitação e da substituição

O mais importante a observar aqui é que esses dois conceitos de representação são derivados de dois tipos de teoria, que Danto explora em termos oposicionais em seu livro (do mesmo modo como Ankersmit o fará em seus escritos sobre a representação): a teoria da *imitação* e a teoria da *substituição*. Na primeira, "se reconhece que certa coisa é uma representação" se, e somente se, esta coisa for "suficientemente parecida com a realidade para ser a sua mimese".¹⁷ Esta é uma teoria que, segundo Danto, induz a uma série de erros, como o de confundir a realidade com a sua representação ou a representação com a realidade mesma – embora, como veremos, seja uma teoria bastante aceita, não apenas na arte (foco de Danto no seu livro), mas também na história, como salientará Ankersmit. Isso faz com que Danto (e Ankersmit) opte pela segunda teoria, na qual a representação não pretende ser uma cópia da realidade, mas a sua substituta. Enquanto o que marca a primeira é sua suposta ou pretendida "semelhança" com a realidade, o que deve imperar na segunda é precisamente o oposto, isto é, sua "diferença" em relação à realidade representada. Então, a desvantagem da primeira teoria, para Ankersmit, é que ela reduz os problemas da representação

¹⁶ DANTO, Arthur. *A transfiguração do lugar-comum...* Op. cit., p. 56, grifo meu.

¹⁷ *Ibidem*, p. 59.

aos problemas da epistemologia, que consistem em responder como uma determinada linguagem, que transmite um certo tipo de conhecimento, equivale à realidade por ela representada. A semelhança (*resemblance*), assim, “se torna o análogo representacional do critério de verdade que os epistemologistas sempre discutem”.¹⁸ A crítica de Ankersmit ao representacionalismo como “imitação”, aqui, é coerente com sua rejeição da teoria da correspondência em *Narrative Logic*, e que, como vimos no primeiro capítulo, é análoga à crítica de Rorty ao representacionalismo (como portador-mor desta teoria) em seu livro *A filosofia e o espelho da natureza*.

Desse modo, segundo Ankersmit, para que permaneçamos no campo da estética (a teoria da representação, por exceléncia), precisamos nos valer da teoria da substituição, segundo a qual representação significa “tornar presente de novo aquilo que está ausente”.¹⁹ Ankersmit defende que devemos preferir a segunda ao invés da primeira, porque nela o pressuposto da identidade entre representação e representado é eliminado: a representação é, na verdade, “a representação da identidade porque a identidade só vem à tona pela representação”. Em outras palavras, ele explica que “não há, primeiro, uma identidade que é, ou poderia, em seguida, ser representada”, uma vez que tanto a representação quanto a identidade (do representado) vêm à luz simultaneamente.²⁰ Voltarei a esse aspecto da representação como gênese da realidade adiante. O importante a notar aqui é que, na leitura que Ankersmit faz de Danto, não se pode trocar uma representação por aquilo que

18 ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation*. Stanford: Stanford University Press, 2001, p. 223.

19 *Ibidem*, p. 222.

20 *Ibidem*, p. 227. Vale notar que Danto se baseia no aporte de Nelson Goodman e E. H. Gombrich a essas teorias (autores que Ankersmit também estudou). Ankersmit, porém, entende que a compreensão de Danto é a mais adequada entre os três. No caso de Goodman, Ankersmit tem problema com sua tese de que representação consiste basicamente em “denotação” (i.e., a relação direta entre um nome/símbolo e um objeto na realidade), enquanto ele entende que o ato de representar envolve muito mais do que denotar. A teoria da substituição de Danto foi inspirada na de Gombrich, que entendia que representar é “se colocar no lugar de”, como o ídolo que serve como substituto para o Deus em um ritual. Porém, de acordo com Ankersmit, a brecha na teoria de Gombrich é que este não eliminou as “dramáticas diferenças entre a representação e o que é representado”, distinção que é muito mais presente, portanto, na obra de Danto, como explico adiante. *Ibidem*, p. 218.

ela representa. O desejo pela imitação elimina o prazer estético e empobrece o trabalho artístico, tendo em vista que o prazer estético (que emana da apreciação artística) provém habitualmente do fosso existente entre a realidade e sua contraparte representacional. Aqui cabe a pergunta de Danto: “Qual é a necessidade ou a vantagem de uma reprodução perfeita do que já temos?”. E parafraseia Nelson Goodman, dizendo que ninguém precisa de outro mundo igualzinho a este, pois “uma só dessas drogas de coisas já é o bastante”.²¹ Danto reconhece que a vida deve ser como “um mapa” para arte, pois não existiria representação caso a realidade não existisse. No entanto, ele assevera que “se a arte pretende ter alguma função, ela deve ser praticada mediante o que não tem em comum com a vida”, de modo que a arte fracassa quando “consegue ser como a vida”.²² Uma afirmação resume a ópera: a arte precisa ser *descontínua* com a realidade.

Noutro capítulo de seu livro, Danto afirma que: “Uma coisa é ‘real’ quando pode dar lugar a uma representação de si mesma, assim como uma coisa é ‘portadora de nome’ quando lhe damos um nome”.²³ Ankersmit comprehende que essa tese é tanto original quanto penetrante. Pois, à ideia de uma representação da realidade ele adiciona a ideia da realidade que vem à tona por intermédio da representação. Como Ankersmit lê: “Não apenas a realidade é símbolo para a representação, mas também a representação é símbolo para a realidade...”.²⁴ Essa tese é um complemento à perspectiva anteriormente apresentada de que a representação artística está logicamente vinculada com o distanciamento da realidade. A ideia, segundo Ankersmit, parece ser de que a única maneira de nos tornarmos conscientes da realidade é nos colocando do lado oposto em relação a ela. Isso não tem a ver com a noção de distanciamento com a qual estamos acostumados – segundo a qual o pesquisador precisa distanciar seu próprio olhar para que a realidade possa “se mostrar” ou “falar” –, e sim tem a ver com a ideia

²¹ DANTO, Arthur. *A transfiguração do lugar-comum...* Op. cit., p. 64.

²² *Ibidem*, p. 65.

²³ *Ibidem*, p. 133.

²⁴ ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation...* Op. cit., p. 219.

de que não podemos dar um conteúdo para a noção de realidade enquanto não houver uma representação.²⁵ A realidade em si não nos fornece nenhuma visão de si mesma, e nem podemos ter uma perspectiva da realidade enquanto estamos vivendo “ingenuamente no mundo”, parafraseando Danto.²⁶

No caso do historiador, a ideia é a de que o passado permanece indiscernível e indeterminado como “passado histórico” enquanto não oferecemos uma representação histórica. Se o passado fosse transparente, não necessitariámos de uma representação do passado, assim como se Deus se revelasse completamente ao ser humano, não existiria necessidade para a “fé em Deus”. O “passado indeterminado” (Mink) é o que dá lugar a uma determinada representação do passado. É indeterminado precisamente porque “fenômenos históricos nunca são reconhecidos do modo como reconhecemos objetos em nossa vida cotidiana”.²⁷ Escrever história e, assim, produzir representações do passado é como ter que “reconhecer um pato ou um coelho no famoso desenho ‘pato-coelho’, sem nunca ter visto um pato ou um coelho”.²⁸

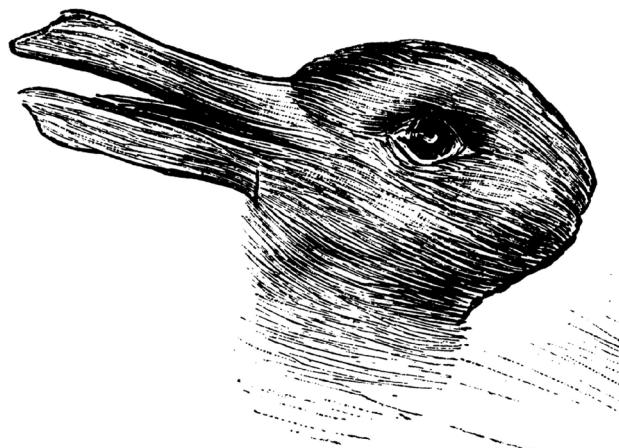


Figura 1: The Duck-Rabbit Illusion (Wikimedia Commons)

²⁵ ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation...* Op. cit., p. 219.

²⁶ DANTO, Arthur. *Narration and Knowledge*. New York, NY: Columbia University Press, 2007, p. 339.

²⁷ ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation...* Op. cit., p. 223.

²⁸ *Ibidem*, p. 223.

Isso deve mudar também a concepção que temos de realidade (passada). Em certo sentido, ela será aquilo que dissermos que ela é; ou seja, o pato não deixará de estar lá porque decidimos pela perspectiva de que é um coelho, e o inverso também é verdadeiro. Embora possa conceber uma variedade de perspectivas possíveis sobre um objeto na realidade, a representação se concentra sobre um aspecto central até então, de preferência, não identificado por outras representações existentes. Por essa razão, Ankersmit entende que a prática histórica envolve bem mais do que responder a um teste do tipo *either-or* (ou-ou) – como na figura do pato-coelho acima apresentada –, uma vez que “o historiador tem de encontrar *um padrão* até então desconhecido em um emaranhado relativamente familiar de coisas que seres humanos fizeram, escreveram, ou pensaram no passado”.²⁹ Isso, porém, parece um típico paradoxo ankersmiteano. Quer dizer que podemos encontrar “padrões” no passado, ao invés de apenas em sua expressão historiográfica? Bem, em um “nível elementar dos fatos históricos”, defendeu ele, alguns padrões tendem a se repetir no passado. Mas “os únicos contornos claros que o passado tem são de natureza modal” (ou probabilística), isto é: “eles se distinguem entre o que *de fato* aconteceu e o que *pode ter* acontecido, mas *não ocorreu*”.³⁰

Por outro lado, anos depois, no livro *Historical Representation*, Ankersmit declarou que “os contornos da realidade, embora não a realidade em si mesma, só podem ser definidos na medida em que eles são representados por uma representação”, e ao mesmo tempo pondera que: “Forçar uma decisão sobre se esses contornos têm sua origem na realidade em si mesma ou na mente é tão inútil e enganoso quanto tentar saber se a América existiu antes de as pessoas passarem a utilizar o nome próprio ‘América’”.³¹ Nesse caso, o que podemos propriamente chamar de “realidade histórica”: a realidade pré-existente (dos acontecimentos) ou aquela determinada na e pela representação? Um poço de problemas pode advir daqui. Segundo

²⁹ ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation...* Op. cit., p. 223, grifo meu.

³⁰ *Ibidem*, p. 223.

³¹ *Ibidem*, p. 45.

Ankersmit, “a realidade histórica é sempre uma realidade que nos é dada em e por uma representação”, o que não deve implicar na conclusão, como ele se apressa em emendar, de que “a realidade é um mero produto da representação histórica”.³² O ponto culminante da tese de Danto, na visão de Ankersmit, é de que “a realidade não existe como tal até que haja uma representação da realidade”.³³ Percebe-se o esforço de Ankersmit para explicar que o postulado da distância, diferença e “mútua independência” entre realidade e representação não deve ser um pretexto para a conclusão de que a representação “cria a realidade”³⁴ – o que não seria muito diferente, nesse caso, de afirmar que “o passado é um texto”. Contudo, a crítica ao seu conceito de representação que mais me interessa nesse momento provém precisamente dessa compreensão (que Ankersmit identificaria como uma incompreensão), pela qual seu conceito de representação foi diretamente associado ao pós-modernismo (o fantasma que retorna). Estou pensando aqui, por exemplo, na avaliação que John Zammito³⁵ fez do representacionalismo ankersmiteano. Zammito foi posto por Ankersmit (no livro *Historical Representation*) na categoria dos “empiristas”,³⁶ em oposição aos quais sua noção de representação se coloca – embora ele tenha enorme respeito por Zammito, e por isso leva tão a sério as críticas feitas por ele, concordando ou não.³⁷

³² ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation...* Op. cit., p. 47, grifo meu.

³³ *Ibidem*, p. 47.

³⁴ *Ibidem*, p. 48.

³⁵ ZAMMITO, John H. Ankersmit and Historical Representation. *History and Theory*, Middletown, v. 44, n. 2, p. 155-181, 2005.

³⁶ Como explica Patrick Hutton em sua análise do livro de Ankersmit de 2001: “Por empirismo, ele [Ankersmit] define como o positivismo que dominou a historiografia em sua guise como ciência da metade do século dezenove até a metade do século vinte. A metodologia positivista requer uma justa correspondência entre fato e interpretação”. HUTTON, Patrick H. Looking for a *Juste Milieu* in a Silver Age of Modesty. *History and Theory*, Middletown, v. 44, n. 3, p. 391, 2005.

³⁷ Em ANKERSMIT, Frank. *Meaning, Truth and Reference in Historical Representation...* Op. cit., 2012, Zammito figura entre os raros pensadores que criticaram a obra de Ankersmit e essa crítica provocou a necessidade de desenvolver uma noção adicional em sua teoria da representação, que é a noção de “aspectos”. Diga-se de passagem, não é à toa que essa seja uma das noções de Ankersmit que mais esbarra no realismo, tal como abraçado por teóricos como Zammito.

Antes de tudo, é preciso dizer que Zammito aplaude em parte o intento de Ankersmit em *Historical Representation* de advogar uma posição intermediária (ou um *juste milieu*) entre a hipérbole do pós-modernismo, que decreta um corte completo nas relações entre representação e realidade, e a ingenuidade empirista, de estabelecer uma conexão de correspondência entre ambas, equalizando, assim, descrição e representação. Também comprehende como salutar a tentativa de Ankersmit de se desvincilar da posição pós-modernista extremista que, segundo ele, Ankersmit antes advogou,³⁸ embora ele ainda o considere como “um deles” no fim das contas. Para Zammito, Ankersmit ainda persiste no erro pós-modernista de denegar a possibilidade de referência no nível do texto histórico como um todo (o nível da representação), e mesmo a ideia de que somente no nível descritivo é possível haver referência a estados de coisas na realidade não o convence. Zammito contende com a distinção feita por Ankersmit entre afirmações gramaticalmente similares, como a de que “este gato é preto” e de que “a Renascença é o berço da mente moderna”. Ankersmit critica a crença empirista de que, além de gramaticalmente iguais, essas duas afirmações também têm o mesmo peso lógico, isto é, ambas “se referem” a aspectos da realidade, o que significa que ambas seriam o que ele chama de “verdades sintéticas”: assim como podemos identificar na realidade este gato, que “é preto”, também podemos identificar uma Renascença, da qual emergiu a mente moderna. Essa crença obviamente vai contra o que ele vem defendendo desde *Narrative Logic*. A diferença entre essas frases é que a primeira é uma mera descrição (uma verdade sintética), e a segunda é uma sentença que expressa “uma representação bem específica da Renascença” (uma verdade analítica).³⁹ Enquanto a primeira “se refere” à realidade, a segunda “é sobre” (*is about*) a realidade.

³⁸ O que fica claro em seu primeiro artigo sobre Ankersmit: ZAMMITO, John. Ankersmit's Postmodernist Historiography: The Hyperbole of 'Opacity'. *History and Theory*, Middletown, v. 37, n. 3, p. 330-346, 1998. Uma curiosa nota de rodapé em referência a este texto aparece em seu segundo artigo, de 2005: “Eu agradeço ao Frank pelas muitas longas e frutíferas conversas desde aquela publicação, que nos fez chegar mais perto de um *juste milieu*”. De fato, a discordância de Zammito com Ankersmit foi apresentada em tom mais “amigável” neste segundo artigo.

³⁹ ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation...* Op. cit., p. 46.

Desse raciocínio surge a noção de *aboutness* (sobre-o-quê)⁴⁰, que Ankersmit agraga à sua teoria no livro de 2001. A ideia aqui é que, embora a representação não possa “se referir” diretamente a estados de coisas no passado (nem olhar diretamente para elas, como um pintor olha para uma paisagem ou modelo no momento da pintura), esses estados de coisas são, no entanto, o *assunto* a respeito dos quais é a representação. Então, se, por um lado, um dos jargões prediletos de Ankersmit é o que diz *no representation, no past* – o que significa, como expliquei há pouco, que o passado histórico é gestado pela representação –, por outro lado, ele reconhece que a representação não cria a realidade “lá fora” (a não ser a realidade *da representação*), e que a existência da primeira é condição para que a segunda venha à tona. Nessa ideia de *being about* ou *aboutness*, porém, Ankersmit introduz uma sutil (e complicada) distinção: embora não possa se referir ao passado, a representação apresentada pelo historiador é (idealmente) a que ele acredita ser a melhor maneira de acoplar linguagem ou texto àquele pedaço específico da realidade retratado por ele. Nesse sentido, declarações como a de que “a Renascença é o berço da mente moderna” devem ser situadas no nível da “fala sobre a fala” (*speaking about speaking*), isto é: “trata-se de um pronunciamento (implícito) sobre como devemos falar sobre a realidade, sobre que parte da linguagem melhor corresponde a que parte da realidade”.⁴¹ Para que *being about* não seja confundido com *reference*, Ankersmit diz que a referência só pode ser justificada no nível da “fala” (*speaking*), que é o nível das asserções sobre o passado feitas através das descrições individuais contidas na representação – como a de que Napoleão passou os últimos seis anos de sua vida confinado na ilha de Santa Helena. Essas podem ser declarações importantes, mas não necessariamente decisivas. Contudo, quando falamos em termos do que “entendemos sobre” (a parte decisiva) estamos no nível representacional, uma vez que “apenas representações podem ser ‘coerentes’ ou ‘consistentes’;

⁴⁰ Adoto aqui a expressão utilizada por Vera Pereira na tradução do termo original, *aboutness*, que Danto também apresenta na obra *A transfiguração do lugar-comum*. Ver: DANTO, Arthur. *A transfiguração do lugar-comum...* Op. cit., p. 118.

⁴¹ ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation...* Op. cit., p. 46.

faz tão pouco sentido falar em termos de uma ‘realidade coerente’ quanto de uma ‘realidade verdadeira’.⁴² No caso da representação, porém, coerência e consistência são elementos fundamentais, pois ajudarão a definir o tipo de olhar que nos direcionará a “ver” o passado desta ou daquela maneira.

O problema da identidade dos indiscerníveis

Isso coloca o problema da “identidade dos indiscerníveis”, tão importante na filosofia da arte de Danto, pois é o problema central de seu livro: o que diferencia uma obra de arte e sua contraparte na realidade (como as *Brillo Boxes*, de Andy Warhol, e seus objetos equivalentes na realidade)? Ou seja, o que faz uma ser obra de arte e a outra não? Danto chega à conclusão de que a resposta reside não no conteúdo, mas na propriedade intencionalmente representacional presente em uma e não em outra. Em suas palavras, “a diferença está no fato de que a obra de arte usa a maneira como a não obra de arte apresenta seu conteúdo para propor uma ideia relacionada com a maneira como esse conteúdo é apresentado”.⁴³ Em outras palavras, o conteúdo é importante tanto para a obra de arte quanto para o que Danto chama de “meras representações”; a diferença é que na obra de arte “o conteúdo sozinho não faz verão”.⁴⁴ Por isso, Danto defende que a teoria da imitação não pode ser utilizada para responder seu problema central, tendo em vista que “a invisibilidade lógica dos meios é o principal aspecto da teoria da imitação”: ou seja, o meio precisa produzir o efeito ilusório de desaparecimento para nos fazer crer “que estamos diante da realidade”,⁴⁵ e não da imagem (ou representação). Já na teoria da substituição – que Ankersmit, como vimos, subscreve –, os meios precisam ser devidamente explicitados, pois são eles que nos apresentarão não a realidade, mas “a ideia” ou o ponto de vista a partir do qual o artista, bem como o historiador, quer que olhemos tal

⁴² ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation...* Op. cit., p. 44.

⁴³ DANTO, Arthur. *A transfiguração do lugar-comum...* Op. cit., p. 219, grifo meu.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 225.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 224.

realidade. Se, para Danto, essa é a principal marca de uma obra de arte, para Ankersmit essa também é a principal qualidade da escrita histórica.⁴⁶

Para fechar a questão da recepção crítica de Zammito, pode-se dizer que a principal discordância entre ele e Ankersmit reside no fato de que o primeiro entende que a “referência” existe tanto no nível da descrição (ou das declarações individuais) quanto no da representação. Ele não aceita, portanto, o que chama de “estipulação hiperbólica” de Ankersmit sobre a indeterminação ou incomensurabilidade existente entre realidade e representação. Alguma determinação e comensurabilidade é necessária, pois Zammito sustenta que “o convite para ‘ver as coisas’ de um modo diferente será *sem sentido* caso o insight não seja *ao menos potencialmente intersubjetivo*”.⁴⁷ A intersubjetividade aqui está ligada ao nível de correspondência existente entre termos coligatórios como “Revolução Industrial” ou “Guerra dos Trinta Anos” e os fatos passados aos quais estes se referem. Se pode ser inferido pela evidência disponível, não pode ser indeterminado. Então, ao invés de *aboutness* – que Zammito entende ser uma noção muito sofisticada e muito aberta –, ele propõe o termo mais estrito (e mais ligado a uma “epistemologia naturalizada”, isto é, próxima das ciências naturais) de “identificação intersubjetiva” (*intersubjective identification*) entre termos coligatórios e os eventos históricos por eles coligados, ou entre representação e realidade. Dessa brecha enorme de indeterminação existente em sua teoria representacionalista, segundo entende Zammito, advém o aparente insucesso de Ankersmit de conseguir adeptos para suas teorizações entre os historiadores.⁴⁸ Mas, diga-se de passagem, ele não deve ser nem o primeiro nem o último teórico ou filósofo da história a enfrentar esse destino, contra o qual ele ainda relutará muito.

46 O historiador, para Ankersmit, individualiza na escrita histórica um ponto de vista a partir do qual ele quer que olhemos para aquela parte do passado por ele representada. Essa é uma perspectiva que ele vem defendendo desde *Narrative Logic*, como explorei em outro texto, por isso, é o marco zero de seu representacionalismo.

47 ZAMMITO, John H. *Ankersmit and Historical Representation...* Op. cit. p. 176.

48 *Ibidem*, p. 161.

Para Danto, a grandeza de uma representação artística – que a difere do que ele chama de “meras representações” – está não no conteúdo em si, mas na ideia, isto é, no que o artista deseja expressar (sua intencionalidade representacional) por meio daquele conteúdo. Em suas palavras:

O que é interessante e essencial na arte é a capacidade espontânea do artista de nos fazer ver seu modo de ver o mundo – não o mundo como se o quadro fosse uma janela, mas o mundo como nos dá o artista. No fim de tudo, não simplesmente vemos uma mulher nua sentada num rochedo, como *voyeurs* espiando por um buraco da fechadura. Nós a vemos como ela é vista, graças a uma representação inserida na obra como que por mágica. Não a vemos tal qual Rembrandt a via, pois ele simplesmente a via com amor. A grandeza da obra está na grandeza da representação que obra materializa. Se o estilo é o homem, a grandeza do estilo é a grandeza da pessoa.⁴⁹

Ou seja, transpondo o mesmo tipo de reflexão para a história, Ankersmit diria que a história se faz com documentos (sim!), mas também com historiadores.⁵⁰ Talvez o velho temor à subjetividade tenha nos feito perder de vista a dimensão enfatizada por Danto, de que a grandeza da representação histórica provém não apenas da grandeza do objeto em si, ou do período, ou do personagem, mas, sobretudo, da personalidade e estilo impressos no texto histórico por seu artífice: o(a) historiador(a). Aqui também se revela, pelas ideias de Danto, a falha dos historiadores que seguem o paradigma mimético (ou a teoria da imitação) – a escrita histórica é uma imitação da realidade passada –, a saber, a (tentativa) de ocultação dos meios. Danto diz que as pessoas (dentre as quais poderíamos incluir historiadores) “não dizem que acreditam que *s*: simplesmente agem como se *s* fosse verdadeiro e, consequentemente, como se o mundo fosse dessa forma”.⁵¹ Como corolário, em suas descrições do mundo está ausente a confissão (um tanto trivial, eu diria) de que elas não são como o mundo é, e sim como essas pessoas *acreditam* que ele é. Então, numa condição normal – enquanto vivemos ingenuamente no mundo, como disse Danto – acreditamos ver (e

49 DANTO, Arthur. *A transfiguração do lugar-comum...* Op. cit. p. 296.

50 ANKERSMIT, Frank. *Sublime Historical Experience...* Op. cit., p. 191.

51 DANTO, Arthur. *A transfiguração do lugar-comum...* Op. cit. p. 294.

poder descrever) o mundo sem lentes ou filtros. Segundo Danto, isso é parte de uma verdade banal no mundo das representações, que é a de que “eu represento o mundo, não minhas representações do mundo”.⁵² Somente numa “condição especial”, isto é, a condição em que nos voltamos para dentro de nós mesmos, é que podemos perceber que nossas crenças sobre o mundo são diferentes do mundo mesmo (o que se conjuga com a ideia de Ankersmit sobre a incomensurabilidade entre representação e realidade). Quando expressas de modo imediato e espontâneo, elas revelam o estilo daquela pessoa, que “vê o mundo através das representações, mas não as vê”, enquanto a qualidade dessas representações é vista e avaliada pelos outros.⁵³

Nesse aspecto, Danto traz um insight essencial para o caminho que conduziu Ankersmit da representação para a experiência, quando afirma que “toda época tem um lado interior e um lado exterior, uma espécie de superfície acessível ao historiador e uma espécie de interioridade própria às pessoas que vivem nesse período histórico”.⁵⁴ Aqui, Danto transpõe sua reflexão anterior sobre a imediaticidade e espontaneidade das representações que as pessoas fazem da realidade (sem necessariamente levar em conta a diferença entre suas crenças sobre o mundo e o mundo mesmo), para a ideia de um “período histórico concebido como uma entidade”. De acordo com ele,

[...] ele só é um período histórico na perspectiva do historiador, que o vê de fora; para os que viveram nessa época, tudo era simplesmente a maneira normal de levar a vida. E se mais tarde lhes perguntássemos como era a vida naquele tempo, eles provavelmente responderiam de uma perspectiva exterior, da perspectiva do historiador. Do ponto de vista interior, não há resposta a dar: as coisas simplesmente eram do jeito que tinham que ser. Assim, quando as pessoas que vivem numa época conseguem dar uma resposta satisfatória para o historiador, é que a época mostrou sua face exterior e em certo sentido já acabou como um período da história.⁵⁵

⁵² DANTO, Arthur. *A transfiguração do lugar-comum...* Op. cit., p. 295.

⁵³ *Ibidem.*

⁵⁴ *Ibidem*, p. 294.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 295-296.

Assim, emprestando as palavras de Danto acima citadas, a história (e, do mesmo modo, períodos históricos, termos coligatórios, substâncias narrativas e representações) é o que você tem como resultado do olhar para a vida *exteriormente* (ou indiretamente, por meio das fontes). Os “de fora” ou *outsiders* são aqueles que têm uma perspectiva sobre a maneira como as coisas eram, e que decidem (com base nisso) como devemos chamá-las – “aquele foi a Revolução Francesa”, ou “aquele foi a Primeira Guerra Mundial”, e assim por diante –, ou ainda mais importante, que tipo de sentido conferimos a elas. Mas os “de dentro” ou *insiders* são aqueles que viveram em tempos particulares e viram as coisas *interiormente*, isto é, enquanto experimentando e vivendo a vida. Para eles, o ruim e o bom, as fortunas e infortúnios da vida, eram “simplesmente como as coisas eram”. A vida presente é, nesse sentido, atemporal ou não-periódica. E a história nasce, segundo Ankersmit, da trágica ruptura desse presente atemporal em um passado e um futuro. Naquele momento, como concluiu ele recentemente, “o passado foi excluído do presente e uma coisa que possuímos agora se perdeu para sempre”.⁵⁶ Mas pode ser que, no futuro, tenhamos uma profunda nostalgia em relação ao que era “atemporal” naquele presente, que se fez passado-perdido. E esse anseio pelo passado ou essa nostalgia que, aliás, parece fazer parte da personalidade do próprio Ankersmit, pode ser o “sentimento” perfeito para aqueles interessados em se colocar no âmbito da experiência histórica sublime. Lendo Danto, Ankersmit teve esse *insight* sobre o que chamou de “tragédia da existência humana”: é precisamente através da dramática separação entre a vida e a história que alguém pode se tornar consciente da perda de uma “identidade prévia”, que definirá essa pessoa em termos do que ela não mais pode ser.⁵⁷

Em resposta a Ankersmit, Danto disse algo de interesse aqui: “Pessoalmente, eu não sou dado à nostalgia. Especialmente como

⁵⁶ ANKERSMIT, Frank; MENEZES, Jonathan. Historical Experience Interrogated: A Conversation. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 11, n. 2, 2011, p. 270.

⁵⁷ ANKERSMIT, Frank. Danto, History and the Tragedy of Human Existence. In: HERWITZ, Daniel; KELLY, Michael. *Action, Art, History: Engagements with Arthur C. Danto*. New York: Columbia University Press, 2007, p. 190.

filósofo da arte, eu sou realmente grato por ter vivido em meio às mudanças que experienciei, em um período que nunca poderia ter imaginado, digamos, nos anos 1960. Mas eu posso simpatizar com aqueles para quem o ajuste histórico tem sido difícil”.⁵⁸ Pode simpatizar, assim, com Ankersmit, que nunca escondeu ter esse sentimento de conexão ou nostalgia em relação ao século XVIII, e a mim pessoalmente declarou que gostaria de ter tido a chance de viver naquela época.⁵⁹ Essa faceta trágica ou romântica de sua personalidade fez dele um sentimentalista incurável ou um melancólico-existencialista, e pode ser uma possível explicação para seu interesse intelectual no tópico da experiência histórica, como veremos nos capítulos seguintes. A experiência histórica será o modo encontrado por Ankersmit para realizar um duplo movimento: (a) o de emancipação da “prisão da linguagem”, e (b) o da busca de um contato direto com esse *former self* ou essa identidade perdida com o desaparecimento desse presente atemporal, ou de sua transformação em passado.

Conclusão

Ankersmit parece sempre ter mantido uma relação tensa com esta “nova filosofia da história” orientada para o texto, que, por sinal, ele mesmo ajudou a edificar. Se, por um lado, ele aplaudiu seus esforços de tirar as vendas de nossos olhos a respeito da linguagem do historiador – o que implica, como ele apontou, em uma crítica da “velha historiografia” e sua concepção de dupla transparência, em que o texto histórico é considerado transparente: (1) em relação à realidade histórica; (2) em relação ao julgamento

⁵⁸ NKERSMIT, Frank. Danto, History and the Tragedy of Human Existence... *Op. cit.*, p. 196.

⁵⁹ Paixão que Ankersmit dividiu com seus leitores em um texto de 2015, ao falar sobre seu profundo interesse pela história resultante do apreço que desenvolveu, entre os 10 e 12 anos de idade, pela música do século XVIII. Ele acreditava que aquela música devia ser uma expressão do ambiente social e cultural daquela época. “Ela me ensinou que o século XVIII deve ter sido o pináculo de toda a civilização ocidental – e eu ainda sustento essa crença. É por isso que o passado – pelo menos essa parte específica dele – sempre teve um significado quase existencial para mim”. ANKERSMIT, Frank. Representation in Retrospect. In: ARBEIT, Marcel; CHRISTIE, Ian. *Where is History Today? New Ways of Representing the past*. Olomouc: Palacký University Olomouc, 2015, p. 184.

provido pelo historiador sobre aquela parte relevante do passado –, por outro lado, ele criticou-a por seu silêncio em relação ao problema de “como historiadores podem ser bem-sucedidos em contar uma história verdadeira sobre o passado”.⁶⁰ Daí, como vimos, seu apelo à linguagem da representação tem razões teóricas e políticas envolvidas. No primeiro caso, porque Ankersmit agregou, de fato, novas perspectivas à base de sua teoria representacionalista anteriormente sedimentada em *Narrative Logic*, e, no segundo caso, pela constante e incômoda associação negativa de seu nome com o de autores como White – como fez Zammito em 1998, quando disse que basta voltarmos para a “crucial insistência de Hayden White sobre o caráter indispensavelmente interpretativo da escrita histórica”, e que isso “é tudo o que Ankersmit necessita afinal”.⁶¹ Posições como essa ajudam a explicar o esforço de Ankersmit, iniciado cerca de dez anos antes, de mostrar como a representação é diferente da interpretação e um estágio mais fundamental para a escrita da história, que se preocupa também com o que está além do texto.

Além disso, seguindo suas raízes holandesas, ele admitiu sem nenhum embaraço se juntar a Johan Huizinga em seu anelo pelo “passado autêntico”, o que resultou em sua ênfase na experiência histórica, que, em parte, também foi responsável pelo distanciamento de sua obra do pós-modernismo com o qual teve uma associação apenas temporária, que eu chamo em outro lugar de seu “momento pós-modernista”.⁶² Nesse sentido, não será nenhuma surpresa verificar que, ao final do segundo capítulo de seu livro *Sublime Historical Experience*, Ankersmit admitiu que, a fim de se livrar do que ele chamou de “transcendentalismo linguístico” – uma *conditio sine qua non* para ascensão da experiência histórica – é preciso igualmente “rejeitar implacavelmente todos os produtos inúteis e incômodos da burocracia transcendentalista”, incluindo

⁶⁰ ANKERSMIT, Frank. *A Escrita da História: a natureza da representação histórica*. 2^a ed. Trad. Jonathan Menezes [et. al.]. Londrina: EDUEL, 2016, p. 18.

⁶¹ ZAMMITO, John. *Ankersmit's Postmodernist Historiography... Op. cit.*, p. 338.

⁶² MENEZES, Jonathan. The Limits of the ‘Autumn of Historiography’: on Frank Ankersmit’s Postmodernist Moment. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, advanced articles, 2019.

no *milieu*: semiótica, pós-estruturalismo, tropologia (whiteana), desconstrucionismo, textualismo, e assim por diante.⁶³ Isto é, todos os parceiros de crime do pós-modernismo.

Por meio dessa rejeição, podemos entender um pouco do lugar marginal ocupado pelo pós-modernismo entre os historiadores. Não só porque criticaram e criticam muito esta tendência, como também porque ela não alterou de maneira importante o modo como os historiadores escrevem história. A impressão é a de que – salvo, talvez, formas deliberadamente experimentais de se escrever história, não necessariamente oriundas de uma reflexão “pós-modernista” ou inovadoras teoricamente falando, a exemplo da chamada “história das mentalidades” – eles continuam realizando seu trabalho do modo como sempre fizeram sem se preocupar muito com os constrangimentos filosóficos suscitados na “agenda pós-modernista”. E minha pergunta, é: a quem podemos “culpar” por essa distância? Uma razão óbvia reside no fato de que o pós-modernismo na história teve pouca incidência prática, no sentido de que mais criticou as práticas e os modos de fazer(-pensar) história correntes na historiografia do que propriamente engendrou uma nova maneira de se “fazer história”. Em outras palavras, o pós-modernismo se pôs a desconstruir esses modos de fazer, a idealizar e a “repensar a história” (lembrando aqui de Keith Jenkins), sem maiores preocupações quanto à exemplificação disso na prática. Por conseguinte, o iconoclasta pós-modernista tentou derrubar os ídolos e “símbolos de fé” do altar dos historiadores – como a verdade, a referência e a objetividade –, sem, no entanto, oferecer-lhes contrapartes que fizessem jus aos cânones da profissão.

Por esse prisma, não deve surpreender tanto que Ankersmit tenha passado a ser tão crítico do tipo de pós-modernismo com o qual se alinhou em meados dos anos 1980 – dizendo a colegas que sua palestra em Utrecht deve ser uma das piores coisas que ele já escreveu em toda a sua vida –, enquanto sua reputação internacional como teórico da história largamente se baseia nessas intervenções pós-modernistas. Em outras palavras, se, décadas atrás, Ankersmit não

⁶³ ANKERSMIT, Frank. *Sublime Historical Experience...* Op. cit., p. 105.

tivesse escrito esses artigos pós-modernistas, provavelmente ele não teria se tornado tão famoso quanto agora é no pequeno universo da teoria e filosofia anglo-saxônicas da história – um perfeito exemplo de uma “consequência não-premeditada”⁶⁴, como ele mesmo diria, de suas ações intelectuais intencionais e que marcou sua trajetória intelectual (quem sabe para sempre).

⁶⁴ Sobre a ideia de *unintended consequences*, ver discussão proposta em: ANKERSMIT, Frank. *Aesthetic Politics...* *Op. cit.*

Escapando dos Limites da História: Keith Jenkins

Kalle Pihlainen

O nome de Keith Jenkins é um ícone de quê? Ou, para evitar qualquer cilada de referencialidade, ele é sinônimo de quê? Respostas curtas podem ser: uma avaliação de senso comum sobre a história enquanto uma disciplina acadêmica; o fim da história (“de um certo tipo”); relativismo “extremo” (e “perigoso”); ou até mesmo solipsismo. Tudo isso dependendo de como você vê as coisas.¹ No entanto, esses rótulos se esquecem facilmente do fato de que há diversos argumentos paralelos na construção da posição que Jenkins ocupa. O que eu gostaria de fazer aqui é examinar alguns desses argumentos tais quais os comprehendo, com ênfase em quatro pontos

¹ A clareza de Jenkins e a força de sua posição foram desafiadas em várias ocasiões, uma reação que é difícil de entender considerando somente seus textos precisos e retoricamente calculados. Ver, por exemplo, ROBERTS, Geoffrey. Postmodernism Versus the Standpoint of Action. *History and Theory*, Middletown, v. 36, n. 2, p. 249-260, 1997; ANCHOR, Robert. On How to Kick the History Habit and Discover That Every Day in Every Way, Things are Getting Meta and Meta and Meta. *History and Theory*, Middletown, v. 40, n. 1, p. 104-116, 2001; e LINDENFELD, David. The Twists of the Linguistic Turn: A Commentary on Graf and Jenkins. *Rethinking History*, Abingdon, v. 7, n. 3, p. 403-412, 2003. Para o que parecem ser visões menos cuidadosamente consideradas, ver também ZAGORIN, Perez. History, the Referent, and Narrative: Reflections on Postmodernism Now. *History and Theory*, Middletown, v. 38, n. 1, p. 1-24, 1999; e ZAGORIN, Perez. Rejoinder to a Postmodernist. *History and Theory*, Middletown, v. 39, n. 2, p. 201-209, 2000 (esses ensaios também foram reimpressos em JENKINS, Keith (ed.). *At the Limits of History: essays on theory and practice*. London e New York: Routledge, 2009); THOMPSON, Willie. *What Happened to History?* London: Pluto Press, 2000; e WINDSCHUTTLE, Keith. *The Killing of History: how literary critics and social theorists are murdering our past*. San Francisco: Encounter Books, 2000.

principais. Primeiro, a história não é “natural” e não há obrigação alguma em continuá-la. Segundo, os pressupostos ideológicos subjacentes à história e ao historiar devem ser reconhecidos. Terceiro, não há qualquer vinculação de fato-valor através de que o sentido das coisas possa ser descoberto. E, quarto, essa falta de vinculações abre a porta para o envolvimento ético.

Uma Redescrição Radical

Para mim, a grande contribuição de Jenkins para a teoria da história foi levá-la da “teoria” (que, no que diz respeito à história, ainda é muito frequentemente entendida simplesmente em termos de regras e metodologia) para a filosofia. Isso não significa – obviamente – qualquer tipo de filosofar especulativo sobre a natureza do progresso histórico, por exemplo (que ele chama de “História com H maiúsculo”; uma ficção tão amplamente aceita que ele apenas a menciona), e nem significa uma filosofia em qualquer sentido de um discurso hermético afastado do mundo real. Ao invés disso, ele posicionou a discussão sobre a história dentro do contexto de tradições filosóficas contemporâneas mais amplas, particularmente aquelas da teoria francesa, desconstrução, pós-modernismo, pós-estruturalismo e por aí vai.² (“Teoria”, então, devido ao sentido de engajamento que a palavra tem nesse contexto, permanece de várias maneiras um termo mais preciso enquanto não for lido como que estabelecendo uma metodologia.)

Não é sua, portanto, a posição de historiadores como Perez Zagorin, por exemplo, para quem “[m]uito do que Jenkins tem a dizer representa uma tentativa de imposição e usurpação da filosofia sobre a história [...]. Se é para a filosofia ter uma relação frutífera com a história, ela deve aceitar os métodos e as maneiras de pensar dos historiadores tais quais as encontra”.³ Em vez disso, claramente, o foco

² Jenkins tende a falar desse ramo da filosofia em termos de “pós-modernismo”, mas, como esse termo tem sido tão abusado e mal identificado (particularmente entre historiadores), prefiro falar sobre “pós-estruturalismo”, que considero ser mais específico. Espero que isso não contribua para novas confusões.

³ ZAGORIN, Perez. *Rejoinder to a Postmodernist...* Op. cit., p. 201; enfatizei aqui o que considero ser uma afirmação escandalosa.

de Jenkins está na necessidade de referências externas aos limites estreitos da disciplina. Em sua leitura, a história já se colocou muito além das necessidades e demandas do mundo que a maioria das pessoas habita. Enquanto uma disciplina acadêmica, ela tem pouco peso na vida de pessoas reais e, consequentemente, pode muito bem ser descartada. E, até onde consigo ver, é esse sentimento que guarda a primeira chave para situar seu discurso bastante radical.

Nessa conexão, existe a tentação de continuar dizendo algo que eu talvez não devesse dizer, algo que envolve o risco de um enorme mal-entendido se for lido sem cuidado ou fora de contexto. Mas, já que essa é uma estratégia retórica, vou dizê-lo mesmo assim e só depois o qualificarei: enquanto um teórico *da história*, Jenkins é ruim. (Como eu disse, isso não deve ser mal compreendido ou tirado de contexto, então continue lendo!) Primeiro, na verdade, isso serve para notar que, enquanto um filósofo e teórico, ele é de fato brilhante e rigoroso, e que há um problema com a história em si. Teorizar a história no seu jeito claro e lógico revela o absurdo da prática.

Contudo, apesar da evidência e da força de sua posição, Jenkins permanece quase sozinho entre os teóricos da história em não ser um teórico particularmente histórico. Sem dúvida, sua posição apresenta a maior ameaça aos historiadores. Ele está longe de ser um teórico *dos historiadores*, razão pela qual ele foi capaz de levar os argumentos às suas conclusões lógicas e sugerir que a história não tem motivos para existir. Só essa afirmação, é claro, faz dele um teórico muito ruim (e perigoso) do ponto de vista do historiador médio. Já faz algum tempo que ele não sente qualquer necessidade de resgatar a história enquanto um gênero, longe disso: uma de suas conclusões mais (mal-)afamadas é a de que deveríamos esquecer a história e, ao invés disso, “viver em meio aos amplos e agradáveis imaginários providos pelos teóricos do tipo pós-moderno”.⁴

Com essa única ideia – de que poderíamos “dizer adeus à história” –, Jenkins naturalmente se coloca como um teórico ou

⁴ JENKINS, Keith. “After” History. *Rethinking History*, Abingdon, v. 3, n. 1, p. 7-20, 1999, p. 10.

filósofo da história ruim em um outro sentido, profissional ou, mais precisamente, egoísta: com essa ideia, afinal, ele parece ter decidido tornar a teoria da história, e, consequentemente, ele mesmo, bastante redundante. Não é muito pragmático, mas, felizmente (ou infelizmente?), essa tentativa foi frustrada pela recusa teimosa dos historiadores de desistirem de seus trabalhos, e ainda mais pela sua disposição de discutirem com ele.

Ao lidar com o pensamento de Jenkins, mais uma coisa a se entender é que, para ele, o passado (“como tal”) também não é importante. Se o fosse, Jenkins também cairia em todo tipo de dificuldades e contradições que abundam na teoria da história, a maior parte das quais pode ser resumida pelo desejo de situar o sentido no passado em si mesmo e, por isso, presumir que “o jeito que as coisas eram” tem algum peso para nós, tanto como indivíduos quanto como uma sociedade. Em vez disso, para Jenkins:

O passado não tem nada de valor intrínseco, nada a que *temos* que ser leais, nenhuma verdade que *temos* que respeitar, nenhum problema que *temos* que resolver, nenhum projeto que *temos* que completar; somos nós que decidimos essas coisas *sabendo* – e se é que sabemos de algo, é disso – que não há fundamentos nos quais jamais poderemos tomar tais decisões corretamente.⁵

Claramente, esses tipos de sentimentos vão contra muitas das crenças fundamentais dos historiadores. Mas é necessário esse tipo de atitude radical para ver que a existência de uma maneira particular de pensar e escrever não é justificativa suficiente para sua continuidade. Um gênero como a história não é imutável nem eterno e pode muito bem – como Jenkins sugere tão provocativamente – seguir o caminho do latim, tornando-se obsoleto quando não há falantes suficientes.⁶ Ele reconhece que tais sugestões podem ser difíceis de engolir, mas:

As histórias (modernistas) foram tão fortes na formação de nossa cultura, tiveram lugares tão centrais nos ‘experimentos de modernidade’ burgueses e proletários, que parece que a história é *em si* um fenômeno natural; quero dizer, sempre há um passado,

⁵ JENKINS, Keith. *Refiguring History: new thoughts on an old discipline*. London: Routledge, 2003, p. 29.

⁶ *Idem. Why History? Ethics and postmodernity*. London: Routledge, 1999, p. 31.

então o que poderia ser mais natural do que sempre dever haver historicizações dele?⁷

Embora, em um primeiro momento, a ideia de que a história possa um dia ser obsoleta pareça estranha e esquisita, em um contexto no qual “o histórico” ainda constitui justificações e um último tribunal de apelação para tantos, ela certamente levanta uma questão interessante: como seria o mundo sem história? O que seria, de fato, diferente? Afinal, a “verdade” do que poderia ter sido dito, feito ou acontecido facilmente se torna o foco da discussão; desde discordâncias sobre quem disse o quê em uma situação doméstica até hostilidades entre Estados-nação, a “verdade” é invocada por todos os lados. Contudo, mesmo nos casos raros em que os fatos tenham sido indiscutivelmente estabelecidos, qualquer verdade mais ampla (leia-se: o *sentido*) sempre permanece subjetiva. Isso porque verdades factuais nunca são suficientes. Ao contrário, interesses e desejos a respeito de resultados particulares continuam a criar problemas.

Mesmo quando isso tudo é bastante óbvio no que se refere a relações interpessoais (para a maioria dos adultos, pelo menos), a história e os historiadores continuam a ser procurados como árbitros da verdade em muitos outros contextos. Esse papel de árbitro é revelador em si mesmo: ele representa a história (enquanto uma instituição) como baseada em um desejo de certeza e de absolução (ou pelo menos a permissão para esquecer); e, por causa dessa lógica, aos historiadores é atribuído o poder de nos absolver dos pecados cometidos pelos nossos ancestrais, comunidades, nações e por aí vai. Compreensivelmente, o perigo da opressão e dos abusos ideológicos em nome da verdade é bem real.

A obstinada persistência da História

Embora Jenkins possa nem sempre concordar, discussões sobre *como* o passado deve ser representado para evitar potenciais problemas ainda estão relacionadas com suas afirmações de que o passado não precisa ser representado. Os problemas são os mesmos, mesmo que a maioria dos outros seja relutante em admitir que

⁷ JENKINS, Keith. “After” History... *Op. cit.*, p. 10.

escolher não continuar com a representação histórica possa de fato ser a melhor e, certamente, a mais coerente saída. Uma saída, isso é, que faz sentido por causa das impossibilidades epistemológicas envolvidas tanto quanto do ponto de vista dos esforços por encontrar soluções éticas ao dilema da representação.

Ao escapar dos limites da história (a história institucional tal qual a conhecemos), o tipo de teorização de Jenkins infelizmente escapou completamente à compreensão de muitos historiadores. Seus comprometimentos com a instituição e sua certeza de que a história simplesmente é algo natural os impediram de imaginar qualquer tipo de maneira “não-histórica” de existir. Mas isso não se explica somente pela falta de compreensão dos problemas epistemológicos. Afinal, eles são bastante evidentes uma vez que se aceita pensá-los. Antes, há razões para a obstinação dos historiadores que jazem sob a superfície do debate. De fato, como lembra Jenkins, meramente

aceitar as palavras ‘o passado’ e ‘história’ das maneiras que são dominantes em nossa cultura já é figurar aquilo que meramente aconteceu antes de agora em um contorno, uma forma, uma unidade e, muito frequentemente, um conteúdo, uma direção e uma significância; objetivar e, portanto, reificar ‘aquilo’ de maneira a dar ‘áquilo’ uma vida aparentemente própria que, então, nos faz exigências; que nos responsabiliza.⁸

Aceitar o entendimento dominante também é facilmente adotar a mistura entre esses termos. Isso por si só é uma importante concessão ideológica que confere à história muito de sua autoridade. Enquanto a história for confundida com o passado (ou mesmo com as representações pessoais dele), “o antes de agora”, pode-se afirmar talvez que ela seja significante para nós.

Para tentar entender a oposição às posições radicais de Jenkins por parte dos mais historicamente propensos, tais posicionamentos ideológicos e vieses cognitivos (bastante compreensíveis) não deveriam ser negligenciados. Esses vieses (e só quero indicar algumas dessas tendências aqui) são, penso, as principais razões para o fracasso em compreender os argumentos pós-*istas a respeito da história; o mais óbvio, é claro, é a suposição de que o passado é

⁸ JENKINS, Keith. *Refiguring History...* Op. cit., p. 35.

“importante” (especialmente quando seguida de proclamações como “sem ele não haveria presente...”). Contudo, enquanto dizer que, se não houvesse passado, não haveria presente é certamente uma afirmação metafísica e ontológica desafiadora, isso de forma alguma se traduz – como tão frequentemente se supõe – na afirmação mais estrita de que se não houvesse *história*, ou representações autorizadas do passado, não haveria (compreensão do) presente.

De mãos dadas com essa confusão, segue um segundo viés sobre o passado e sobre seu “sentido” para nós: uma vez que nós efetivamente usamos e “compreendemos” nossos próprios passados pessoais (nossas experiências), espera-se que, de maneira parecida, o passado mais geral proporcione aplicabilidade e discernimento.

Frequentemente, parece que distinções claras entre o nível do individual e o do grupo (e, portanto, entre tempo e continuidade em nível pessoal e tempo e continuidade em um sentido histórico) estão ausentes das discussões sobre a natureza da história. Consequentemente, as questões se tornam nebulosas e a atenção se desloca da história (instituição) para a memória (às vezes pessoal, às vezes coletiva), para a consciência histórica, para a “experiência” e por aí vai. Nessa situação, um dos óbvios pontos fortes de Jenkins é o fato de que ele foca na história enquanto a representação (institucional e acadêmica) do passado e pode, assim, evitar que suas afirmações se tornem confusas. Infelizmente, isso é enquadrado como uma fraqueza por críticos que não fazem claramente tais demarcações e simplesmente seguem adiante na intuição de que, uma vez que o “meu” passado tem “sentido” (leia-se: *consequências*) para mim (se tivesse levantado tarde esta manhã, por exemplo, eu poderia ter perdido meu ônibus e me atrasado para o trabalho e assim por diante...), da mesma maneira o “nosso” passado tem de ter sentido para nós. Muita coisa se perde e é mal entendida nesse tipo de apreciação intuitiva do passado.⁹

⁹ Tais confusões podem ser encontradas até em contribuições que, de outra maneira, são muito úteis para o debate: para Palladino, por exemplo, são a memória e o patrimônio que “formam o verdadeiro núcleo de toda prática historiográfica”. De maneira parecida, Macfie aponta para a memória como “o fundamento existencial de toda história”. Cf. PALLADINO, Paolo. Waving Goodbye to History? A Response to Keith Jenkins. *Rethinking History*, Abingdon, v. 3, n. 3, p. 342-344, 1999, p. 342; MACFIE, Alexander. *Keith*

Um terceiro viés (e um que, é claro, foi longamente discutido) é que *as estórias (e as metáforas) usadas para lidar com a realidade (e o passado) são tomadas como autoevidentes*. Em outras palavras, elas frequentemente não são vistas como as construções que são.¹⁰ Contestar o status epistemológico dessas estórias foi o ponto fundamental de muito da teoria “narrativista” da história (resultando em um debate contumaz sobre se a história é fato ou ficção) – e tudo bem, tudo bastante claro. O problema com isso é que mesmo os historiadores mais progressistas frequentemente param aí, embora compreendam que esse desafio é apenas o primeiríssimo passo, um ponto de partida para uma discussão muito mais interessante.

As várias premissas e vieses que proporcionam a compreensão ortodoxa em vigor sobre o que é a história, portanto, também mantêm a discussão focada nessas mesmas velhas questões. Mesmo que, como Jenkins observou, seja

um erro profundo para os historiadores acadêmicos pensar que os pós-modernistas querem que seu tipo de história epistemológica continue e que podem até mesmo querer ajudá-los a fazer isso. É compreensível, claro, que tais historiadores, confundindo seu gênero de história com a ‘Coisa em Si’, não consigam ver alternativas às suas práticas, mas os pós-modernistas conseguem e veem, e tais observações assinalam o fim de um tipo de história e o começo de outras – até agora embrionárias.¹¹

E aí jaz o desafio central, se formos seguir a teorização de Jenkins: existe algum futuro para tais embriões? Deveríamos sequer tentar formular essas histórias alternativas?

Jenkins Retrospective (Review No. 1266). 2012. Disponível em: <https://reviews.history.ac.uk/review/1266>.

¹⁰ Essa ligação foi sucintamente apontada por Hayden White assim: “os historiadores refamiliarizam [eventos e processos traumáticos e problemáticos] não apenas fornecendo mais informações sobre eles, mas também mostrando como seus desenvolvimentos se conformaram a um ou outro dos tipos de estória que nós convencionalmente invocamos para dar sentido às nossas próprias histórias de vida”. WHITE, Hayden. *The Historical Text as Literary Artifact*. In: CANARY, Robert; KOZICKI, Henry (eds.). *The Writing of History*: literary form and historical understanding. Wisconsin: University of Winsconsin Press, 1978, p. 51.

¹¹ JENKINS, Keith. *Refiguring History...* Op. cit., p. 70.

Um lado bom do Fracasso Epistemológico

Começando com um resumo básico: para discussões sobre a história, pode-se considerar que o problema epistemológico envolve duas questões amplas e relacionadas: 1) o fato mais geral de que nunca podemos ter conhecimento absoluto do mundo e 2) o fato mais específico de que nossas estórias não têm contrapartida na realidade externa. O que não quer dizer que as pessoas não possam enredar suas experiências ou suas vidas em formas estoriadas e então vê-las nesses termos, ou mesmo tentar vivê-las assim, que é a crítica comum a essa observação.¹² Antes, o ponto é que estórias não são fatos em si mesmos, sem enquadramento, por assim dizer.

A primeira dessas questões é a que a maioria dos historiadores (como a maioria das pessoas) com certeza entende. Infelizmente, muitos deles parecem, ao menos, presumir que essa seja a extensão dos problemas epistemológicos e, por isso, pensar que coisas como consenso, avaliação crítica, verificação por pares e coisas assim podem servir como corretivos suficientes. Desse modo, eles não veem como significativos, pelo menos além da superfície das coisas, o ceticismo introduzido pelo pós-modernismo e a virada linguística. O que eles também parecem nem sempre entender é que estórias (sendo metáforas, por natureza, e contendo sentidos e avaliações que não podem ser reduzidos a referência e prova) não podem ser verificadas dessa forma; um ponto que foi colocado repetidamente e há muitos anos por vários construtivistas narrativos como Jenkins, mais notadamente por Frank Ankersmit e Hayden White.

Embora (e também *porque*) Jenkins tenha dedicado grande parte de seus escritos a explicar essas dificuldades epistemológicas, não as quero repetir novamente aqui; em vez disso, quero examinar as suas consequências. Tomadas juntas, as duas partes do problema epistemológico colocam as preocupações da escrita da história de ponta-cabeça: enquanto os historiadores podem responder

¹² Ver, por exemplo, Cf. ROBERTS, Geoffrey. *Postmodernism Versus the Standpoint of Action...* Op. cit., e ANCHOR, Robert. *On How to Kick the History Habit and Discover That Every Day in Every Way, Things are Getting Meta and Meta and Meta...* Op. cit.

à primeira dizendo que eles simplesmente precisam ser mais cuidadosos, ponderar os resultados de pesquisa consensualmente (a ideia popular da intersubjetividade como uma solução para a impossibilidade epistemológica) e assim por diante, a segunda coloca em cena a questão do “Por que história?” e a necessidade de atenção às consequências da escrita da história. Se as estórias que contamos do passado não são “verdadeiras” ou “reais”, por que contá-las?

É importante dizer que, até aqui, nada disso significa que a história (de algum tipo) não *poderia* ainda ser feita, mesmo que – do ponto de vista atualizado de Jenkins – não houvesse realmente nenhum propósito para ela. O que isso quer dizer, no entanto, é que, *no mínimo*, as premissas para continuar a “fazer” história precisam ser drasticamente repensadas. Fundamentalmente, isso enfatiza que há *uma ruptura completa entre fatos e consequências*. E, se for difícil de ver essa ruptura, só precisamos retornar e refletir sobre as duas partes da dificuldade epistemológica.

Esse é o ponto em que os argumentos de Jenkins realmente decolam. Seguindo o reconhecimento da desconexão entre o lado factual da pesquisa histórica e o(s) propósito(s) da história, os caminhos abertos para a teoria são, acredo, os dois que ele traçou em sua própria aceitação do pós-estruturalismo:¹³ em primeiro lugar, a tentativa de descrever uma historiografia de tipo pós-modernista que assumiria sua responsabilidade ética; em segundo lugar, parar completamente de fazer história. Desses, eu foco mais na ênfase do “fazer” história de maneira ética, ainda que eu saiba que essa não é mais a preferência de Jenkins.

Significativamente, ambas as opções resultam do desejo de evitar as operações opressivas e violentas envolvidas na representação (realista e supostamente direcionada epistemicamente de modo transparente). O que elas também têm em comum é que são ambas

¹³ JENKINS, Keith (ed.). *At the Limits of History...* Op. cit., p. 15-16; para mais sobre isso, ver também o posfácio de Alun Munslow ao mesmo volume, assim como o relato sucinto da trajetória intelectual de Jenkins em MUNslow, Alun. History: Discipline and Epistemology. *Rethinking History*, Abingdon, v. 12, n. 4, p. 557-568, 2008, p. 558-559.

– cada uma à sua maneira – tentativas de escapar dos limites da história institucional e mudar o *status quo* mais amplo, do qual a história tradicional é uma defensora fiel. De fato, tudo isso é, na verdade, um prelúdio à afirmação de que a questão da ética é a mais essencial quando consideramos o sentido de fazer história.

Contudo, a resistência – e a fé em uma conexão inabalável entre evidência, avaliação correta, verdade e bondade – permanece forte. Deixe-me usar novamente as acusações de Perez Zagorin contra Jenkins para ilustrar a questão:

Descrita em termos simples e prosaicos, a historiografia do tipo que Jenkins espera ver, embora extremamente nebulosa, provavelmente abandonaria seus sentidos críticos e o respeito pela evidência, seria completamente útil a uma ortodoxia política repressiva e reproduziria mentiras e mitos sem limites.¹⁴

Diante de afirmações como essa, é difícil não se perguntar se seus críticos sequer leram os textos dos quais falam. Afinal, não deveria ser uma questão de leitura ruim por parte deles (a interpretação mais caridosa), uma vez que os críticos mais vocais fazem questão de negar tal possibilidade, como de fato o faz Zagorin, que dá de ombros sobre o que chama de “afirmação frequentemente ouvida, mas duvidosa”; para ser preciso, Zagorin nota que Jenkins, por exemplo, usa a “frequentemente ouvida, mas duvidosa afirmação de que esses filósofos [pós-estruturalistas, como Jacques Derrida] são continuamente mal compreendidos e mal lidos por seus críticos”.¹⁵

Seguindo daí (e confesso que essa é uma pequena digressão da minha parte para ilustrar o quão ridículos são alguns dos contra-argumentos) e tendo negado a possibilidade de mal-entendidos, Zagorin passa a fazer alguns pronunciamentos meio estranhos a respeito da notória frase de Derrida, de que “não há nada fora do texto”. Para Zagorin, “essa [também] é uma proposição bastante implausível. Ela não parece ser metafórica [!!] e parece dizer que tudo que é é parte de um texto”. Contudo, imediatamente depois

¹⁴ ZAGORIN, Perez. *Rejoinder to a Postmodernist...* Op. cit., p. 208.

¹⁵ *Ibidem*, p. 202.

disso, ele ainda menciona a “glosa” de Derrida de que “‘texto’ indica [...] todos os referentes possíveis”¹⁶ (leia-se: contexto – eu quero gritar!). Por algum motivo, no entanto, esse sentido que Derrida tão explicitamente atribui ao “texto” não está claro para Zagorin, que segue discutindo quais tipos de materiais de superfície, instrumentos de escrita e daí por diante são necessários para criar algo que possa ser propriamente considerado um texto... Bastante perversamente, é Zagorin quem afirma que “Jenkins não é um leitor cuidadoso”.¹⁷

A quantidade de absurdos aparentemente teóricos ou filosóficos que os argumentos de tipo pós-estruturalista e “pós-modernista” inspiraram seus críticos a apresentarem é quase sufocante.¹⁸ Na verdade, existem tantos raciocínios confusos propostos como argumentos teóricos que fica tentador atribuir a muito persistente identificação das posições pós-*istas com o *non-sense*, a autorrefutação e o niilismo simplesmente à fé cega dos historiadores em interpretações “originais”, confiáveis. (Note que Zagorin, por exemplo, baseia seus argumentos em uma avaliação de Derrida que remonta a 1989.) O que mais poderia explicar a persistência dessas leituras míticas?

Dada essa descrição incrivelmente deplorável do estado da arte, pode-se ficar tentado em pensar que possa realmente haver alguma verdade na afirmação de que o foco de Jenkins está na presa fácil, o “típico” historiador teoricamente despreparado. (Isso foi proposto, entre outros, por Robert Anchor em sua resenha de *Why History?*, de Jenkins.) Mas não há como negar que tais casos extremos estão por aí e servem de exemplos instrutivos. Esses

¹⁶ ZAGORIN, Perez. *Rejoinder to a Postmodernist...* Op. cit., p. 206.

¹⁷ *Ibidem*, p. 202.

¹⁸ Se alguém tiver uma tal inclinação, isso também poderia ser uma lição de humildade: talvez eu tenha simplesmente fracassado em compreender o que é que Derrida, Lyotard, Rorty, White, Ankersmit, Jenkins, Ermarth, Munslow e outros escreveram? Talvez eu tenha me deixado levar, vendo lucidez e brilhantismo onde não os há? Para alguns exemplos extremos, ver Cf. THOMPSON, Willie. *What Happened to History?.. Op. cit.*, e WINDSCHUTTLE, Keith. *The Killing of History...* Op. cit. Wulf Kansteiner, em sua apreciação de *In Defence of History*, de Richard Evans, descreveu muito bem até que ponto chegou esse tipo de hostilidade medrosa. Cf. KANSTEINER, Wulf. Mad History Disease Contained? Postmodern Excess Management Avice from the UK. *History and Theory*, Middletown, v. 39, n. 2, p. 218-229, 2000, p. 229.

tipos de visão excessivamente positivistas sobre a história ilustram bem os pontos que Jenkins quer salientar. Se há alguma hipérbole envolvida ou não, as tendências contemporâneas nas teorizações dos historiadores podem não estar tão atualizadas quanto alguns historiadores e defensores de “novas” histórias gostam de sugerir.

O verdadeiro fracasso, penso eu, é que a maioria dos historiadores, *simplesmente ao defender uma história qualquer*, ainda parece achar que poderia haver um jeito de preencher a lacuna entre o factual e o ético, o “é” e o “deve ser”. Esse seria certamente o caso daqueles que continuam a falar sobre os fatos do passado ao invés das consequências de seus próprios atos de representação, mesmo ao responder questões sobre seus motivos para fazer história. No entanto, Jenkins é firme sobre esse ponto: não se deduzem fatos de valores, não há como “derivar logicamente valor(es) de fato(s)”. Como ele explica:

Isso não quer dizer que nós não *pareçamos* tirar sem esforço valores de fatos o tempo todo em nossas vidas cotidianas, mas o argumento filosófico não fala disso. Pois, embora nós interconectemos fatos e valores rotineiramente, o tempo todo, jamais poderemos mostrar que um implica o outro.¹⁹

Por isso, toda a conversa dos historiadores sobre ética ou responsabilidade será ineficaz enquanto ela brotar de sua fé epistemológica, da ideia de que haja um *sentido* a ser encontrado nas evidências, na realidade externa e no passado. Se adotassem o tipo de relativismo representado por Jenkins, a ética, também, pelo menos faria algum sentido. Se assim se quisesse.

O motivo para insistir sobre esse ponto é que o relativismo a respeito de avaliações (e a liberdade em relação à forma, a que chegarei em um momento) vai lado-a-lado com qualquer tipo de comprometimento genuinamente emancipatório. O colapso da história epistemológica abre as portas para considerações éticas. Reconhecendo que somos livres para escolher nossos valores, também precisamos aceitar que esses nossos valores, *teoricamente*, não são

¹⁹ JENKINS, Keith. *Refiguring History...* Op. cit., p. 43.

superiores a outros de forma alguma.²⁰ As coisas (os fatos, existentes na realidade) podem e são descritos e redescritos infinitamente simplesmente porque elas são, ao mesmo tempo, as coisas “como elas são” (em algum nível trivial – ou seja, sem sentido – ou significativamente inacessível para nós) e constituintes do discurso. Longe de levar a qualquer sentido de desespero (ou à repressão, ou à mentira e manipulação descontroladas), o que tal relativismo pode fazer é promover uma atitude aberta e positiva em relação ao mundo. De fato, enquanto pensarmos “realisticamente” (como muitos argumentos conservadores e históricos dizem que deveríamos pensar), esperando que os fatos deem direção e limites ao que pode ser legitimamente dito, os valores também permanecerão fixos e herdados, não escolhidos da maneira pela qual os comprometimentos pós-estruturalistas de Jenkins, pelo menos, exigem. O mesmo é verdade quando baseamos nossas decisões em regras e na metodologia, ou quaisquer outras convenções insensíveis a contextos. Qualquer “realismo” desse tipo é só mais uma desculpa para evitar a responsabilidade e o permanente processo de escolha.

Em contraste, o tipo de relativismo a que leva a consciência da escolha e da responsabilidade é – como diz explicitamente Hayden White, talvez o mais importante dos heróis intelectuais de Jenkins – o caminho para a tolerância:

Concebo o relativismo como a base da tolerância social, não uma licença para ‘fazer o que se quiser’. [...] o intérprete socialmente responsável pode fazer duas coisas: (1) expor a natureza fictícia de qualquer programa político baseado em um apelo ao que a ‘história’ supostamente ensina e (2) permanecer inabalavelmente ‘utópico’ em qualquer crítica do ‘realismo’ político.²¹

²⁰ A aceitação do decisionismo por Jenkins é decisiva: “Esse decisionismo radical – ‘faça das coisas o que desejar’ – é agora o ar que respiramos e não há outro. Então é melhor respirar [...]. Pode parecer que estou me contradizendo ao extraír desse ‘fato’, desse ‘é’ (esse decisionismo) um valor, um dever ser (isso é, nós devemos assumir esse decisionismo) [...]. Mas não estou chegando a essa conclusão por implicação, mas só porque eu gosto dessa maneira de ler as coisas e acho que talvez eu possa defendê-la: eu sei que minha decisão de assim fazê-lo não tem fundamentos”. JENKINS, Keith. *The End of the Affair: On the Irretrievable Breakdown of History and Ethics. Rethinking History*, Abingdon, v. II, n. 2, p. 275-285, 2007, p. 279-290.

²¹ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: narrative discourse and historical*

Rumo a Histórias Emancipatórias?

Quando Jenkins se colocou a tarefa de responder a questão da ética do historiador, sua resposta foi clara: as demandas éticas sobre um historiador são as mesmas que as de todo mundo. A ética está relacionada às consequências daquilo que fazemos e dizemos. Não existe outra ética especificamente “histórica” em ação.²² É claro que isso não significa negar que os comprometimentos metodológicos dos historiadores sejam uma “ética” profissional. No entanto, dizer que eles constituiriam uma ética distinta para os historiadores seria um enorme exagero; afinal de contas, honestidade intelectual e normas e regras profissionais não são o problema aqui, e, portanto, também não o são princípios básicos de interpretação, fidelidade à evidência e por aí vai.

De fato, o simples reconhecimento de que valores não são de forma alguma dados ou predeterminados abre espaço, pelo menos idealmente (ou idealisticamente), para a consideração ativa das consequências e da ética. Por outro lado, a adesão a regras e crenças não examinadas inviabiliza a escolha e a responsabilidade: “A ética só existe quando não se sabe o que fazer – mas quando algo precisa ser feito – e se assume a responsabilidade por isso: não há desculpas nem álibis”.²³

Independente disso, quando ainda defendia a reflexão ética para os historiadores – isso é, antes de considerar obsoletos os historiadores e a história –, o foco básico de Jenkins era o que ele chamava de “práxis emancipatória”. Ele enxergava um caminho ético aberto aos historiadores, não porque eles fossem historiadores (uma vez que não há implicação entre fato-e-valor que pudesse privilegiá-los em seu papel acadêmico tradicional), mas porque, imersos em uma condição humana compartilhada, eles poderiam escolher ser pessoas responsáveis: os historiadores, que (como todo mundo) encaram as

representation. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987, p. 227.

²² Ver: JENKINS, Keith. Ethical Responsibility and the Historian: On the Possible End of a History ‘of a Certain Kind’. *History and Theory*, Middletown, v. 43, n. 4, p. 43-60, 2004, especialmente p. 59-60.

²³ *Idem. The End of the Affair... Op. cit.*, p. 283.

conclusões trazidas pelo reconhecimento do relativismo (estamos todos flutuando em um mar de escolhas), devem dar o mesmo tipo de salto que o resto de nós, sem fundamentos possíveis ou existentes, tentando adivinhar as melhores formas de agir. Esconder-se atrás de padrões e práticas profissionais e negar que se fazem escolhas pelas quais se pode ser responsabilizado pessoalmente só implicaria em covardia (para trazer o vocabulário sartreano da escolha existencial).²⁴

Nesse sentido, de acordo com Jenkins e comentando sobre a relação entre representação histórica e formações sociais repressivas e nocivas,

*Os historiadores deveriam ter algo a dizer sobre isso, mas frequentemente seus valores putativos de objetividade, neutralidade, desengajamento, pesquisa ‘acadêmica’ não-mundana e erudição especializada sobre algum aspecto não do agora, mas do passado, tornam-se álibis para o silêncio.*²⁵

Ainda que, desde então, ele tenha jogado a história na lixeira das ideologias antiquadas, existem muitos historiadores por aí e a instituição da história continua a existir como antes, apesar dos ataques combinados de Jenkins e outros construtivistas narrativos. Seria muito melhor que esses historiadores pelo menos entendessem as ideias por trás do seu chamado a uma práxis emancipatória, do que a ignorância em larga escala em relação ao pensamento teórico que ainda parece dominar a prática. Por esse motivo, eu, pessoalmente, não desejo que a posição mais antiga de Jenkins seja esquecida, apesar de sua subsequente radicalização a respeito da história. Esquecê-la apenas permitiria que aqueles que não desejam ser perturbados com questões éticas tomassem lados em uma escolha simplista de um-ou-outro entre ser *pró* ou *anti*-história, sem necessidade de entender o que realmente está em jogo.

²⁴ É claro que essa é uma outra articulação do decisionismo. Jenkins descreve sua dúvida com Albert Camus: como a maioria dos pós-estruturalistas, ele claramente aceitou a ideia de que precisamos dar o que é, de certa forma, um salto existencialista quando o pensamento filosófico sistemático fracassa. Essa necessidade geral de um “salto de fé”, digamos, foi elaborada brilhantemente por Mark Mason. Cf. JENKINS, Keith. “After” History... *Op. cit.*; MASON, Mark. Exploring the ‘Impossible’: Jacques Derrida, John Caputo and the Philosophy of History. *Rethinking History*, Abingdon, v. 10, n. 4, p. 501-522, 2006.

²⁵ JENKINS, Keith. *Refiguring History...* *Op. cit.*, p. 16.

Uma das coisas mais importantes para se lembrar, então, é que a ênfase de Jenkins na ideia de história enquanto algo a ser abandonado não é em sentido algum um passe-livre sem responsabilidades para os historiadores. Muito pelo contrário, na verdade. Afinal de contas, *não existe passe-livre no que se refere ao comprometimento e à responsabilidade em um clima intelectual no qual o ceticismo não pode mais ser justificadamente ignorado*. Os historiadores fariam bem em avançar atentamente.

Avance com Cuidado

Longe de absolver os historiadores da responsabilidade, o argumento de que poderíamos (e deveríamos) abandonar a história coloca um fardo ainda mais pesado sobre aqueles que continuam com ela: a não ser que os historiadores consigam dizer o que podemos ganhar ao continuar com a história, não há motivos para persistirmos, dados os problemas epistemológicos, representacionais e éticos envolvidos. Embora vários historiadores afirmem não estar convencidos pelos argumentos apresentados por Jenkins, ou, de fato, que seus argumentos são “ultrajantes”, “ridículos”, “confusos” e aí por diante, a verdade talvez possa ser que eles não quiseram entender as questões.

Considerando a dura recepção, talvez seja justo perguntar se a obra de Jenkins pode ser útil aos historiadores? Para aqueles historiadores “de um certo tipo” (do tipo epistemologicamente ingênuo, representacionalmente zeloso, institucionalmente domesticado), e considerando a rejeição de Jenkins à história como um todo, a resposta é obviamente “não”. É verdade que, se seu jeito de “fazer” história é aquele que continuamos a denotar por história, então não é preciso dizer mais nada. O *affair* entre essa história e o tipo de responsabilidade e preocupação éticas que Jenkins busca está, de fato, acabado. (E – indo um passo além com a metáfora de Jenkins sobre “o fim do *affair*” – se é que um dia houve realmente um *affair* entre história e ética, certamente foi um do tipo paternalista, subjogador, no qual a história realmente nunca viu a ética por quem ela era.)

Nesta minha leitura, no entanto, foquei na tentativa de Jenkins, inspirada pelo pós-estruturalismo, de politicar ao invés de acabar com o gênero. Em vários dos seus escritos existe a incômoda e atraente sugestão de que as histórias poderiam trabalhar também em prol de fins emancipatórios, pelo menos se elas fossem suficientemente claras sobre serem baseadas em escolhas: “É claro que a ‘história’ pode, ou poderia, ser usada como meio para um tal fim, mas atualmente ela não é ‘em si mesma’ constituída como esse tipo de discurso, de forma alguma”.²⁶ Com seu foco na epistemologia, na objetividade, evitando o ponto de vista, o posicionamento, o anacronismo e daí por diante, existe pouco espaço na história tal como a conhecemos para uma ética presentista (o único tipo teoricamente defensável de ética).

Então, contra os desejos atuais de Jenkins, ainda podemos tentar redescrever a história de maneiras práticas. Os historiadores podem querer pelo menos aceitar que suas construções são apenas isso e que, para fazer algo que valha a pena, eles também precisam considerar as potenciais consequências daquilo que estão dizendo. Eles podem ou se comprometer em, ou escolher afirmar uma posição, algo que Jenkins certamente já fez. E deixarem as coisas seguirem seu próprio rumo...

Isso tudo parece equivaler a uma atitude de desobediência (institucional e teórica) ou, como Jenkins explica com sua referência a Edward Said, de ser um “outsider”.²⁷ Aqui também parece haver um paralelo majoritariamente implícito entre as visões vanguardistas apresentadas por esse tipo de intelectual engajado e a ideia de que formas experimentais de escrita da história (os tipos de histórias “reconstituídas” de tipo pós-moderno que Jenkins um dia sonhou que emergiriam para substituir a história tal como a conhecemos) poderiam propiciar intervenções éticas. É essa ligação que penso ter inspirado seu exame da ideia do “evento” transformador de Alain Badiou. Claramente, esse tipo de evento poderia explicar como um engajamento de oposição – a “ocupação militante”

²⁶ JENKINS, Keith. *Ethical Responsibility and the Historian...* Op. cit., p. 60.

²⁷ *Ibidem*, p. 56-57.

de uma posição completamente nova – poderia vir a ser. Como Jenkins explica:

para Badiou, tal ocupação só pode começar com algum tipo de *ruptura* com o ‘ordinário’ e o estabelecido através do que ele chama de um *evento*. Tal *evento*, diz ele, não tem um conteúdo verificável, seu acontecer não pode ser provado, mas apenas apreendido, afirmado e proclamado à luz de nossa experiência; uma nova posição que, então, persiste em função de ter com ele uma atitude de fidelidade, de comprometimento.²⁸

Ao levar adiante “uma nova maneira de ser”, o *evento* também é comparável ao tipo de transformação experiencial poética ou artística defendida por vários pensadores afins, incluindo Hayden White, assim como outro dos principais heróis intelectuais de Jenkins, Richard Rorty. Por isso, é fácil ver seu apelo.²⁹

Uma outra questão que essa ideia de evento levanta é se não haveria certos tipos de choques ao sistema que – em virtude de uma forma particular e por estarem em um contexto ou quadro social/interpretativo muito específicos – parecem constituir eventos significativos (e mesmo “éticos” ou “verdadeiros”), seja através de experiências “vivas” ou de encontros com representações experienciais. Tais formulações são importantes por unirem a ideia de responsabilidade ética e emancipação com a resistência a um “vocabulário final” e qualquer desejo de imobilizar a verdade e o sentido. Ao mesmo tempo, elas estão ligadas aos lembretes de que toda essa “abertura” também precisa ser visível em formas representacionais. Assim, embora, por exemplo, Lindenfeld faça uma justa afirmação ao dizer que “[o] ‘evento’ é, de modo geral, um fio muito fino a partir do qual tramar o tecido da emancipação que Jenkins quer criar”,³⁰ considerando toda a constelação de tentativas pós-estruturalistas de recusas às explicações gerais, combates ao logocentrismo, recusas a falar pelos outros e mesmo defesas do silêncio e da confusão ao invés da forma falsamente transparente, a tapeçaria que se forma é completamente diferente.

²⁸ JENKINS, Keith. *Refiguring History... Op. cit.*, p. 63.

²⁹ Para uma leitura bastante útil sobre evento, invenção e aporia, ver também Cf. MASON, Mark. *Exploring the 'Impossible'... Op. cit.*

³⁰ LINDENFELD, David. *The Twists of the Linguistic Turn... Op. cit.*, p. 408.

A ideia de Jenkins talvez não seja tanto desenvolver esse ponto, mas usá-lo para evocar um sentido de responsabilidade. Sem dúvida, tal como o leio agora, até mesmo esse tipo de evento transformativo é puramente uma construção. Ou melhor, não há nada no acontecer em si mesmo (no mundo e suas contingências) que decida o conteúdo e o sentido do evento. Na verdade, não há nada que faça de um evento particular um evento, exceto o valor dado a ele na sua construção em relação aos desejos e posicionamentos específicos do sujeito. O que não é negar, sublinho, que haja coisas a que as pessoas possam atribuir, em média, o mesmo tipo de significância, uma vez que somos, afinal, muito semelhantemente constituídos de várias maneiras. No entanto, as dificuldades ideológicas em agir a partir dessa suposição causam problemas.

Essa posição que Jenkins parece adotar de Said e Badiou se relaciona de maneira importante, então, à introdução de novas maneiras de pensar sobre situações existentes e expor (e evitar) fechamentos que possam levar à repressão e à intolerância. Ela também reitera a ideia ética central da necessidade de um “salto de fé”, uma vez que a indecidibilidade é reconhecida. Portanto, trata-se essencialmente do papel e das possibilidades do intelectual em sociedade (mais uma vez, uma questão bastante existencialista e particularmente sartreana, e que permanece como um problema hoje tanto quanto era em 1947).

Contudo, pode ser que Jenkins tenha deixado esse argumento um pouco subdesenvolvido, em geral, por um motivo: o problema em ser um *outsider* é que isso só funciona enquanto houver algo do que ficar de fora, algo a se opor. Assim, só se trata de uma posição prática em uma situação em que a resolução teórica (neste caso, o fim da história que Jenkins deseja) ainda não tenha sido atingida.

Uma Escolha Entre Teoria e Prática

O que essa linha de raciocínio realmente destaca, então, é que – para assumir o manto de intelectuais engajados – os historiadores precisam primeiro abandonar quaisquer pretensões

à certeza (tanto em suas crenças sobre o mundo quanto nas formas de apresentação). Como bem coloca Mark Mason:

O historiador continua a produzir representações históricas do passado, mas está ciente, assume e torna explícita ao longo da revelação dessas representações – ‘confessa-em-meio-a’, poderíamos dizer – o fracasso da linguagem de ultrapassar suas próprias fragilidades.³¹

Contudo, isso não deve ser mal entendido. Pelo menos para Jenkins, parece-me, só a confissão dos limites e da contextualidade não seria suficiente. (E, como de fato mostra Mason, também não é suficiente para Jacques Derrida ou John Caputo.) A tentação de notar esses tipos de limitação e enquadrá-los meramente como dificuldades epistemológicas é muito forte; muitos (talvez até mesmo a maioria dos) historiadores admitem perfeitamente seus limites, dizendo simplesmente algo como “nós estamos sempre posicionados e não podemos jamais ter um conhecimento exaustivo do nosso objeto de estudo”. Então, eles prosseguem com seus afazeres históricos pensando terem superado os problemas da história “empírica”, ludibriado e ultrapassado as teorizações pós-*istas e os problemas da linguagem, sobrevivido às suas responsabilidades éticas (afinal de contas, eles continuam calmamente situando os únicos possíveis beneficiários da sua responsabilidade no passado) e por aí vai.

Mas o resultado é que esse tipo de hermenêutica autoconsciente também precisa ser rejeitado para que realmente se compreenda e acolha o tipo de pensamento pós-estruturalista defendido por Jenkins. Ninguém, ele escreve,

Poderia estar mais mal-informado do que os historiadores profissionais que pensam ser ‘pós-modernos’ só porque aceitam perspectivas multiniveladas; nada poderia ser mais enganoso do que pensar que ‘o pós-modernismo é só’ multiinterpretação e que, aceito isso, voltamos ao trabalho de sempre. [...] O que os pós-modernistas problematizam não é o conteúdo da história tanto quanto o status de sua *forma*.³²

³¹ MASON, Mark. *Exploring the ‘Impossible’...* Op. cit., p. 513.

³² JENKINS, Keith. *Refiguring History...* Op. cit., p. 15.

É insuficiente, portanto, que todos nós – como o “leitor educado” médio que Zagorin, por exemplo, postula bem precisamente – reconheçamos os limites do discurso histórico, uma vez que esses limites permanecem pressupostos na existência de um horizonte fixo de compreensão. Um tal leitor educado, diz Zagorin, está

ciente de que uma história é escrita de um ponto de vista, que suas afirmações são suscetíveis à refutação, que ela incorpora comentários e julgamentos relativos a questões controversas e que ela não professa ser uma transcrição impensada e mecânica da realidade, mas uma tentativa de compreensão.³³

Contudo, o que esse tipo de leitor educado (assim como muitos historiadores profissionais) ainda não comprehende suficientemente é que, como *uma consequência de ser posicionada e codificada*, uma história sempre introduz um componente ético que não pode ser reduzido aos fatos (e, assim, tem consequências que precisam ser avaliadas por algum padrão que não é epistemológico e não está nos domínios do passado). E, além disso, que ao fazê-lo – de fato, já na “simples” escolha de representar – toda história se engaja em um ato de violência. (Zagorin, por exemplo, claramente não comprehende essa ideia de violência: para ele, trata-se de “um abuso tanto do bom senso quanto da linguagem” quando Jenkins “descreve o realismo e o representacionalismo como um tipo de violência”; Zagorin também repreende Jenkins por “[sustentar] de maneira implausível que os sentidos são determinados por ‘relações de poder’ e por dizer que dar sentido ao mundo é, em última instância, ‘um ato de violência’”).³⁴

Esse aspecto da violência representacional (e o reconhecimento pós-estruturalista da alteridade radical) é um ponto fundamental que muitos críticos do pensamento pós-*ista parecem ignorar. E

33 ZAGORIN, Perez. *History, the Referent, and Narrative...* Op. cit., p. 12.

34 *Idem. Rejoinder to a Postmodernist...* Op. cit., p. 207, grifo meu. O que se pode dizer sobre isso? Para uma boa introdução a Derrida sobre violência, ver JENKINS, Keith. *Nobody Does It Better: Radical History and Hayden White. Rethinking History*, Abingdon, v. 12, n. 1, p. 59-74, 2008, também reimpresso em JENKINS, 2009. Sobre a (falsa) neutralidade da representação realista, ver, por exemplo: WHITE, Hayden. *The Content of the Form...* Op. cit. e ERMARTH, Elizabeth Deeds. *History in the Discursive Condition: reconsidering the tools of thought*. London: Routledge, 2011.

isso vale até para muitos daqueles historiadores mais teoricamente conscientes, que decididamente não são do tipo de espantalho que os teóricos da história são frequentemente acusados de construírem primeiro para depois derrubarem. *O ideal da comensurabilidade está simplesmente embutido na definição predominante de história.* Com isso, há uma outra parte dessas afirmações: não apenas as consequências precisam ser avaliadas por padrões que não são epistemológicos, mas também por padrões que não são institucionais.

O problema, então, não é somente a forma em que a história é escrita, mas também o status dessa forma em relação a problemas que não são os problemas da história acadêmica – isso é, aos olhos da sociedade em geral, nas mentes dos leitores e por aí vai (e isso significa questionar seu status não somente como verdade, mas também como interpretação autorizada). Lembremos do chamado à desobediência.

É mais ou menos aqui, talvez, que Jenkins e a história, mesmo a do tipo “alternativa” e “experimental” defendida por Hayden White e Alun Munslow, finalmente se separam. Para que a história experimental seja algo além de uma hermenêutica (ou para que ela seja uma “hermenêutica radical”, como construída por Mason na esteira de Caputo), ela precisa fracassar como história (como *qualquer* tipo de história no sentido institucional), isso é, fracassar em ainda ser um tipo de representação autorizada do “antes de agora”, por mais lúdica, inventiva ou reflexiva que seja. É claro que isso também é sempre uma questão de definição, mas, tal como vejo, aplicar o nome “história” sem exigir que essas “histórias” pretendam lidar com o passado dentro de alguns limites institucionais e através de algum conjunto de regras acordadas seria levar as coisas longe demais.

Então, parece-me que a intuição fundamental subjacente à posição tardia de Jenkins é que, se o argumento para o relativismo pós-*ista e a alteridade for aceito, *qualquer* forma de representação se torna um problema. Formas experimentais só podem ajudar em projetos emancipatórios enquanto trabalhem *contra* as expectativas tradicionais. Uma vez que percam esse contexto de oposição, elas simplesmente repetem os velhos problemas do conluio ideológico

ou são transformadas em entretenimento inócuo.³⁵ Se a coisa é assim (e eu penso que é), então Jenkins certamente está correto em sua conclusão mais radical de que (idealmente) nós deveríamos renunciar ao projeto como um todo.

A dificuldade em tudo isso é que existe uma contradição entre o que a teoria sugere e o que se coloca em prática. O que me leva ao motivo pelo qual eu não necessariamente gostaria de seguir Jenkins até o fim: embora eu concorde com sua lógica, o fato de que ela ainda escapa à maioria dos historiadores é uma consideração importante. Não em termos de teoria, certamente, mas em termos de qual teoria faz sentido defender em um sentido prático. A recusa dos historiadores em aceitar sua maneira de pensar é, bem literalmente, um fato bruto. Com tantos historiadores continuando como se o sentido ainda estivesse “lá fora” (ainda que nunca tenha estado, como Jenkins apontou tão incansavelmente), a antiga defesa de Jenkins de uma práxis política é, para mim, o que pode levar a mudanças concretas – e é a posição que também permite, ou, ainda melhor, encoraja, práticas experimentais de história.

Logo, a concessão é dizer – como Jenkins já disse antes – que, enquanto a história for concebida como se concebe hoje, as histórias precisam ser direcionadas à desconstrução dos valores inquestionados implícitos na prática:

Finalmente, a melhor razão que consigo pensar para dizer que ainda precisamos ter histórias generosas e abertas, que sejam tanto muito reflexivas quanto explicitamente emancipatórias, é que elas podem nos ajudar a abrir as tentativas de fechamento do pensamento histórico modernista, em benefício daqueles que ainda não conseguiram sair dele.³⁶

Esse também é o ponto em que o pós-estruturalismo dá sua virada pragmática. A filosofia e o pensamento teórico só podem nos levar até certo ponto, e decisões (ético-políticas) precisam ser tomadas na esfera prática. Por isso, algumas das

³⁵ Para uma discussão detalhada disso enquanto um problema na história contemporânea, ver PIHLAINEN, Kalle. *The Work of History: constructivism and a politics of the past*. London: Routledge, 2017.

³⁶ JENKINS, Keith. *Refiguring History...* Op. cit., p. 18.

ideias de Jenkins podem ser lidas como que insinuando direções práticas para a história, ainda que, agora, sem sua bênção ativa. Afinal, sua posição atual (e mais radical) sustenta que “agora podemos viver sem histórias nem do tipo modernista, nem do tipo pós-modernista”.³⁷ No entanto, aqui também ele continua a acrescentar a ressalva de que, “na medida em que uma cultura como a nossa ainda acha que precisa pensar o hoje e o amanhã *via* um olhar retrospectivo ‘contextualizante’, então ainda penso que as histórias deveriam ser de um tipo pós-moderno e, portanto, continuarei a apoiá-las nesse *ínterim*”.³⁸ (Deve-se notar, talvez, em defesa dessa história experimental, que é preciso paciência, uma vez que esse “ínterim” entre a história epistemológica tradicional e a ampla aceitação das visões pós-*istas parece ser bastante longo.) Contudo, mesmo aceitando tal concessão prática, é preciso reter a consciência teórica e tomar muito cuidado, uma vez que nada disso é uma solução permanente. Quaisquer estratégias experimentais e disruptivas serão igualmente problemáticas se se tornarem (automaticamente) maneiras aceitas de se fazer as coisas. Tais estratégias só permanecem efetivas enquanto forem marginais e de oposição – enquanto elas, também, estejam “do lado de fora”.

Então, a tensão crucial para os historiadores (pelo menos no interior da história enquanto uma disciplina e um gênero) jaz no núcleo central da tentativa de formular regras (uma “metodologia”) que poderiam levar, paradoxalmente, a uma representação sensível da singularidade das pessoas e dos eventos do passado. E, uma vez que tais regras são hostis à consciência contínua em relação às escolhas e decisões, essa tensão inevitavelmente se desenrola no plano ético tanto quanto no plano epistemológico. Por isso, nada de certezas, nada de ancoragens seguras. Mas também, nada de desculpas para não refletir ou não pensar.

37 JENKINS, Keith (ed.). *At the Limits of History...* Op. cit., p. 15.

38 *Ibidem*, p. 16.



A Filosofia Analítica da História de Paul Roth: da crítica à constituição^{1*}

Eugen Zeleňák

Ainda que a forma narrativa possa ser associada, para a maioria das pessoas, aos contos de fada, mitos e aos entretenimentos do romance, não deixa de ser verdade que a narrativa é um instrumento cognitivo primário – aliás, um instrumento comparável somente à teoria e à metáfora enquanto maneiras irreductíveis de tornar compreensível o fluxo da experiência.

– Louis Mink, *A Forma Narrativa como um Instrumento Cognitivo*, 1978

Parece haver várias maneiras pelas quais as pessoas dão sentido à sua experiência. Em seu ensaio “A Forma Narrativa como um Instrumento Cognitivo”, Louis O. Mink defende a ideia de que a forma narrativa nos proporciona um tipo único de compreensão. Logo, ela deveria ser entendida como um tipo específico de instrumento cognitivo. Tanto autores de ficção quanto de história tentam tratar de etapas sucessivas na história de pessoas, coisas ou fenômenos sobre os quais escrevem e capturar as ocorrências relevantes relacionadas a esses objetos. Posicioná-los nas redes que, de várias maneiras, traçam conexões entre suas raízes passadas e consequências futuras nos ajuda a compreender diferentes modos

¹*Gostaria de agradecer a Paul Roth e a meus colegas de departamento pelos úteis comentários e discussão. Financiamento foi oferecido pelo VEGA grant no. 1/0640/19.

de pensar sobre o passado e como diferentes abordagens revelam novas perspectivas. Mas isso não é tudo o que a narrativa é capaz de realizar. Paul Roth está disposto a fazer uma afirmação ainda mais forte: em um sentido importante, as narrativas constituem o que elas explicam. O que isso significa e por que ele pensa assim? Essas questões serão abordadas depois da introdução de alguns dos pontos críticos importantes de seu trabalho.

O filósofo norte-americano Paul Roth é um dos autores contemporâneos mais interessantes a refletir sobre a natureza da disciplina histórica.² O pano de fundo de sua filosofia da história traz várias inspirações, como o naturalismo, o holismo, um interesse na história da filosofia analítica, bem como o respeito pelas ideias de W. V. O. Quine, Louis Mink, Thomas Kuhn, Ian Hacking e outros. No entanto, para apresentar sua filosofia analítica da história, pode ser útil focar nas duas dimensões de destaque em sua obra. A primeira é sua crítica de várias posições mais tradicionais e, em alguns grupos, bastante populares, tais como o realismo, o essencialismo ou o intencionalismo. A segunda é sua elaboração de como os eventos são constituídos nas narrativas históricas. Assim, neste capítulo, apresentarei sua filosofia da história enquanto um deslocamento no trajeto da crítica a outras posições à especificação da constituição dos eventos.

Sem Essências, Sem Tipos Preexistentes, Sem Intenções Dirigentes...

Para alguns autores, inspirados em uma venerável tradição filosófica, ainda é razoável abordar a realidade e a relação da linguagem com a realidade da seguinte maneira. A realidade consistiria em objetos de um ou vários tipos (por exemplo, indivíduos ou eventos espaço-temporais) e esses objetos seriam definidos pelo que, às vezes, é chamado de essência ou propriedades essenciais. Seriam precisamente esses elementos definidores aquilo

² Para uma abordagem crítica recente a respeito de vários aspectos de sua obra, ver a coletânea BRZECHCZYN, Krzysztof (ed.). *Towards a Revival of Analytical Philosophy of History: around Paul A. Roth's vision of historical sciences*. Leiden: Brill, 2018.

que, fundamentalmente, faz dos objetos o que são.³ Eles são os elementos centrais; são o que não se pode perder sem que os objetos deixem de ser objetos de um certo tipo. Por exemplo, *ser racional* parece ser uma característica definidora de um ser humano, ou *ter sangue quente*, uma das características definidoras de um mamífero.

Além disso, propriedades essenciais seriam muito úteis quando se trata de agrupar objetos em tipos e, consequentemente, quando se trata da representação linguística da realidade e da nossa aquisição de conhecimento. Seguindo essas essências, características definidoras, similaridades substanciais, seríamos capazes de interagir com a realidade de uma maneira útil e significativa para colocar os objetos em tipos relevantes, para encontrar na realidade conexões com força de lei ou para reconhecer certos poderes. Descobrir essas entidades pré-formadas determinaria o nosso uso da linguagem. Usaríamos termos como “ser humano”, “árvore”, “átomo”, “esquizofrenia paranoide”, “crise econômica”, “decisão”, “nascimento”, “guerra” etc. porque há seres humanos, árvores, átomos, esquizofrenia paranoide, crises econômicas, decisões, nascimentos, guerras etc. A representação linguística obedeceria aos agrupamentos naturais determinados por características essenciais, leis ou poderes.

Quando se aplica uma abordagem similar a ações, parece que motivos, razões, objetivos ou, para usar um termo comum e bastante difundido, “intenções” seriam as características definidoras das ações. Uma linha de raciocínio popular é a de que a ação humana poderia ser diferenciada do simples hábito devido à presença de intenções.⁴ Por exemplo, o tremor da minha pálpebra é um espasmo involuntário dos músculos da minha pálpebra e não constitui uma verdadeira ação. É só um simples movimento. Por outro lado, se pisco meu olho para te dar um sinal, existe uma intenção por trás

³ Para uma caracterização adicional dessa abordagem, ver LOUX, Michael J. *Metaphysics: a contemporary introduction*. 2^a ed. London: Routledge, 2002, p. 20-53; e LOWE, Edward Jonathan. *A Survey of Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 113-114.

⁴ Ver, por exemplo, COLLINGWOOD, Robin G. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1946, p. 213; e DAVIDSON, Donald. Actions, Reasons, and Causes. *The Journal of Philosophy*, New York, v. 60, n. 23, p. 685-700, 1963.

do movimento da minha pálpebra. Assim, devido à intenção que a motiva, esta última constituiria uma ação humana. Os autores que aceitam esse ponto de vista consideram as intenções enquanto características centrais das ações e geralmente defendem explicações intencionais – descobrir as razões ou as motivações dos agentes – como a maneira mais natural de explicar as ações das pessoas.

Há críticos, no entanto, que não gostam de abordar a realidade e a ação dessa maneira. Paul Roth problematiza essa ontologia realista simples e a ideia simplista de correspondência sobre o conhecimento e a linguagem. Ao invés de apresentar argumentos abstratos, permita-me esclarecer sua oposição às essências, tipos e intenções usando dois exemplos.

Em seu livro *Mad Travelers: Reflections on the Reality of Transient Mental Illnesses*,⁵ Ian Hacking explora uma condição médica chamada de “fuga”, ou “viagem louca”. Tratava-se de uma doença interessante e extraordinária que foi diagnosticada principalmente em alguns países europeus no final do século XIX. Ela se caracterizava por uma necessidade compulsiva de sair de casa e viajar, o que se realizava de maneira silenciosa – viajantes-loucos simplesmente desapareciam e vagavam pela Europa por algum tempo. Além disso, os viajantes geralmente perdiam sua noção de identidade e não se lembravam de suas jornadas. O mais interessante é que, em sua discussão da doença, Hacking indica a duração exata dessa condição médica. Ela apareceu em 1887 e durou até 1909. A primeira data é o ano de publicação de uma obra de Philipp Tissié, *Les Aliénés voyageurs*, a respeito do primeiro paciente diagnosticado (*fuguer*), Albert Dadas, e a segunda corresponde ao ano do Congresso de Nantes, depois do qual a fuga cai mais ou menos em desuso na psiquiatria.

É possível interpretar a discussão fascinante de Hacking sobre essa doença mental da seguinte maneira. Embora se possa ficar tentado em insistir na invariabilidade dessa condição e afirmar que é estranho falar do aparecimento e fim de uma doença,⁶

⁵ HACKING, Ian. *Mad Travelers: reflections on the reality of transient mental illnesses*. Charlottesville: The University of Virginia Press, 1989.

⁶ Pode parecer que só faz sentido falar sobre a existência e a não-existência de

a discussão no livro sugere a fluidez e o caráter construído da fuga. Parece não haver essência fixa nem um tipo preexistente de viagem louca. O diagnóstico da doença é o resultado de vários fatores e condições que convergiram no momento correto: taxonomia médica, polaridade cultural, possibilidade de observação e libertação.⁷ Mais especificamente, a fuga provou ser atrativa enquanto categoria porque entrou em uma discussão psiquiátrica intensa entre um grupo que defendia a fuga histérica e outro que falava de fuga epileptica; ela foi localizada em algum ponto entre a vadiagem e o ato criminoso; era possível observar esse tipo de viagem devido às checagens regulares de documentos, e ela permitia que algumas pessoas escapassesem de suas vidas cotidianas. No final, esse exemplo mostra que, onde tendemos a esperar confiantemente pela estabilidade dos tipos pré-formados, podemos nos deparar com negociações que motivam a fabricação de certas categorias.

Quando se trata de intenções, a posição de Roth é bem apresentada em seu artigo “Corações da Escuridão”,⁸ em que lida com a explicação do comportamento dos perpetradores, a explicação dos assassinatos de pessoas indefesas que aconteceram durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse artigo, Roth reconstrói principalmente a disputa entre Christopher Browning e Daniel Jonah Goldhagen. De um lado, Browning favorecia uma explicação situacional que enfatizasse a conformidade e a obediência dos soldados que cometiam as atrocidades. De outro, Goldhagen sustentava que o voluntarismo e, mais especificamente, o antisemitismo eliminacionista motivara tais atos horríveis e, por isso, a explicação deveria ter uma forma intencional. Roth analisa vários aspectos da discussão e, também, experimentos de psicologia social (Solomon Asch, Stanley Milgram, Philip Zimbardo) cujos resultados poderiam ser resumidos no paradigma de Asch: experimentos replicáveis demonstram “a tendência poderosa de que as pessoas se conformem ao comportamento dos grupos nos

pacientes sofrendo dessa condição.

7 HACKING, Ian. *Mad Travelers...* *Op. cit.*, p. 80.

8 ROTH, Paul A. Hearts of Darkness: “perpetrator history” and why there is no why. *History of the Human Sciences*, Thousand Oaks, v. 17, n. 2-3, p. 211-251, 2004.

quais elas se encontram".⁹ À luz desses experimentos, a explicação intencional parece duvidosa:

[...] qualquer necessidade de dar uma explicação motivacional simplesmente assume a existência daquilo que a motivação pretende, então, explicar, a saber, a necessidade especial de ligar o tratamento que indivíduos recebem e algum conjunto anterior de crenças da parte dos perpetradores. *Mas é precisamente essa premissa que os experimentos de psicologia social discutidos anteriormente colocam em questão.* Não é preciso postular razão alguma para explicar o comportamento de conformidade dos perpetradores. É suficiente dizer que isso é só aquilo que as pessoas fazem quando colocadas em certos tipos de circunstâncias.¹⁰

De acordo com Roth, experimentos empíricos nos mostram que somos capazes de explicar a ação humana (mesmo casos extremos de assassinatos em massa) ligando-a a uma situação, à conformidade ou à obediência. Não existe qualquer necessidade especial de postular intenções como um tipo separado de entidades. Elas não parecem ajudar, mas apenas complicar nossa compreensão.¹¹

Inspirado em Nelson Goodman e Ian Hacking, Roth afirma que nossa linguagem e aquisição de conhecimento não funcionam da maneira que realistas e essencialistas tendem a pensar. As pessoas de fato agrupam objetos, elas de fato categorizam e classificam, elas realmente empregam termos gerais, mas a origem de tudo isso não deveria ser traçada de volta às essências, aos tipos preexistentes ou às intenções dirigentes. "Tais taxonomias, incluindo as classificações taxonômicas de comportamentos em ações, não têm juntas em que possamos cortar.¹² Elas existem somente sob os termos usados para descrevê-las, somente na medida em que práticas de projeção sancionadas pela comunidade as mantêm".¹³ Quando as pessoas se comunicam na vida cotidiana ou os historiadores

⁹ ROTH, Paul A. *Hearts of Darkness...* Op. cit., p. 217.

¹⁰ *Ibidem*, p. 232.

¹¹ Para uma crítica relacionada à postulação de um "sentido compartilhado", ver também ROTH, Paul A. *Beyond Understanding: the career of the concept of understanding in the human sciences*. In: TURNER, Stephen; ROTH, Paul A. (eds.). *The Blackwell Guide to the Philosophy of the Social Sciences*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003, p. 311-333.

¹² [N.T.: referência à figura do Sócrates platônico no *Fedro*, 265d-266a.]

¹³ ROTH, Paul A. *Ways of Pastmaking. History of the Human Sciences*, Thousand Oaks, v. 15, n. 4, p. 125-143, 2002, p. 135.

escrevem sobre o passado, eles claramente falam sobre “famílias”, “vizinhos”, “presidentes”, “encontros”, “reis”, “guerras”, “revoluções” ou “civilizações”. Mas suas caracterizações são influenciadas, argumenta Roth, por práticas passadas, pelo treinamento e pelo endosso comunitário. Como ele coloca:

A indeterminação do passado consiste apenas do fato de que nós criamos todos os tipos, e que os tipos de ação humana em particular estão ligados apenas pelas nossas maneiras de descrevê-los. Estreitamente ligados, comportamentos interpretados enquanto ações intencionais podem abranger uma fatia limitada do tempo – uma onda ou uma piscada a um amigo – ou podem se estender ao longo de períodos mais longos de tempo e vários indivíduos – como a bomba atômica veio a ser construída ou o genoma humano desvendado.¹⁴

Assim, deveríamos focar nas práticas efetivas dos historiadores e outros grupos para aprender mais sobre as raízes dessa ou daquela categoria. Além disso, devemos ter em mente que nossas categorias não resultam de caprichos individuais ou decisões privadas. São comunidades que desempenham o papel crucial quando se trata da formação, modificação ou aprovação de termos e taxonomias concretas.

[...] minha afirmação, seguindo Hacking, é que algumas categorias usadas para constituir o passado, incluindo especialmente as ações humanas, não possuem qualquer coisa que as estabilize intrinsecamente. A esse respeito, ações passadas podem mudar porque tipos intencionais não têm qualquer estabilidade ou essência além das contingências das descrições comunitariamente sancionadas que foram usadas para caracterizá-las.¹⁵

O que é que conta como evidência, e para que é que conta tal evidência, acaba sendo um produto de práticas de investigação tais quais informadas pelo uso de predicados (passados ou presentes). Treinamento, retroalimentação e reforço de grupo ancoram as palavras ao mundo.¹⁶

É possível expressar a posição de Roth na forma de um argumento.¹⁷ Em primeiro lugar, ele critica o realismo: rejeita

¹⁴ ROTH, Paul A. *Ways of Pastmaking...* Op. cit., p. 135.

¹⁵ *Ibidem*, p. 134.

¹⁶ *Ibidem*, p. 327-328.

¹⁷ Apresento esse argumento em mais detalhes em Cf ZELENAK, Eugen. Non-

ambas as ideias, de que há essências metafísicas ou tipos naturais preexistentes que determinariam nossas taxonomias e categorizações. Em segundo, ele não cai em um ceticismo cognitivo porque acredita que nós, de fato, categorizamos; nós, de fato, comunicamo-nos usando termos gerais. Em outras palavras, ainda que o realismo fracasse, nosso conhecimento não precisa fracassar também. Nós temos conhecimento e empregamos categorias. No entanto, precisamos pensar diferentemente sobre como chegamos a nossas categorias e ao conhecimento. Por isso, precisamos reconhecer o papel desempenhado pelas práticas comunitariamente sancionadas: a única estabilidade provisória conferida aos nossos termos e classificações é derivada das nossas práticas (e, importante) efetuadas no interior de uma comunidade. Para resumir o argumento:

Não há realidades pré-formadas para fixar nossas categorias.

Apesar disso, nós ainda categorizamos e obtemos conhecimento histórico.

Portanto, nossas categorias são (provisoriamente) estabilizadas de uma maneira diferente; elas resultam de práticas comunitariamente sancionadas.

É basicamente assim que aprendemos, de acordo com Roth. O conhecimento histórico resulta do nosso engajamento ativo. As categorias não são nem impostas sobre nós por tipos naturais, nem simplesmente refletem realidades pré-formadas. O conhecimento histórico é o resultado de nossas práticas: comunidades de historiadores participam de discussões críticas que determinam como abordaremos certos fenômenos.

... E Sem Estruturas Narrativas

Alguns autores afirmam que haveria estruturas dadas de antemão que organizam a realidade em si mesma, tanto quando se trata do mundo natural quanto do mundo social ou humano.¹⁸ Além disso, o objetivo das disciplinas científicas seria descobrir

representationalism in Philosophy of History: a case study. In: BRZECHCZYN, Krzysztof (ed.). *Towards a Revival of Analytical Philosophy of History...* Op. cit., p. 116-129.

¹⁸ Para o contexto e discussão adicional, ver, por exemplo, a introdução ao tópico das leis naturais em CARROLL, John W. *Laws of Nature*. In: ZALTA, Edward et al. (eds.). *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2016. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/laws-of-nature/>.

essas estruturas para conhecê-las adequadamente e, com esse conhecimento, ser capaz de predizer e controlar. Por exemplo, baseados no conhecimento de leis científicas, supostamente representando leis da natureza ou mecanismos que controlam os fenômenos naturais, deveríamos ser capazes de compreender nosso ambiente, mas também de prever o que acontecerá e manipular a natureza. No caso da história, há uma suposição similar a respeito da natureza da realidade passada (humana) e da representação histórica desse passado. A realidade passada supostamente contém estruturas ou relações que os historiadores deveriam retratar em suas obras históricas.

O realismo narrativo é uma versão dessa perspectiva. Essa posição é defendida, por exemplo, por David Carr, que é um conhecido crítico dos proponentes da assim chamada teoria da descontinuidade, como Louis O. Mink e Hayden White.¹⁹ Tanto Mink quanto White afirmam que estórias são construídas em textos:

Estórias não são vividas, mas contadas. A vida não tem começos, meios ou fins; há encontros, mas o começo de um caso pertence à estória que, mais tarde, contamos a nós mesmos, e há separações, mas separações finais, só na estória... Então, parece mais verdadeiro dizer que as qualidades narrativas são transferidas da arte para a vida.²⁰

O que busquei sugerir é que esse valor associado à narratividade na representação de eventos reais surge de um desejo de que eventos reais exibam coerência, integridade, completude e fechamento de uma imagem de vida que é e só pode ser imaginária. A noção de que sequências de eventos reais possuem os atributos formais das estórias que contamos sobre eventos imaginários só poderia ter sua origem em desejos, devaneios, fantasias.²¹

¹⁹ CARR, David. Narrative and the Real World: an argument for continuity. *History and Theory*, Middletown, v. 25, n. 2, p. 117-131, 1986.

²⁰ MINK, Louis O. History and Fiction as Modes of Comprehension. In: FAY, Brian; GOLOB, Eugene; VANN, Richard (eds.). *Historical Understanding*. Ithaca: Cornell University Press, 1987, p. 60.

²¹ WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality. In: idem. *The Content of the Form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987, p. 24.

No entanto, Carr discorda e argumenta que há uma continuidade entre vida e estrutura narrativa. Ele afirma que, na realidade, graças à sua intencionalidade, a ação humana tem uma forma narrativa. Os agentes planejam, tomam decisões e realizam seus atos de acordo com seus planos e é por isso que parece que eles estão seguindo certas estruturas parecidas com uma estória. Os agentes parecem ser seus próprios planejadores, realizadores e contadores de estórias. “A narrativa não é meramente uma maneira possivelmente bem-sucedida de descrever eventos; sua estrutura é inerente aos eventos em si mesmos. Longe de ser uma distorção formal dos eventos que relata, uma narrativa é uma extensão de uma de suas principais características”²² Carr se opõe claramente à ideia de que a forma narrativa é apenas um elemento ficcional. Ele a considera um aspecto importante da realidade humana:

[...] a estrutura narrativa se refere não somente a um tal jogo de pontos de vista, mas também às características organizacionais dos eventos em si mesmos em termos como começo-meio-fim, suspensão-resolução, partida-retorno, repetição e similares. Mantemos que todas essas estruturas e características organizacionais dizem respeito à experiência e à ação cotidianas, a estrutura narrativa ou o ato de estruturar narrativamente tomando ou não a forma de uma verbalização explícita.²³

Roth rejeita vigorosamente a posição de David Carr em seu texto “O Objeto de Compreensão”.²⁴ Mais especificamente, na segunda parte de seu texto, chamada “Realismo Narrativo: Um Mito do Dado”, ele critica vários pontos e suposições de Carr. Roth considera como uma das convicções centrais de Carr a de que ações necessariamente contêm intenções e que estas moldam a ação em uma forma parecida com a de uma estória. As intenções dos agentes estruturariam os atos em narrativas e, assim, os agentes viveriam suas próprias estórias.²⁵

²² CARR, David. *Narrative and the Real World...* Op. cit., p. 117.

²³ Idem. *Time, Narrative, and History*. Bloomington: Indiana University Press, 1986, p. 62.

²⁴ ROTH, Paul A. The Object of Understanding. In: KÖGLER, H. H. e STUEBER, K. S. (eds.). *Empathy and Agency: the problem of understanding in the human sciences*. Boulder: Westview Press, 2000, p. 243-269.

²⁵ Para Carr, a “[a]ção é, por definição, intencional e a intencionalidade é a cola que

Roth se opõe à posição de Carr a respeito da ação intencional em dois níveis – usando um argumento filosófico sobre a ligação entre intenção e ação e citando casos históricos concretos que mostram que as pessoas não necessariamente vivem/experimentam suas vidas como estórias.

Em primeiro lugar, Roth coloca em xeque uma conexão lógica ou necessária entre intenção e ação. A flexibilidade dessa conexão emerge assim que consideramos as ações e os erros reais que só descobrimos ao pensarmos neles. É bastante comum atribuirmos certas razões prévias às nossas ações, que depois descobrimos serem pouco convincentes e percebemos que erramos quando pensávamos que aquelas eram as verdadeiras razões por trás das nossas ações. Que costumemos reconsiderar as “reais intenções” ou as descobrir só mais tarde, acontece com frequência. (Pensei que iria àquela aula pública porque estava interessado no tema, mas percebi que era porque eu queria encontrar Jane, que mencionou que estaria lá. O Primeiro-Ministro pensou que renunciaria em função da pressão midiática, mas percebeu mais tarde que era porque estava cansado de ter tanta responsabilidade.) Mas se não há qualquer ligação necessária entre a suposta intenção e a ação, se só há uma conexão arbitrária, parece não haver uma estrutura narrativa fixa específica em nossa ação. “Respostas à questão de ‘como as coisas se conectam’ parecem ser uma função das habilidades imaginativas, capacidades narrativas e recursos culturais do historiador”.²⁶ Como argumenta Roth, nossa habilidade de corrigir ou reconsiderar nossa motivação impede a estabilidade em nossa ação. Isso significa que a conexão necessária só poderia ser salva se rejeitássemos a possibilidade de mudar de ideia sobre nossas intenções passadas. Mas uma tal fixidez rígida parece claramente absurda.

Em segundo lugar, a crítica à realidade estruturada narrativamente ou à unidade narrativa das vidas de pessoas está bem

une comportamentos em ações e ações em vidas com estruturas narrativas” (*Ibidem*, 257).

²⁶ ROTH, Paul A. *The Object of Understanding...* *Op. cit.*, p. 256.

documentada em exemplos concretos. Aqui, Roth cita a biografia histórica de Franz Stangl, um indivíduo da hierarquia nazista que comandou dois campos de extermínio.

Stangl explica suas ações em termos do que ele precisava fazer para sustentar sua família, avançar em sua carreira ou evitar trabalhar sob superiores difíceis. Mas sua sucessão de posições não constitui, em sua opinião, uma narrativa, uma explicação em forma de estória. Sua “narrativa” é uma de ambição frustrada; o que ele queria era se tornar um oficial de combate.²⁷

De acordo com Roth, as pessoas não necessariamente vivem ou experimentam suas vidas em um modo narrativo. Isso fica claro a partir das suas lembranças, que podem ser desorganizadas, confusas e desconexas. Tais agentes não estão na posição de narradores de suas vidas. Como o caso de Stangl mostra: “Não há estória, não há enredo, não há o desenrolar de uma imagem coerente forjada por intenções e ações consequentes”.²⁸

A rejeição de Roth às estruturas narrativas preeexistentes combina com sua crítica às essências, aos tipos e às intenções. Em muitos de seus escritos, ele apresenta uma crítica implacável aos postulados mais tradicionais, propensos ao realismo. Mas sua abordagem negativa de algumas posições populares (e aparentemente as únicas) que afirmam chegar à aquisição de conhecimento não cai em um ceticismo niilista. Ele sustenta que somos capazes de alcançar o conhecimento histórico mesmo depois de adotar uma compreensão mais construtivista da história.

Constituição Narrativa

Como deveríamos proceder se abandonássemos a fixidez tradicional, como as essências, os tipos ou as estruturas; se subvertéssemos o significado geralmente desempenhado por esses fundamentos? Para Roth, quando se trata da disciplina histórica, a filosofia analítica da história deveria focar nos problemas

27 ROTH, Paul A. *The Object of Understanding...* *Op. cit.*, p. 258.

28 *Ibidem*, p. 259.

epistemológicos, como a explicação. Ele acredita que os relatos narrativos desempenham o papel central aqui. Portanto, comentar a respeito da explicação histórica (narrativa) é uma das características recorrentes da sua obra.

A questão sobre como explicar eventos históricos foi um dos tópicos centrais da filosofia da história no século XX. Nos anos de 1940, Carl Gustav Hempel argumentou que a história deveria seguir o exemplo das ciências naturais e empregar um dos modelos de explicação científica que citam leis e condições antecedentes.²⁹ Como era de se esperar, em resposta a Hempel, muitos filósofos e historiadores protestaram que a história não era uma versão da empreitada científica, mas um empreendimento *sui generis*. Por isso, como afirmaram os críticos de Hempel, ela deveria ter sua própria maneira, possivelmente única, de representar os eventos passados.³⁰ Em resposta à proposta de Hempel, começou uma discussão intensa e interessante sobre o tópico da explicação histórica, que permaneceu como o debate-chave na filosofia da história por algumas décadas. A maioria dos autores tentou dar conta da proposta de Hempel – alguns deles ofereceram modificações parciais, outros rejeitaram sua descrição e argumentaram a favor de uma alternativa. Como resultado, apareceram vários modelos gerais de explicação ou, pelo menos, sugestões de como explicar em história: alguns argumentaram que só era possível explicar em termos probabilísticos, outros preferiam explicações causais, outros, ainda, favoreciam explicações racionais da ação humana ou uma abordagem orientada pragmaticamente.

É interessante que todos esses autores, tanto Hempel quanto seus críticos, como Morton White, Michael Scriven, William Dray, Wesley Salmon ou James Woodward, têm uma coisa em comum.³¹

²⁹ HEMPEL, Carl Gustav. The Function of General Laws in History. *The Journal of Philosophy*, New York, v. 39, n. 2, p. 35-48, 1942.

³⁰ DRAY, William. *Laws and Explanation in History*. Oxford: Oxford University Press, 1957.

³¹ Ver, por exemplo, *Ibidem*; SCRIVEN, Michael. *Truisms as the Grounds for Historical Explanation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1959; WHITE, Morton. *Foundations of Historical Knowledge*. New York: Harper & Row, 1965; SALMON, Wesley C. *Four Decades of Scientific Explanation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989; e

Todos parecem compartilhar uma estrutura *geral* de explicação bastante similar. A saber, que a explicação é uma questão de relacionar apropriadamente o que deve ser explicado (*explanandum*) e o que explica (*explanans*). Por isso, de um lado, existe um evento ou fenômeno a ser explicado, como o estouro de um radiador, a queda do Império Romano do Ocidente, o fim da Guerra Fria, e, de outro, as condições usadas para explicá-los, como uma queda na temperatura, as Invasões Bárbaras, as reformas econômicas e sociais na União Soviética associadas com a *perestroika* e a *glasnost*. Finalmente, estes eventos devem ser apropriadamente relacionados àqueles para explicá-los. Por exemplo, afirma-se que a queda na temperatura, junto de outras condições e leis apropriadas da natureza, implicam no estouro do radiador; as Invasões Bárbaras são causas que contribuíram para a queda do Império Romano do Ocidente; na ausência da *perestroika* e da *glasnost* não haveria as revoluções de 1989 e a queda do comunismo. É claro que, além de vários outros detalhes, os autores diferem em um ponto crucial: eles diferem quando se trata de estipular as relações necessárias entre *explanantia* e *explananda* – alguns requerem conexões com força de lei fundamentando implicações lógicas entre as proposições relevantes, outros argumentam a favor de conexões causais, dependência contrafactual ou algum outro tipo de relação. Ainda assim, todos compartilham basicamente do mesmo esquema formal para a explicação.

Uma parte importante desse esquema ou ideia geral é a compreensão do *explanandum*. Os autores que discutem a explicação ou não levantam esse problema enquanto algo que merece uma atenção especial, ou compreendem (aberta ou tacitamente) o *explanandum* no interior dos limites da abordagem realista. A posição é simples: haveria vários eventos lá fora, tais como o estouro do radiador, a queda do Império Romano do Ocidente ou o fim da Guerra Fria, e seria o papel dos cientistas e historiadores explicá-los. Na verdade, esses eventos estariam lá independentemente de nosso interesse e seria só *post factum* que nos interessaríamos em

WOODWARD, James. *Making Things Happen: a theory of causal explanation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

compreendê-los melhor e os tentaríamos explicar. Mas será que é tudo tão simples e direto? Os *explananda* estão lá fora nos esperando para serem explicados?

É aqui que Roth intervém com sua observação original e desestabilizadora. Nós podemos pensar que eventos pré-formados e estáveis estão lá fora, esperando pelos nossos esforços explicativos. Podemos acreditar que nossas descrições explicativas giram em torno desses dados fixos. Mas estaríamos errados. Roth enfatiza que a coisa se dá ao contrário: nossas descrições explicativas constituem o que nós explicamos. Portanto, seria mais apropriado dizer que nossos *explananda* são moldados por nossas histórias, ao invés de dizer que nossas histórias são moldadas pelos nossos *explananda*.

O que considero que minha versão destaca envolve o fato de que histórias, e, portanto, aqueles que as escrevem, constituem os eventos que elas explicam sob descrições não-padrонizadas. Além disso, essas descrições resistem a qualquer assimilação à padronização, pelo menos tal qual pareceria necessário para sua normalização teórica. Isso não torna a história não-científica, pelo menos não ainda. Antes, isso implica a estrutura narrativa na própria construção do *explanandum*.³²

Essa é uma virada copernicana na compreensão da explicação, pelo menos no que se refere à parte do *explanandum*. Roth afirma que, de fato, narrativas históricas explicam enquanto, ao mesmo tempo, constituem aquilo que explicam. Isso significa que não deveríamos pensar sobre a queda do Império Romano do Ocidente ou o fim da Guerra Fria como eventos precisos e pré-formados localizados em algum lugar no passado e desenterrados no presente pelos historiadores a fim de colocá-los em suas narrativas históricas e, consequentemente, explicá-los. Essa imagem tentadora nos apresenta uma lógica e uma ordem erradas. Na ausência de eventos pré-embalados,³³ os historiadores não começam suas explorações de um ponto arquimédiano, mas sim constituem criativamente aquilo sobre o que escrevem. Os historiadores necessariamente abordam

³² ROTH, Paul A. Reviving Philosophy of History. In: BRZECHCZYN, Krzysztof (ed.). *Towards a Revival of Analytical Philosophy of History...* Op. cit., p. 17.

³³ Ver também ROTH, Paul A. Narrative Explanations: the case of history. *History and Theory*, Middletown, v. 27, n. 1, p. 1-13, 1988.

a realidade passada de maneira retrospectiva, com o conhecimento do que aconteceu após o evento em que estão interessados, com o conhecimento de algumas de suas consequências e, é claro, com muitas outras influências presentes, como as categorias e os enquadramentos teóricos preferidos pelo historiador etc. É por isso que é mais realista reconhecer que os eventos são construídos, por assim dizer, no interior das obras históricas que os discutem. São os historiadores que decidem agrupar certos acontecimentos e aspectos e falar sobre “a queda do Império Romano do Ocidente”; é a comunidade dos historiadores que reconhece essa categoria, ou a disputa, a modifica ou a substitui por outra, diferente. Por isso, a lógica que separa a descoberta dos eventos da sua explicação não bate com a prática efetiva. Na verdade, como coloca Roth, “as narrativas criam os eventos discutidos e, em cada caso, as narrativas não só aspiram, mas também, plausivelmente, explicam os eventos assim constituídos. De fato, não existe qualquer outra maneira, até onde sei, de exibir e explicar esses eventos. A narrativa e a explicação são uma coisa só”.³⁴

A ideia-chave sobre a constituição poderia igualmente ser formulada usando as três teses de Roth sobre histórias narrativas: as impossibilidades de separação, de padronização e de agregação.³⁵ Inspirado pelas discussões de Danto e Mink sobre sentenças narrativas e forma narrativa, Roth identifica três características cruciais relativas aos eventos e às histórias nas quais eles figuram. Primeiro, ele argumenta que os eventos dos quais os historiadores falam não podem ser completamente separados das narrativas históricas, das explicações narrativas, em que esses eventos são apresentados. É graças ao todo dessas narrativas que, em um sentido importante, surgem os eventos. Em segundo lugar, não há

34 ROTH, Paul A. *Reviving Philosophy of History...* Op. cit., p. 23.

35 Em seu ROTH, Paul A. *Essentially Narrative Explanations. Studies in History and Philosophy of Science Part A*, [s.i.], v. 37, n. 2, p. 42-50, 2017, p. 43, ele as denomina “1) a impossibilidade de separar o explanandum da narrativa que o suporta; 2) o caráter não-padronizado do(s) evento(s) explicado(s); e 3) a não-agregabilidade de histórias narrativas”. Ver também: ROTH, Paul A. *Analytic Philosophy of History: origins, eclipse, and revival. Graduate Faculty Philosophy Journal*, [s.i.], v. 37, n. 2, p. 351-374, 2016; ROTH, Paul A. *Philosophy of History*. In: MCINTYRE, Lee e ROSENBERG, Alex (eds.). *The Routledge Companion to the Philosophy of Social Science*. New York: Routledge, 2017, p. 397-407; *Idem*, Op. cit.,

descrição final e completa possível de um evento. “*Eventos históricos só existem como eventos sob descrição, e descrições emergem e mudam retrospectivamente sem parar*”.³⁶ De acordo com Roth, não há e nem pode haver qualquer descrição padronizada de um evento (histórico) que seja final. Uma vez que os eventos são descritos em relação a acontecimentos posteriores, suas consequências, seu contexto etc., é impossível, em princípio, ter uma descrição padronizada final. Finalmente, Roth argumenta que não há um Passado e nem uma História correspondente, mas sim, por ser impossível separar e padronizar os eventos, uma pluralidade de histórias. Portanto, as histórias escritas sobre eventos passados não se agregam. Não se pode esperar que várias histórias se combinem automaticamente para criar um grande relato histórico. “A impossibilidade de agregação acrescenta, portanto, que não se pode esperar que essas histórias sejam coerentes entre si, que se agreguem teoricamente em um relato ininterrupto d’O Passado”.³⁷

Suas observações a respeito das características de eventos e histórias resultam em uma importante análise que enfatiza a flexibilidade e a criatividade. Em sua abordagem da disciplina histórica, não há lugar para descrições finais, para eventos fixos, para histórias universais. Os historiadores formulam explicações históricas que não giram em torno de itens fixos, mas sim constituem aquilo que explicam.

A explicação histórica *qua* explicação narrativa lida com um processo de *desenvolvimento* ou *inovação* que emerge somente em retrospecto, e o propósito de uma narrativa é traçar o caminho do desenvolvimento, um caminho que não é definido ou marcado por quaisquer leis conhecidas ou coisa parecida. O evento só emerge enquanto um evento porque os nossos interesses o convocam à existência; eventos assim constituídos não representam ou incorporam algum tipo natural.³⁸

Além disso, uma vez que “uma narrativa constitui tanto o *explanans* quanto o *explanandum*”,³⁹ o poder explicativo das

36 ROTH, Paul A. *Essentially Narrative Explanations...* Op. cit., p. 400.

37 *Ibidem*, p. 402.

38 *Idem. Analytic Philosophy of History...* Op. cit., p. 369.

39 *Idem. Comments and Replies. In: BRZECHCZYN, Krzysztof (ed.). Towards a*

explicações narrativas deixa de ser um mistério. Explicações históricas (narrativas) relacionam *explanantia* e *explananda* constituídos do mesmo “material”.

Conclusão

Em sua obra, Roth formula uma crítica incisiva a algumas das mais tradicionais suposições que fundamentam uma visão aparentemente intuitiva de história. De fato, o objetivo das obras históricas parece ser o de representar os eventos passados pré-existentes na estrutura que eles possuiriam inherentemente. Roth discorda. Sua descrição da história não é inspirada por invariabilidades pré-formadas, mas pelos passos efetivamente dados pelos historiadores em seu trabalho. Negociações, discussões críticas sobre as categorias adequadas, a adesão a ou libertação de seu treinamento passado. É isso que caracteriza a disciplina histórica e nos leva a concluir que a história tem mais a ver com criação e constituição do que com representação. Como Serge Grigoriev coloca, localizando adequadamente Roth no interior da abordagem pragmatista: “Os construtos hipotéticos do historiador desempenham a função de organizar alguns materiais pertinentes, mas esses materiais não são episódios vivos arrancados do tecido existencial do passado. [...] A investigação histórica é uma técnica para interrogar o presente com vistas a construir uma estória, ou estórias, que nos ajudam a explicar o nosso presente em termos do passado”.⁴⁰ Roth nos apresenta uma descrição corajosa e fascinante da história em que seria enganoso dizer que os eventos históricos simplesmente “são”; antes, deveríamos dizer que os fazemos “serem” porque “eventos históricos só ‘existem’ como parte de uma narrativa ou outra”.⁴¹

Revival of Analytical Philosophy of History... Op. cit., p. 273.

⁴⁰ GRIGORIEV, Serge. A Pragmatist Critique of Dogmatic Philosophy of History. In BRZECHCZYN, Krzysztof (ed.). *Towards a Revival of Analytical Philosophy of History...* Op. cit., p. 112.

⁴¹ ROTH, Paul A. *Essentially Narrative Explanations...* Op. cit., p. 401.

Sobre os Autores

João R. M. Ohara (organizador)

Professor de Teoria da História do Instituto de História da UFRJ. Doutorou-se em História pela Unesp (2017), com uma tese sobre virtudes epistêmicas na historiografia brasileira entre 1980 e 1990. Suas principais áreas de atuação são a teoria e filosofia da história e a história da historiografia.

Eugen Zelenák

Professor associado do Departamento de Filosofia da Universidade Católica em Ružomberok, na Eslováquia. Doutorou-se em Filosofia pela Academia Eslovaca de Ciências em Bratislava (2006), com tese sobre o problema da explicação histórica. Suas principais áreas de interesse são a filosofia da história e a filosofia da ciência.

Herman Paul

Professor titular de História das Humanidades na Universidade de Leiden, nos Países Baixos. Doutorou-se em História pela Universidade de Groningen (2006), com tese sobre a obra de Hayden White – publicada em 2011 pela Polity Press. Coordena atualmente o projeto de pesquisa “*Scholarly Vices: A Longue Durée History*”, com financiamento do Dutch Research Council (NWO).

Jonas Ahlskog

Professor de Filosofia no Departamento de Filosofia da Universidade Åbo Akademi, na Finlândia. Doutorou-se em Filosofia pela mesma instituição (2017), com tese sobre filosofia da história. Suas principais áreas de interesse são a filosofia da história e a história das ideias.

Jonathan Menezes

Professor adjunto da Faculdade Teológica Sul Americana. Doutorou-se em História pela Unesp (2018), com tese sobre a obra de Frank Ankersmit. Suas principais áreas de interesse são a teoria e filosofia da história, história intelectual, ética e filosofia da religião.

Kalle Pihlainen

Professor adjunto de Teoria e Filosofia da História da Universidade de Turku, de Filosofia da Cultura Histórica na Universidade de Oulu e de Filosofia e Teoria da Cultura na Åbo Akademi, todas na Finlândia. Doutorou-se em História pela Universidade de Turku (1999). Atualmente é um dos editores do periódico *Rethinking History* e seus principais interesses são os problemas da representação histórica e dos usos da história em contextos acadêmicos e populares.

Marcus Telles

Doutorou-se em História pela USP (2019), com tese sobre o problema da experiência e da representação na tradição narrativista.

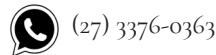
Sérgio Campos Gonçalves

Professor do Departamento de História da UnB. Doutorou-se em História pela Unesp (2015), com tese sobre a historiografia brasileira de meados do século XIX. Suas principais áreas de interesse

são a teoria e a história da historiografia, a teoria da literatura e a história do Brasil.

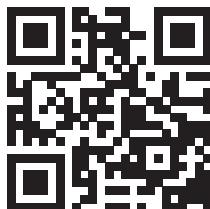
Verónica Tozzi Thompson

Professora de Filosofia da História na Universidade de Buenos Aires e de Epistemologia das Ciências Sociais na Universidade Nacional de Tres de Febrero, e pesquisadora do CONICET. Doutorou-se em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires (1997). Suas principais áreas de interesse são a filosofia da história e das ciências sociais, a epistemologia do testemunho e as políticas da memória no passado argentino recente.



Conheça mais sobre a Editora Milfontes. Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.

Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este livro foi composto utilizando-se a família tipográfica Minion Pro e Cormorant Garamond.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



Editora Milfontes

2021

*Os leitores encontrarão em **Da Explicação à Narrativa** um esperado panorama cronológico e temático da tradição anglo-saxônica relativa à teoria da história, conhecida como filosofia analítica da história. Essa intensa e contínua reflexão ficou à margem do pensamento historiográfico nacional durante todo o século XX, rebaixada que foi seja pelo afã empirista, pelo viés continental (em oposição ao analítico) de nossa cultura historiográfica, seja pelo filtro ideológico-político. O leitor saberá, entre outras lições, que Collingwood já pertencia a esta tradição, que o confronto entre história e literatura não é patente dos pós-modernistas franceses, e que as teses de Hayden White são uma variedade de narrativismo. E, enfim, se é forçoso constatar que, salvo contribuições mais recentes, o desconhecimento dessa tradição perfaz lacuna e defasagem evidentes em nossa formação, este livro vem cumprir o objetivo de acertarmos o passo com a renovação da filosofia analítica em curso lá fora.*

*Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Jr.
Professor de Teoria da História, Unesp*

www.editoramilfontes.com.br

ISBN: 978-65-86207-96-5



9 786586 207965